

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS**

ATHOS MUNHOZ MOREIRA DA SILVA

**A ASCENSÃO DA CHINA E OS SEUS IMPACTOS PARA O LESTE
ASIÁTICO**

**Porto Alegre
2015**

ATHOS MUNHOZ MOREIRA DA SILVA

A ASCENSÃO DA CHINA E OS SEUS IMPACTOS PARA O LESTE ASIÁTICO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Analúcia Danilevicz
Pereira

Porto Alegre

2015

CIP — Catalogação na Publicação

Silva, Athos Munhoz Moreira da
A ascensão da China e os seus impactos para o Leste
Asiático / Athos Munhoz Moreira da Silva. -- 2015.
185 f.

Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Ascensão da China. 2. Leste Asiático. 3.
Estados Unidos. 4. Grandes potências. 5. Integração
Internacional, Conflito, Guerra e Paz. I.
Danilevicz Pereira, Analúcia, orient.
II. Título

ATHOS MUNHOZ MOREIRA DA SILVA

A ASCENSÃO DA CHINA E OS SEUS IMPACTOS PARA O LESTE ASIÁTICO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais

Orientadora: Prof. Dr. Analúcia Danilevicz
Pereira

Aprovado em: Porto Alegre, 27 de abril de 2015.

Prof. Dr. Analúcia Danilevicz Pereira (orientadora) — UFRGS

Prof. Dr. Diego Pautasso — ESPM/UNISINOS

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini — UFRGS

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins — UFRGS

Aos meus pais, Celina Joaquina Munhoz Moreira da Silva e
Celson Cleber Garcia da Silva, pelo amor incondicional e pelo
enorme apoio que sempre me deram.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à União, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais por me permitir o acesso a um ensino superior gratuito e de excelência. O papel cumprido pela UFRGS e pela Universidade Pública mostra-se cada vez mais fundamental para o desenvolvimento e a soberania do Brasil. Também agradeço à UFRGS por me acolher como parte do seu quadro funcional. Nesta universidade, que frequento desde 2008, conheci pessoas incríveis e passei por momentos de enorme importância para a minha formação acadêmica, profissional e pessoal.

À minha orientadora, Prof.^a Analúcia Danilevicz Pereira, pela orientação atenciosa e clarividente. A conclusão desta dissertação deve imensamente à sua paciência, à sua compreensão (mesmo nos momentos mais delicados) e à sua competência.

Ao Prof. José Miguel Martins, meu orientador durante a graduação e em parte do mestrado. Graças a ele e às suas atividades, nas quais compartilha conhecimentos e instiga debates, pude ser iniciado a importantes temas de pesquisa sobre o Brasil, as relações internacionais e os estudos estratégicos que certamente constituem parte fundamental deste trabalho.

Ao Prof. Paulo Visentini, não apenas por ter contribuído de forma crucial para a minha formação enquanto professor e autor, como também pela sua determinação em abrir espaços e fortalecer o estudo das relações internacionais e dos estudos estratégicos realizado na Universidade e no Brasil.

A outros grandes professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais e do Curso de Relações Internacionais da UFRGS pela formação que me foi concedida.

Ao Prof. Diego Pautasso, por aceitar o convite para participar de minha banca e por suas considerações, que foram de grande importância para a revisão deste trabalho.

Agradeço aos amigos que me ofereceram suporte em momentos fundamentais desta trajetória. Aos heróis da “longa marcha”, que dedicaram bastante tempo e esforço para me ajudar a revisar conteúdos e corrigir normas técnicas, Bruno Guimarães, Pedro Brites, Rômulo Pitt, João Gabriel Burmann, Luize Schrage Wächter e Bruna Jaeger; ao Prof. Lucas Kerr de Oliveira, Bruno Magno, João Chiarelli, Erik Ribeiro e Gustavo Feddersen, com quem tive importantes debates sobre o trabalho, assuntos asiáticos, relações internacionais em geral e política brasileira; a João Arthur Reis, que conduziu inicialmente – e com competência – a

pesquisa sobre os impactos da ascensão da China e, de forma extremamente generosa, compartilhou este tema comigo. De modo geral, aos asianistas do curso de Relações Internacionais e do PPGEEI da UFRGS, muitos dos quais já citados, que tem buscado demonstrar a importância do Leste Asiático para o Sistema Internacional e ampliar o seu espaço no debate da política externa brasileira. Ao fim, aprendi que nossa força se mede pelo tamanho de nossas amizades.

Aos colegas do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE) que se dedicam a estudos de altíssima relevância para o Brasil e para a América do Sul. Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos e da Oficina de Estudos Estratégicos com os quais compartilhei ideias sobre temas de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos.

A tantos outros amigos, colegas ou não, que fiz e contribuíram sobremaneira para o meu crescimento pessoal: Camila César, Vanessa Müller, Ângela Silva, Marcelo Kanter, Guilherme Ziebell, Roberto Fleck, Iara Binta, Claudia Pfeifer, Aline Dalla Vecchia, Amanda Gomes e tantos outros que, se citados, não caberiam nesse reduzido espaço.

Aos diretores do Instituto Confúcio na UFRGS, Prof.^a Rita Schmidt e Prof. Tiejun Gu, por sua compreensão neste período de grande esforço pessoal. Ambos sempre me incentivaram a estudar o máximo possível sobre a China e me ofereceram enormes oportunidades – inclusive a de visitar esse país. Também agradeço aos colegas do Instituto Confúcio na UFRGS, pela amizade e pelo companheirismo. Dedico este trabalho de forma especial aos colegas chineses, como minha amiga Mengzhu Lu (Luciana), que com determinação e paciência se esforça para construir pontes que permitam o diálogo entre pessoas de culturas tão distintas como a brasileira e a chinesa.

Por fim, e certamente não menos importante, dedico este trabalho à minha família. Às minhas avós, Therezinha Garcia e Zaire Munhoz Corrêa e ao meu padrinho Uilson Garcia, que festejam com alegria minhas conquistas e não hesitam em me apoiar nos momentos difíceis. Agradeço especialmente aos meus pais, Celson Cleber Garcia da Silva e Celina Joaquina Munhoz Moreira da Silva. O amor e a dedicação que sempre me deram foram fundamentais para que eu sempre tivesse todas as condições e cumprisse mais essa etapa. Definitivamente, não chegaria aqui sem o apoio deles.

RESUMO

O eixo central deste trabalho é a análise dos impactos que a ascensão da China poderá trazer ao Leste Asiático. Para cumprir esta tarefa, divide-se o desenvolvimento do trabalho em três capítulos. O primeiro investiga o fenômeno chamado de ascensão da China, que consiste no incremento das capacidades desse país e da conseqüente elevação de seu status relativo em âmbito regional (e global). Considera-se que este processo deve ser tomado em perspectiva histórica a partir do modo como o país e sua sociedade tradicionalmente se relacionaram com o exterior. Argumenta-se que a ascensão da China provoca uma alteração fundamental na polaridade e na polarização regionais, com implicações em âmbito global. Desta feita, o segundo capítulo consiste em examinar o contexto regional a partir de análises das políticas externa e de segurança dos principais atores regionais para o Leste Asiático. Isso é feito através de dois pontos de vista: a atuação regional e as relações com a China, incluindo a reação à ascensão da China. Constata-se que diante da rivalidade estratégica entre a potência hegemônica e a potência ascendente — respectivamente, Estados Unidos e China — os demais atores regionais buscam manter sua autonomia e margem de manobra entre as duas potências. O terceiro e último capítulo tem por propósito elaborar uma série de possíveis perspectivas para os desdobramentos regionais, baseado nas implicações para a polaridade, para a polarização e para as possibilidades de conflito e concertação regionais. Para tanto, utiliza-se os indicadores levantados nos capítulos anteriores e nas análises e proposições já feitas sobre o assunto. Considera-se três possíveis perspectivas: uma hegemonia chinesa sem ocorrência de guerra central; o acirramento das tensões entre Pequim e Washington, com possibilidade de guerra central; e concertação e criação de mecanismos de governança entre os atores regionais, podendo esta concertação ser anárquica — sem líderes aparentes — ou hierárquica — condomínio de potências —. Considera-se que a primeira e a terceira perspectivas apresentam a possibilidade do surgimento uma nova ordem regional sem guerra central, enquanto o segundo considera que não haverá novo tipo de governança no contexto da rivalidade estratégica entre China e Estados Unidos. Por fim, vislumbram-se algumas possibilidades para o Brasil e futuras agendas de pesquisa.

Palavras-chave: Ascensão da China. Leste Asiático. Estados Unidos. Grandes Potências. Potência emergente. Conflito. Guerra Central. Hegemonia. Concertação.

ABSTRACT

The central axis of this work is the analysis of the impacts of China's rise may have on East Asia. In order to accomplish this, research is divided in three chapters. The first explores the China's rise as a phenomenon which consists of the increase of Chinese capabilities and the consequent elevation of its relative status on a regional (and global) level. This process must be taken into account within a historical perspective, considering how the country and its society traditionally relate with the exterior. The proposed argument is that China's rise generates a fundamental change in the regional polarity and polarization, with global and regional-level implications. Thus, the second chapter consists of a study of the regional context based on an analysis of the foreign and defense policies of the main regional actors in East Asia. Two points are considered for this: their regional actions and their relations with China, more specifically, how they deal with the Chinese change of status. Accordingly, these regional actors seek to maintain their autonomy and leeway *vis-à-vis* the strategic rivalry between the hegemon and the rising power: the US and China respectively. The third and last chapter elaborates a series of possible regional scenarios, based on their implications to polarity, polarization, and the likelihood of conflict or regional concertation. To achieve this, this assessment uses indicators presented in the previous chapters and from analyses and propositions by other authors. Three main scenarios are considered: a Chinese hegemony without a central war, the intensification of tensions between Beijing and Washington (with a likely central war), and the creation of governance and concertation mechanisms between the regional actors. These mechanisms might be anarchical — without apparent leaders — or hierarchical. Further examination shows that the first and third scenarios present the possibility of the emergence of a new regional order without a central war, while the second scenario deems that there will not be a new governance type within the strategic rivalry context. Lastly, this work offers some of the opportunities this phenomenon may bring to Brazil, as well as suggests a further research agenda.

Keywords: China's rise. East Asia. United States. Great Powers. Emerging Power. Conflict. Central War. Hegemony. Concertation.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 — Ásia (Político).....	21
Mapa 2— Mapa do Estreito de Taiwan.....	33
Mapa 3 — A antiga Rota da Seda: terrestre e marítima.....	60
Mapa 4 — O projeto para a Nova Rota da Seda.....	61

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADB	— Banco Asiático de Desenvolvimento
ADIZ	— Zona de Identificação de Defesa Aérea
AIIB	— Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura
ANZUS	— Tratado de Segurança de Austrália, Nova Zelândia e EUA
APC	— Conselho da Ásia-Pacífico
APEC	— Asia-Pacific Economic Cooperation
AR	— Aliança Revolucionária (China)
ARATS	— Associação para Relações Através do Estreito de Taiwan
ARF	— Fórum Regional da ASEAN
ASA	— Associação do Sudeste Asiático
ASEAN	— Associação de Nações do Sudeste Asiático
ASEAN+3	— ASEAN, Coreia do Sul, China e Japão
BECA	— Basic Exchange and Cooperation Agreement for Geo-Spatial Cooperation
BRICS	— Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
C4ISR	— Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento
CICA	— Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia
CISMOA	— Communication Interoperability and Security Memorandum Agreement
CSBA	— Center for Strategic and Budgetary Assessments
CSSTA	— Cross-Strait Service Trade Agreement port AICS
ECO	— Organização para Cooperação Econômica
EIA	— Energy Information Administration
ELP	— Exército de Libertação Popular
ESPO	— East Siberian Pacific Route
EUA	— Estados Unidos da América
FMI	— Fundo Monetário Internacional
Gen.	— General
GMD	— Guomindang
IED	— Investimento Externo Direto
JACIK	— Japão, ASEAN, China, Índia e Coreia do Sul
JOAC	— Joint Operational Access Concept

LSA	—	Acordo de Apoio Logístico
MAD	—	Destruição Mútua Assegurada
MAFILINDO	—	Malásia, Filipinas e Indonésia
MNA	—	Movimento dos Não Alinhados
NAFTA	—	Acordo de Livre-Comércio Norte-Americano
Nekolim	—	Colonialistas, Neocolonialistas e Imperialistas
NICs	—	Novos Países Industriais
OCX	—	Organização para a Cooperação de Xangai
ODA	—	Ajuda Oficial para o Desenvolvimento
ONU	—	Organização das Nações Unidas
OTAN	—	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTASE	—	Organização do Tratado do Sudeste Asiático
PACOM	—	Comando Estadunidense do Pacífico
PCC	—	Partido Comunista Chinês
PCCh	—	Partido Comunista Chinês
PCK	—	Partido Comunista do Kampuchea (Camboja)
PCUS	—	Partido Comunista Soviético
PDJ	—	Partido Democrático do Japão
PDP	—	Partido Democrático Progressista de Taiwan
PIB	—	Produto Interno Bruto
PKI	—	Partido Comunista Indonésio
PLD	—	Partido Liberal Democrata do Japão
RAL	—	Reator nuclear de água leve
RCEP	—	Regional Comprehensive Economic Partnership
SAARC	—	Associação da Ásia Meridional para Cooperação Regional
SEALOCS	—	Linhas Marítimas de Comunicação
SEF	—	Fundação de Trocas do Estreito
SLOCS	—	Linhas Marítimas de Comunicação
TAC	—	Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN
TEH	—	Teoria da Estabilidade Hegemônica
TMD	—	Theater Missile Defense
TNP	—	Tratado de Não Proliferação
TPP	—	Parceria Transpacífica
UNASUL	—	União das Nações Sul-Americanas

URSS	— União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US\$	— Dólares estadunidenses
ZEE	— Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A ASCENSÃO CHINESA: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E QUESTÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS	22
2.1	O sistema tributário chinês como parte de um sistema mundial: considerações sobre os papéis de centro e periferia no sistema internacional	23
2.2	O século da humilhação: o choque do sistema tributário chinês com o sistema internacional vestfaliano (1839–1949)	25
2.3	Consolidação do Partido e do Estado: a primeira fase da China comunista (1949–1978)	29
2.4	Aberturas com características chinesas: modernização e inserção internacional (1978-2002)	39
2.4.1	<i>A ascensão da ala reformista e os dilemas da modernização (1978-1989)</i>	39
2.4.2	<i>O impacto do “incidente de Tiananmen”, o fim da Guerra Fria na Ásia e a “economia socialista de mercado” (1989–1992)</i>	46
2.4.3	<i>Os desafios da década de 1990: resposta à contenção estadunidense, integração regional e ascensão ao status de grande potência (Governo Jiang Zemin 1992–2002)</i>	47
2.5	China no Século XXI: os desafios de uma potência em ascensão (2002-atualidade)	51
2.5.1	<i>A ascensão de Hu e Wen: ascensão pacífica e desenvolvimento harmônico (2002-2012)</i>	51
2.5.2	<i>Desenvolvimentos recentes da Política Externa Chinesa para o Leste Asiático: o governo Xi Jinping</i>	58
2.6	Considerações parciais	62
3	O LESTE ASIÁTICO: DIMENSÃO CONCEITUAL E ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO AMBIENTE REGIONAL A PARTIR DOS ANOS 2000	65
3.1	Os EUA no Leste Asiático: a reação à ascensão chinesa e os projetos de manutenção da hegemonia estadunidense	65
3.2	O Nordeste Asiático	70
3.2.1	<i>Taiwan: A questão fundamental</i>	70
3.2.1.1	Relações com o continente	71
3.2.1.2	Política para o Leste Asiático	77
3.2.2	<i>Japão: o dilema da Ascensão Chinesa</i>	78

3.2.3 <i>Coreias: foco de instabilidade e parceria econômica</i>	88
3.3 O sudeste asiático: A ASEAN e o Mar do Sul da China	96
3.4 Países em fase de inserção ou reinserção regional	103
3.4.1 <i>Índia: um novo “olhar para o leste”</i>	103
3.4.1.1 Relações com a China.....	105
3.4.1.2 Relações com os EUA	107
3.4.1.3 Relações com a Rússia	108
3.4.1.4 Relações com outros países asiáticos	109
3.4.1.5 A Índia e a ordem regional asiática	110
3.4.3 <i>Rússia: O Leste Asiático como alternativa ao Ocidente</i>	111
3.4.4 <i>Austrália: Potência asiática ou aliada menor da “anglosfera”?</i>	116
3.5 Considerações parciais	120
4 INTERPRETAÇÕES, PROPOSIÇÕES E PERSPECTIVAS SOBRE OS IMPACTOS DA ASCENSÃO DA CHINA PARA O AMBIENTE REGIONAL DO LESTE ASIÁTICO	122
4.1 Considerações teóricas sobre a transição de poder sistêmica	123
4.2 Perspectivas para a evolução do ambiente regional	125
4.2.1 <i>Liderança/hegemonia</i>	126
4.2.1.1 Liderança Chinesa	127
4.2.2 Acirramento das tensões e escalada dos conflitos como fenômeno inevitável	131
4.2.2.1 A ascensão da China como elemento de ameaça: teoria e prática.....	131
4.2.2.2 Como a rivalidade pode escalar para uma guerra sino-estadunidense?.....	135
4.2.2.3 Quais as possibilidades de uma “Guerra Fria”?	137
4.2.3 Equilíbrio de poder e mecanismos de governança	139
4.2.3.1 Ordem Securitária Consociacional	140
4.2.3.2 Condomínio de potências/hegemonia coletiva	142
4.2.3.2.1 A “autoridade humana”: o exemplo e a adesão como as formas mais poderosas de liderança.....	145
4.2.3.2.2 A “harmonia”: Governanças regional e global.....	147
4.2.3.2.3 <i>ASEAN Way</i> como forma e conteúdo dos mecanismos de governança.....	149
4.3 Considerações parciais	151
5 CONCLUSÃO	153
REFERÊNCIAS	161

1 INTRODUÇÃO

O eixo central deste trabalho é analisar as possíveis implicações da ascensão da China para o Leste Asiático. Inicialmente, elabora-se um estudo sobre as origens e a evolução da ascensão da China ao *status* de grande potência e as decorrências internas e externas desse processo. Com a ascensão da China, propõe-se que há uma perspectiva de alteração na polaridade regional e, desse modo, torna-se necessário examinar as posturas dos principais atores regionais. A partir dos indicadores levantados e das análises e proposições já feitas por outros autores sobre o tema principal do trabalho, busca-se apontar as possíveis consequências para a polaridade, a polarização e as possibilidades de concertação e conflito no Leste Asiático.

O que chamamos aqui de “ascensão” da China é o processo através do qual há o incremento de capacidades econômicas e militares e de poder político da China relativamente aos demais Estados do sistema internacional, tornando-a uma grande potência. Constatase que o processo de emergência da China pode ser visto como uma reemergência. Tal análise é derivada do fato de que a China ocupava uma posição central seja em sua região, o Leste Asiático, seja no sistema de relações interregionais, que vigorou com maior destaque entre os séculos III a.C. e XV d.C., compreendido como período de predominância do sistema tributário (AMIN, 1997).

Cabem aqui algumas considerações conceituais. No que tange aos conceitos de relações internacionais, cabe destacar que por polaridade, entende-se o número de polos do sistema internacional. Já a polarização é compreendida como o padrão de relacionamentos, incluindo alianças e antagonismos. A partir da polaridade e da polarização regionais, apontam-se possibilidades para a concertação e para o conflito na região. É importante ressaltar que a polarização regional contribui para apontar possibilidades de conflito, porém, não é um indicador direto. Como será melhor abordado ao longo do trabalho, há possibilidades de administrar a polarização por meio da concertação.

O objetivo central desta dissertação é analisar quais as consequências que a ascensão da China poderá para o Leste Asiático e o seu entorno. De forma específica, este trabalho tem três tarefas essenciais: refletir sobre a ascensão da China a partir de sua construção histórica; investigar o contexto do Leste Asiático e os principais atores envolvidos nessa região a partir da ascensão da China; e projetar algumas perspectivas de concertação e conflito que advém dos capítulos anteriores e de análises e proposições que tratam do eixo central desta dissertação. Deste modo, tem-se que para a China importa dar andamento ao se

processo de ascensão de forma pacífica. Nesse contexto, os Estados Unidos e, em certa medida, o Japão, veem sua posição de liderança regional ameaçada. A postura geralmente flexível dos demais atores regionais cria oportunidades de concertação e conflito. Ademais, esta flexibilidade estratégica contribui para dificultar a análise sobre qual perspectiva é mais provável para a região.

Desta feita, o desenvolvimento do trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro trata do processo de ascensão da China e suas dimensões internas e externas. Inicia-se com o ponto de vista teórico de Samir Amin (1997) a respeito do sistema tributário como predominante antes do surgimento do capitalismo. Antes do surgimento do sistema internacional, propõe Amin, havia um sistema de relações interregionais.¹ A chegada do sistema internacional moderno e do capitalismo à China representa um choque com o sistema em vigor.

Analisa-se, portanto, as reações a esse choque e suas decorrências para as políticas doméstica, externa e de segurança da China, bem como o processo de evolução histórica pelo qual passa o país até os dias de hoje. À queda do império, seguiu-se um período de intensa competição política — ideológica e militar — do qual surgem os grupos que lutarão diretamente pelo controle do estado chinês.

Após a frente unida e a derrota japonesa, o Partido Comunista Chinês venceu a guerra civil. Diante do novo cenário doméstico e da nova conjuntura internacional, houve um embate interno no PCCh opondo duas possíveis trajetórias de desenvolvimento nacional, que resultou na Revolução Cultural e em progressivo isolamento da China no sistema internacional.

A aproximação sino-estadunidense e as reformas do final da década de 1970 são símbolos de transformação das dinâmicas interna e externa da China, culminando em uma acomodação temporária à hegemonia estadunidense sobre o mundo capitalista. Esta integração permitiu a atração de capitais e tecnologias que alavancaram e expandiram a participação internacional da sua economia, transformando-a numa força “gravitacional” (PAUTASSO, 2011) regional e dando suporte ao incremento de outras capacidades de poder.

No período posterior à Guerra Fria, aumentaram as tensões entre uma China em ascensão e os Estados Unidos. Diante do novo papel regional e global da China, há uma alteração nos modos de atuação da política externa e de segurança do país. Simultaneamente,

¹ Aqui cada região é um sistema regional tributário. O autor pondera que o feudalismo é um tipo de sistema tributário, pois ambos têm em comum a extração direta do excedente econômico junto ao campesinato. A diferença reside no fato de que no feudalismo há menor centralização do poder e, conseqüentemente, do excedente.

a China precisa administrar os custos provenientes do rápido e intenso processo de modernização, como a necessidade de distribuir de renda, promover direitos sociais e combater a corrupção. A instrução de Deng de manter um perfil baixo deu lugar, no governo Xi Jinping, a uma postura ativa e de iniciativa no campo internacional.

O capítulo seguinte busca aferir, de forma empírica, as posições dos demais atores regionais sob dois pontos de vista, a sua política externa e de segurança para o Leste Asiático, e a postura perante a ascensão da China. O marco temporal inicia-se com o final da Segunda Guerra Mundial, tendo em vista a mudança de situação regional provocada por dois fenômenos: um na esfera sistêmica, com a ascensão dos Estados Unidos ao posto de hegemona do sistema capitalista internacional e sua rivalidade com a União Soviética; e outro na esfera regional, com o fim do colonialismo e os processos de independência. Esse contexto forjou a estrutura que pautaria as relações regionais desde então.

Destacam-se, nesse contexto, os Estados Unidos, a maior potência do sistema internacional, cuja atuação foi central para a formação do ambiente regional desde o final da Segunda Guerra Mundial. Propõe-se uma divisão em quatro partes a partir de critérios analíticos e geopolíticos:

- a) os Estados Unidos;
- b) Nordeste Asiático, composto por Taiwan, Japão e Península Coreana;
- c) Sudeste Asiático, especificamente os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN);
- d) potências tradicionalmente extrarregionais, porém, com crescente atuação regional, Índia, Rússia e Austrália.

Avalia-se que a ascensão da China cria uma força “gravitacional” regional em termos políticos, econômicos e estratégicos (PAUTASSO, 2011). Este fenômeno provoca alterações fundamentais para a polaridade e para a polarização regionais, surgindo como desafio à posição de liderança dos Estados Unidos e para a posição relativa de outras potências regionais. Este fenômeno cria oportunidades e desafios para os demais atores regionais, de modo que a tendência é a adoção de uma postura ambígua com relação às duas principais potências e a preferência por evitar alinhamentos rígidos, mantendo a autonomia estratégica.

O capítulo final prospecta perspectivas para a polaridade e para a polarização regionais e as possibilidades de concertação e conflito no Leste Asiático. Para tanto, baseia-se nos indicadores levantados nos capítulos anteriores e em proposições de outros autores a respeito do tema. Desta feita, desenha-se três principais perspectivas: o surgimento de uma

nova hegemonia sem a ocorrência de guerra central, o acirramento das tensões, a partir da polarização inicial entre China e Estados Unidos, e a administração da polarização regional por novos mecanismos de governança na Ásia (ver Mapa 1, página 21) e, mais especificamente no Leste Asiático. Cada perspectiva possui um par de possibilidades de operacionalização. Cada perspectiva e cada possibilidade de operacionalização poderão ocorrer na dependência de determinados condicionantes.

No caso da hegemonia, pondera-se que tanto China quanto Estados Unidos poderiam emergir como o líder regional através de uma competição pacífica, de modo que os demais atores regionais aceitariam — por vontade própria ou pela força dos fatos — uma nova hegemonia regional. Caso acirrem-se as tensões, pode haver um confronto local, envolvendo particularmente a China, com probabilidade de incluir os Estados Unidos. Nesse caso, há grande probabilidade de esta evoluir para uma guerra central com implicações para a distribuição de polaridade do sistema internacional. Há uma última perspectiva na qual, apesar de haver uma polarização entre as duas principais potências incluindo os demais atores, seriam constatadas a necessidade e a possibilidade de uma concertação e a criação de novos mecanismos de governança regional capazes de prover bens públicos e mediar conflitos e controvérsias em escala regional, com implicações globais.

Acredita-se que há uma série de fatores a tornar este trabalho relevante. Importa entender como a ascensão de uma nova grande potência regional e global, neste caso a China, afetará a dinâmica da sua região, o Leste Asiático, e o sistema internacional como um todo. A relação entre os desdobramentos no Leste Asiático e aqueles no sistema internacional de forma mais abrangente é bastante estreita. O debate sobre este tema é um dos mais destacados das relações internacionais na atualidade. Isso se deriva do fato de que esta região tem um papel cada vez mais central no sistema capitalista internacional e os países da região tem incrementado cada vez mais suas capacidades militares. Não à toa, o século XXI é comumente referido como o “século do Pacífico” ou o “século asiático”.

Considera-se, portanto, a importância de cumprir as seguintes tarefas: buscar ampliar a compreensão sobre como a interação da China com o sistema internacional impactou e continua a impactar sua política doméstica, sua sociedade e o seu modo de atuação externa; analisar a atuação regional dos principais atores do Leste Asiático e compreender os relacionamentos regionais mesmo que de forma holística; projetar perspectivas que permitam incrementar a capacidade preditiva sobre os desdobramentos estratégicos na região.

Para o Brasil há implicações nas dinâmicas supracitadas. Primeiramente, devemos salientar que a China, os Estados Unidos, a Índia, a Rússia além de boa parte dos demais

atores regionais têm relações de vulto com o Brasil em áreas que vão além da economia. Além do fórum BRICS (com participação de China, Índia e Rússia), que já produziu frutos de grande relevância institucional, como o banco dos BRICS, deve-se mencionar, por exemplo, que o Brasil recentemente concordou em participar do novo Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, sigla em inglês), iniciativa liderada pela China. Pondera-se que o papel do Brasil no sistema internacional, como um dos polos ascendentes, também depende dos desdobramentos no Leste Asiático.

Mapa 1 — Ásia (Político)



Fonte: ASIA..., 2008.

2 A ASCENSÃO CHINESA: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E QUESTÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

O objetivo deste capítulo é descrever e analisar como se deu o processo de ascensão da China e prospectar quais os desafios que o país terá para manter essa trajetória. Para tanto, a pesquisa analisa a influência do sistema internacional e do ambiente regional sobre a República Popular da China e a sua Política Externa e de Segurança. Em consonância com o argumento de que a “reascensão” teve início com proclamação da República, em 1949, o recorte temporal terá início neste momento histórico e se estenderá até a atualidade.

Desse modo, o capítulo se divide em cinco partes. Primeiramente, fazemos um breve comentário acerca da China enquanto sociedade tributária e sobre o funcionamento dessas sociedades, bem como suas dinâmicas específicas do mundo pré-vestifaliana. A segunda parte diz respeito ao “século de humilhação”, no qual a China foi incapaz de contrapor invasores militarmente bastante superiores e viu fracassar qualquer tentativa de unificação sob uma autoridade estatal. A terceira seção analisa o período que vai da Revolução Comunista (1949) até as quatro modernizações (1978). A quarta aborda desde as modernizações até o início dos anos 2000. A última compreende desde o final da terceira fase até os dias de hoje, que se define mais por seus desafios do que por políticas consolidadas. Por fim, se discute algumas considerações parciais do capítulo.

São três os critérios para essa divisão do capítulo: Primeiramente, consideramos as oportunidades e constrangimentos que derivam da evolução do sistema internacional. Outro ponto importante é o projeto nacional — que inclui uma série de propostas políticas, estratégicas, sociais e econômicas — deve ser avaliado não apenas à luz do tipo de liderança política e das políticas implantadas (ou das disputas entre grupos e lideranças políticas), mas também dos principais desafios que se impuseram à China em diferentes momentos. Por fim, tomamos as distintas respostas da China e sua inserção no sistema internacional ao longo do período abordado, sempre pautada pela busca dos meios para seu desenvolvimento e orientada para a garantia de sua segurança e soberania. A partir disso, permite-se delimitar e analisar cada uma das fases da história da República Popular e verificar os impactos dos seus processos de formação, consolidação e transformação na sua Política Externa e de Segurança.

Em resumo, propõe-se que a relação da China com o Sistema Internacional Moderno é pautada pela relação, nem sempre harmoniosa, entre a estrutura político-social tradicional chinesa e sua contraparte ocidental, eventualmente identificada como moderna. Ao longo do período estudado, essa relação tomou diferentes formas. Vale notar que esses dois

elementos seriam dois extremos, dentro dos quais oscilam e se misturam as posições da política e da sociedade na China.

2.1 O sistema tributário chinês como parte de um sistema mundial: considerações sobre os papéis de centro e periferia no sistema internacional

A Guerra do Ópio (1839-1842) deu início ao processo que culminaria no fim do sistema tributário chinês. Até o século XIX, o Império do Meio, segundo acreditavam os chineses, compreendia tudo abaixo dos Céus.² Sua relação com os reinos e impérios vizinhos era pautada pelas relações tributárias, em que o reconhecimento, pelos demais povos, da superioridade do imperador chinês era correspondido com o direito de envio de missões de tributo, permissão de comércio e a garantia de proteção por parte da China. Nem sempre os demais povos aceitavam a superioridade chinesa. Isso não alterava, entretanto, o sentimento de superioridade cultural da China perante os demais povos, considerados bárbaros.

Entretanto, como contraponto à visão eurocêntrica de que havia o isolamento e a ausência de civilização do resto do mundo perante o Ocidente, faz-se necessário argumentar que as relações entre as diferentes regiões do mundo em todos os aspectos — dos econômicos aos político-estratégicos — haviam sido bastante frequentes em períodos anteriores à Guerra do Ópio.

Nesse contexto, destaca-se a visão de Samir Amin (1997), para quem durante boa parte do período que cobriu a transição dos estados comunitários para o sistema tributário (século III a.C.) e o renascimento (século XVI), a China, juntamente com a Índia e o Oriente Médio foi parte do centro. Já a Europa feudal fazia parte da periferia. A definição de centro e periferia é dada pela participação no comércio mundial. A lógica é que quem produz mais excedente terá maior participação nos intercâmbios comerciais. As sociedades com maior excedente tendem a serem aquelas que têm governo mais centralizado. No período anterior ao capitalismo, embora a produção de excedentes fosse relativamente pequena, isso não representa a inexistência de intercâmbios comerciais entre as diferentes regiões, entre essas diferentes sociedades tributárias.

A sociedade tributária é, para Amin (1997), a forma predominante de organização dos estados no período que abrange do século III a.C até o final do século XV, momento

² Na interpretação de Kissinger (2011), isso significava basicamente toda a extensão do mundo, dividida em círculos concêntricos, em que o Imperador, ele próprio filho do Céu, estaria no centro e os demais círculos seriam ocupados pelos estados prestadores de tributo ao imperador e os bárbaros — aqueles que não se enquadravam na lógica do estado tributário chinês.

chamado pelo autor de Renascentismo.³ Esse sistema é caracterizado pela extração direta do excedente produzido pelo campesinato e pela organização hierárquica de poder. No sistema tributário, o poder político precede a riqueza, ao contrário do capitalismo. O feudalismo europeu, por exemplo, também era um tipo de sociedade tributária. A diferença estaria no grau de centralização do poder e, logo, do excedente, que é menor no feudalismo. A centralização do poder está diretamente ligada à centralização do excedente, por meio da cobrança de impostos.

O período de contato direto entre Europa e China, marcado pelo protagonismo das rotas da seda terrestre (século XIII) e marítima (século XVI), intensificou a apropriação pelos europeus de tecnologia chinesa. Estas se tornaram fundamentais para a ascensão do capitalismo e da capacidade militar dos estados europeus, em um período marcado pela intensificação da competição entre Europa e Oriente Médio (cruzadas) (KENNEDY, 1989)

O surgimento do capitalismo e sua associação ao estado resultaram no empreendimento das Grandes Navegações, que sepultaram o domínio do Oriente Médio sobre o comércio mundial. A batalha de Diu⁴, em 1509, é o marco desta troca de poder, pois seu resultado consolidou o controle europeu sobre o Índico. Desse modo, a expansão do capitalismo combinou-se ao surgimento de um sistema internacional.

Simultaneamente, a China tomou a decisão de abandonar os investimentos em sua marinha, priorizando as forças terrestres (KENNEDY, 1989). Os períodos de auge das dinastias Ming e Qing (século XIV–século XIX) foram, em compensação, de expansão das fronteiras diretamente sob controle do império chinês — expansão para o Oeste — e de formação de esferas de influência, ao qual foi atribuído outro significado de sistema tributário: aquele em que outros reinos prestavam tributo ao imperador chinês (KANG, 2010).

³ Cabe destacar que, aqui, Renascentismo é utilizado como símbolo de uma série de eventos ocorridos na mesma época e que marcaram uma mudança qualitativa na história mundial. A passagem do século XV para o século XVI marcou a ascensão do capitalismo, do estado absolutista e das grandes navegações europeias.

⁴ A batalha de Diu, conhecida também como a Segunda Batalha de Chaul, foi uma batalha naval travada em 3 de fevereiro de 1509 no Mar da Arábia, perto do porto de Diu, na Índia. Essa batalha foi um confronto entre o Império Português e uma frota conjunta do Sultão de Gujarat, o mameluco Burji Sultanato do Egito, o Samorim de Calicut, com o apoio de otomanos, a República de Veneza e da República de Ragusa (Dubrovnik). A vitória portuguesa teve fundamental importância: mamelucos e árabes se retiraram, facilitando a estratégia portuguesa de controlar o Oceano Índico viabilizando o comércio via rota do Cabo da Boa Esperança, contornar a rota das especiarias tradicionalmente controlada pelos árabes e os venezianos através do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico. Após a batalha, Portugal rapidamente assegurou o controle dos principais portos no Oceano Índico como Goa, Ceilão, Malaca e Ormuz. Esse processo deu início ao grande crescimento do Império Português e definiu seu predomínio sobre as grandes rotas marítimas de comércio por quase um século.

2.2 O século da humilhação: o choque do sistema tributário chinês com o sistema internacional vestfaliano (1839–1949)

O quadro descrito anteriormente foi alterado a partir de 1839. O conflito de interesses com o comércio inglês resultou na Guerra do Ópio (1839-1842), que foi um divisor de águas na história do sistema tributário chinês. Diferentemente dos outros “bárbaros”, que apenas eventualmente resistiam aos chineses, os ingleses iniciaram um desafio direto e consistente àquela forma de relações entre entidades políticas, promovendo seu choque com o sistema internacional moderno ou vestfaliano.

Iniciou-se assim o “século de humilhação”, que se estendeu até 1949 com a proclamação da República Popular da China. O período foi caracterizado pelo progressivo enfraquecimento do governo central em manter a ordem interna, o desenvolvimento econômico e proteger seus interesses diante dos inimigos externos. No período, a China foi forçada a assinar uma série de tratados que davam vantagens econômicas e cediam territórios a potências estrangeiras sem contrapartidas equânimes e que, por essa razão, foram chamados “desiguais”. A China foi retalhada em esferas de influência, viu o sistema tributário que liderava ser desmantelado e assistiu à ascensão de um poderoso rival regional, o Japão.

O choque externo e os tratados comerciais desiguais contribuíram para precipitar uma crise econômica. A incapacidade de enfrentar os estrangeiros e a corrupção endêmica pela qual passava o governo central produziu uma crise de autoridade da Dinastia Qing (1644-1912), de modo que os manchus, estrangeiros, passaram também a ser vistos como inimigos dos “verdadeiros chineses”, os Han (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973). Irromperam diversas revoltas entre as décadas de 1850 e 1870, sendo a mais destacada a de Taiping⁵, entre 1850 e 1864. Os longos períodos de combate exauriram os recursos do governo central e para derrotar as revoltas foi necessário descentralizar o uso da força e da arrecadação de impostos. Surgiram os exércitos de base regional liderados por latifundiários e oficiais provinciais e o imposto Lijin⁶ (1853) revertido aos governos provinciais. Essa descentralização, apesar de bem-sucedida no combate às revoltas, fortaleceu as províncias perante o governo central e contribuiu para a queda dos Qing.

⁵ A rebelião Taiping surgiu no sul da China, sob a liderança de Hong Xiuquan. Após fracassar em exames para integrar o mandarinato e ter sérios problemas de saúde, Hong converteu-se ao cristianismo. A rebelião propunha essencialmente a destruição das instituições tradicionais chinesas e sua substituição por um fundamentalismo cristão e por um igualitarismo radical — social e de gênero. Os estrangeiros, incluídos os manchus, eram vistos como “demônios a serem expulsos da China” (SPENCE, 1990).

⁶ O imposto Lijin era uma espécie de tarifa alfandegária sobre o comércio entre províncias.

Na corte existiam duas correntes principais quanto à forma de reagir aos estrangeiros. A primeira era favorável à modernização, através da adoção das práticas estrangeiras com o objetivo de fortalecer a China e preservar suas instituições.⁷ Essa ala tinha no Príncipe Gong (1850–1898) e em mandarins como Li Hongzhang (1823–1901) seus principais defensores. Outra corrente, liderada pela Imperatriz Regente Cixi (1835–1908) e apoiada por conselheiros imperiais, via o Ocidente com uma mistura de desprezo pela “cultura bárbara” e de temor pela possível ocidentalização e destruição das instituições tradicionais chinesas (KISSINGER, 2011; ROBERTS, 2012).

Houve reformas institucionais e educacionais sob a liderança da ala modernizadora, que tinham por objetivo possibilitar o maior aprendizado das práticas ocidentais. Foram também abertas empresas estatais para construir uma rede de infraestrutura e estimular uma incipiente revolução industrial e militar na China. Essas iniciativas, entretanto, não lograram cumprir seu objetivo de refortalecer a China. Isso se deveu à oposição de boa parte da corte e, principalmente, por não haver capital suficiente para realizar os altos investimentos que se faziam necessários. Nesse caso, tanto a erosão do sistema tributário chinês quanto à descentralização do poder do governo central vieram a se tornar fatais.

A rivalidade com o Japão em torno da Coreia escalou para a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894–1895). A vitória japonesa e as concessões territoriais resultantes do Tratado de Shimonoseki⁸ contribuíram para o aumento das tensões internas. Surgiram forças reformistas, como Sun Zhongshan (Sun Yat-Sen) (1866–1925) e outros, que influenciaram a “Reforma dos 100 dias” do Imperador Guangxu (1871–1908). Ascenderam, entretanto, forças conservadoras, como a Sociedade dos Boxers, oriundos da província de Shandong. Os Boxers atacavam os estrangeiros, mas pregavam a restauração da Dinastia Qing. Quando avançaram sobre Pequim, passaram a receber o apoio de Cixi e da elite manchu, que viam uma oportunidade de derrotar os invasores. Ao derramamento de sangue estrangeiro, seguiu-se a chegada de 20.000 tropas, que esmagaram a união dos revoltosos com o Exército Imperial.

Ficara patente, mesmo para os conservadores, a necessidade de reformas. Durante a primeira década do século XX, o Príncipe Chun, regente em nome do filho — o imperador Puyi — realizou reformas para retomar a centralização do poder e o fortalecimento da elite

⁷ Este movimento seria chamado de “autofortalecimento”. Posteriormente, surgiria o conceito “tiyong”, tendo os valores e instituições tradicionais chinesas como fundamento moral e as práticas ocidentais como meio, sugerindo, portanto, uma mediação entre a China e o Ocidente.

⁸ O Tratado de Shimonoseki celebrado em 1895 encerrou a I Guerra Sino-japonesa e marcou o início da supremacia japonesa no Leste Asiático.

manchu. O desfecho da Revolta dos Boxers provara a incapacidade da Dinastia Qing de atender às necessidades e anseios e defender os interesses da população chinesa: em suma, perderam o “mandato dos céus”. Assim, sua queda se aproximava.

Em 1911, após o governo central propor a aquisição da rede ferroviária junto às províncias por um valor inferior ao investimento original, estourou a revolta. Diversas províncias declararam independência, muitas das quais elegeram Sun Zhongshan como seu presidente. Sun Zhongshan, após fracassar em tentativas revolucionárias no Sul da China, fundou, no Japão, a Aliança Revolucionária (AR). Yuan Shikai, um oficial do governo central, convenceu a Dinastia Qing a abdicar do poder e nomeou-se presidente. Sun renunciou em prol de Yuan, em nome de um arranjo que garantiria o papel da AR no novo governo. O arranjo durou pouco, graças a discordâncias sobre medidas de governo, e Yuan tentaria centralizar o poder em torno dele. A AR uniu-se então a outros quatro blocos políticos, formando o Guomindang⁹ e obtendo enorme vitória nas eleições parlamentares de 1913.

O governo de Yuan sofreu, entretanto, um duro golpe no início da Primeira Guerra Mundial, quando o Japão declarou guerra à Alemanha para tomar as suas posses na China e no Pacífico. Os japoneses também impuseram à China um programa de “21 Demandas” ao governo chinês, divididas em cinco grupos. Os quatro primeiros ampliavam os direitos territoriais e econômicos japoneses na China em Shandong, na Manchúria e na Mongólia Interior. O último grupo alienava parte da soberania chinesa ao Japão. O governo japonês acabou retirando o último grupo, mantendo 13 Demandas, aceitas pela China. O dia da assinatura do tratado, 25 de maio de 1915, ficou marcado como o da “humilhação nacional” e foi um duro golpe à posição de Yuan Shikai (ROBERTS, 2012; SPENCE, 1990; PAINE, 2012).

Yuan Shikai declarou-se imperador, ao que se seguiram novas revoltas provinciais. Yuan morreu em 1916 e deixou um vácuo de poder, ocupado pelos senhores da guerra, líderes políticos e militares provinciais/regionais providos de exércitos próprios (FRANKE; TRAUZETTEL, 1973; ROBERTS, 2012, p. 305). À desordem crescente e à crise econômica, somou-se o fracasso da diplomacia chinesa no Tratado de Versalhes (1919), quando foi decidido que os direitos japoneses sobre Shandong seriam mantidos. Esse foi o estopim do movimento de Quatro de Maio de 1919. Este movimento consistiu em protestos na Praça da Paz Celestial (Tiananmen), em Pequim, voltando-se contra as instituições tradicionais, consideradas símbolos do atraso chinês. Sua inspiração era ocidental, mas

⁹ Guomindang significa Partido Nacional do Povo.

heterogênea: tinha grupos comunistas, liberais e social-darwinistas, por exemplo (ROBERTS, 2012)

Dois dos líderes do Quatro de Maio de 1919, Chen Duxiu e Li Dazhao, criaram em 1921 o Partido Comunista Chinês (PCCh). Ele rapidamente passou a ser orientado pelo Komintern¹⁰. Visto que era inicialmente um partido pequeno, o PCCh foi orientado a unir-se ao Guomindang, tendo em vista o objetivo comum de acabar com os senhores da guerra, dando início à primeira frente unida. Com apoio da URSS, foi criada a Academia Militar de Whampoa (1924), no Sul da China, onde se formou grande parte dos líderes militares nacionalistas e comunistas.

De lá partiu a Expedição ao Norte, em 1926, com o objetivo de tomar Pequim. Durante a guerra, evidenciaram-se os rachas entre a direita e a esquerda do Guomindang e o PCCh. Seu ápice foi durante a tomada de Xangai, em 1927, quando Jiang Jieshi, substituto de Sun Zhongshan no comando do Guomindang, uniu-se aos estrangeiros e aos empresários na repressão aos sindicatos, o que provocou o rompimento da “frente unida”. Seguiu-se uma guerra civil entre o Guomindang e o PCCh. O conflito não foi interrompido com a tomada da Manchúria pelo Japão, em 1931. Mesmo com a crescente ameaça japonesa, Jiang Jieshi continuava perseguindo os comunistas por considerá-los uma ameaça maior do que os japoneses¹¹. No início de 1937, Jiang Jieshi foi pressionado por parte de seus próprios generais a negociar uma frente única com o PCCh (ROBERTS, 2012, p. 335).

O incidente da “Ponte Marco Polo”¹² em Pequim, em 1937, marcou o início da Segunda Guerra Sino-Japonesa. A superioridade militar japonesa era clara. O governo chinês de Jiang Jieshi foi empurrado de Nanquim para o sudoeste até estabelecer-se em Chongqing. O conflito com a China passou a esgotar o Japão, que não conseguia definir militarmente a guerra e tampouco conseguia se retirar¹³. Seguiu-se uma estratégia de cercamento que buscava cortar as fontes de recursos das forças chinesas. O Japão invadiu o Sudeste Asiático, garantiu a neutralidade da Rússia e do Reino Unido (que dominava a Birmânia e o porto de Hong Kong), e a França, invadida pela Alemanha, viu suas colônias capitularem para os

¹⁰ O Komintern (1919-1943) também conhecida como internacional comunista, foi uma organização fundada por Vladimir Lênin e pelo Partido Comunista Soviético (PCUS) com o objetivo de reunir os partidos comunistas de vários países diferentes.

¹¹ Jiang Jieshi priorizou o combate aos comunistas, pois considerava os japoneses como uma “doença de pele”, ao passo que os comunistas eram uma “doença do coração” (ROBERTS, 2012, p. 335).

¹² O incidente da “Ponte Marco Polo” foi uma batalha entre o Exército Nacional Revolucionário da República Popular da China e o Exército Imperial do Japão.

¹³ Um dos principais exemplos desse impasse militar foi que os japoneses só conseguiram tomar a cidade de Changsha, um dos principais entroncamentos ferroviários do país, no Sul da China, na quarta tentativa, em 1944.

japoneses. Os Estados Unidos, por sua vez, escalaram as tensões com o Japão em virtude da ocupação da China, chegando ao embargo de sucata e petróleo. As tensões escalaram e, em fins de 1941, os japoneses perpetraram um ataque à base naval estadunidense de Pearl Harbor (Havaí)¹⁴, provocando a guerra com os Estados Unidos e seus aliados. Após mais três anos de conflito em diversas frentes, o Japão capitulou e foi expulso da China.

Após a expulsão dos japoneses, o PCCh e o Guomindang buscaram entrar em acordo sobre um governo chinês e a reconstrução do país. A incapacidade de atingir um entendimento provocou o reinício da Guerra Civil. A partir de 1948, os comunistas obtiveram a vantagem, tomando os principais centros industriais na Manchúria e isolando as forças nacionalistas. Pequim foi tomada pelo PCCh em janeiro de 1949. Em junho, os comunistas conquistariam Xangai e Nanquim. A Guerra Civil ainda duraria até dezembro do mesmo ano, quando Jiang Jieshi e dois milhões de seguidores rumariam para Taiwan.

2.3 Consolidação do Partido e do Estado: a primeira fase da China comunista (1949–1978)

A China havia passado por 110 anos de fragilidade, instabilidade política e guerras de forma quase ininterrupta. Pequim fora tomada em janeiro, mas apenas em outubro, com a revolução consolidada, Mao Zedong proclamou a República Popular em Pequim. Após a revolução, havia uma árdua tarefa de reconstrução. Uma das primeiras medidas foi a criação, em setembro, de seis regiões militares, com o objetivo de evitar sublevações. Na mesma época, o partido reuniu a sua Primeira Conferência Política Consultiva do Povo, que promulgou uma Lei Orgânica e um Programa Comum. A Lei Orgânica estabelecia a “ditadura democrática”, que propunha uma frente unida contra o imperialismo entre as quatro classes que compunham o povo chinês (proletariado, campesinato, pequena burguesia e burguesia nacional), sob a liderança do partido (MAO, 2004). O Programa continha as principais bandeiras do partido, como a da reforma agrária, a do investimento na indústria pesada e a da igualdade das mulheres. A maior parte do país foi reunificada, com exceção da Mongólia

¹⁴ Cabe destacar que esta operação foi realizada simultaneamente a diversas outras contra aliados ocidentais no Sudeste Asiático. As motivações que levaram o almirante Yamamoto Isoroku a optar pelo ataque à base de Pearl Harbor não são, ainda hoje, óbvias do ponto de vista estratégico e mesmo operacional, visto que todos os esforços do país estavam concentrados em uma guerra contra a China.

Exterior¹⁵, Taiwan, Hong Kong e Macau. A reintegração dos três últimos ao território chinês viria a se tornar um dos elementos norteadores da Política Externa e de Segurança da China.

A adoção da “Ditadura Democrática” como princípio político logo após a Revolução resultou da necessidade de consolidar a nascente república. Durante esse período, havia duas principais tendências sobre a forma como governar o país, defendidas respectivamente por Mao Zedong e por Liu Shaoqi. A linha maoísta se caracterizaria pela defesa do rápido desenvolvimento econômico, baseado na indústria pesada e no combate contínuo aos elementos não revolucionários, como a burguesia (DITTMER, 1998; MAO, 1958; ROBERTS, 2012). A corrente de Liu Shaoqi propunha um desenvolvimento econômico incremental, com prioridades distribuídas, e a aceitação da participação social de indivíduos e grupos que tivessem histórico contrarrevolucionário, contanto que anuíssem à liderança do partido (DITTMER, 1998; LIU, 1939; 1957; ROBERTS, 2012). A partir de 1949, as duas principais correntes se revezaram no comando do país, com predominância da linha maoísta até 1978.

Após a Guerra Civil, o país precisava ser reconstruído.¹⁶ Apesar da intenção de se manter não alinhado, fazia-se necessário recorrer ao auxílio soviético. Desse modo, em dezembro de 1949, Mao fez à URSS sua primeira viagem internacional como Presidente, onde negociou os termos de um novo tratado, que seria assinado em fevereiro de 1950, sob o nome de Tratado Sino-Soviético de Amizade, Aliança e Assistência Mútua.¹⁷ No plano interno, a China prosseguia com o processo de reformas e reconstrução de sua economia. Inicialmente, muito em virtude da parceria com a União Soviética, a prioridade era o desenvolvimento da indústria pesada, que demandava altos investimentos de capital, emprestado pela União Soviética. Em 1953, foi lançado o Primeiro Plano Quinquenal da China. Este plano mantinha a prioridade sobre as indústrias pesadas e iniciava a coletivização da agricultura. A URSS continuou a promover o que seria chamado de o “[...] maior programa de transferência de tecnologia da história [...]” (ROBERTS, 2012, p. 368). De acordo com Roberts (2012, p. 364-365), foram aprovados 281 projetos industriais, especialmente nos ramos siderúrgico, energético e de bens de capital. Por essa razão, crescia enormemente a dívida da China com a União Soviética (ROBERTS, 2012).

¹⁵ A Mongólia Exterior havia se tornado uma República Popular em 1924.

¹⁶ Ao longo da guerra total contra o Japão e da segunda fase da Guerra Civil (1937-1949), o PIB industrial caiu pela metade e as principais linhas ferroviárias foram danificadas. A produção de grãos caiu mais de 20% e a de algodão quase 50% (CHEN, 1996)

¹⁷ O Tratado previa auxílio mútuo em caso de ataque por outra potência e repassava à China o equivalente a 300 milhões de dólares em empréstimos e assistência material (CHEN, 1996, p. 77; ROBERTS, 2012, p. 360)

Desta feita, o ambiente regional era potencialmente instável e seus acontecimentos tornavam-se fundamentais na dinâmica do sistema internacional. O Guomindang se instalara em Taiwan, a Coreia encontrava-se dividida¹⁸, o Japão estava ocupado pelos Estados Unidos e iniciavam-se as guerras de independência no Sudeste Asiático. Além disso, a “perda da China” gerava um debate bastante acalorado nos Estados Unidos que influenciou a atuação do país na Ásia (KISSINGER, 2011). A China, na visão pós-guerra de Franklin Roosevelt, seria um dos “policiais” do mundo, e era o elemento-chave da política estadunidense para a região (KISSINGER, 1994, 2012). Com a Revolução, os Estados Unidos tornaram o Japão seu principal aliado regional — o que influenciou diretamente a industrialização do último. Logo surgiram disputas que envolveriam China, União Soviética e Estados Unidos.

A parte norte da Península Coreana era liderada por Kim Il-Sung e apoiada pela URSS; a parte sul era liderada por Syngman Rhee e apoiada pelos EUA. Após a declaração das duas repúblicas, em 1948, seguiram-se provocações e tentativas de desestabilização de ambas as partes, e, em junho de 1950, o Norte invadiu o Sul. No primeiro momento da guerra, os norte-coreanos obtiveram sucesso, avançando ao Sul e encurralando os sul-coreanos no Perímetro de Busan (sudeste do país). A ONU aprovou um mandato para restauração da situação inicial e o objetivo foi cumprido após o desembarque das forças lideradas pelo General Douglas MacArthur. As forças de MacArthur, entretanto, excederam o mandato e invadiram o norte, aproximando-se do rio Yalu na fronteira da Coreia com a China. Concomitantemente ao envio de tropas para a Coreia, os Estados Unidos destacaram sua Sétima Frota para o Mar do Leste da China para supostamente proteger Taiwan (KISSINGER, 2011; MARTINS, 2013).

Portanto, no contexto da crise coreana, a China tinha de lidar com três questões: a primeira era a necessidade de contar com o auxílio soviético para a reconstrução do país e para o desenvolvimento industrial; a segunda era a invasão da Coreia, que fora a plataforma japonesa para invasão da Manchúria e do restante da China na década de 1930 e ainda abrigava grande parte da base industrial chinesa; a terceira era a conexão entre o conflito na Coreia e a Guerra Civil por Taiwan. Ainda em janeiro de 1950, no entanto, o Exército de Libertação do Povo (ELP) já havia enviado tropas de coreanos étnicos para a Coreia do Norte

¹⁸ Durante a primeira viagem de Mao à URSS, ele, Stalin e Kim Il-Sung (líder da Coreia do Norte) já debatiam acerca da possibilidade de reunificação coreana. Cabe destacar que a península coreana fora ocupada pelas tropas dos EUA e da URSS ao final da II Guerra Mundial, o que originou uma divisão política profunda após a proclamação da República Democrática Popular da Coreia (Coreia do Norte) e da República da Coreia (Coreia do Sul). Um mês antes, o então Secretário de Estado estadunidense Dean Acheson havia afirmado que o “perímetro defensivo” dos EUA na Ásia iria das Aleutas ao Japão, do Japão às ilhas Ryukyu e das ilhas Ryukyu às Filipinas, deixando de fora a península coreana e Taiwan (EUA, 1950).

(CHEN, 1996). O envio de tropas pela China se deu no contexto de visita de Mao à Rússia¹⁹ e de negociações do Tratado Sino-Soviético.

A aproximação com a União Soviética também tinha o caráter de balancear a ameaça estadunidense. A cúpula do governo chinês acreditava que, mais cedo ou mais tarde, entraria em um enfrentamento militar com os Estados Unidos. Zhou Enlai, então, desenvolveu a teoria de que a confrontação com os EUA ocorreria em três frentes inter-relacionadas: Indochina (Vietnã), Coreia e Taiwan (CHEN, 1996). Tal percepção fora reforçada com o envio da sétima frota ao estreito de Taiwan, simultaneamente ao ingresso das tropas da ONU, lideradas pelos EUA, na Guerra da Coreia; a perspectiva do envio de 500 mil nacionalistas para lutar na península coreana; e a declaração do próprio Gen. Douglas MacArthur de que o objetivo da missão que liderava era a invasão da China (KISSINGER, 2011; 1951..., 1951; MARTINS, 2013).

Assim, quando as forças da ONU se aproximaram do Yalu, o ELP ingressou definitivamente no conflito em apoio às forças norte-coreanas. Após os norte-coreanos terem recuperado o território a norte do paralelo 38, porém, a guerra entrou em uma fase de atrito, sem ganhos significativos de território para qualquer um dos lados. A situação se manteve até julho de 1953, quando foi assinado o armistício entre Coreia do Norte e Estados Unidos. O final da Guerra da Coreia não deve ser considerado um mero empate, pois o poderio estadunidense era bastante superior, ainda assim, foi neutralizado pelas forças chinesas e norte-coreanas, não obstante o alto custo humano do conflito.

Durante a década de 1950, o Estreito foi palco de enfrentamentos entre Taiwan e o continente. Em 1954, Jiang Jieshi ordenou o envio de 73 mil homens para as ilhas de Jinmen (Kinmen ou Quemoy) e Mazu (Matsu) e a resposta do continente foi o bombardeio das ilhas (PIKE, 2011a). Em dezembro, Taipei e Washington assinaram um Tratado de Defesa Mútua, em caso de ataque de Pequim às ilhas de Taiwan e Penghu, mais ao sul como demonstra o Mapa 1 (GUSS, 2007), de modo que o ataque continental a Jinmen e Mazu prosseguiu no início de 1955. Os Estados Unidos ameaçaram utilizar armas nucleares e, diante da falta de apoio soviético, a China optou por recuar (MARTINS, 2013; PIKE, 2011a).

Na primeira metade da década de 1950, a China teve de lidar com a chantagem nuclear estadunidense em vários momentos: durante a Guerra da Coreia (1950–1953); durante as guerras de independência na Indochina (1950–1954) e durante a Primeira Crise do Estreito de Taiwan (1954, mapa do estreito na página 33) (MARTINS, 2013). A consequência foi o

¹⁹ O líder chinês visitou a URSS entre dezembro de 1949 e fevereiro de 1950 (CHEN, 1996).

surgimento de um intenso debate na cúpula do PCCh. De um lado, a ala liderada por Liu Bocheng e Ye Jianying defendia a criação de um programa nuclear militar próprio, que eventualmente demandaria um crescimento industrial acelerado acima do normal; de outro, a corrente de Peng Dehuai acreditava que o desenvolvimento de capacidades deveria ser consonante ao desenvolvimento econômico, de modo que, num primeiro momento, o guarda-chuva nuclear soviético seria capaz de assegurar a dissuasão chinesa e o país deveria se concentrar no desenvolvimento de capacidades convencionais (GODWIN, 1988; MARTINS, 2013).

Mapa 2 — Mapa do Estreito de Taiwan



Fonte: Guss (2007).

Após o encerramento da Primeira Crise do Estreito, o governo do Guomindang continuou reforçando seus efetivos em Jinmen e Mazu, e em 1957 os EUA enviaram seu 868º Esquadrão Missilístico Tático, com unidades do sistema Matador²⁰, capazes de disparar ogivas nucleares com alcance de cerca de 1000 km e, portanto, atingir grandes cidades chinesas (PIKE, 2011b). A possibilidade — ainda que não comprovada — de que o

²⁰ O sistema Matador consistia em um míssil cruzador tático superfície-superfície que carregava ogivas nucleares (MGM-1).

Guomindang poderia acionar as bombas era um fator agravante nos cálculos chineses. Em 1958, Mao tomou a decisão de atacar novamente as ilhas. Repetiu-se o processo da Primeira Crise: após a ameaça nuclear estadunidense, a China recebeu um tímido apoio soviético. Após terem constatado que não poderiam contar com o guarda-chuva nuclear soviético, os chineses adotaram a política do Grande Salto Adiante de Mao (CHEN, 2001; ROBERTS, 2012). Diante desse quadro, a recusa soviética em transmitir tecnologia para o desenvolvimento do programa nuclear militar chinês²¹ e a falta de apoio à China na Segunda Crise do Estreito de Taiwan motivaram a ruptura entre China e União Soviética, que ocorreria de fato três anos mais tarde (MARTINS, 2013; PIKE, 2011c).

O afastamento sino-soviético iniciara-se ainda em 1956, com a ascensão de Nikita Khrushchev ao poder na URSS. Khrushchev havia promovido a “desestalinização” e a coexistência pacífica com os Estados Unidos e o mundo capitalista. Para Mao, a influência do revisionismo soviético poderia colocar em risco a legitimidade do PCCh. A Coexistência Pacífica surgia dois anos após os chineses terem enfrentado a chantagem nuclear americana na Primeira Crise do Estreito, em 1954 e três anos após o fim da Guerra da Coreia. Assim, considerando a sua rivalidade latente com os Estados Unidos, a China não poderia confiar em um aliado que queria, a todo custo, evitar uma guerra com o seu principal inimigo.

No plano interno, pouco tempo antes, líderes do PCCh como Liu Shaoqi, Zhou Enlai e Deng Xiaoping tinham passado a defender maior aproximação com os intelectuais, como forma de evitar o isolamento do partido com relação à sociedade e, simultaneamente, atrair os melhores quadros para participar do esforço de desenvolvimento nacional. Foi nesse contexto que Mao lançou a Campanha das Cem Flores, em 1957, na qual pregava que o debate intelectual contribuiria para o desenvolvimento do Partido e da China. Após o aparecimento de grandes críticas ao partido, a Mao e à corrupção de oficiais, o PCCh, fortemente influenciado por Mao e na figura dele, criticou os excessos e iniciou o Movimento Antidireitista contra aqueles que ele classificava como revisionistas (ROBERTS, 2012).

Há ainda grande debate sobre a intenção do Partido com a Campanha das Cem Flores e o Movimento Antidireitista que se seguiu a ela, com autores afirmando que ambos os movimentos foram premeditados por Mao (ROBERTS, 2012). Através da perspectiva das tendências concorrentes do partido é possível argumentar que Mao necessitava angariar apoio para colocar seu projeto de desenvolvimento industrial acelerado em prática e devia acomodar-se ao partido. A reviravolta, isto é, a repressão àqueles que criticaram abertamente

²¹ Já havia um programa civil, em cooperação com a União Soviética (ROBERTS, 2012)

o partido, fora um movimento político de Mao, mas foi bem-sucedida apenas após o partido e o ELP terem se convencido de que as críticas representavam um risco à revolução.

Concomitante à Segunda Crise do Estreito ocorria o Congresso de Beidaihe²², no qual foi finalizado e apresentado o Segundo Plano Quinquenal, que viria a ser chamado de o Grande Salto Adiante. Ele refletia a ideia de Mao de que a China, com a experiência revolucionária adquirida em três décadas, poderia tomar um curso autônomo à União Soviética e adequado às realidades chinesas (KISSINGER, 2011). Desse modo, a formulação do Segundo Plano Quinquenal foi marcada por um crescente distanciamento político com relação à União Soviética e pela necessidade de responder à ameaça nuclear estadunidense.

O Grande Salto Adiante tinha como elemento central a mobilização de grandes contingentes de mão de obra do setor agrícola para o setor industrial, criando comunas industriais rurais²³, com o objetivo de aumentar a uma velocidade absurda a produção nacional de ferro e aço — a meta anunciada era alcançar a produção de aço britânica em 15 anos (DAMAS, 2014; ROBERTS, 2012). Inicialmente, o plano apresentou indicadores positivos na produção de ferro e aço, o que levou a cúpula do governo a aumentar as metas. Diante de metas cada vez mais ambiciosas e considerando o complicado ambiente político surgido com o Movimento Antidireitista, muitos quadros do partido temiam ser considerados como direitistas e inimigos da revolução, manipulando os indicadores. O ciclo vicioso teve resultados desastrosos: a produção de grãos caiu enormemente, em virtude da redução na mão de obra agrícola; os trabalhadores tinham de enfrentar jornadas de trabalho desumanas para cumprir as metas irreais. Entre 1958 e 1961, estima-se que o saldo tenha sido entre 16 e 27 milhões de mortos.²⁴

A partir de 1959, quando os verdadeiros resultados do Grande Salto Adiante começaram a aparecer, intensificou-se a crítica a Mao Zedong, visto como responsável pela formulação e execução do programa. Assim, o Grande Timoneiro fora, aos poucos, perdendo a força política, até ser substituído por Liu Shaoqi como Presidente em 1959. A partir de então o Grande Salto Adiante passou a ser revertido no plano interno com o restabelecimento de uma mão de obra agrícola e a economia nacional passou a dar sinais de reação. Liu Shaoqi

²² Chama a atenção o fato de que os primeiros ataques oriundos do continente ocorreram em 22 de agosto e o Congresso iniciou-se em 23 de agosto. Se houve uma conexão entre os dois fatos, isto não reduziria a importância dos outros fatores que contribuíram para a Segunda Crise do Estreito.

²³ Cabe o destaque de que isso acarretava a descentralização da produção industrial, tornando-a menos vulnerável a possíveis ataques nucleares.

²⁴ O ambiente político se radicalizou a tal ponto e a centralização do poder na figura de Mao foi tanta que Peng Dehuai fora destituído do cargo de Ministro da Defesa por ter simplesmente enviado uma carta pessoal a Mao, alertando-o sobre os problemas ocorridos durante a implementação do Grande Salto Adiante (ROBERTS, 2012).

permanecia como presidente e Mao, que ainda liderava a Comissão Militar do Partido, estava fora das atividades cotidianas do governo, mas manifestava-se de forma ocasional, fazendo sérias críticas ao partido, atacando a corrupção e alegando um “distanciamento” entre o PCCh e o povo. Para Mao, ficava cada vez mais claro que o partido estava corrompido e deveria ser destruído. Para Liu Shaoqi, a solução estava na correção dos problemas do partido e no seu fortalecimento (ROBERTS, 2012).

Em sequência, três tipos de grupos em sintonia com a posição maoísta surgiram a partir de 1964 e contribuíram para a mudança no cenário político do país: certos setores descontentes da sociedade, especialmente a juventude urbana; intelectuais e artistas, sob a liderança de Jiang Qing, esposa de Mao; e uma ala das forças armadas, que tinha em Lin Biao sua referência (HARDING, 1991). A partir dessa moldura, teve início a Revolução Cultural, que consistia no ataque direto à ordem e às instituições, incluindo o partido, tidos como corrompidos. O resultado mais imediato foi o retorno de Mao à posição central do poder na China.

No âmbito externo, a Revolução Cultural coincidiu com uma postura isolacionista por parte da China. Além da ruptura com a União Soviética, a China adotava uma postura confrontacionista com relação aos Estados Unidos e ao mundo capitalista; havia entrado em guerra com a Índia, graças a disputas fronteiriças e à rivalidade em torno do Tibete; e fomentava movimentos comunistas no exterior no Sudeste Asiático e na Índia, muitas vezes compostos por chineses de ultramar. A própria criação da ASEAN foi motivada pela necessidade de conter o avanço do comunismo na região, bem como o apoio que a China dava a esses movimentos (PINTO, 2000).

Ao final da década de 1960, como consequência do comportamento isolacionista e agressivo da política externa chinesa a partir da Revolução Cultural, a China estava cercada por um ambiente internacional hostil. Além das tensões crescentes com a União Soviética, havia uma Guerra Civil não resolvida contra o Guomindang (Taiwan); uma Índia humilhada pela guerra de 1962 e que abrigava um autoproclamado governo tibetano no exílio; o Japão, um adversário emergente; e os Estados Unidos da América, para quem a China era um inimigo (KISSINGER, 2011).

Foi nesse contexto que a China passou a repensar sua Política Externa e de Segurança. Prova disso foi a reconvocação de quatro marechais (Chen Yi, Nie Rongzhen, Xu Xiangqian e Ye Jianying) expurgados durante a Revolução Cultural para elaborar um estudo sobre as opções estratégicas para a China. Em seu estudo, chegaram à conclusão de que a União Soviética era o rival mais perigoso da China. Mais do que isso, após novas análises,

passaram a considerar que os Estados Unidos não poderiam se dar ao luxo de assistir “à luta de dois tigres”, por temer que uma vitória soviética criaria um império mais poderoso que o estadunidense — particularmente no período em que este país parecia relativamente mais enfraquecido. A melhor saída, nesse caso, seria reiniciar e elevar os contatos diplomáticos com os EUA (KISSINGER, 2011; XIA, 2006).

A percepção de que Washington seria forçada a tomar o lado chinês em um conflito sino-soviético explicaria porque os chineses atacaram, de forma preemptiva, uma guarnição soviética na ilha de Zhenbao/Damansky, no rio Ussuri, na fronteira entre o nordeste da China e o sudeste russo. Os choques entre tropas chinesas e soviéticas, iniciados em março de 1969, duraram seis meses²⁵ e, apesar do número limitado de baixas (cerca de 200), teve grandes implicações geopolíticas. A primeira é que a União Soviética teve de deslocar um altíssimo número de tropas para as fronteiras. A segunda é que os Estados Unidos viram na rota de colisão à qual se dirigiam os dois gigantes socialistas uma oportunidade para se reaproximar da China. Como o próprio Kissinger (1994; 2012) escreveria mais tarde, tal aproximação ensejaria o triângulo estratégico de Nixon, com o balanceamento da União Soviética.

As tratativas diplomáticas entre Pequim e Washington, inicialmente informais, transformaram-se em contatos de alto nível, quando o então Assessor de Segurança Nacional dos EUA Henry Kissinger e o Presidente Richard Nixon visitaram a China em 1971 e 1972, respectivamente. Da visita deste, resultou o Comunicado Conjunto de 1972, que marcava o reconhecimento diplomático da República Popular da China pelos Estados Unidos e da existência de uma única China, em que a questão de Taiwan passou a ser considerada assunto interno chinês (JOINT, 1972).

Para os Estados Unidos, o reatamento com a China estava em consonância com as ações tomadas por Nixon: a Doutrina Guam, lançada em 1969, transferia aos aliados estadunidenses a responsabilidade por sua própria segurança; a desvalorização do dólar com a quebra do padrão-ouro desincentivou as importações do Japão e da Europa aos EUA e incentivou estes centros econômicos a aumentar o investimento externo direto (IED). No caso do Leste Asiático, esse processo foi especialmente marcante porque possibilitou a expansão da rede de subcontratação japonesa, fomentou o surgimento dos Tigres Asiáticos²⁶ e, posteriormente, garantiu a modernização da indústria chinesa (ARRIGHI, 1998).

²⁵ Além dos choques no Rio Ussuri, ocorreriam outros também na fronteira ocidental, especificamente entre Xinjiang e Tielieketi (região hoje administrada pelo Cazaquistão)

²⁶ Na primeira fase, Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura, Taiwan; na segunda fase, Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã.

Resumidamente, através do *buck-passing*²⁷ e do *burden-sharing*²⁸, o governo Nixon lançou, involuntariamente, as bases do regionalismo e da multipolaridade.

Na esteira da reaproximação com os Estados Unidos, o caminho estava livre para a retomada de contatos diplomáticos com outros países. Entre eles, destaca-se o Japão. Desde a década de 1950, quando os japoneses readquiriram sua autonomia diplomática, mantiveram grandes fluxos de comércio com a China continental — que superaram o comércio com Taiwan ainda na década de 1950 — e relações extraoficiais através de entes privados, como associações de amizade entre os dois países (BURNS, 2000). A forte disputa interna a respeito da política para a China havia contribuído para que o país mantivesse o reconhecimento ao Guomindang como governo legítimo da China. A reaproximação sino-americana viabilizou, politicamente, o reatamento diplomático sino-japonês, realizado poucos meses após a visita de Nixon à China.

As relações políticas, por sua vez, abriram caminho para a assinatura de acordos econômicos e de cooperação técnica entre os dois países. Ao longo da década, o Japão tornou-se o maior parceiro comercial da China e o Banco de Exportação e Importação do Japão passou a oferecer crédito para investimentos japoneses naquele país. À época, a China exportava produtos primários, como petróleo cru e alimentos, e o Japão fornecia aço, maquinários e produtos químicos (BURNS, 2000; VISENTINI, 2012).

Na política interna, a situação ainda era turbulenta. A reaproximação com os Estados Unidos provocou reações, incluindo a acusação de que o Marechal Lin Biao, então Vice-Presidente e Ministro da Defesa, um dos principais apoiadores da Revolução Cultural e o sucessor indicado de Mao, teria tentado assassiná-lo. Após o fracasso desse golpe e sua descoberta, Lin morreu em um acidente aéreo na Mongólia quando alegadamente fugia para a União Soviética. Isso evidencia a intensa disputa pelo poder na cúpula do partido, apesar de Mao ter revertido algumas das políticas da Revolução Cultural. A situação acentuou-se depois da morte de Lin Biao, pois ficara em aberto quem seria o sucessor do Grande Timoneiro. Iniciou-se então uma luta política entre a corrente de Zhou Enlai, Chen Yi e Deng Xiaoping e a ala de Jiang Qing (esposa de Mao), Zhang Chunqiao, Yao Wenyuan e Wang Hongwen. Os últimos ficariam conhecidos como o “Bando dos Quatro”.

A reabilitação de figuras como Deng Xiaoping possibilitou o ressurgimento dos antigos aliados de Liu Shaoqi, que pregavam uma mudança de curso, com a adoção de uma

²⁷ *Buck-passing* significa literalmente “passando o balde”, isto é, passar os custos, nesse caso, de manutenção da ordem regional.

²⁸ *Burden-sharing* significa literalmente “compartilhamento do fardo”, isto é, dividir os custos, neste caso, de manutenção da ordem regional.

estratégia de desenvolvimento gradual e sustentável. Ainda em 1975, Zhou Enlai propôs que a China deveria realizar “Quatro Modernizações”: na agricultura, na indústria, na defesa e na ciência e tecnologia. A proposta não foi adiante, de modo que no ano seguinte foi aprovado o “Plano de Dez Anos”, que previa prioridade de investimento na indústria pesada, ao modelo soviético. (GAO, 2008; ROBERTS, 2012).

Àquela época, os radicais ainda detinham grande poder no partido e pouco depois Zhou foi vítima de nova perseguição política e afastado de suas funções, vindo a falecer em decorrência de um câncer em janeiro de 1976. Sua morte causou comoção popular, com uma manifestação em sua memória na Praça da Paz Celestial em Pequim. O “Bando dos Quatro” mobilizou o Exército para reprimir os manifestantes e retirou Deng Xiaoping de todos os cargos políticos por considerá-lo como a mente por trás do incidente (GAO, 2008; KISSINGER, 2012; ROBERTS, 2012).

Após a morte de Zhou Enlai, em janeiro de 1976, o Presidente Mao nomeou como Premiê Hua Guofeng, que não tinha vínculo com qualquer das duas correntes. Em setembro do mesmo ano, Mao Zedong morreu e foi sucedido por Hua, que alegava ser o herdeiro do legado maoísta. Pouco menos de um mês depois, o novo Presidente mandou prender o “Bando dos Quatro” por conspirarem para tomar o poder. Todos acabariam julgados e condenados em 1981.

A morte de Mao Zedong e a prisão do “Bando dos Quatro” significavam o final da Revolução Cultural. O culto à desordem quase cumpriu o objetivo de destruir o partido, pois muitos dos seus líderes acabaram expurgados por serem considerados inimigos da Revolução. Nesse período, a China buscou fazer uma transformação direta da superestrutura. Contraintuitivamente, isso rompeu com o pensamento de Marx, uma vez que este propunha a transformação da superestrutura como uma decorrência das mudanças nas forças e relações de produção (DAMAS, 2014; MARTINS, 2013). A China adotou uma política externa isolacionista e de promoção da revolução no exterior. O resultado foi o cercamento por vários inimigos. A reversão de curso da política externa, a partir do final da década de 1960 tem a ver com a constatação de um cenário externo totalmente desfavorável.

2.4 Aberturas com características chinesas: modernização e inserção internacional (1978-2002)

Esta seção tem por objetivo analisar o período que se seguiu à ascensão de Deng Xiaoping como figura principal do Partido Comunista Chinês e ao início das quatro

modernizações. Este período, conhecido como o da abertura, foi marcado pelo aumento substancial das interações da China com o mundo ocidental/capitalista, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político. Economicamente, a China passou pelo crescimento da participação da iniciativa privada, da atração de investimento estrangeiro, do aumento da parcela chinesa no comércio global e por um incrível processo de crescimento econômico. Política e estrategicamente, o país alinou-se inicialmente ao bloco liderado pelos Estados Unidos contra a União Soviética. Houve também um processo de institucionalização interna, que reverteu o legado da Revolução Cultural. Com a política de “um país, dois sistemas”, ganharam ímpeto os processos de reintegração de Taiwan, Hong Kong e Macau à soberania chinesa – embora apenas os dois últimos tenham sido concluídos. Com a mudança do quadro geopolítico ao final da Guerra Fria viu-se numa relação ambivalente – ora contida, ora integrada – com os países do antigo bloco capitalista/ocidental, vindo a optar por uma política de baixo perfil. Este período culmina com o final do governo Jiang Zemin e do ingresso da China na Organização Mundial do Comércio.

2.4.1 A ascensão da ala reformista e os dilemas da modernização (1978-1989)

A queda do “Bando dos Quatro” abriu caminho para o retorno dos reformistas ao poder, liderados por Deng Xiaoping. Após recuperar seu posto no Comitê Permanente do Politburo, em 1977, Deng ganhou influência no processo decisório e promoveu uma profunda alteração de curso. Politicamente, iniciou uma campanha de retificação, alterando gradualmente a posição oficial do partido sobre a Revolução Cultural, em um processo que culminaria no julgamento do Bando dos Quatro (MEZZETTI, 2000).

Sob a bandeira da restauração da ordem, em contraposição ao caos da Revolução Cultural, iniciou-se um processo de promoção das instituições políticas e judiciais (LO, 1995). Hua Guofeng, por exemplo, perdeu espaço, mas não foi preso nem morto com a ascensão de Deng Xiaoping. Em 1979, foi promulgada uma nova lei eleitoral, que estabelecia eleições diretas para congressos locais com mais candidatos do que vagas, e abria espaços para candidatos que não fizessem parte do PCCh (WOMACK, 1982). As primeiras eleições locais foram realizadas em 1980.

Em 1981, ocorreu o julgamento do “Bando dos Quatro”. A condenação era considerada certa antes mesmo de iniciado o júri. Apesar disso, o procedimento obedeceu a

trâmites legais e garantiu aos réus o direito à defesa²⁹. Ao final, foi confirmada a condenação de todos os acusados à pena de morte — posteriormente convertida em prisão perpétua — ou vinte anos de prisão.

Em 1985, o próprio Deng criou um comitê consultivo e se demitiu dos cargos executivos (com exceção da Comissão Militar do Partido), forçando a velha guarda do partido, composta em sua maioria por opositores das reformas, a fazer o mesmo (ROBERTS, 2012).

O governo chinês decidiu promover uma reestruturação gradual da sua economia, possibilitando aquisições de propriedades, o surgimento de um setor empresarial privado, a liberalização do comércio e a abertura ao exterior, através da importação de maquinário e tecnologia e a atração de investimentos externos. Tudo isso sem, entretanto, abrir mão do planejamento e da regulação estatal.

Na agricultura houve profundas mudanças. A propriedade rural permaneceu coletiva e estatal, no entanto, instituiu-se a responsabilização familiar. Desse modo, o direito de uso da terra passou a ser concedido às famílias, de modo que esse direito poderia ser transferido para outras famílias mediante negociação e celebração de contratos. Os camponeses também foram autorizados a vender seus excedentes produtivos a preço de mercado. Entre 1978 e 1984 a produção de grãos subiu 34%, os produtos pecuários, 56%, e os laticínios, 230% (DAMAS, 2014; ROBERTS, 2012).

Em termos industriais, o plano era dobrar a produção de carvão, através da criação de oito novas minas, ampliar a produção de aço, o que inicialmente se daria através de uma parceria com a Alemanha e Japão. Além disso, o plano incluía a abertura de *joint-ventures* em Zonas Econômicas Especiais, aptas a receber investimento estrangeiro direto. Esse processo encontrava respaldo nas medidas de ampliação da força de trabalho qualificada, tendo em vista que existia uma defasagem em termos científico-tecnológicos para empreender as reformas. Quanto à defesa, o interesse era ampliar os gastos em defesa, modernizando suas forças armadas. O objetivo era gastar entre 7% a 10% do PIB com esse setor.

Em consonância com as reformas, a China adotou uma política externa que era ao mesmo tempo antissoviética e de aproximação com os países desenvolvidos, para atração de investimentos e tecnologia. Em 1978, a China assinaria um tratado de paz com o Japão e no ano seguinte com os EUA (e.g. TREATY, 1978). Em ambos os tratados, havia uma cláusula “anti-hegemônica”, na qual os signatários se comprometiam em não estabelecer uma

²⁹ As seções foram televisionadas e mostraram Jiang Qing, viúva de Mao, afirmando de forma categórica que era “o cão do Presidente Mao”.

hegemonia regional e a lutar contra qualquer potência que buscasse fazer o mesmo. No caso do tratado com o Japão, as questões de Taiwan e das ilhas Diaoyu/Senkaku, que viriam a causar estranhamento nas relações bilaterais nas décadas seguintes, ficaram à margem.

Essa rede de tratados acabou por criar um mecanismo institucional para a manutenção da estabilidade regional, através de uma divisão informal do trabalho. Os Estados Unidos, a partir da Doutrina Guam, reduziram sua participação militar na defesa de seus aliados. Na prática, como se tornaria mais nítido a partir da década de 1980, os Estados Unidos voltar-se-iam para um cenário de guerra contra a União Soviética na Europa, por meio da OTAN. O Japão tinha limitações políticas internas e externas para investir no setor de defesa e não poderiam garantir completamente a sua própria segurança, tampouco atuar em questões de segurança regional. Por outro lado, os japoneses investiriam largamente na economia chinesa e seriam responsáveis por transferir tecnologia. Assim, caberia à China o papel de conter a União Soviética no Leste Asiático e de colocá-la diante da perspectiva de uma guerra em duas frentes.

Desse modo, quando o Vietnã invadiu o Camboja, os chineses mobilizaram suas tropas e atacaram aquele país. Em termos táticos, a guerra foi desvantajosa para a China. O ELP teve cerca de 30 mil baixas contra cerca de 10 mil baixas das forças vietnamitas e, desse modo, o Vietnã continuou ocupando o Camboja. Por outro lado, do ponto de vista estratégico, pode-se argumentar que a China obteve o objetivo que pretendia: dissuadir uma intervenção soviética em favor do Vietnã (KISSINGER, 2011).

Já em 1978, a China contraiu seus primeiros empréstimos externos junto ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e no ano seguinte passaria a receber grandes investimentos japoneses, sob a forma de Auxílios Oficiais para o Desenvolvimento, que eram empréstimos a juros muito baixos ou doações. Ainda em 1978, foi anunciada a “Política de Portas Abertas”, que culminou, em 1980, na criação de Zonas Econômicas Especiais nas províncias de Guangdong e Fujian (ZENG, 2011). As ZEEs eram espaços com condições especiais para o comércio com o exterior, para a atração de investimentos externos e para a importação de maquinário e tecnologias físicas e não físicas (ZENG, 2011; ROBERTS, 2012).

A escolha de Zhuhai — ao norte de Macau —, Shenzhen — ao norte de Hong Kong —, Shantou e Xiamen — a oeste de Jinmen e de Taiwan — não se deu por acaso. Além de serem historicamente zonas de maior contato com o exterior, as Zonas ficavam próximas a Hong Kong, Macau e Taiwan, possuindo grande potencial de atrair investimentos de chineses

residentes nessas regiões e promover, conseqüentemente, uma aproximação entre eles e o governo de Pequim.

A abertura não refletia uma estratégia definida a priori, alega o economista chinês Yifu “Justin” Lin (2004). Segundo ele, ao afirmar que a China deveria “cruzar o rio tateando as pedras” e que “não importava se o gato era preto ou branco, contanto que caçasse o rato”, a liderança chinesa deixava claro que o pragmatismo e o gradualismo caracterizariam o processo de reforma econômica (LIN, 2004, p. 12).

A constituição chinesa promulgada em 1982 propunha mudanças nas relações com os territórios chineses não ocupados pelo governo comunista. Foi lançada a política de “Um país, dois sistemas”, através da inclusão do artigo 31, que abriu a possibilidade de criação de Regiões Administrativas Especiais. Essa medida pretendia convencer Taiwan a reconhecer a soberania do governo de Pequim em assuntos de defesa e relações exteriores. Em 1981, Deng Xiaoping prometeu que não retomaria Taiwan pela força, e propôs que Taiwan aceitasse a soberania de Pequim quanto à defesa e às relações exteriores, mantendo seus sistemas político e econômico. O Guomindang recusou a proposta, que acabou servindo para viabilizar o retorno consensual de Hong Kong e Macau à soberania chinesa. Com essa política, também havia o objetivo de integrar as economias dessas regiões à da China Continental, através da ampliação do comércio e da atração de investimentos.

Ainda durante a década de 1980, a China fez acordos com o Reino Unido e com Portugal para devolver Hong Kong e Macau à soberania chinesa. A reintegração dessas regiões à China fora acordada para 1997 e 1999, respectivamente. Reconhecia-se que ambas as regiões deveriam ter alto grau de autonomia — o governo chinês fez a promessa de manter os sistemas social e econômico de Hong Kong por 50 anos — e submetendo-se à República Popular da China com relação à defesa nacional e às relações exteriores, no mesmo arranjo institucional proposto a Taiwan (DECLARAÇÃO, 1987; JOINT, 1984).

A nova constituição também reconhecia a China como um estado multinacional, composto por 56 grupos étnicos (a maioria Han e 55 minorias). A figura da região autônoma também visava contemplar politicamente as minorias étnicas. Do ponto de vista administrativo, foram criados comitês permanentes estatais para as relações exteriores, a economia e as relações com as minorias.

A década de modernizações trouxe resultados econômicos positivos que fortaleceram a ala liderada por Deng Xiaoping. A economia chinesa apresentou enorme crescimento no período iniciado em 1978. Estima-se que entre 1979 e 1989, a economia

creceu 9,2% ao ano, com destaque para o desempenho da indústria e da agricultura (ROBERTS, 2012, p. 400).

Apesar do avanço econômico propiciado pelas reformas, questões como a dificuldade em manter o financiamento dessas reformas, que consumiam elevada parcela do PIB, e a impossibilidade de transformar de forma real o setor de ciência e tecnologia, por exemplo, dificultaram o avanço das mesmas. Assim, não se podiam negar os efeitos políticos e sociais das reformas. Houve grande fluxo de migrações de trabalhadores do interior para as Zonas Econômicas Exclusivas, o que ampliou a desigualdade econômica entre essas diferentes regiões do país. Claramente, as regiões do interior não obtiveram o mesmo crescimento econômico que as regiões do litoral, que abrigavam as Zonas Econômicas Especiais.

Havia no partido uma ala que temia que as reformas pudessem trazer riscos à autoridade do partido e à estabilidade interna. Para eles, a abertura econômica acelerada trazia riscos como a perda dos ideais revolucionários pela sociedade e o enfraquecimento do controle político. Esse grupo era composto, em geral, por membros mais antigos do partido, como Chen Yun e Li Peng (ROBERTS, 2012, p. 408; VOGEL, 2011).

O movimento que propunha a democracia surgiu ainda na época das quatro modernizações, em 1978, com a criação de um “muro da democracia” em Pequim. Pouco tempo depois, entretanto, o movimento foi desmantelado e seus líderes presos (ROBERTS, 2012). Neste caso, é irrelevante que Deng fosse ou não um defensor da democracia. Importa entender que estava em jogo, como em outros momentos posteriores, a consolidação das reformas econômicas e a neutralização da reação conservadora.

Ao final de 1986, ocorreram protestos de estudantes universitários contra fraudes eleitorais na eleição de representantes para Congressos do Povo. Como resposta, o Comitê Permanente do Politburo demandou que o secretário-geral do PCCh, Hu Yaobang, pertencente à linha reformista, expulsasse três membros do Partido identificados como organizadores das manifestações. Hu recusou e, diante da ampliação dos protestos para cidades como Pequim e Xangai, foi considerado “omisso” (ROBERTS, 2012). Ele foi forçado a renunciar ao posto e a fazer uma manifestação de autocrítica. Seu substituto foi o então premiê Zhao Ziyang, que fazia parte da mesma corrente, e o novo primeiro-ministro foi Li Peng, da ala conservadora.

Hu permaneceu no Comitê Permanente do Politburo, porém, sem o mesmo poder e influência de antes. Entre os setores mais liberais da sociedade, entretanto, ele passou a ser visto como símbolo da resistência ao autoritarismo do partido. Sua morte, em abril de 1989,

foi seguida de grande comoção popular. Na esteira do 70º aniversário do movimento do Quatro de Maio, manifestantes na Praça da Paz Celestial homenagearam Hu e se voltaram contra a corrupção no partido. Este foi o início do “Incidente de Tiananmen (Praça da Paz Celestial)”.

Com a intensificação das manifestações, ficaram claras as discordâncias entre os grupos reformista e conservador — representados, respectivamente, por Zhao Ziyang e Li Peng —. Zhao Ziyang demonstrava alguma simpatia para com os manifestantes, como quando foi à Praça para visitá-los. Li Peng, por sua vez, defendia uma postura mais dura, no que foi apoiado por outros líderes, como o Presidente Yang Shangkun, que temia a derrubada do PCCh. Os protestos estenderam-se — os manifestantes chegaram a inaugurar uma estátua da “deusa da democracia”, muito semelhante à Estátua da Liberdade estadunidense. Deng colocou-se ao lado da ala conservadora e tropas do ELP em outras partes do país foram chamadas a Pequim para conter o movimento. Entre 3 e 4 de junho, as tropas abriram fogo contra os manifestantes, matando entre 400 e 800 pessoas (ROBERTS, 2012, p. 410).

O desfecho do incidente não trouxe o fim da acirrada disputa partidária na cúpula do partido. À queda de Zhao Ziyang, seguiu-se a ascensão de Jiang Zemin, Secretário do Partido em Xangai, e o fortalecimento da ala antirreformas. A reação internacional ao ocorrido, que era televisionado ao mundo inteiro, provocou sanções à China e afastamento da Europa e dos Estados Unidos.

O primeiro período pós-abertura econômica na China (1978–1989) produziu grandes impactos na sociedade chinesa. Houve um enorme crescimento econômico e alterações na estrutura social. A vitória da ala reformista foi sempre balanceada pela resistência de uma ala conservadora, que temia que a abertura econômica e política e a intensidade das transformações sociais pudesse ameaçar a autoridade do Partido.

O enorme crescimento econômico foi fruto tanto do aumento do dinamismo econômico, causado pelo incentivo à iniciativa privada, quanto pela modernização da indústria e da agricultura. Simultaneamente, como forma de sustentar as bases das reformas e da modernização econômica — o comércio externo, a importação de tecnologia e a atração de investimentos —, a China teve de melhorar substancialmente suas relações com os países desenvolvidos e com os chineses de fora da República Popular.

Por outro lado, houve um aumento da liberdade de expressão que resultou no fortalecimento dos grupos que defendiam a democracia como a quinta modernização. As tensões entre conservadores e reformistas eram latentes ao longo da década e culminaram no

“Incidente de Tiananmen”, que marcaria a transição para o período pós-Guerra Fria na Ásia e o afastamento com relação aos Estados Unidos.

2.4.2 *O impacto do “incidente de Tiananmen”, o fim da Guerra Fria na Ásia e a “economia socialista de mercado” (1989–1992)*

Ao final da década de 1980, a Guerra Fria estava perto do fim. Entre os anos 1970 e 1980, diante do imperativo de conter a União Soviética, os Estados Unidos haviam pragmaticamente cooperado com países como a China e permitido o desenvolvimento das economias asiáticas sob protecionismo econômico e regimes políticos considerados “autoritários”. O elemento ideológico não havia sido negligenciado, mas colocado em segundo plano diante das contingências geopolíticas.

O desmantelamento da União Soviética e o momento unipolar resultante trouxeram à tona a vitória de um pensamento liberal triunfalista, representado pela tese do “fim da história”, que apontava a vitória inevitável da democracia capitalista liberal sobre os modelos concorrentes (FUKUYAMA, 1989). Nos Estados Unidos da América predominava a visão do “destino manifesto”, no qual deveria recriar o mundo de acordo com seus valores. Na política americana, tal discurso mobilizou tanto a esquerda liberal quanto a direita neoconservadora (KISSINGER, 2011).

Os efeitos desse processo foram sentidos na Ásia. Em 1987, a Coreia do Sul promoveu eleições à Presidência por voto direto, enquanto o Guomindang (sediado em Taiwan) anunciou no mesmo ano que também realizaria eleições, mas em 1996. Com relação aos demais países do Leste Asiático, seriam cada vez maiores as pressões por abertura política e econômica (VISENTINI, 2012).

A China foi o exemplo mais marcante do processo, uma vez que o “Incidente de Tiananmen” seria o símbolo do fim da Guerra Fria na Ásia. As manifestações da Praça da Paz Celestial e a repressão a este movimento o ponto de virada da atitude dos Estados Unidos e do mundo Ocidental com relação a Pequim. A partir de então, a China deixaria de ser considerada uma aliada contra a União Soviética para ser enquadrada como uma inimiga da liberdade e dos direitos humanos. Houve intensa cobertura jornalística ocidental, de modo que os acontecimentos na China ficaram em evidência no restante do mundo. Assim, o incidente produziu grandes impactos dentro e fora do país.

Do ponto de vista da política interna, a corrente reformista ficou enfraquecida. O secretário-geral do partido, Zhao Ziyang, foi demitido de todos os seus cargos no Partido e no Estado e colocado sob prisão domiciliar por ter defendido os manifestantes. Apesar do fortalecimento dos conservadores, Li Peng não foi promovido às posições elevadas, pois também foi acusado de não ter tomado as medidas necessárias para conter as manifestações (ROBERTS, 2012, p. 410). O escolhido foi Jiang Zemin, Secretário do Partido em Xangai. Lá ele conseguiu desmobilizar as manifestações contra o governo de forma pacífica (KISSINGER, 2011). Além disso, Xangai era uma das principais expoentes do crescimento econômico no país. Jiang foi apontado para ser o novo Secretário-Geral do Partido. Posteriormente, ele seria o Presidente da Comissão Militar do Partido e do Estado Chinês e Presidente da República Popular. Desde então, todos estes cargos foram acumulados pelos líderes que o sucederam.

2.4.3 Os desafios da década de 1990: resposta à contenção estadunidense, integração regional e ascensão ao status de grande potência (Governo Jiang Zemin 1992–2002)

Ao longo da década de 1990, a China superou os obstáculos surgidos do “Incidente de Tiananmen” e deu prosseguimento ao seu processo de desenvolvimento. As reformas na estrutura econômica alteraram dramaticamente a estrutura social e, em última instância, afetaram o papel externo da China. Após o “Incidente de Tiananmen” as reformas estavam em xeque, ao que se seguiu o contra-ataque de Deng e dos reformistas, com a “Marcha ao Sul”. O resultado foi o aprofundamento das reformas e uma década de forte crescimento econômico. A historiografia não costuma dar grande ênfase ao governo Jiang Zemin, mas, como bem lembra Kissinger (2011), foi durante a era Jiang que a China ascendeu ao posto de grande potência.

As respostas externas aos acontecimentos na Praça da Paz Celestial foram bastante duras e caracterizaram a mudança da política externa do antigo bloco capitalista. Os Estados Unidos — pressionados por liberais e neoconservadores — promoveram sanções de ordem econômica e militar, no que foram seguidos por seus aliados, principalmente países da Europa Ocidental e o Japão. Visentini (2012) descreve este processo como a primeira tentativa de contenção da China.

Ao longo da era Jiang, o quadro externo apresentou grandes mudanças para a China. As relações com os Estados Unidos foram pautadas pela oscilação e por uma crescente rivalidade. A ofensiva ideológica contra a China empreendida pelos EUA desde o incidente

de Tiananmen, o triunfalismo estadunidense ao final da Guerra Fria e a vitória acachapante e a incrível demonstração de poderio militar na Guerra do Golfo levaram o país a incrementar de modo consistente seus gastos militares. Segundo dados oficiais, na década de 1990, os gastos militares chineses cresceram a uma média anual de 15,7%, contra 1,6% ao ano durante a década de 1980 (LIFF; ERICKSON, 2013).

Os efeitos mais perceptíveis desse cenário foram a Terceira Crise do Estreito de Taiwan, entre 1995 e 1996, e a reaproximação da China com a Rússia e a Ásia Central, que resultou na criação dos Cinco de Xangai.³⁰ Os Estados Unidos tomaram a frente em uma ofensiva ideológica contra a China com relação à falta de liberdade de expressão e de desrespeito aos direitos humanos (HUNTINGTON, 1997). Nesse período, seus líderes receberam o Dalai Lama em caráter oficial e o país concedeu visto ao então presidente taiwanês Lee-Teng Hui. Apesar dos “três não” estadunidenses a Taiwan e a parceria estratégica lançada em 1998, o bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado (1999), durante a Guerra do Kosovo, e o choque entre um avião de reconhecimento estadunidense e um caça chinês no Mar do Sul da China evidenciavam a turbulência nas relações sino-estadunidenses.

Na Ásia, entretanto, começou a surgir uma resposta ao “fim da história”. Huntington chamaria de “Afirmação Asiática” e Funabashi de “Asianização da Ásia”. Após um período de desenvolvimento econômico os asiáticos passaram a afirmar que seus valores não eram inferiores aos ocidentais. Desse modo, cada país ou região deveria administrar suas questões internas de acordo com seus próprios referenciais políticos e sociais. Para alguns, como o Ministro Mahathir Mohammad, da Malásia, era a Ásia que ofereceria um modelo de valores universais (HUNTINGTON, 1997). Mesmo o Japão, que inicialmente apoiou sanções contra a China em virtude do “Incidente de Tiananmen”, rapidamente reverteu sua posição e passou a pressionar os demais países a fazer o mesmo.

Dentro da China, entretanto, o projeto reformista iniciado por Deng estava em risco. Apesar da promoção de Jiang Zemin a todos os principais postos do país, os conservadores ganharam vantagem no debate político interno e atacaram frontalmente o legado dos reformistas. Diante desse quadro, Deng Xiaoping concentrou-se em arregimentar apoio. Em 1992, iniciou uma jornada a cidades do Sul do país, onde viu as transformações que as reformas econômicas haviam lá produzido. Também proferiu discursos em defesa das reformas, entre eles o que defendia que a China deveria adotar uma “economia socialista de

³⁰ O grupo dos Cinco de Xangai era composto por China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão. Tornar-se-ia a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), em 2001, com o ingresso do Uzbequistão.

mercado”. Em sua passagem, Deng angariou apoio de importantes membros do partido e do ELP daquelas regiões. Inicialmente, os veículos de comunicação de abrangência nacional não deram muita atenção à viagem do velho político, mas o sucesso de Deng em sua empreitada tornava inevitável oferecer-lhe cobertura crescente.

Os efeitos desse movimento político foram sentidos pouco tempo depois. Em outubro de 1992, ocorreu o 14º Congresso do PCCh. Uma das decisões tomadas foi a inclusão da teoria do “socialismo com características chinesas” ao pensamento-guia do Partido. No ano seguinte, o conceito de “economia socialista de mercado” substituiria o planejamento centralizado como sistema do Estado Chinês, de acordo com o artigo 15º da Constituição do país (ROBERTS, 2012).

Outra consequência importante foi a renovação do Comitê Permanente do Politburo. Além de Jiang Zemin, três membros (Qiao Shi, Liu Ruihuan e o premiê Li Peng) permaneceram, e apenas o último pertencia à ala conservadora. Ingressaram Zhu Rongji, Hu Jintao e Liu Huaqing, os dois primeiros eram da ala reformista e o último era vice-presidente da Comissão Militar e aliado de longa data de Deng.

Em 1993, com o término do mandato do Presidente Yang Shangkun, Jiang Zemin foi eleito seu substituto. Fora criado assim o padrão institucional mantido até hoje: o Secretário-Geral do Partido é, simultaneamente, Presidente da República e Presidente das Comissões Militares do Estado e do Partido. Desse modo, ele manteve o poder legal sobre o Estado, o Partido e as Forças Armadas, garantindo o equilíbrio entre as três fontes do poder executivo.

Ainda em 1992, como parte da manobra de Deng e dos reformistas para dar andamento ao seu projeto, Zhu Rongji, notadamente reformista, foi nomeado como vice-primeiro-ministro encarregado das questões econômicas. Houve retomada do crescimento econômico, ao custo de um alto índice de inflação. A ala antirreformas ganhou força com o incidente de Tiananmen, mas não pode evitar a continuidade das reformas. Isso não impediu que se mantivesse ativa durante a década de 1990, atacando o revisionismo e a descaracterização do elemento comunista na política econômica do governo. De outro lado, economistas liberais pregavam um aprofundamento radical das reformas (FEWSMITH, 2008).

Jiang Zemin era o detentor dos principais cargos do país, mas ainda dependia da anuência da velha guarda, que mantinha sua influência no processo político. A morte ou degeneração das condições de saúde de muitos dos membros mais velhos do PCCh ofereceu a

oportunidade para a ascensão de fato da terceira geração do partido, a partir de 1994, com a ascensão de diversos aliados de Jiang a altos postos do partido e do estado chinês.

O governo de Jiang Zemin deixou como legado uma maior participação da China nos organizações e iniciativas multilaterais. O grande marco foi o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC). Na Ásia, também houve acontecimentos significativos. A China alterou gradualmente sua abordagem securitária regional, participando do Fórum Regional da ASEAN e comprometendo-se com as restrições ao uso da força nas disputas do Mar do Sul da China. O país também aumentou sua cooperação com a ASEAN, a Coreia do Sul e o Japão, o que resultou no ASEAN+3 (1997), na primeira reunião de líderes de China, Coreia do Sul e Japão (1999) e na Iniciativa de Chiang Mai (foi assinada em 2000 e entrou em vigor em 2010).

A Crise Asiática de 1997 afetou seriamente a economia regional, com exceção da China, que apesar dos fortes laços econômicos com os países do Leste Asiático, manteve o ritmo de crescimento econômico. As restrições à livre movimentação de capitais exerceram papel fundamental para proteger a economia chinesa de uma fuga de capitais, que caracterizou a crise. Além disso, a decisão de não desvalorizar o Renminbi teve um impacto positivo junto aos demais países da região (SHARMA, 2002; DAMAS, 2014).

Apesar de resistir à crise, a economia chinesa tinha outros problemas. Além das altas taxas de inflação, muitas empresas estatais estavam endividadadas.³¹ Iniciaram-se também as negociações para o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio. Zhu Rongji, feito premiê em 1998, liderou uma série de reformas econômicas e administrativas. Zhu promoveu uma grande reestruturação da administração estatal, com privatizações de empresas públicas e redução do número de servidores públicos — os “tigela-de-ferro” ou “tigela-de-arroz³²”. O crescimento econômico na era Jiang Zemin nunca foi menor do que 7% (KISSINGER, 2011). Por outro lado, surgiram diversos problemas sociais que viriam à tona nos anos 2000, como as desigualdades sociais e regionais e as migrações internas, e a corrupção continuou a ser um dos problemas principais a serem enfrentados.

A década de 1990 marcou o aumento exponencial do comércio externo chinês — de 116,8 bilhões de dólares em 1990 para 474,3 bilhões de dólares em 2000 (MORRISON, 2014). Apesar disso, o investimento das empresas chinesas no exterior ainda era baixo. Por

³¹ Além dos altos valores do serviço da dívida, o endividamento das empresas ameaçou o sistema bancário chinês em virtude do risco de créditos podres, com o não pagamento de empréstimos.

³² Os funcionários da burocracia chinesa recebem baixos salários, mas recebem esta denominação por terem acesso a diversos benefícios extrassalariais.

volta do ano 2000, o governo convocou as empresas do país para “saírem” (*Go out*), investissem fora da China.

Em 2000, Jiang lançou sua contribuição para a orientação ideológica do Partido Comunista com o Pensamento das Três Representações. Segundo ele, o PCCh representava as forças produtivas avançadas, a cultura avançada e as massas. Era o reconhecimento, por parte de Jiang, de que a legitimidade do Partido Comunista como guia do povo chinês depende do seu sucesso em garantir a ordem e a segurança da China e promover o desenvolvimento econômico. Tanto é verdade, que foi por sua obra que o partido reconciliou-se de forma definitiva com o empresariado, um setor antes perseguido pela revolução comunista.

2.5 China no Século XXI: os desafios de uma potência em ascensão (2003-atualidade)

Esta seção aborda os governos liderados por Hu Jintao (2003-2012) e Xi Jinping (2013-atualidade). Estes governos tiveram de lidar com os desafios gerados pelo processo de desenvolvimento e ascensão da China. Os resultados de mais de duas décadas do período de abertura foram enormes índices de crescimento econômico, aumento das capacidades militares e da sua influência regional e global. Por outro lado, surgiram desafios como o intenso processo de urbanização, o aumento na desigualdade de renda, a corrupção e problemas ambientais, como a poluição. Além disso, internacionalmente, tornaram-se evidentes as resistências ao seu processo de desenvolvimento e ascensão.

2.5.1 A ascensão de Hu e Wen: ascensão pacífica e desenvolvimento harmônico (2003-2013)

Em 2002, ocorreu o 16º Congresso do Partido Comunista Chinês. Assumiram os principais cargos Hu Jintao (Presidente da República, Secretário-Geral do Partido e Presidente das Comissões Militares do Estado e do Partido) e Wen Jiabao (Primeiro-Ministro). Hu e Wen provinham da Liga da Juventude Comunista, e sua ascensão esteve ligada às relações com figuras reformistas da elite do Partido — Hu Jintao era afilhado político de Hu Yaobang³³ e Wen Jiabao esteve ao lado de Zhao Ziyang em sua visita aos manifestantes na Praça da Paz Celestial, em 1989.

A China assumida por Hu e Wen era um país em franca ascensão, porém, com problemas decorrentes diretamente do seu modelo de desenvolvimento: desigualdades sociais

³³ Não há grau de parentesco entre os dois, no entanto.

e regionais; fluxos migratórios³⁴ que aumentaram dramaticamente a população dos grandes centros; envelhecimento da população; problemas ambientais, como a poluição; e a dependência cada vez maior de matérias-primas e recursos energéticos oriundos do exterior para sustentar o crescimento. Além disso, o crescimento da China e as críticas ao seu modelo político, social e econômico ensejaram o surgimento de uma visão antichinesa.

Para dar conta dos desafios que tinha pela frente, a plataforma do governo Hu-Wen centrou-se, internamente, nos motes da “sociedade harmoniosa”, do “desenvolvimento científico e tecnológico” e, externamente, do “mundo harmonioso” e da “ascensão pacífica” — depois, “desenvolvimento pacífico”. A “sociedade harmoniosa” seria o resultado de reformas de caráter social, que reduziriam as desigualdades entre campo e cidade, ricos e pobres, litoral (leste) e interior (oeste) e garantir a ordem, a estabilidade e a prosperidade. O “desenvolvimento científico” seria o ajuste do modelo de desenvolvimento chinês tornando-o mais abrangente e balanceado, negando a ideia de crescimento a qualquer custo (CHAN, 2010; ZHOU, 2011).

A escolha da expressão “harmonia” não é gratuita. A era Hu-Wen resgatou o legado confuciano de diversas formas. Primeiramente, a promoção da meritocracia, traço inerente do modelo administrativo confuciano, esteve entre os seus conceitos-chave. A partir daí, adveio a intenção de criar o “governo da lei” e fortalecer as instituições frente ao personalismo. Por essa razão, nunca houve a construção da imagem de Hu Jintao como o grande líder chinês. Sua posição era a de um *primus inter pares*.

Como resposta aos desafios internos, o governo de Hu e Wen tomou medidas para a distribuição regional do crescimento econômico, investindo em obras de infraestrutura e incentivos econômicos para empresas que se instalassem nas regiões centrais e ocidentais da China; criou uma série de políticas sociais como um sistema público de saúde, a reforma das leis trabalhistas, a lei de promoção do emprego e a lei de seguridade social, bem como reduziu a carga tributária sobre propriedades rurais (CASALE; ZHU, 2013; WEN..., 2013).

Ao mesmo tempo, o poderio econômico, político e militar da China expandiam-se, trazendo consigo uma série de dúvidas e desconfiças quanto ao papel externo a ser desempenhado pelo país. A esse crescimento do poderio chinês, convencionou-se chamar “ascensão”. Ao poderio militar e político já demonstrado durante a Guerra Fria, a China agora tinha interesses econômicos em todas as partes do globo. Enquanto o medo da “ameaça

³⁴ Com as migrações, surgiu o debate em torno da reforma do sistema Hukou. Segundo o Hukou, a população é dividida entre rural e urbana. Cada pessoa tem direitos sociais eram divididos entre segundo o qual cada pessoa tem direitos sociais governamentais apenas na província em que nasceu.

chinesa” ganhava corpo, havia chamados para que a China se tornasse um “sócio responsável³⁵” do sistema internacional (EUA, 2005). Desse modo, era necessário aplacar a ideia de que a China contestaria frontalmente o poder estadunidense ou de que ela buscava dominar o mundo. Foi nesse contexto que surgiu o conceito de “ascensão pacífica”, segundo o qual o desenvolvimento da China teria como contrapartida a contribuição ativa para o desenvolvimento, a prosperidade e estabilidade da Ásia e do mundo (ZHENG, 2005a; 2005b). Posteriormente, Hu Jintao adotou o termo “desenvolvimento pacífico”, em vez de “ascensão” (STEINBOCK, 2012).

Sob o governo de George W. Bush, os Estados Unidos tinham colocado a contenção da China como objetivo implícito de sua política externa, que pretendia voltar-se para o Leste Asiático. Contudo, a Guerra ao Terror desviou o foco dos EUA para o Oriente Médio e a Ásia Central, forçando a distensão. O Japão, sob o governo Koizumi (2001-2006), por sua vez, buscou conter a China. As tensões entre China, Japão e Estados Unidos estiveram sempre ameaçadas pela situação de Taiwan, então governada por Chen Shui-Bian (2000-2008), do PDP. Chen construiu sua carreira política advogando a independência de Taiwan e tomou medidas que visavam afastar a ilha do continente. Em 2005, houve o ponto de inflexão, com a promulgação pela China da lei antissecessão.³⁶

As relações da China com o Sudeste Asiático floresceram na era Hu-Wen. A China assinou o Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN em 2003, mesmo ano em que foi acordado o início da Área de Livre Comércio China-ASEAN, iniciado em 2010. As disputas territoriais do Mar do Sul da China, que põem em risco as relações entre a China e os países da ASEAN, só ocuparam os noticiários de forma constante a partir de 2010, quando os Estados Unidos declararam suas intenções na questão.

Apesar do estremecimento de relações com a China durante o governo de Koizumi, o Japão viu sua economia se tornar cada vez mais próxima da chinesa. Tanto o comércio bilateral quanto o investimento de empresas japonesas na China cresceram enormemente. Ao final da era Koizumi, seus sucessores fizeram o possível para se reaproximar da China. Em 2008, surgiu a Cúpula Trilateral, entre China, Coreia do Sul e Japão. Em 2009, a China ultrapassou os Estados Unidos como maior parceiro comercial do Japão. No mesmo ano, Hatoyama Yukio (2009–2010) foi eleito para premiê do Japão e

³⁵ A expressão original utilizada por Robert Zoellick foi *responsible stakeholder*. A partir do uso tradicional do termo *stakeholder*, acredita-se que Zoellick referia-se à China como um “sócio” ou “acionista”, como se a ordem internacional fosse um empreendimento a ser administrado pelas partes interessadas.

³⁶ Esta lei declarava que em caso de declaração de independência por parte de qualquer parcela do território chinês, o ELP estava autorizado a derrotar o movimento pela força (CHINA, 2005).

promoveu a ideia da “Comunidade do Leste Asiático”, que tinha como cerne construir um ambiente regional próspero e de governança conjunta, ideia compartilhada pelos líderes chineses da época. Do ponto de vista prático, a “Comunidade” implicava a mediação dos interesses dos países da Cúpula Trilateral através do estabelecimento de acordos que integravam suas economias e estabeleciam uma “divisão de tarefas”.

A harmonização dos interesses de China, Coreia do Sul e Japão seria uma parte crucial para a estratégia de ascensão pacífica da China. Apesar disso, o triângulo foi minado por uma série de acontecimentos que viriam a abalar as relações sino-japonesas. Tanto em 2010 quanto em 2012, as disputas pelas ilhas Diaoyu/Senkaku iniciaram crises bilaterais. Ambas as crises foram iniciadas por sabotagens políticas cometidas por elementos antichineses³⁷, mas resultaram no enfraquecimento do governo chinês, tido como incapaz de reagir às provocações japonesas.

Ao elemento externo, juntaram-se as questões internas. Não obstante as medidas de ajuste do modelo de desenvolvimento tomadas durante a gestão Hu-Wen, os críticos afirmam que o governo esteve longe de atingir a “sociedade harmoniosa”: as desigualdades sociais e regionais aumentaram, agravadas pela combinação entre o crescimento avassalador da população urbana frente à rural — de 36% em 2000 para 53% em 2012 (WORLD BANK, 2015b) — e a manutenção do sistema Hukou.³⁸ Apontou-se inclusive a falta de liderança política, uma vez que Hu Jintao teria perdido o controle do partido ainda antes da sucessão em novembro de 2012 (YANG, 2015).

O período que antecedeu a ascensão da quinta geração do PCCh — após Hu e Wen — foi pautado por intensos debates e disputas políticas entre correntes partidárias. As que mais se destacam³⁹ são os “*Princelings*”, a Liga da Juventude Comunista (também chamados de Tuanpai) e o Grupo de Xangai. É importante destacar que os políticos podem fazer parte de mais de uma ala. “*Princelings*” é o nome pelo qual passaram a ser chamados os

³⁷ Em 2010, Maehara Seiji, forte elemento antichinês do Partido Democrático do Japão, estava à frente do Ministério da Terra, da Infraestrutura e dos Transportes, responsável pela Guarda Costeira. Em setembro daquele ano, embarcações da guarda costeira japonesa atacaram embarcações pesqueiras chinesas em uma região próxima às ilhas Diaoyu/Senkaku. Pouco após a crise, em uma recomposição ministerial, Maehara tornou-se Ministro de Assuntos Exteriores. Já em 2012, a promessa de compra das ilhas pelo Prefeito de Tóquio, Ishihara Shintaro, da ultradireita antichinesa do PLD, forçou o governo central a se antecipar e comprar as ilhas para evitar uma maior utilização política das ilhas.

³⁸ O sistema Hukou, estabelecido como lei em 1958, tem por objetivo dificultar a migração interna na China, especialmente do campo para a cidade. De acordo com esse sistema, aqueles que vivem em uma determinada zona (*hukou*) só podem receber benefícios estatais individuais naquele *hukou*. Caso migrem para outros *hukou*, só podem ter os mesmos direitos se tiverem seu registro transferido, o que dependeria do cumprimento de uma série de exigências legais. Caso não obtivessem a transferência, teriam que retornar ao *hukou* de origem — e sta última provisão foi abrandada nas últimas décadas.

³⁹ Existem muitas outras alas, muitas vezes ligadas constituídas por membros de uma mesma cidade, província, empresa estatal ou grupo de interesse.

filhos de revolucionários e/ou antigos membros do Partido Comunista Chinês. Com o tempo, o grupo ganhou coesão e passou a ser conhecido pelas posições favoráveis à centralização política, ao estatismo econômico e às reformas sociais. Por vezes, apoia-se retoricamente no maoísmo. Foram representados até 2012 por Bo Xilai, secretário do partido em Chongqing. O Grupo de Xangai é vinculado aos grandes empresários — principalmente de Xangai — e defende políticas econômicas de caráter liberalizante e a prioridade do crescimento econômico, opondo-se a maiores reformas sociais, como nas leis trabalhistas e de proteção ambiental. Este grupo teve Jiang Zemin como seu principal líder. A Liga da Juventude Comunista, corrente de Hu Jintao, Wen Jiabao e Li Keqiang, é considerada a mais progressista do ponto de vista político e defende reformas de caráter social e econômico (BO, 2010; LI, 2013).

Nessa disputa política, surgiu também um debate que enveredou pelos meios acadêmicos a respeito de qual caminho deveria ser trilhado pela China. Os modelos apresentados eram o de Chongqing e de Guangdong. O modelo de Chongqing baseava-se no controle do estado sobre a economia, em fortes reformas sociais, na centralização política e no combate implacável ao crime e à corrupção. Iniciou-se, inclusive, uma campanha de resgate de símbolos e músicas da era maoísta (LAM, 2012). O modelo de Guangdong colocou-se como contraponto: buscava abrir e liberalizar a economia, fortalecer o governo da lei e a meritocracia e promover meios de participação popular nos processos de governo. Os líderes de Guangdong constavam entre os protegidos de Hu Jintao (GODEMENT et al., 2011; LEONARD, 2013).

Diante da efervescência política interna, o secretário do PCCh em Chongqing, Bo Xilai, ganhou uma fama que destoava do perfil tecnocrático dos membros do partido nas últimas décadas. Com desenvoltura perante os meios de comunicação, Bo foi habilidoso para se mostrar como o líder capaz de resolver os principais problemas internos aos olhos de boa parte dos chineses (a desigualdade social, o crime e a corrupção), através do resgate de valores comunistas⁴⁰ e da oposição aos elementos capitalistas (GODEMENT et al., 2011; KECK, 2013; LAM, 2012).

Surgiram, então, rumores de ligações e articulações de Bo com parcela das forças armadas que estava insatisfeita com os rumos do país, tendo sido aventada, inclusive, a possibilidade de um golpe militar contra o governo. Em outros termos, surgia a sombra de uma nova revolução cultural (MULVENON, 2012; PAGE; WEI, 2012). Em março de 2012,

⁴⁰ Bo iniciou em 2011 uma campanha de resgate de símbolos e músicas maoístas em Chongqing, utilizando-se fortemente dos veículos de comunicação.

quando era considerado favorito a ser escolhido para a nova composição do Comitê Permanente do Politburo, Bo Xilai foi destituído de todos os seus cargos. No ano seguinte, ele foi julgado e condenado à prisão perpétua sob as acusações de suborno e abuso de poder (BO..., 2013; PEOPLE’S DAILY, 2013).⁴¹

Quando o Partido Comunista Chinês realizou seu 18º Congresso em novembro de 2012, o ambiente partidário estava bastante tenso e fragmentado. O ex-presidente Jiang Zemin, há muito retirado da vida pública, retornara para participar do Congresso. O governo de Hu Jintao sofria séria resistência de parcelas do partido, das forças armadas e da própria população. O golpe capital viria em setembro de 2012, quando grandes protestos em repúdio à compra das ilhas Diaoyu/Senkaku pelo governo japonês tiveram como mensagem subjacente uma crítica à percebida fraqueza ou falta de coragem da liderança chinesa em confrontar os japoneses (WEE; DUNCAN, 2012).

As eleições que se seguiram tiveram a ascensão de muitos protegidos de Jiang Zemin e de “*Princelings*”, como o novo Presidente Xi Jinping. O Comitê Permanente do Politburo do PCCh, considerado o órgão político mais importante do país, teve seu número de membros reduzido de nove para sete, dos quais apenas um era ligado à Juventude Comunista — o novo premiê Li Keqiang (LI, 2013).

O novo governo assumiu em março de 2013. Ao contrário dos presidentes anteriores, Xi Jinping recebeu todos os cargos — incluindo as comissões militares do partido e do estado — de uma só vez. Além disso, a influência dos antecessores sobre seu governo era menor. Esses fatores possibilitaram que as ações e as atenções se centrassem em Xi. Essa configuração não foi fruto apenas do enfraquecimento da Liga da Juventude Comunista, representada pelo governo Hu Jintao-Wen Jiabao. É bastante provável que a centralização de poder tivesse o propósito de minimizar as disputas entre as diferentes alas e tornar o partido mais coeso. A presença de Jiang Zemin no Congresso cumpriu duas funções: garantir a eleição de seus protegidos e demonstrar a união do PCCh.

Em 2013, o presidente Xi Jinping lançou como mote de seu governo a ideia do “Sonho Chinês”: promover o rejuvenescimento — ou ressurgimento — da China, garantindo o desenvolvimento, o fortalecimento das instituições e do governo da lei, oportunidades e qualidade de vida (XI, 2014). A partir do “sonho chinês” passou-se a construir a imagem do Presidente Xi, mostrado como um líder carismático, forte e honesto. Contribuem fortemente

⁴¹ A desgraça de Bo é parte de um escândalo, iniciado pela acusação de que sua esposa, Gu Kailai teria assassinado um empresário britânico. Wang Lijun, chefe de polícia à época, teria tentado acobertar o caso por pressão de Bo Xilai. Após passar a ser perseguido por Bo, Wang tentou obter asilo nos Estados Unidos, sendo recusado (BBC, 2013; PEOPLE’S DAILY, 2013).

para esta imagem a implacável política de combate à corrupção e a postura de estadista firme.⁴² Um dos pontos altos dessa estratégia foi o lançamento em várias línguas de um livro composto de discursos de Xi Jinping entre 2012 e a metade de 2014, intitulado “A governança da China” (e.g. XI, 2014).

A política de combate à corrupção foi lançada ainda no 18º Congresso do PCCh, em 2012. Liderada por Wang Qishan, aliado de Xi Jinping, a campanha tem por objetivo caçar “tigres” e “moscas”, indistintamente (XI, 2013, p. 429). A devassa promovida pelo governo já derrubou Zhou Yongkang, que até março de 2013 era membro do Comitê Permanente do Politburo. A campanha tem atingido aliados de Bo Xilai, Jiang Zemin e Hu Jintao⁴³ e mesmo altos oficiais do Exército de Libertação Popular (AN, 2014; TIEZZI, 2014). O fato é que a campanha anticorrupção, independentemente do mérito de moralizar o partido comunista e o Estado chinês, tem aumentado a popularidade e o poder de Xi e tem minado a base de poder dos líderes supracitados.

Em novembro de 2013, ocorreu o terceiro pleno do 18º Congresso, que resultou no documento “Decisões sobre assuntos importantes a respeito do aprofundamento abrangente das reformas”. O documento promete aprofundar o processo de reformas em diversas áreas, como a economia, as políticas sociais e as instituições políticas. Além disso, a reunião lançou dois grupos de trabalho, um Comitê de Aprofundamento das Reformas e uma Comissão de Segurança Nacional, ambos liderados pelo presidente. Este modo de governar já recebeu a denominação de “governo por grupos”, que estão diretamente sob comando de Xi Jinping.

A grande popularidade do presidente tem permitido à China administrar seu ritmo de crescimento econômico, que se desacelerou nos últimos anos. A partir de agora, a economia chinesa entrará no “novo normal”. Em 2014, o crescimento foi de 7,4%, e em 2015, ele deverá ser de 7% (WORLD BANK, 2015a). Apesar dos temores de parte dos economistas ao redor do globo, outros economistas, como Damas (2014), argumentam que uma vez reduzida a velocidade do seu crescimento, a economia chinesa poderá fazer um ajuste necessário: aumentar o consumo interno para evitar uma crise de superinvestimento. Como seus principais compradores (Estados Unidos, Europa e Japão) reduziram a demanda por

⁴² Deve-se notar que um dos eventos de política externa mais comentados na China no ano de 2014 foi o aperto de mão de Xi ao primeiro-ministro japonês Abe Shinzo, no qual Xi, não obstante costurando uma reaproximação entre os dois, fez questão de demonstrar frieza e desinteresse, o que angariou o apoio dos meios de comunicação chineses e de boa parte da população.

⁴³ Algumas das vítimas mais recentes foram representantes do partido em Guangdong, ligados a Hu Jintao. Com isso, por meio da campanha anticorrupção, o governo chinês acabou com o debate entre os modelos de Chongqing e Guangdong.

importações e tendem a evitar os déficits comerciais, a produção chinesa deverá depender mais de seu próprio mercado interno.

2.5.2 Desenvolvimentos recentes da Política Externa Chinesa para o Leste Asiático: o governo Xi Jinping

A ascensão da China influencia de forma decisiva a Política Externa e de Segurança dos demais países da região e com interesses na região. Por outro lado, ela afeta a própria estratégia chinesa de inserção regional e global. Ao mesmo tempo em que tem cada vez mais interesses externos e igualmente amplia a sua capacidade de atuação externa, a China tem de lidar com países que temem os efeitos da sua ascensão e buscam balanceá-la ou mesmo contê-la, como é o caso dos Estados Unidos. Como resposta à política do pivô estadunidense para a Ásia, a China tem apostado em uma “Ásia para os Asiáticos” e empregando, ironicamente, uma versão asiática da Doutrina Monroe. Mais do que isso, a China deixou de responder aos acontecimentos regionais, para adotar uma postura proativa e se apresentar como líder regional.

Em 2013, em momento de transição interna e pressão externa, a China respondeu à altura às tensões com o Japão. Em que pese a tentativa cada vez mais clara dos Estados Unidos de conter a China, os dois países ensaiaram uma aproximação com a troca de visitas entre os presidentes. Em novembro de 2013, pouco após a criação da Comissão de Segurança Nacional, foi criada a Zona de Identificação de Defesa Aérea (ADIZ, na sigla em inglês). A partir de então, para entrar no espaço aéreo delimitado pela Zona, era necessário ter o consentimento das autoridades chinesas. Esta área, que engloba a área disputada entre as ilhas Diaoyu/Senkaku, provocou reações contrárias em Tóquio e Washington (PARK, 2013).

É importante também considerar algumas inflexões da política externa chinesa a partir do governo de Xi Jinping, igualmente em resposta ao pivô estadunidense. A primeira é que há uma fundamental transformação em curso. A política de “manter um baixo perfil”, deixada como um conselho de Deng Xiaoping para a administração do papel internacional da China, está sendo progressivamente abandonada. A nova estratégia, destaca Yan Xuetong (2014), é de “aspirar por realizações⁴⁴”. Em outros termos, implica uma política ativa e propositiva que permita criar um ambiente regional amistoso e um contexto propício à segurança e ao desenvolvimento da China, inclusive com a criação de novas iniciativas e

⁴⁴ No original, “striving for achievement”.

instituições para a governança regional (XI, 2013). Esta alteração também implica que as relações externas serão conduzidas com maior reciprocidade (XI, 2013; YAN, 2014).

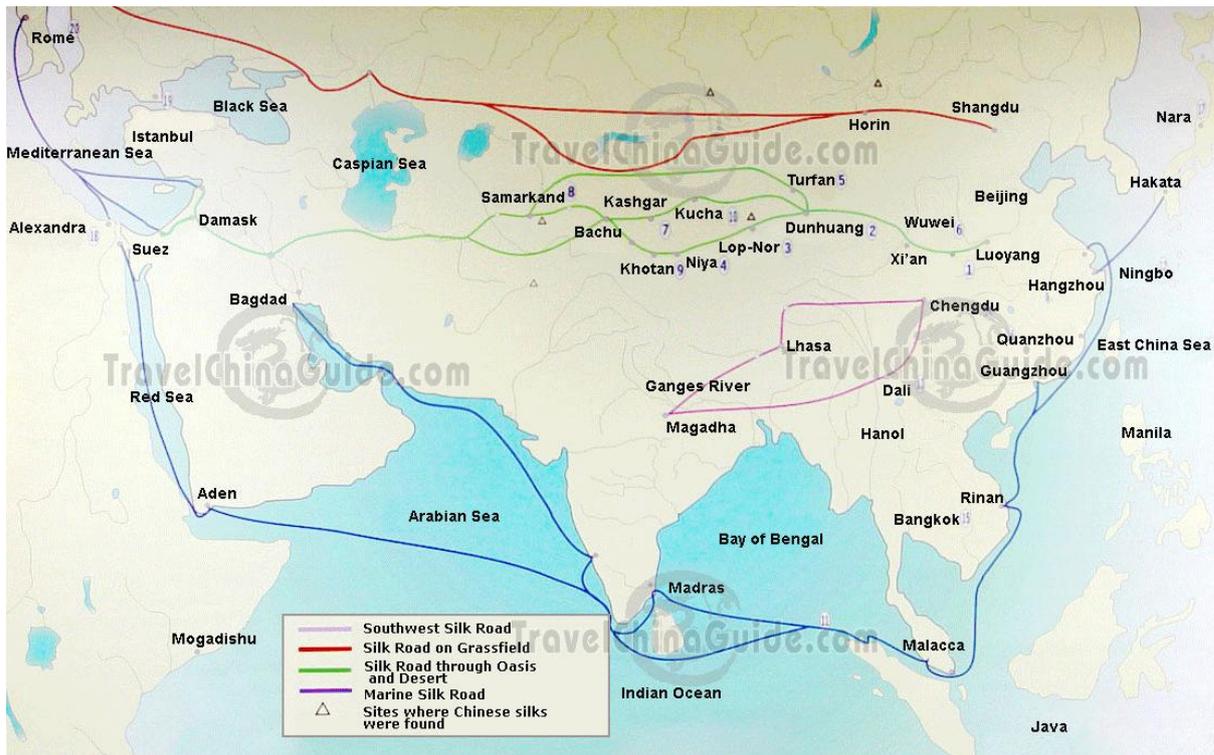
Além disso, em declaração emitida ao final de uma conferência governamental sobre política externa ao final de 2014, a China sinalizou uma importante alteração nas diretrizes da sua atuação internacional com relação à linha seguida desde 1979. Os vizinhos da China – o entorno estratégico chinês – tornaram-se o foco prioritário, à frente das principais potências (EUA e Europa), dos principais emergentes (que ganharam uma categoria própria) e dos demais emergentes (CHINA, 2014b; HEATH, 2014).

Esta mudança, entretanto, apenas referendou os movimentos diplomáticos da China ao longo de 2014: a realização da reunião de cúpula da Conferência sobre Interações e Construção de Confiança na Ásia (CICA), em Xangai; a reunião de cúpula da APEC, também em Pequim; a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, e do Fundo para Infraestrutura da Rota da Seda, no qual aportará o equivalente a 40 bilhões de dólares (CARSTEN; BLANCHARD, 2014); e, por fim, mas igualmente importante, a participação na criação do Banco de Investimento dos BRICS.

Ao mesmo tempo, os chineses evitam embates diretos com os Estados Unidos. Desta forma, a China age, como afirma Visentini (2011), nos espaços deixados pelo “lençol curto” da diplomacia estadunidense. Foi assim em 2013, quando Xi Jinping fez um périplo por países da Ásia Central concluindo uma série de acordos de cooperação no auge da crise russo-estadunidense em torno da Síria (XINHUANET, 2013). Já em 2014, essa mudança de perfil da atuação externa chinesa coincide com a maior atenção dada pela diplomacia americana ao Leste Europeu, devido à crise na Ucrânia, e ao Oriente Médio, com a ameaça do Estado Islâmico.

A estratégia chinesa atual tem um pilar econômico e um político-securitário. O pilar econômico é a refundação da Rota da Seda, cujos trajetos antigos podem ser vistos no Mapa 3 (SILK..., 2015), nas suas versões terrestre e marítima. A iniciativa moderna inclui uma porção terrestre que conectaria a China, Rússia e Europa através da Ásia Central e de parte do Oriente Médio. Já a porção marítima ligaria China, Sudeste Asiático, Índia, África Oriental e Europa, através dos estreitos do Sudeste Asiático, e do Oceano Índico até o Mar Mediterrâneo pelo Canal de Suez como demonstra o Mapa 4 (XINHUA NEWS, 2015).

Mapa 3 — A antiga Rota da Seda: terrestre e marítima



Fonte: Silk... (2015).

Para apoiar esse objetivo, a China anunciou a criação de diversas instituições, mecanismos e parcerias para financiamento de obras de infraestrutura. Estas iniciativas, tomadas em conjunto, já foram chamadas de “Plano Marshall” da Ásia (CHEN, 2014). Especificamente para a Ásia, foi criado o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura⁴⁵, que será sediado em Pequim (CHEN, 2014; TIEZZI, 2014). Esta iniciativa representa um contraponto ao Banco Asiático de Desenvolvimento e ao próprio Banco Mundial, altamente influenciados pela participação dos Estados Unidos e de países europeus e acusados de serem altamente ideologizados (e.g. STIGLITZ, 2015). O AIIB seria, assim, parte do processo de custear as obras da Nova Rota da Seda, cujo projeto pode ser visto no mapa 4 (XINHUA NEWS, 2015).

⁴⁵ Uma vez estabelecido, o Banco disponibilizará US\$ 50 bilhões para obras de infraestrutura (YINJIAZI, 2014).

tradução nossa⁴⁶) e propôs uma ampliação do papel da CICA na governança dos assuntos de segurança regional (XI, 2014b). Como o escopo da CICA abrange toda a Ásia, caso bem-sucedida, ela tem potencial para coordenar os fóruns e organizações já existentes na região, como a OCX, a ASEAN, a Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC, na sigla em inglês) e mesmo a ECO.

2.6 Considerações parciais

Ao longo deste capítulo, buscamos debater o papel internacional da China em consonância com suas transformações internas. No período analisado, que abrange a queda e a reemergência do país enquanto potência regional, do século XIX até os dias de hoje, destaca-se a existência de uma dicotomia. Esta dicotomia diz respeito à forma de organização do estado e da sociedade chinesa perante o sistema internacional.

De um lado, há os isolacionistas, que pregam a redução ou fechamento dos canais de contato do país com o sistema internacional, como forma de proteger a autonomia da China perante o estrangeiro. De outro, os reformistas, que por sua vez, defendem assimilar os meios estrangeiros como forma de fortalecer a China na competição internacional, cunhado como *tiyong*. Esse embate entre as duas tendências ocorreu tanto na disputa entre a Imperatriz Cixi e o Príncipe Gong, no século XIX, quanto na disputa entre Mao Zedong e Liu Shaoqi — cujo herdeiro foi Deng Xiaoping — e, posteriormente, entre os “neomaoistas”, liderados por Bo Xilai e os “harmonistas”, liderados por Hu Jintao. Deve-se ressaltar que as discordâncias entre esses grupos residiam principalmente nos meios para a atuação externa, não necessariamente nos objetivos centrais das políticas externa e de segurança.

Nesse sentido, as transformações fundamentais da política externa e de segurança da China operam em consonância com os projetos para outras esferas, como a política doméstica, a sociedade e a economia. Assim, com o enfraquecimento do Estado, a desagregação social e o desmantelamento econômico ocorridos, a partir do choque com o imperialismo ocidental, surge um intenso embate político, cuja força motriz era quase sempre a busca pela refundação e o refortalecimento da China. Esse era o espírito por trás da Rebelião Taiping e do Movimento do Quatro de Maio, por exemplo.

Desta feita, a ascensão do Partido Comunista Chinês ao poder foi legitimada por dois fatores: o controle efetivo do país e a consequente manutenção da ordem, por um lado, e

⁴⁶ No original, “it is for the people of Asia to run the affairs of Asia, solve the problems of Asia and uphold the security of Asia”.

a derrota do imperialismo, por outro. Não à toa, o discurso de proclamação da República Popular da China feito por Mao Zedong afirma de forma eloquente que a “China se levantou” (MAO, 2004).

A posterior inserção da China comunista no sistema liderado pelos Estados Unidos — estratégica, econômica e tecnologicamente — atendeu ao imperativo de garantir a sobrevivência do Estado chinês e fortalecê-lo na competição internacional. Isto não significa afirmar que a revolução não foi comunista ou que a China desistiu do comunismo. Não parece ser esta a verdadeira questão. Em diversas oportunidades, o PCCh utilizou-se do argumento das “características chinesas” para designar transformações políticas e econômicas substanciais. Isso se deve ao fato de que é a própria experiência histórica chinesa que determinará quais os caminhos a seguir. Neste caso, não há fórmula preconcebida que possa dar conta dos desafios de governar um país com a história e as dimensões da China.

Assim, quando a China se viu diante dos desafios impostos pelo rápido e intenso processo de desenvolvimento econômico — pelo seu papel regional e global cada vez mais preponderante e por tentativas de balanceamento ao seu processo de ascensão —, sua liderança não hesitou em fazer os ajustes que julgava necessários para garantir a segurança, o desenvolvimento e a concretização do projeto nacional chinês, apresentado sob a forma de rejuvenescimento da China.

A última inflexão da política externa chinesa, realizada já sobre o governo Xi Jinping, é uma demonstração de que a China percebe-se como um grande ator internacional, capaz de influenciar os desdobramentos não apenas sobre sua região, como também sobre o sistema internacional de modo geral. Um ponto a ressaltar trata-se do que o Presidente Xi (2013) considera que um aumento na reciprocidade nas relações externas poderá ter um efeito duplo: construir amizades e alianças mais próximas, mas aumentar o potencial de criar tensões com outros países.

Desde o desmantelamento da União Soviética e do Incidente de Tiananmen, existem análises que apontam para um possível colapso da China, como aquelas levantadas por Friedman (2010) e Shambaugh (2015). Como se constata ao estudar os casos históricos, não se pode descartar o colapso de qualquer Estado, mesmo de uma grande potência. Os argumentos apontados por esses autores, como a redução excessiva do ritmo de crescimento — que não parece ser o caso — e a exacerbação das tensões sociais e étnicas podem se afigurar como desafios à governabilidade do PCCh. Isso não significa, entretanto, que há uma tendência ao enfraquecimento do partido. A concretização ou não dessa tendência dependerá da capacidade do PCCh em fortalecer a sua credibilidade e a sua legitimidade como

mantenedor da ordem, da segurança e como promotor do desenvolvimento. Em outros termos, para garantir a legitimidade de governar, o PCCh precisará manter-se na vanguarda do povo chinês e responder aos anseios e necessidades.

3 O LESTE ASIÁTICO: DIMENSÃO CONCEITUAL E ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO AMBIENTE REGIONAL A PARTIR DOS ANOS 2000

Neste capítulo, tem-se por objetivo realizar uma análise do ambiente regional no Leste Asiático frente à ascensão da China. Para tanto, considerou-se necessário sumarizar a posição de cada um dos principais atores regionais frente à ascensão chinesa no Leste Asiático. Coloca-se como meta compreender quais as políticas desses atores para o Leste Asiático e como agem diante da ascensão chinesa.

Dessa forma, optou-se por dividir os atores de acordo com a sua capacidade de atuação regional, com o seu envolvimento nas questões regionais e com o contexto geopolítico. Assim, determinou-se a seguinte divisão: Estados Unidos, Nordeste Asiático (Taiwan, Japão e Coreias), Sudeste Asiático (ASEAN) e Países em fase de inserção ou reinserção regional (Austrália, Índia e Rússia).

Como ponto de partida da análise, parte-se do pressuposto de que os Estados Unidos buscam manter sua hegemonia sobre a Ásia, ao mesmo tempo em que tentam contrabalançar a ascensão chinesa. Esta, por sua vez, tem por objetivo estabelecer hegemonia sobre a região e reduzir a influência estadunidense na mesma. É no contexto desta competição que os demais atores regionais atuam e buscam se inserir regionalmente de forma autônoma.

Assim, avalia-se que o perfil de inserção internacional desses atores é limitado pelos incentivos e constrangimentos que derivam das relações entre China e EUA. Basicamente, observa-se que esse debate permeia a construção de política externa por parte desses países. E é a busca por compreender o posicionamento desses frente ao contexto regional que orienta esse capítulo.

3.1 Os EUA no Leste Asiático: a reação à ascensão chinesa e os projetos de manutenção da hegemonia estadunidense

Atualmente, há um debate sobre qual a melhor forma de lidar com a ascensão da China. De um lado do debate estão os que acreditam que se deve inserir a China em um novo sistema de governança regional e global, através de uma competição regulada que permitisse tanto a manutenção do status de proeminência dos Estados Unidos quanto à ascensão da China de forma pacífica. Essa seria a única alternativa a uma guerra central. A posição de

acomodação é proposta por nomes como Kissinger (2011, 2014), Brzezinski (2014) e Shambaugh (2013).

Outros autores, como Robert Kagan (2012; 2014) e Michael Pillsbury (2015), entretanto, defendem publicamente que a ascensão da China ameaça os interesses estadunidenses e a sua liderança global e, que, por essa razão, deve ser contida. Na visão desses autores, a ascensão chinesa implicará na ocorrência de conflito com os EUA. A decorrência dessa visão de contenção é a adoção da estratégia militar do *AirSea Battle*, que ainda que possua retórica defensiva, na prática, objetiva a neutralização das capacidades militares chinesas através de operação preemptiva. No campo econômico, materializa-se na proposta da Parceria Transpacífica, que não inclui a China, e ocasionaria no isolamento do país em relação aos demais países da região, reduzindo sua influência econômica.

Cabe ressaltar que os autores que defendem a acomodação da China em ascensão não estão propondo a anuência a uma hegemonia regional chinesa. O debate central, como afirma Tellis (2014), é entre balanceamento e contenção. Em outros termos, trata-se da decisão entre influenciar os termos da ascensão da China, ao integrá-la ao sistema internacional, ou isolá-la.

O sucesso da política de contenção da China dependerá em grande parte do apoio dos aliados estadunidenses na Ásia. Como será analisado adiante, as relações econômicas e políticas entre a China e o restante da Ásia são cada mais vez próximas e os países da região tenderão a evitar hostilidades para com a China, especialmente se as capacidades militares chinesas continuarem a ser incrementadas. Por essa razão, como afirma Shambaugh (2013), a política de isolar a China econômica e estrategicamente não é viável e a estratégia de contenção poderá fracassar. O risco é que a pressão dos Estados Unidos sobre seus aliados com a finalidade de conter a China reduza a margem de manobra desses países e lance-os em um conflito contra a China ou entre este país e os Estados Unidos.

A partir de uma breve retomada histórica, busca-se levantar os elementos e os principais acontecimentos que justificam o posicionamento atual dos EUA com relação à ascensão chinesa e a tentativa de sua condição de hegemonia na região. O país se constitui no hegemônio do Leste Asiático durante a Guerra Fria, quando buscou organizar o ambiente regional de modo a conter a União Soviética e a China. A essa época, lançaram a OTASE (1954) e uma série de alianças militares bilaterais ou trilaterais com países do bloco capitalista (como Japão, Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia e Filipinas).⁴⁷ Foi nesse contexto que o

⁴⁷ *Southeast Asia Treaty Organization* ou Organização do Tratado do Sudeste Asiático, iniciada em 1954 como resposta aos comunistas do Vietnã e à China comunista.

país ingressou nas guerras da Coreia e do Vietnã. O fracasso e o desgaste econômico provocado pela última forçaram os EUA a adotar o *burden-sharing*⁴⁸ e o *buck-passing*⁴⁹, através da Doutrina Guam⁵⁰ (1969) e da aproximação com a China Popular (1971-72). Somadas à quebra do Padrão Ouro-Dólar, que favoreceu a disseminação regional da rede de subcontratação japonesa (ARRIGHI, 1998), a política de desengajamento asiático de Nixon lançou as bases para o regionalismo. A forma institucional desse regionalismo fomentado por Nixon se consolidaria na década de 1990, com a expansão da ASEAN, o Fórum Regional da ASEAN, a Iniciativa de Chiang Mai e a Cúpula do Leste Asiático.

A partir do final dos anos 1980, os Estados Unidos encerravam a Guerra Fria como vencedores, tendo em vista a crise e desintegração da União Soviética. De acordo com Qi (2013), os Estados Unidos empreenderam três principais ajustes estratégicos desde o fim da Guerra Fria. O primeiro foi a política de “participação e expansão” da OTAN junto aos países da Europa Oriental. O segundo foi o engajamento militar no Oriente Médio e na Ásia Central, com as invasões do Afeganistão e do Iraque. E o terceiro foi o pivô para a Ásia, iniciado por Barack Obama e Hillary Clinton.

Deve-se ponderar que antes de priorizar oficialmente sua atuação no Leste Asiático, os Estados Unidos haviam deixado sua aliança de ocasião com a China para adotar medidas de confrontação. A primeira expressão disso foi durante o incidente de Tiananmen, em 1989. A esperança de que a abertura econômica levasse à abertura política da China foi elemento central da política estadunidense para a China à época (VISENTINI, 2012).

Durante a década de 1990, os Estados Unidos buscaram conter a China de diversas formas: trabalharam contra a candidatura chinesa para sediar as Olimpíadas de 2000 e apoiaram o Dalai Lama e os independentistas de Taiwan, ao manter a venda de armas e enviar dois porta-aviões ao Estreito durante a Terceira Crise do Estreito (1995–96) (HUNTINGTON, 1997; VISENTINI; MARTINS, 2013). Desse modo, em 1996, a China aproximou-se da Rússia e fundou os Cinco de Xangai, com outros três países da Ásia Central.

Já nos anos 2000, o Governo de George W. Bush adotou uma postura hostil com relação à China. Em abril de 2001, um avião reconhecimento estadunidense chocou-se contra um caça chinês (KAN, 2001). O governo Bush acelerou a inclusão de Taiwan na sua rede de

⁴⁸ *Burden-sharing* significa literalmente “compartilhar o fardo”. Implica políticas de compartilhamento dos custos de manutenção de segurança com aliados.

⁴⁹ *Buck-passing* significa literalmente “passar o balde”. Implica políticas de repasse dos custos de manutenção da segurança a aliados.

⁵⁰ A Doutrina Guam, lançada em 1969, no início do governo do presidente estadunidense Richard Nixon, afirmava que os aliados deveriam ser os principais responsáveis por sua própria segurança.

Defesa Antimísseis (TMD⁵¹). A política externa alterava seu foco para o Leste Asiático, mas os ataques de 11 de setembro fizeram com que o ajuste estratégico promovido por Bush fosse para o Oriente Médio (YU, 2009). A partir de então, os Estados Unidos aproximavam-se parcialmente da China, enquanto a tarefa da contenção foi repassada a aliados, especialmente ao Japão.

O governo de Obama apresentou como principal objetivo externo o desengajamento das guerras do Oriente Médio. Em 2010, houve o momento de guinada da política externa dos EUA para a Ásia, com declarações da Secretária de Estado Hillary Clinton a respeito das disputas no Mar do Sul da China (EUA, 2010). Em outubro de 2011, Clinton publicou um artigo na revista *Foreign Policy*, defendendo o Século Americano do Pacífico e um maior engajamento dos EUA na região (CLINTON, 2011). No mês seguinte, o presidente Barack Obama anunciou o objetivo de enviar e manter rotativamente 2.500 marines na base de Darwin, no norte da Austrália, em discurso ao parlamento daquele país (EUA, 2011).

Os dois últimos fatos foram o ponto de partida do que se convencionou “pivô estadunidense para a Ásia”. Essa estratégia baseia-se em um pilar econômico e um pilar estratégico. O pilar econômico é a Parceria Transpacífica (PTP ou TPP, na sigla em inglês). Já o pilar estratégico ganhou sua fundamentação operacional na adoção com o lançamento da *AirSea Battle* e da JOAC⁵², em 2012, e tem consistido na reativação das alianças dos EUA na região (EUA, 2012, 2013)

O TPP nasceu ainda em 2003, lançado por Cingapura, Nova Zelândia e Chile, e entrou em vigor em 2006, já com a participação de Brunei. Em 2008, os EUA ingressaram nas negociações para provisões de investimentos e serviços, no que foram seguidos posteriormente por Austrália, Canadá, Japão, Malásia, México, Peru e Vietnã. Muitas críticas são feitas ao processo de negociação do TPP. Até então, ele é secreto, uma vez que as versões preliminares do acordo não foram divulgadas oficialmente (ELLIS, 2014; KILLALEA, 2014). Além disso, enquanto as associações empresariais foram convidadas a participar, outros grupos de interesse como os sindicatos estão à margem (ELLIS, 2014). Apesar disso, grupos como o WikiLeaks e o Public Citizen tem obtido e divulgado vazamentos de partes do acordo em negociação. Além do possível impacto negativo da liberalização do comércio e do investimento sobre as economias em desenvolvimento, há pontos bastante controversos,

⁵¹ Chamado em inglês de *Theater Missile Defense*, consiste em sistemas de mísseis Patriot.

⁵² Sigla para *Joint Operational Access Concept* — em português, Conceito de Acesso Operacional Conjunto. Lançado em 2012 pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

relacionados aos direitos dos investidores, propriedade intelectual, meio ambiente e legislação trabalhista (WALLACH; TUCKER, 2012; WIKILEAKS, 2013). A título de exemplo, como já acontece no NAFTA, empresas operando em outros países-membros do TPP poderiam processar Estados em um tribunal internacional, caso percebessem serem prejudicadas por medidas de controle financeiro e mudanças na legislação local (WALLACH; TUCKER, 2012). Tal medida afetaria gravemente a soberania dos Estados membros.

Do ponto de vista estratégico, os Estados Unidos vêm cada vez mais adotando uma postura ofensiva com relação à China, através do fortalecimento de alianças e parcerias militares bilaterais (ou trilaterais) já existentes na região, através da cooperação nuclear (Índia), reativação de bases, venda de material bélico (para Filipinas, Austrália e Taiwan) e aumento de efetivos e envio de navios (Filipinas e Austrália) e exercícios militares conjuntos (Coreia do Sul, Japão, Austrália, Filipinas, Singapura). A instalação de sistemas de defesa antimísseis na Coreia do Sul (CHEN; GALE, 2014), no Japão (RATNAM; REYNOLDS, 2014) e na Austrália (TAYLOR, 2014) voltou a fazer parte do debate político regional, sob o argumento de conter a Coreia do Norte. Os chineses, no entanto, já afirmaram publicamente sua visão de que esse tipo de ação ameaça a estabilidade regional (CHEN; GALE, 2014).

A postura estadunidense é agravada pela adoção de conceitos operacionais que são vistos como tentativas de contenção da China. O *AirSea Battle*⁵³ foi lançado ainda em 2009 (MORRIS et al., 2015) e elaborado por Andrew Krepinevich e pelos pesquisadores do Center for Strategic and Budgetary Assessment⁵⁴ (CSBA) (KREPINEVICH; WATTS; WORK, 2003; KREPINEVICH, 2010; VAN TOL et al. 2010). O *AirSea Battle* é um conceito operacional que visa integrar as operações navais e aéreas e atacar o inimigo em profundidade, antes que ele possa se engajar em um conflito (EUA, 2013). Dentro desse contexto, o objetivo é garantir uma vitória rápida, por meio de um ataque preemptivo que incapacite os meios de ataque do inimigo.

Quando elaborou o conceito *AirSea Battle*, Krepinevich tinha em mente derrotar as capacidades de antiacesso e negação de área⁵⁵ de dois inimigos: China e Irã (KREPINEVICH, 2010; KREPINEVICH; WATTS; WORK, 2003). Por consequência, essa é uma forte razão para que os chineses se sintam ameaçados pelo pivô estadunidense. A

⁵³ Em inglês, significa Batalha Aeronaval.

⁵⁴ Em inglês, significa Centro de Avaliações Estratégicas e Orçamentárias.

⁵⁵ As capacidades de antiacesso tem por objetivo impedir o acesso do inimigo ao teatro de operações, enquanto as de negação de área restringem a atuação do inimigo dentro do teatro de operações. As duas capacidades são consideradas “assimétricas”, pois fortalecem as defesas de um contendor mais fraco diante de um mais forte.

perspectiva do ataque preemptivo, em vez de dissuadir, cria o risco de fortalecer grupos chauvinistas e antiestadunidenses dentro da China.

Nessa mesma linha, em 2012, o Departamento de Defesa estadunidense lançou o JOAC. O conceito complementou o *AirSea Battle* ao incluir a integração operacional dos domínios do espaço e do ciberespaço aos demais domínios (ar, terra e mar). Segundo o documento, seu objetivo é garantir o acesso e “[...] uso irrestrito [...] dos comuns globais e de territórios, águas, espaços aéreos e ciberespaços soberanos selecionados [...]” pelos Estados Unidos (EUA, 2012, p. 1).

Como bem lembram Cepik e Martins (2014), os Estados Unidos aparentam não ter uma grande estratégia para a multipolaridade. Em outros termos, os EUA não definiram qual será o modo pelo qual se inserirão em um mundo multipolar. Por essa razão, é plausível, como afirmam os autores, que os elementos táticos e operacionais venham se sobrepondo à estratégia e ao interesse nacional do país (CEPIK; MARTINS, 2014). Por outro lado, há um notório interesse em conter os desafiantes à hegemonia estadunidense. É neste contexto que se inserem o TPP e o pivô estratégico para a Ásia. O TPP pode ser visto de modo direto como uma tentativa de isolamento dos EUA. Já o pivô estratégico para a Ásia, merece ser analisado de modo mais crítico. Como coloca Hashimoto (2013), ele apresenta um caráter dual acerca do significado para as relações sino-estadunidenses. Em resumo, trata-se das duas vertentes do debate estadunidense apresentadas no início desta subseção: o balanceamento a ascensão chinesa por meio do isolamento, ou por meio de um maior engajamento construtivo.

3.2 O Nordeste Asiático

Esta seção terá por objetivo apresentar as posições de três atores do Nordeste Asiático: Taiwan, Japão e as Coreias. O Japão é historicamente o elo dessa subregião, pois os acontecimentos em Taiwan e nas Coreias influenciam diretamente suas relações com a China. Além disso, os cenários estratégicos de Taiwan e das Coreias podem se influenciar mutuamente – como já estiveram, durante a década de 1950 – num eventual conflito envolvendo China e Japão e/ou Estados Unidos.

3.2.1 Taiwan: A questão fundamental

A situação indefinida de Taiwan configura-se num dos principais focos de tensão regional. Visto que a República da China abandonou a ideia de retomar o continente pela

força no início da década de 1990, o principal debate interno em Taiwan se dá entre os que são a favor da unificação com a China continental e os que são a favor da independência. A ideia de unificação é um dos principais objetivos da China desde sua fundação e uma proclamação de independência em Taiwan implicaria o início de uma guerra.

3.2.1.1 Relações com o continente

A reconquista de Taiwan foi e continua sendo um elemento-chave do direcionamento político tomado por Pequim desde 1949, tanto em sua política doméstica quanto em sua política externa. Isso se explica por algumas razões. A China conseguiu retomar quase todo o território perdido durante o “século de humilhação”, menos Taiwan. Conseqüentemente, a Guerra Civil não teve um desfecho. Taiwan também tem um papel geoestratégico fundamental, pois se localiza entre as principais rotas marítimas da China, de modo que o controle do Estreito de Taiwan teria o duplo papel de impedir uma base para ataque ao seu território, quanto possibilita a projeção sobre o Estreito de Luzon, entre Taiwan e Filipinas.

Pode-se dividir as relações entre China e Taiwan em quatro fases. A primeira, a partir de 1949, foi quando os grupos políticos dos dois lados do estreito trabalhavam com a hipótese de invasão da ilha pelos comunistas e do continente pelos nacionalistas, o que indicava o desejo de unificação por ambas as partes. A segunda teve início com a morte de Jiang Jieshi, em 1978, e de seu filho Jiang Jinguo, em 1988, quando seguiram-se os governos de Lee Teng-hui (GMD) e de Chen Shui-bian (PDP), quando surgiu com força a possibilidade de proclamação de independência. A resposta chinesa resultou na terceira crise do estreito (1995) e na promulgação da lei antissecessão pela China (2005). A partir de 2008 teve início uma nova fase, com o retorno do GMD ao poder através da eleição de Ma Yingjiu. Ma firmou acordos que fortaleceram a integração econômica com o continente e pavimentam o caminho para uma possível unificação. Em 2014, no entanto, a reação dos partidários pró-independência (representados pelo PDP) trouxe à tona um intenso embate com os pró-unificação (representado pelo GMD), o que deu início a uma quarta fase. O ponto de afastamento foi o movimento Girassol, que realizou manifestações contra o Acordo Interestreito para o Comércio de Serviços (AICS ou CSSTA, na sigla em inglês) e invadiu o Parlamento taiwanês para barrar a sua votação.

As relações interestreito tiveram início quando as forças de Jiang Jieshi e do Guomindang fugiram para Taiwan e estabeleceram sua capital em Taipei, em 1949. A

República da China continuava a se afirmar a única representante da China, reconhecida pelos Estados Unidos e pela ONU, sendo um dos membros permanentes do seu Conselho de Segurança.

A vitória comunista alterou a estratégia estadunidense para a Ásia, que passou a investir no Japão como seu grande aliado na região (VISENTINI, 2012). O ingresso de China e Estados Unidos na Guerra da Coreia tornou nítida a divisão da Ásia. A possibilidade de participação de meio milhão de nacionalistas no conflito e a “neutralização do estreito⁵⁶” por parte dos EUA influenciaram de forma decisiva a entrada chinesa no conflito (MARTINS, 2013). Os comunistas temiam que a Guerra da Coreia fosse parte de um plano para reconquistar o continente para os nacionalistas (KISSINGER, 2011). A disputa interestreito continuou latente durante a década de 1950, quando ocorreram as duas crises do estreito, em 1954 e em 1958, ambas detalhadas no capítulo anterior.

Enquanto isso, em Taiwan, o Guomintang realizou reformas para aumentar a coesão do partido e capacitar o aparato estatal da República da China para manter a luta contra os comunistas. Criou-se, ainda em 1950, um comitê que reformou o sistema de recrutamento e formação dos quadros e burocratizou o trabalho do partido. Essas reformas possibilitaram a inclusão de nativos, a inserção do partido em todas as partes da ilha e a implantação de mecanismos de controle que fortaleceram a lealdade partidária e ofereciam proteção contra a infiltração por comunistas. A reforma do partido, por sua vez, permitiu uma reforma mais profunda que fortaleceu a burocracia e as forças armadas (MYERS; LIN, 2007).

O Guomintang sofria oposição dos comunistas e de nativos que se opunham à “sinicização” da ilha e pregavam a independência de Taiwan. Como resposta, o governo da República da China manteve a lei marcial até 1987. Esse período viria a ser conhecido como “Terror Branco” (PINTO, 2005).

Simultaneamente, o governo de Jiang Jieshi realizou uma reforma agrária e um programa de desenvolvimento agrário, que permitiu o crescimento da produção agrícola. Houve apoio financeiro estadunidense, sob a forma de empréstimo e ajuda oficial. A partir de um programa com forte intervenção estatal, Taiwan se inseriu na rede de subcontratação japonesa, transformando-se em um dos tigres asiáticos, juntamente com Coreia do Sul, Hong Kong e Singapura (ARRIGHI, 1997; RANIS, 2007).

A aproximação sino-estadunidense no início da década de 1970 mudou repentinamente o papel de Taiwan no cenário internacional, com a perda do assento na ONU

⁵⁶ Os Estados Unidos enviaram a Sétima Frota para o estreito de Taiwan simultaneamente ao início da Guerra (CHEN, 1996).

e o estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Popular da China e os Estados Unidos em 1979. Como os Estados Unidos reconheciam a política de “Uma China”, abandonaram as relações oficiais com o regime liderado pelo Guomindang.

As relações entre Taipei e Washington continuaram a existir por vias extraoficiais. O Congresso estadunidense criou o Ato de Relações com Taiwan, que estabelecia mecanismos para a manutenção de relações com a ilha — inclusive venda de armas — por ações executivas, sem força de lei (EUA, 1979). Em 1982, a China e os Estados Unidos lançaram um comunicado no qual os estadunidenses se comprometiam a reduzir gradualmente a venda de armas para Taiwan, sem, entretanto, definir um prazo para o seu fim (UNITED STATES OF AMERICA-US, 1982).⁵⁷

Simultaneamente, a China continental também passava por mudanças políticas, com a ascensão de Deng Xiaoping, o principal líder político do país. As novas políticas, como as Quatro Modernizações e, principalmente, a criação das Zonas Econômicas Exclusivas tiveram influência nas relações interestreito. Uma das primeiras ZEE foi criada na cidade de Xiamen, próximo a Taiwan e às ilhas Jinmen, ocupadas pela República da China.

No começo da década de 1980, foi criada a política de “um país, dois sistemas”, já descrita no capítulo anterior. Esta política tinha em mente a unificação com Taiwan, mas acabou facilitando a reintegração de Hong Kong e Macau (PINTO, 2005). Para Taiwan, participar desse esquema implicaria reconhecer a soberania da República Popular da China sobre a Política Externa e de Defesa de toda a China, ao mesmo tempo em que manteria um sistema social e econômico distinto. Em que pesasse o interesse do Guomindang em unificar a China, isto significava reconhecer a vitória política dos comunistas e, por essa razão, a proposta foi recusada.

Com a morte de Jiang Jieshi, em 1978, seu filho, Jiang Jinguo, ascendeu à presidência da República da China e iniciou um processo de abertura política, que resultou na ascensão de nativos a altos postos. Um exemplo notório foi a nomeação de Lee Teng-Hui, um nativo da etnia Hakka, ao posto de vice-presidente em 1984.

Em 1987, foi abolida a lei marcial e iniciou-se o período de abertura política. Jiang Jinguo morreu no ano seguinte e coube a seu vice, Lee Teng-hui, liderar o processo. Lee, ao contrário de muitos dos oficiais do Guomindang, havia nascido na ilha e se considerava mais taiwanês do que chinês (KISSINGER, 2011). Inicialmente, a linha de

⁵⁷ Como afirmado no capítulo anterior, este documento, bem como os comunicados conjuntos de 1972 (visita de Nixon à China) e 1979 (estabelecimento de relações oficiais), são as bases sobre as quais se assentam as relações entre China e Estados Unidos no que tange à Taiwan (LI, 2006).

pensamento oficial do Guomindang foi mantida. Em 1991, Taiwan criou o Conselho de Assuntos para o Continente, que viria a elaborar Diretrizes para a Unificação. Uma dessas diretrizes era de que o lado continental deveria reconhecer a existência de duas entidades políticas distintas, aproximando-se da ideia de “um país, dois governos”, que passaria a ser defendida por Lee Teng-Hui. Ainda no mesmo ano, o governo de Taipei mudou sua interpretação a respeito de sua jurisdição, que agora se limitava às ilhas já ocupadas, reconhecendo que o PCCh governava o continente. Portanto, o Guomindang abdicava da unificação por meios militares (PINTO, 2005).

Por outro lado, houve também avanços. Ainda em 1991, surgiu um mecanismo semioficial de comunicação, composto pela SEF (Strait Exchange Foundation ou Fundação de Trocas do Estreito) e a ARATS (Association for Relations Across Taiwan Strait ou Associação para Relações Através do Estreito de Taiwan). Um dos efeitos práticos foi estabelecimento do que viria a ser chamado de Consenso de 1992. O Guomindang e o atual presidente Ma Yingjiu têm utilizado este compromisso para basear as políticas de aproximação, enquanto o PDP contesta a existência do mesmo (MA..., 2011).

Em 1994, os Estados Unidos aprovaram o Taiwan Policy Review⁵⁸, que lançava uma série de novas medidas para regular as relações com Taiwan. No ano seguinte, contrariando o governo chinês, os Estados Unidos concederam visto a Lee Teng-Hui. Como resposta, a China realizou uma série de exercícios missilísticos em julho de 1995. Em março do ano seguinte, a China realizou novos exercícios, dessa vez para influenciar as eleições para a Presidência de Taiwan. Os dois incidentes ficariam conhecidos como a Terceira Crise do Estreito (SCOBELL, 1999).

Ainda assim, os Estados Unidos mantinham oficialmente sua política de “Uma China”. Isso foi documentado em uma carta do então presidente estadunidense Bill Clinton ao presidente chinês Jiang Zemin. Nessa carta, Clinton deixava claro “os três não estadunidenses a Taiwan”: não ao apoio à independência de Taiwan; não a “duas Chinas” ou “uma China e uma Taiwan” e não à admissão de Taiwan (como Estado) por organizações internacionais como a ONU (KAN, 2014).

Em 2000, o Guomindang perdeu a eleição e deixou a presidência do governo da ilha pela primeira vez desde a sua instalação, em 1949. O novo presidente, Chen Shui-Bian,

⁵⁸ O Taiwan Policy Review permitia que os principais líderes de Taiwan entrassem no território estadunidense, contanto que não participassem de atividades oficiais; criava um subgabinete para assuntos econômicos e estabelecia o Trade and Investment Framework Agreement; autorizava viagens de oficiais do governo americano, de qualquer nível, a Taiwan, em visitas oficiais; aceitava a participação de Taiwan em organizações internacionais que admitam a participação de entidades não estatais (LORD, 1994).

pertencia ao Partido Democrático Progressista (PDP), que defendia a independência. Durante vários momentos, Chen propôs um referendo para determinar o *status* político-legal de Taiwan e as ações da ilha com relação ao continente (MATSUDA, 2004).

Embora tenha afirmado em seu discurso de posse que não declararia independência, o governo de Chen tomou medidas para afastar Taiwan da China continental. Ainda em 2001, os Estados Unidos venderam submarinos, navios e aviões antissubmarinos a Taiwan, e a ilha testou o sistema antimísseis Patriot (PINTO, 2005). Em 2002, Chen afirmou que havia “um país em cada lado do estreito” (KAN, 2014).

Por outro lado, Chen sofria pressões de grupos políticos e econômicos que mantinham relações com a China continental e via-se obrigado a adotar medidas que aprofundavam os laços com o continente. Por essa razão, em 2001, Taiwan suspendeu a proibição de comércio e de investimento direto na China vigente por 50 anos (VISENTINI, 2012). Além disso, os Estados Unidos, envolvidos com a Guerra ao Terror, declararam em 2003 que “[...] não apoiariam nenhuma medida unilateral para alterar o status quo”. (KAN, 2014).

Após sua reeleição⁵⁹, em 2004, Chen radicalizou sua posição. Como resposta, Em 2005, iniciaram-se reuniões entre o PCCh e o Guomindang e no mesmo ano, a China aprovou a lei antissecessão⁶⁰ (CHINA, 2005). Embora tenha sido vista como uma ameaça da China continental, essa lei na verdade introduziu um elemento de estabilidade e legitimidade, ao afirmar claramente quais as condições em que a China utilizaria a força na questão de Taiwan (ZOU, 2005).

Com exceção de uma simulação de invasão de uma ilha, em 2001 (VISENTINI, 2012), as respostas da China foram bastante moderadas e limitaram-se ao âmbito político-legal e o incentivo à integração econômica, no que Seanon Wong (2005) chama de “estadismo econômico⁶¹”. Diante do crescimento dos laços econômicos com o continente, o aumento das tensões provocou a queda de popularidade de Chen e de seu projeto de pavimentar o caminho

⁵⁹ Juntamente com a eleição, havia um referendo, que lançava duas questões aos eleitores: 1) Deve Taiwan adquirir sistemas antimísseis avançados caso a República Popular da China se recuse a retirar os mísseis que apontou para Taiwan?; 2) O governo de Taiwan deve envolver-se em negociações com a República Popular da China sobre a proposta do Presidente Chen de uma estrutura de “paz e estabilidade” para as interações interestreito? (DUMBAUGH, 2005, p. 3, tradução livre). As propostas de Chen e do PDP foram aprovadas pelos votos válidos, mas o referendo foi sabotado pelo Guomindang e o número de eleitores presentes foi insuficiente para validar o resultado (DUMBAUGH, 2005).

⁶⁰ É importante considerar que a aprovação da lei ocorreu duas semanas após uma declaração conjunta de Estados Unidos e Japão de que a resolução pacífica de questões sobre o Estreito de Taiwan era um “objetivo estratégico comum” (CHEN, 2006).

⁶¹ Nas palavras do autor, o Estadismo Econômico é uma forma de condicionar as ações da outra parte — no caso, Taiwan — através do aumento das relações econômicas (WONG, 2005).

para a independência. O resultado foi o refortalecimento do Guomindang, a partir da vitória nas eleições municipais de 2005 (VISENTINI, 2012).

Em 2008, o Guomindang retornou à Presidência, com a eleição de Ma Yingjiu. O governo de Ma pautou-se, em seu primeiro mandato, por políticas de distensão com o continente. Em seu governo, foram retomadas as conversas formais com a China, suspensas em 1999. Além disso, estabeleceu acordos com o continente para a livre circulação de pessoas e mercadorias, a abertura de voos comerciais entre os dois lados do estreito e o estabelecimento de um Acordo Quadro Interestreito para a Cooperação Econômica em 2010 (SEF; ARAC, 2010). Este acordo lançou as bases para a Cooperação interestreito em diversas áreas, incluindo comércio de bens e serviços e investimentos (STRAITS EXCHANGE FOUNDATION; ASSOCIATION FOR RELATIONS ACROSS THE TAIWAN STRAITS, 2010).

Ma foi reeleito em 2012 e aprofundou as relações com o continente. Em 2013, foi assinado o Acordo Interestreito para o Comércio de Serviços⁶² (AICS ou CSSTA, em sua sigla em inglês). No mesmo ano, os dois lados do estreito criaram um sistema de conversão direta entre suas moedas (TAIWAN'S..., 2014).

Ao mesmo tempo, Taiwan aumentou a aquisição de armamentos junto aos Estados Unidos. Entre 2008 e 2010, por exemplo, foi aprovada a venda de mísseis de defesa antiaérea, incluídos em um pacote de vendas de armas de 6 bilhões de dólares. Tal movimento explica-se pela necessidade de estar em posição fortalecida para o diálogo político com o continente (KAN, 2014).

A aproximação entre continente e Taiwan não goza de consenso junto à sociedade taiwanesa. Embora para alguns a integração econômica com a China seja vantajosa, especialmente para o empresariado que tem exportado ou investido cada vez mais na China, outra parcela não percebe os benefícios dessa aproximação. Além disso, a parcela pró-independência da população se coloca frontalmente contra o aprofundamento de relações com o continente, vendo nisso a “entrega” de Taiwan à China.

O exemplo mais recente e mais nítido desse fenômeno foi o Movimento Girassol, em 2014. Este Movimento realizou manifestações e invadiu o parlamento taiwanês para impedir a aprovação do AICS. Houve a participação de muitos jovens de Taipei, que alegadamente se opunham à tentativa de acelerar a aprovação do acordo. Há também uma insatisfação pela crescente integração econômica com a China não se reverter em ganhos

⁶² O acordo liberalizava a comercialização de 80 setores de serviços continentais em Taiwan e 64 setores taiwaneses no continente (SEF; ARACS, 2013).

econômicos para a população. Já os ativistas liberais, que tendem a defender a independência, opõem-se a qualquer acordo com a China, por acreditar que a unificação acabaria com a democracia de Taiwan (DUCHATEL, 2014; WASSERSTROM, 2014).

Neste sentido, o movimento Girassol constituiu juntamente com o movimento do Guarda-Chuva, em Hong Kong, ocorrido em 2014, um desafio direto à política do “um país, dois sistemas”. É bastante provável que o primeiro tenha influenciado o segundo. De qualquer modo, os acontecimentos em Hong Kong podem influenciar na relação interestreito, pois o modo como Pequim conduzir a questão poderá indicar, aos olhos do público de Taiwan, quais as condições sociopolíticas em que se daria a unificação. Há uma questão em aberto, entretanto: tendo em vista o pano de fundo da Guerra Civil, mesmo o Guomintang, que propõe a aproximação com o continente, dificilmente aceitaria fazer parte do “um país, dois sistemas”. O objetivo implícito é atingir uma unificação que contemple o único consenso em Taiwan: o sistema democrático (LUO, 2014; MA..., 2014).

O momento atual não é favorável a Ma Yingjiu, ao Guomintang e aos pró-unificação. Desde o Movimento Girassol, Ma viu-se forçado a mudar sua postura, tendo inclusive defendido publicamente o “Movimento do Guarda-Chuva” (BRADSHER; RAMZY, 2014). No final de 2014, o Guomintang sofreu grande derrota nas eleições locais em Taiwan e Ma renunciou à presidência do Guomintang. Por essa razão, ainda que Ma mantenha o diálogo com o continente, é provável que não haja maiores avanços até o final de seu governo. Mais do que isso, as perspectivas para as próximas eleições tendem a favorecer o retorno do PDP ao poder e poderá se seguir um novo período de afastamento e tensões.

3.2.1.2 Política para o Leste Asiático

Além da indefinição em torno da unificação ou independência de Taiwan, a ilha, que se autoproclama República da China, mantém uma série de reivindicações territoriais regionais e, dessa forma, insere-se nas disputas regionais. No Mar do Sul da China, a República da China reivindica as ilhas Spratly (Nansha), as ilhas Paracelso (Xisha), o Banco de Macclesfield (ilhas Zhongsha) e as ilhas Pratas (Dongsha). Em 2012, Taiwan, que ocupa a maior das ilhas Spratly, Taiping, afirmou que iria ampliar a pista de pouso da ilha, trazendo mais uma vez à tona as disputas territoriais na região (KASTNER, 2012).

Já no Mar do Leste da China, assim como a República Popular, a República da China reclama as ilhas Diaoyu (chamadas pelo Japão de Senkaku). Durante o acirramento das disputas entre China e Japão, Taiwan criticou severamente o governo japonês e barcos das

guardas costeiras de Japão e Taiwan tiveram um pequeno confronto envolvendo jatos de água nos arredores das ilhas (BLAKE, 2012).

3.2.2 Japão: o dilema da Ascensão Chinesa

O Japão é um dos principais atores regionais e potencial rival da China. A estagnação econômica japonesa, combinada à ascensão da China coloca o país diante de uma situação difícil, que até hoje não parece ter sido inteiramente resolvida do ponto de vista político: associar-se à China significa fortalecer um rival regional, mas essa possibilidade foi a única que ofereceu uma oportunidade real de impulsionar novamente a economia japonesa. Além disso, ambos disputam as ilhas Diaoyu (China)/Senkaku (Japão), que atualmente configura-se como um cenário de grande instabilidade regional, impactando no relacionamento dos dois países com os demais parceiros regionais e inclusive culminando em provocações mútuas em torno das ilhas e protestos anti japoneses na China, em 2012. Apesar da origem sínica da maior parte dos elementos da língua e da cultura japonesa, o Japão relutou durante grande parte de sua história a ser parte do império tributário chinês e lutou contra a China, ainda no final do século XVI, pelo controle da Coreia (HANE; PEREZ, 2009). Após um período de isolamento (Era Tokugawa), o Japão, tal qual a China, foi incluído à força no sistema interestatal ocidental, que então se globalizava. Enquanto a China acabou invadida e dividida por diversas potências e teve sérias dificuldades para se modernizar, o Japão centralizou o Estado, fez reforma agrária, fomentou a ascensão da indústria e se transformou em potência regional, após a Guerra Sino-Japonesa (1894–1895), e global, após a Guerra Russo-Japonesa (1904–1905).

Na primeira metade do século XX, o Japão foi para os chineses simultaneamente um símbolo de modernização bem-sucedida e um inimigo. Isso refletia a dualidade da política japonesa. De um lado, havia o “Pan-asianismo”, a partir da qual o Japão lideraria a construção de uma Ásia para os Asiáticos, criando mecanismos que permitissem uma integração regional (HOTTA, 2007). Outra parte das elites japonesas, no entanto, tinha o objetivo de expandir o império japonês. Após a crise de 1929, os últimos se fortaleceram, destruindo o ambiente democrático interno⁶³ e a governabilidade do país, lançando o Japão em uma sequência de

⁶³ Durante as décadas de 1910 e 1920, durante a era do Imperador Taisho, o sistema político japonês assistiu à ascensão de partidos. Esse período coincidiu com uma política externa de grande participação do país nos instrumentos regionais e internacionais de governança, como o Acordo Lansing-Ishii (1917 — com os EUA, acerca da China), a Conferência Naval de Washington (1922) e o Pacto Kellogg-Briand (1928 — assinado

“fatos consumados⁶⁴”: a invasão da Manchúria (1931), do restante da China (1937) e em uma guerra contra os Estados Unidos (1941) (COOX, 1976).

A derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial alterou profundamente a estrutura do Estado japonês. Ocupado pelas forças norte-americanas lideradas pelo Gen. Douglas MacArthur, o país adotou uma nova constituição em que renunciou à guerra como instrumento de resolução de conflitos. Além disso, MacArthur liderou um grande expurgo de políticos japoneses, principalmente os que se opunham às suas decisões. Um dos mais famosos foi Hatoyama Ichiro, eleito primeiro-ministro e impedido de assumir seu cargo, que defendia a aproximação com China e União Soviética, a reindustrialização do país e a manutenção de uma força nacional de dissuasão militar crível (HANE; PEREZ, 2009; ITOH, 2003).

Após a Revolução Comunista na China e o início da Guerra da Coreia, foi aplicada a política do Curso Reverso, que alterou o perfil da ocupação e da reconstrução do país. Por linhas tortas, foi Hatoyama quem venceu o embate. O Japão iniciou o seu processo de reindustrialização, impulsionado pela demanda das forças estadunidenses na Coreia (CUMINGS, 2010; OKITA, 1951). Além disso, expandiram-se as forças de segurança nacional, até que foram criadas, em 1954, as Forças de Auto Defesa do Japão (HANE; PEREZ, 2009; ITOH, 2003). O próprio Hatoyama voltou a gozar de seus direitos políticos (ITOH, 2003).

Os expurgos de MacArthur provocaram uma renovação forçada da classe política japonesa. Houve, em decorrência disso, o fortalecimento da burocracia e do empresariado. Como forma de fortalecer a classe política japonesa, frente aos demais estamentos e à influência externa, o Partido Liberal e o Partido Democrata uniram-se formando o Partido Liberal Democrata (PLD). Surgiu então o sistema do Triângulo de Ferro, em que o PLD, a burocracia e o empresariado tomavam as decisões políticas por consenso e a Dieta⁶⁵ tinha papel de referendar essas decisões (UEHARA, 2003).

O PLD se manteve no poder ininterruptamente por 38 anos, constituindo-se em partido virtualmente único em um sistema eleitoral multipartidário. Desse modo, o PLD reunia a maior parte do espectro político nacional. Isso se refletia na variação de posições

com diversas potências, que concordavam em renunciar à guerra como instrumento de política externa — e.g. LIGA DAS NAÇÕES, 1929).

⁶⁴ A política do “fato consumado” tinha como característica principal a realização de operações de ataque de forma independente, sem autorização ou conhecimento por parte da cúpula política do país. Isso se deu muito em virtude do fato de que as forças armadas não respondiam ao Primeiro-Ministro ou ao Parlamento, mas diretamente ao Imperador, que apesar de sua figura divina, tinha poder simbólico (COOX, 1976).

⁶⁵ Nome dado ao Parlamento japonês.

adotadas pelo governo japonês ao longo do tempo. Um exemplo é que ainda na década de 1950, o Japão, sob o governo de Hatoyama Ichiro, ensaiou uma política externa autônoma, ao se aproximar da China comunista, reatar as relações diplomáticas com a União Soviética e participar da Conferência de Bandung (ITOH, 2003). Entretanto, em 1957, em visita a Taiwan, o então primeiro-ministro Kishi Nobusuke manifestou apoio a uma tentativa de retomada do continente por Jiang Jieshi e assinou a Aliança com os Estados Unidos em 1960 (ROSE; JUNKO, 2002).

Assim, com relação à China, o PLD dividia-se basicamente nos grupos pró-China e pró-Taiwan. O grupo pró-China defendia a aproximação e o reconhecimento da China continental como uma forma de tornar o Japão mais autônomo perante os Estados Unidos e via enorme potencial econômico no mercado chinês (BURNS, 2000). O grupo pró-Taiwan era, em geral, formado por anticomunistas, que defendiam um alinhamento maior junto aos Estados Unidos, como Kishi Nobusuke e Sato Eisaku (MAKOTO et al., 2002). Diante do impasse, a posição estadunidense era o fiel da balança. Desse modo, durante as décadas de 1950 e 1960, as relações se deram em âmbito privado, com a assinatura de acordos comerciais e encontros de autoridades e empresários (BURNS, 2000).

A participação estadunidense na Guerra do Vietnã exauriu seus recursos econômicos e o seu fracasso forçou uma retração estratégica. Para dar conta da tarefa de manter o bloco capitalista, os Estados Unidos adotaram políticas de buck-passing econômico e estratégico que impactaram o Japão. A Doutrina Guam —ou Nixon —(1969) era a extensão da “vietnamização” a todos os aliados, uma vez que a nação diretamente ameaçada deve ser a principal responsável em prover as tropas para sua defesa.

O Japão reatou relações diplomáticas com a China comunista em 1972. A partir de então, criou-se um triângulo estratégico entre China, Japão e Estados Unidos, cujo objetivo era conter a União Soviética. A China pressionava estrategicamente a União Soviética no Leste Asiático⁶⁶. O Japão, por sua vez, contribuiu enormemente para a modernização da China, através do comércio compensado de produtos industriais por recursos naturais e provendo ODA⁶⁷ e cooperação técnica.

A valorização do iene, decorrente da quebra do padrão ouro-dólar, promoveu a expansão do investimento japonês e, conseqüentemente, do “sistema de subcontratação em

⁶⁶ Além de manter tropas junto à fronteira entre os dois países, o que forçava a União Soviética a também manter tropas na fronteira, a China invadiu o Vietnã, o que contribuiu para impedir uma maior atuação da URSS no Sudeste Asiático.

⁶⁷ *Official Development Aid*, que significa Ajuda Oficial para o Desenvolvimento. As ODAs ou AODs eram empréstimos a juros baixos ou doações para projetos, inclusive de infraestrutura, em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

múltiplas camadas⁶⁸” do Japão para o restante da região (ARRIGHI, 1997). Esse modelo ficaria conhecido como o dos “gansos voadores” e contribuiu para o surgimento dos Novos Países Industriais (NPIs ou NICs⁶⁹), que passaram a ser chamados de “tigres asiáticos” — Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan⁷⁰ (ARRIGHI, 1997; AKAMATSU, 1962). Em 1977, o Japão deu uma face política ao aprofundamento das relações econômicas com o Sudeste Asiático, através do lançamento da Doutrina Fukuda, que propunha o Japão como líder regional por meio do diálogo e dos programas de cooperação financeira e técnica, como as ODAs (UEHARA, 2003).

Este arranjo deu origem à “era de ouro das relações China-Japão-EUA”, que perdurou até 1989 (VOGEL; YUAN; TANAKA, 2002). Ainda na metade da década de 1980, os Acordos do Plaza e do Louvre, que causariam as bolhas imobiliária e acionária japonesas, provocaram uma fissura nas relações nipo-estadunidenses. O fim das boas relações trilaterais ocorreu, de fato, com o fim da Guerra Fria e o Incidente de Tiananmen.

Com relação ao Incidente de Tiananmen, a posição japonesa foi ambígua. Por um lado, o Japão adotou as sanções ocidentais. Por outro, diante da importância de suas relações com a China tanto do ponto de vista econômico quanto estratégico, o país foi um dos primeiros a levantar as sanções e fazer *lobby* junto aos países ocidentais para que também o fizessem. Desta maneira, é emblemática a declaração do então primeiro-ministro japonês Kaifu Toshimi, em visita à China, em 1991:

Vestuário e comida são a base e o ponto de partida dos direitos humanos. É um enorme progresso que a China possa resolver seus problemas de vestuário, comida, moradia e transportes (*yi shi zhu xing*). Cada país tem a sua própria formação cultural, e forasteiros não estão em posição de julgar outros com os seus próprios padrões (RENMIN RIBAO, 1991⁷¹ apud DENG, 1995, p. 233, tradução nossa⁷²).

⁶⁸ Esta rede consistia na contratação, por parte das grandes corporações, de empresas menores, principalmente de pequeno e médio porte, que forneciam bens e serviços de menor valor agregado que seriam parte do produto final. Tal sistema existiu nas principais economias capitalistas do período Pós-Segunda Guerra Mundial, como os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Foi no Japão, entretanto, que o sistema foi mais bem-sucedido. A maior prova disso é que ele se tornou complexo para abranger “múltiplas camadas”, isto é, as grandes corporações contratavam outras empresas, que por sua vez, contratavam outras. Assim, ao longo da cadeia produtiva, havia subcontratados primários, secundários, terciários e assim sucessivamente, de modo que a base da “pirâmide” realizava a parte de menor valor agregado (ARRIGHI, 1997).

⁶⁹ *New Industrial Countries*.

⁷⁰ Cabe destacar que embora estas economias tenham se destacado inicialmente na expansão da rede de subcontratação japonesa, países como Indonésia, Tailândia, Malásia e Filipinas devem ser mencionadas (ARRIGHI, 1997).

⁷¹ RENMIN RIBAO, 11 de agosto de 1991, p. 1.

⁷² Na versão de Deng (1995), “Clothing and food are the basis and starting point of human rights. It is an enormous progress that China can solve its problems of clothing, food, housing, and transportation (*Yi shizhuxing*). Each country has its own cultural background, and outsiders are not in a position to judge others with their own standards”.

Este acontecimento, ainda que inusitado, é símbolo de um fenômeno que Samuel Huntington (1997, p. 126) chama de “Afirmação Asiática” e Yoichi Funabashi (1993), de “Asianização da Ásia”. De acordo com essa visão, a partir do seu sucesso econômico, os países da região passaram a defender seus próprios modelos políticos e sociais, em contraposição aos ocidentais. As propostas de integração regional, como a do primeiro-ministro malaio Mahathir Bin Mohamad, de criar de um Grupo Econômico do Leste Asiático, sem a participação de atores externos à Ásia, são expressões desse fenômeno (HUNTINGTON, 1997).

Com o final da Guerra Fria, os Estados Unidos apresentavam uma nova postura externa. As sanções contra a China iam contra interesses econômicos japoneses e os estadunidenses passaram a pressionar os japoneses a abrir seu mercado interno (VISENTINI, 2012). Além disso, a Guerra do Golfo (1991) foi um ponto de inflexão no debate quanto ao papel internacional do país. Após intenso e prolongado debate na Dieta nacional, o Japão somente permitiu o envio de forças para participar da coalizão anti-iraquiana depois do final dos combates. Mesmo financiando um quinto de todos os recursos despendidos pelos Estados Unidos e seus aliados — cerca de 13 bilhões de dólares — o Japão foi visto como tendo fugido de sua responsabilidade internacional e saiu como o “grande perdedor” da Guerra do Golfo (UEHARA, 2003).

O episódio da Guerra do Golfo exacerbou o debate nacional acerca de qual o papel internacional do Japão após a Guerra Fria. Durante a década de 1980, Nakasone Yasuhiro já havia se empenhado em aumentar o orçamento de defesa japonês além de 1% do PIB. A partir do debate sobre enviar ou não tropas ao Oriente Médio, surgiram duas correntes principais: Funabashi Yoichi defendia que o Japão deveria se tornar uma “Potência Civil Afirmativa”, através de uma atuação política e econômica, baseada no aprofundamento de suas relações com os Estados Unidos; já Ozawa Ichiro percebia que o Japão deveria se tornar um “Estado Normal”, com Forças Armadas regulares e a participação em missões de paz sob o mandato da ONU, de modo que o país pudesse atuar em questões de segurança regional e internacional de forma autônoma (OZAWA, 1994; UEHARA, 2003).

À mudança no cenário externo, somava-se a crise econômica. Na segunda metade dos anos 1980, a revalorização do iene frente ao dólar deixou o Japão com enorme capacidade de investimento. Apresentava-se aí um dilema que era tanto político quanto econômico. Investir mais no Sudeste Asiático significava investir na China e, conseqüentemente, fortalecer um potencial rival. Direcionar o investimento para os Estados Unidos não se

mostrava uma escolha segura, como demonstrado pela quebra da bolsa de Nova York, em 1987. Optou-se por investir no próprio país, o que produziu uma bolha imobiliária e outra financeira (VISENTINI, 2012).

A insatisfação com as crises econômica e política levaria o PLD a perder a maioria na Câmara Alta da Dieta em 1989 e a ficar de fora do governo durante um período de nove meses entre 1993 e 1994 — pela primeira vez desde 1955. O partido voltou ao poder por meio de coalizões, mas só teve um primeiro-ministro a partir de 1996. Em que pese o grande poder da burocracia, o PLD, mesmo com suas diferentes correntes, havia conseguido manter o peso da classe política sobre os processos decisórios. O poder do primeiro-ministro baseava-se enormemente no partido. Com o enfraquecimento do PLD, houve a divisão da classe política e iniciou-se uma disputa entre as elites — classe política, burocracia e empresariado (VISENTINI, 2012).

Como reflexo do final da Guerra Fria, os Estados Unidos diminuíram drasticamente seus efetivos militares na região. O Japão propôs a criação de um fórum securitário ainda em 1991, e em 1993 a ASEAN criou o Fórum Regional da ASEAN (ARF), com a participação de diversos países da região (KATSUMATA, 2009). A partir de 1995, os Estados Unidos reafirmaram sua presença na região a partir da publicação do relatório Nye⁷³ (EUA, 1995), como uma reafirmação do compromisso estadunidense com a segurança regional e a revisão dos termos das alianças regionais (IKENBERRY, 2003).

A ocorrência da Crise Asiática, em 1997, foi um duro golpe à rede de subcontratação japonesa. O relutante e reduzido apoio do Fundo Monetário Internacional às economias afetadas fortaleceu a ideia de que uma solução para a crise não era prioridade para as principais economias ocidentais ou, até mesmo, de que fora produzida externamente (VISENTINI, 2012). Por essa razão, o regionalismo tornou-se a melhor opção. O Japão lançou a ideia de um Fundo Monetário Asiático, inicialmente rejeitada. Pouco tempo depois, foi criado o ASEAN+3, com a participação de Japão, China e Coreia do Sul, e, em 1999, a Iniciativa de Chiang Mai, que era a concretização indireta do Fundo Monetário Asiático.

Ao final dos anos 1990, o Japão não conseguira reverter o crescimento quase nulo e o “triângulo-de-ferro” passou a ser visto como o principal obstáculo ao desenvolvimento nacional. Nesse contexto, em 2001, foi eleito Koizumi Junichiro, que propunha reformas

⁷³ O relatório foi escrito pelo Prof. Joseph Nye Jr., então Secretário Assistente do Departamento de Defesa dos Estados Unidos para Assuntos de Segurança Internacional. Em seu conteúdo, ele defendia a importância das alianças regionais dos Estados Unidos e que o país deveria manter 100 mil homens no Leste Asiático (NYE JUNIOR, 1995).

estruturais neoliberais na economia e no sistema político — mais especificamente, ele queria “destruir o PLD” e aumentar o poder do primeiro-ministro (UCHIYAMA, 2010).

Na política externa, Koizumi via China e Coreia do Sul como rivais do Japão e tinha em mente expandir a sua atuação internacional tornando-o um auxiliar dos Estados Unidos na manutenção da ordem regional e global. Para tanto, Koizumi pretendia eliminar as restrições constitucionais à atuação militar do Japão no exterior para atuar ao lado dos Estados Unidos, tanto em intervenções como no Afeganistão e no Iraque, quanto para atuar como um “policia” do Leste Asiático. Embora não tenha alterado a constituição, ele alterou a sua interpretação, e enviou tropas para atuar no Afeganistão e no Iraque e se tornou parte do sistema antimísseis estadunidense (UCHIYAMA, 2010; VISENTINI, 2012). Um dos momentos mais tensos das relações com a China no período foi quando o Japão emitiu comunicado conjunto com os EUA afirmando que a resolução da questão de Taiwan era uma das prioridades estratégicas das relações bilaterais.

Com tais políticas, Koizumi gozava de enorme popularidade. Em 2005, ao ver sua proposta de privatização do serviço postal do Japão ser recusada pelo legislativo, dissolveu o parlamento. Nas novas eleições, o primeiro-ministro apoiou candidatos “assassinos”, para que ganhassem os mandatos dos representantes do PLD que se opunham às suas medidas. A vitória esmagadora permitiu a Koizumi concluir suas reformas, de modo que ele manteve-se como primeiro-ministro até 2006 (UCHIYAMA, 2010).

O legado de Koizumi para o Japão, entretanto, foi controverso. A média de crescimento econômico não foi alta e as desigualdades sociais e regionais aumentaram (HOSHI; KASHYAP, 2011; KITASHIRO et al., 2006). Ao contrário do que pretendia, em seu governo, o comércio externo do Japão dependia ainda mais da Ásia, especialmente com relação ao comércio intraempresa (OHASHI, 2004; PILLING, 2007). Koizumi cumpriu sua promessa de destruir o PLD: diversos membros saíram; em 2007, o PDJ ganhou a maioria na câmara alta; e em 2009, a maioria na câmara baixa, conquistando o governo.

À renúncia de Koizumi, seguiram-se três governos bastante curtos que reverteram a sua política externa. Abe Shinzo, Fukuda Yasuo e Aso Taro⁷⁴ retomaram os contatos bilaterais de alto nível com a China e obtiveram avanços significativos. Fukuda assinou junto à China um acordo para a exploração conjunta dos campos de gás e petróleo de Chunxiao⁷⁵,

⁷⁴ Cabe destacar que Abe e Aso são conhecidos por sua postura antichinesa e ainda assim empreenderam políticas de aproximação com a China.

⁷⁵ Chunxiao fica a cerca de 4 km a oeste da linha de Zona Econômica Exclusiva reivindicada pelo Japão. Além disso, a totalidade dos campos de recursos energéticos de Chunxiao inclui também território a leste da linha. Disso, deduz-se que o acordo poderia oferecer um modelo para futuros acordos de exploração conjunta, 30

no Mar do Leste da China, que oferecia um modelo para a resolução de futuras disputas territoriais (MANYIN, 2013). No mesmo ano, foi realizada a primeira Cúpula Trilateral entre China, Coreia do Sul e Japão.

A crise mundial de 2008 atingiu o Japão com força. As exportações do país tiveram enorme redução, e a desregulamentação do mercado financeiro contribuiu para que sofresse efeitos parecidos com os ocorridos na Europa e nos Estados Unidos. A erosão do sistema de seguridade social, provocada pela redução de investimentos públicos de Koizumi, agravou o quadro (KAWAI; TAKAGI, 2009; KONISHI, 2009).

Este processo resultou em uma derrota esmagadora do PLD nas eleições de 2009. Hatoyama Yukio⁷⁶ foi eleito para o cargo de primeiro-ministro. Entre seus principais partidários, estavam Kan Naoto e Ozawa Ichiro. Hatoyama defendia reformas que fortalecessem o papel dos políticos no processo decisório. Pretendia também iniciar políticas sociais de promoção da educação, da ciência e da tecnologia, da melhoria dos serviços públicos e incentivar a natalidade. Para Hatoyama, fazia-se necessário ter uma relação mais equilibrada com os Estados Unidos e estabelecer mecanismos de cooperação e governança regional com a China, a Coreia do Sul e a ASEAN, sob a forma de uma Comunidade do Leste Asiático. O papel de Japão seria o de mediador na rivalidade entre China e Estados Unidos (KONISHI, 2009).

Uma de suas principais promessas era a retirada da base estadunidense de Futenma, em Okinawa (KONISHI, 2009). A crise em torno do afundamento da fragata sul-coreana Cheonan, ocorrido em Março de 2010, inviabilizou qualquer possibilidade de sucesso nas negociações. Após o fracasso de sua proposta e perder popularidade, Hatoyama renunciou em junho de 2010 (FEFFER, 2010).

Seus substitutos, Kan Naoto e Noda Yoshihiko, em geral, mantiveram a política externa de Hatoyama. Em 2011, foi criado o Secretariado da Cooperação Trilateral, que formalizava a cooperação com China e Coreia do Sul. As cúpulas trilaterais de 2011 e 2012 estabeleceram mecanismos para liberalização do investimento e cooperação técnica em meio ambiente e operações de busca e salvamento (CHINA; JAPÃO; COREIA, 2011; 2012). Em 2011, manifestou-se a intenção de firmar um acordo trilateral de livre comércio (KONISHI, 2012). Já em 2012, Japão e China acordaram a conversão direta de suas moedas, abandonando o dólar como intermediário (JAPAN..., 2012).

anos após o Acordo de Paz entre China e Japão, que ignorava, propositalmente, quaisquer disputas territoriais — especialmente pelas ilhas Diaoyu/Senkaku

⁷⁶ Neto de Hatoyama Ichiro, ex-primeiro-ministro japonês na década de 1950.

Apesar da tendência de aproximação, houve crises nas relações entre Japão e China, relacionadas à disputa pelas ilhas Diaoyu/Senkaku, efetivamente ocupadas pelo Japão. Os dois países concordaram em não mencionar essa questão no comunicado referente ao reatamento diplomático (1972) e no Acordo de Paz (1978). Segundo Deng Xiaoping, todavia, “[...] sua geração não era esclarecida o suficiente para solucionar a questão.” (CHING, 2012).

Há três pontos que reacendem a disputa: O primeiro é que na região próxima às ilhas há grandes reservas de petróleo e gás. De acordo com a Administração de Informação de Energia dos EUA (EIA), a região tem pelo menos 60 milhões de barris de petróleo — estimativas chinesas dão conta de pelo menos 70 bilhões de barris — e 30 bilhões de metros cúbicos de gás natural em reservas provadas e prováveis (EIA, 2012). Entretanto, como afirmado anteriormente, os dois países firmaram um acordo para exploração conjunta da bacia de Chunxiao em 2008, o que indica que alguma viabilidade deste tipo de solução. O segundo tem a ver com as Linhas Marítimas de Comunicação. A maior parte do comércio externo dos dois países utiliza a via marítima, o que torna a capacidade de navegação naquela região crucial para sua segurança econômica.

O terceiro ponto se relaciona com a rivalidade histórica. A questão tornou-se uma oportunidade para que grupos chauvinistas possam sabotar as relações. Foi o que aconteceu nas crises de 2010 e 2012. Em ambos os momentos havia boas perspectivas para as relações sino-japonesas, quando incidentes relacionados às ilhas foram provocados de forma deliberada ou surgiram em circunstâncias suspeitas.

Particularmente em 2012, a crise contribuiu para o enfraquecimento do PDJ, que já tinha problemas internos. A proposta de votação sobre o aumento do imposto de consumo, de 3% para 5%, dividiu o PDJ, culminando na saída de caciques como Ozawa Ichiro e na suspensão do ex-primeiro-ministro Hatoyama Yukio. Essa crise minou a base do governo e inviabilizou a permanência do PDJ no poder.

Em 2012, o governador de Tóquio, Ishihara Shintaro, com um ato controverso, lançou as então prósperas relações sino-japonesas no abismo. Ishihara propôs a compra das ilhas Diaoyu/Senkaku. Seu propósito com a compra era provocar a China, e assim ganhar capital político com o eleitorado conservador japonês. Para evitar a compra das ilhas por Ishihara, o governo central do Japão as comprou.

O elemento histórico voltou a fazer parte da ordem do dia, de modo que as populações em ambos os países inflamaram-se contra o outro. Os efeitos foram sentidos tanto na mudança de governo na China, em que a ala liderada por Hu Jintao ficou com a minoria dos postos do comitê permanente do Politburo (LI, 2012), quanto no Japão, em que Abe

Shinzo foi eleito de forma esmagadora tendo como plataforma uma retórica antichinesa. Abe (2012, online) chegou a afirmar que os países da região do Pacífico e mesmo de fora da região deveriam se unir para impedir o Mar do Sul da China de se tornar um “Lago de Pequim”. Internamente, a plataforma de Abe propunha o lançamento de uma série de políticas econômicas expansivas, com o objetivo de aumentar a inflação e aquecer a economia, que ficaria conhecida como “Abenomics”. O Abenomics consiste em três pilares: pacote de estímulo fiscal, “facilitação quantitativa⁷⁷” e reformas estruturais, como cortes de impostos para determinados setores e liberalização em algumas áreas da economia como a agricultura (MCBRIDE; XU, 2015).

Destarte, a política de Abe, assim como a de Koizumi, busca reduzir as relações econômicas com a China, para priorizar o mercado interno, e outros mercados do Leste Asiático e dos Estados Unidos, especialmente através da Parceria Transpacífica (TPP). Entretanto, ao contrário de Koizumi, que adotou políticas estritamente neoliberais, Abe aposta em políticas expansivas e keynesianas. O governo japonês tem tomado medidas para incentivar a expansão da participação econômica do país junto aos membros da ASEAN. Entre as medidas, estão o incentivo ao investimento externo das empresas, incluindo o apoio para obtenção de empréstimos em moedas locais, compra de títulos governamentais de países do bloco e investimentos em infraestrutura e no setor produtivo. Além das grandes empresas, o plano de expansão inclui as pequenas e médias empresas (ABE, 2013). Depreende-se que o plano de Abe era criar uma plataforma econômica que tornasse o Japão capaz de competir com a China (GRANT, 2010).

Apesar do sucesso inicial, o Abenomics dá sinais de desgaste e o desempenho do PIB do país piorou a partir de 2014 (MCBRIDE; XU, 2014). Ao final do ano, Abe dissolveu o parlamento e convocou novas eleições — com baixíssima participação dos eleitores.⁷⁸ Depreende-se dos resultados que é a ausência de uma oposição organizada e capaz de cativar o eleitor que tem garantido as vitórias de Abe, e não sua popularidade ou de seu partido (YOSHIDA, 2014).

Do ponto de vista securitário, as tensões com a China, acirradas desde 2012, resultaram em ameaças de parte a parte em torno das ilhas Diaoyu/Senkaku durante o ano de

⁷⁷ A facilitação quantitativa ocorre quando um banco central emite moeda para a compra de títulos e ações — nada mais é que uma injeção de dinheiro na economia (BRESSER-PEREIRA, 2010).

⁷⁸ Yoshida (2014) atenta para o fato de que o PLD obteve mais votos em 2009 (cerca de 46 milhões), quando sofreu uma derrota arrasadora (apenas 119 de 480 cadeiras da câmara baixa), do que nas vitórias acachapantes de 2012 (42 milhões) e 2014 (43 milhões). A abstenção e os votos nulos também cresceram entre as três eleições: 67 milhões em 2009; 88 milhões em 2012 e 101 milhões em 2014. Tal dado apenas reafirma que a “reascensão” do PLD é fruto da crise das oposições e não de um crescimento do tradicional partido.

2013. Nesse contexto, o Japão procurou se aproximar de outros países da região como a Austrália, a Índia e as Filipinas, este último com disputas territoriais com a China (CHANNER; DAVIES; JENNINGS, 2013; MANNING, 2013; VN, 2013). O Japão acordou a venda de barcos de patrulha à guarda costeira filipina e manifestou apoio às reivindicações de Manila no Mar do Sul da China (WITH..., 2013).

O desgaste do Abenomics e o futuro incerto das negociações do TPP levaram o governo japonês a reconsiderar sua posição externa. É curioso notar que tal fenômeno fora vivenciado pelo próprio Abe em 2006: a constatação de que o sucesso da economia japonesa depende das relações com a China e de um ambiente regional estável. Por esse motivo, há um esforço para retomar os canais de diálogo com os chineses. Recentemente, o governo japonês utilizou a mediação de um importante elemento pró-China do PLD, o ex-primeiro-ministro Fukuda Yasuo, para garantir o encontro entre Abe Shinzo e Xi Jinping durante a reunião da APEC em Pequim em novembro de 2014⁷⁹ (KURASHIGE; FUNAKOSHI, 2014). Em 2015, os dois países retomaram os diálogos securitários bilaterais, realizados pela última vez em 2011. Voltou também a ser realizada a reunião entre os ministros de relações exteriores de China, Japão e Coreia do Sul e retomaram-se as negociações para uma área de livre comércio trilateral (JAPAN, 2015)

Não se espera que essa mudança crie uma aproximação entre Japão e China, mas deve se considerar a possibilidade de que o Japão venha a tomar postura semelhante à de outros países da região: em vez de um alinhamento total aos Estados Unidos, a aproximação com a China como uma forma de favorecer a barganha com os EUA.

3.2.3 Coreias: foco de instabilidade e parceria econômica

A Península Coreana é um dos focos de tensão no Nordeste Asiático. Assim como na Guerra da Coreia, os acontecimentos envolvendo as Coreias podem envolver China e Estados Unidos, seja por objetivos geopolíticos, seja por vínculos de tratados. Historicamente, a região é uma cabeça de ponte para a invasão da China. Em que pese os vínculos China-Coreia do Norte e Estados Unidos-Coreia do Sul, as relações entre China e Coreia do Norte envolvem uma série de tensões políticas, enquanto entre China e Coreia do Sul, as relações tem se aprofundado, especialmente do ponto de vista econômico.

⁷⁹ A cena do aperto de mão entre Abe e Xi foi classificada como “constrangedora” por diversas agências de notícias, como a Associated Press, principalmente pelo fato de que, apesar da boa vontade de Abe, Xi fez questão de mostrar o quão desagradado estava na presença do primeiro-ministro japonês (2014).

A Coreia fez parte do Império tributário chinês até o final do século XIX, quando passou a ser objeto de disputa por China e Japão e, posteriormente, pela Rússia. Após as Guerras Sino-Japonesa (1894–95) e Russo-Japonesa (1904–05), passou a ser um protetorado japonês e foi anexada pelo Japão em 1910. A região tornou-se fundamental para a invasão da China, a partir de 1931 e desencadeou, em 1937, a Segunda Guerra Sino-Japonesa.

Logo após o final da Segunda Guerra Mundial, o país foi dividido em dois em torno do paralelo 38. O norte, ocupado pela União Soviética, era predominantemente industrial e o sul, ocupado por forças lideradas pelos Estados Unidos, predominantemente rural. Iniciou-se uma forte rivalidade entre os socialistas do norte e os capitalistas do sul, o que levou à proclamação das respectivas Repúblicas e ao aumento substantivo das tensões, que culminaram na Guerra da Coreia, em 1950.

A Guerra da Coreia durou de 1950 a 1953 e iniciou-se como uma guerra civil pelo controle da Península Coreana. A guerra se internacionalizou com a participação dos EUA e dos aliados ao lado do Sul, e da China ao lado do Norte. Para a China, como detalhado no capítulo anterior, a invasão da Coreia reacendia o temor de retomada do continente pelos nacionalistas através de uma invasão pelo nordeste do país (Manchúria). Os combates encerraram-se em 1953, com a assinatura de um armistício.⁸⁰ Após o final da Guerra, chineses e soviéticos colaboraram enviando técnicos e recursos para a reconstrução na Coreia do Norte, que foi levada a cabo majoritariamente pelos próprios norte-coreanos. Este processo, concluído ainda nos anos 1950, propiciou grande legitimidade ao governo (VISENTINI, 2012).

O conflito teve papel fundamental para a história da Guerra Fria, uma vez que lá foi determinada a sua regra não escrita: a não utilização de armamento nuclear e a utilização das guerras locais como mecanismo de regulação das relações entre as superpotências. Além disso, foi a primeira vez que os Estados Unidos da América participaram de um conflito internacional sem ter vencido. Além disso, o conflito consolidou a divisão da Península. Ainda em 1953, a República da Coreia (Coreia do Sul) assinou um Tratado Mútuo de Defesa com os EUA, que permitia aos estadunidenses manter tropas e armamentos na Coreia do Sul, inclusive armas nucleares (VISENTINI, 2012). Além disso, os EUA detiveram o controle operacional sobre as Forças Armadas Sul-coreanas, condição que se mantém até hoje. A República Democrática Popular da Coreia (Coreia do Norte) manteve estreitas relações com

⁸⁰ Cabe destacar que não houve assinatura de tratado de paz, de modo que, tecnicamente, Coreia do Norte, Coreia do Sul e Estados Unidos ainda estão em guerra.

China e União Soviética, países com os quais assinou tratados de cooperação em defesa e auxílio mútuo em 1961.

Diante deste cenário geopolítico e com o rompimento das relações entre a China e a União Soviética, durante a década de 1960, a Coreia do Norte consolidou o conceito Juche. O Juche tinha como um dos seus pilares a busca pela autossuficiência. Apesar de anti-intuitiva, essa política permitia à Coreia do Norte barganhar o apoio das “potências-irmãs” e manter a sua autonomia (VISENTINI, 2012). Mais do que uma simples doutrina nacionalista, o Juche buscava ajustar os elementos de coesão interna às alterações na política regional. Cabe destacar que mesmo em face de momentos críticos em termos econômicos e securitários ao longo de toda sua história, a Coreia do Norte conseguiu manter um distanciamento pragmático mesmo diante das pressões de seus aliados. Nisso reside a importância do Juche como elemento de coesão interna.

Em termos econômicos, a Coreia do Norte industrializou-se rapidamente após a Guerra. Isso se explica pela adoção do modelo comunista soviético, que priorizava o desenvolvimento de indústrias pesadas, voltadas à reconstrução da infraestrutura e ao setor militar. Além disso, o país havia herdado o complexo industrial da colonização japonesa e contou com grandes investimentos e orientação econômica dos soviéticos (DUDDEN, 2005). Ao final dos anos 1950, a Coreia do Norte adotou um modelo de alavancagem industrial similar ao maoísta. A versão norte-coreana para o Grande Salto Adiante, denominou-se Chollima e tal qual na China acabou gerando poucos resultados efetivos.

A Coreia do Sul, por seu turno, manteve uma estrutura econômica agrária até a década de 1960, quando os Estados Unidos passaram a investir na economia do país, como resposta à industrialização da Coreia do Norte (HYUNG-A, 2004). O governo de Park Chung-Hee iniciou um programa industrializante centralizado e protecionista, fortemente ligado aos grandes conglomerados, que eram chamados de “chaebols” (AMSDEN, 1992). O objetivo era tornar a Coreia do Sul uma plataforma exportadora. Inicialmente, a Coreia do Sul direcionou os investimentos à indústria pesada. Quando os investimentos americanos reduziram-se, entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, foram substituídos pelos japoneses, então em expansão no Leste Asiático (HYUNG-A, 2004). Na década de 1980, houve um rápido desenvolvimento da indústria sul-coreana de semicondutores, eletrônicos e automóveis, que a aproximou do perfil da indústria japonesa. Nesse período, a Coreia do Sul passou a mostrar um desempenho econômico superior à do Norte.

Após a Guerra, as relações entre Norte e Sul a partir da guerra foram pautadas por intensa rivalidade. A aliança sino-americana alterou o quadro geopolítico, de modo que as

duas Coreias iniciaram um processo de reaproximação. Em 1972, emitiram o Comunicado Norte-Sul, em que firmam compromisso de cooperação (SOUTH, 1972). O final da Guerra Fria trouxe consigo uma série de transformações regionais. Em 1987, sob pressão dos Estados Unidos, a Coreia do Sul promoveu a abertura política, com a realização de eleições presidenciais. Tal fato insere-se no contexto regional, visto que processo semelhante ocorria em Taiwan a partir do mesmo ano, e houve pressões para abertura política por parte da China em 1989.

Também no final da década de 1980, as duas Coreias iniciaram Conferências para a paz. O Diálogo de Pequim (1989) contou com a participação de China e Estados Unidos. No mesmo período, os Estados Unidos começaram a suspender uma série de sanções então aplicadas à Coreia do Norte. As negociações, entretanto, não avançaram, em parte porque tanto Coreia do Norte quanto Estados Unidos não atribuíam grande prioridade à resolução do conflito (HARRISON, 2002).

A desintegração da União Soviética, principal parceiro econômico da Coreia do Norte, foi um duro golpe à sua economia. Iniciou-se um período de crise econômica. Em virtude disso, a Coreia do Norte empenhou-se pelo reinício das negociações, com o objetivo de pacificar as relações com a Coreia do Sul e aproximar-se dos Estados Unidos. Assim, em 1991, foi firmado o “Acordo para Reconciliação, Não Agressão, Cooperação e Intercâmbio entre Norte e Sul⁸¹”. A assinatura do acordo pavimentou o caminho para a entrada conjunta das Coreias na ONU em 1991 e para a Declaração pela Desnuclearização da Península em 1992. Também em 1992, China e Coreia do Sul abriram relações diplomáticas.

Em 1993, Estados Unidos e Coreia do Norte reaproximaram-se e lançaram declaração conjunta.⁸² Com a realização dos exercícios militares Team Spirit pelos EUA, a Coreia do Norte ameaçou sair do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Iniciou-se uma breve crise, encerrada pela assinatura do Acordo de Genebra.⁸³ Entretanto, a morte do Presidente Kim Il Sung criou a imagem de que o regime estava prestes a colapsar e que não era necessário cumprir o Acordo de Genebra (CUMINGS, 2004). Seguiu-se uma série de catástrofes naturais, como a Grande Enchente de 1995 e a Grande Seca de 1996, pioraram a

⁸¹ O Acordo previa que: 1) Ambos os lados respeitariam os regimes políticos vigentes no outro país; 2) Ambas lutariam juntas para que o armistício se tornasse um acordo de paz; 3) Os dois países deixariam de competir e confrontar-se e passariam a cooperar a fim de promover o prestígio coreano (AGREEMENT, 1991).

⁸² Esta declaração afirmava o compromisso com o não uso ou ameaça de uso da força; a não interferência em assuntos internos; e apoio à reunificação coreana (DECLARAÇÃO..., 1993)

⁸³ O Acordo de Genebra estabelecia, entre outros pontos, que a Coreia do Norte receberia reatores nucleares de água leve (RAL) para substituir os seus reatores de grafite. Os RAL são reatores mais seguros e com menor possibilidade de utilização para fins militares.

situação econômica da Coreia do Norte, já fragilizada pelo fim do apoio soviético, o que reforçou a ideia do colapso iminente.

Desse modo, durante a década de 1990, a economia sul-coreana continuou obtendo um desempenho muito superior à da norte-coreana. A crise asiática de 1997, entretanto, atingiu gravemente a Coreia do Sul. O principal efeito político foi a eleição de um político de oposição para a presidência do país. Kim Dae Jung elegeu-se tendo como pauta a reestruturação dos chaebols e do mercado financeiro. Além disso, ele promoveu uma espécie de “keynesianismo militar” ao aumentar a demanda governamental por bens militares e que favoreceu o desenvolvimento tecnológico militar da Coreia do Sul. Outra política lançada por Kim foi a *Sunshine Policy*, que previa a reaproximação e reunificação no longo prazo com a Coreia do Norte.

Ao final da década de 1990, os Estados Unidos corresponderam aos acontecimentos políticos se aproximando da Coreia do Norte. Em 1999, foi publicado o relatório Perry, que revisava a política estadunidense pregando a reaproximação (PERRY, 1999). Com a ascensão de George W. Bush à presidência dos Estados Unidos, a Coreia do Norte foi incluída no “Eixo do Mal” em 2002. Em resposta, a Coreia do Norte denunciou o TNP em 2003 e reativou o reator nuclear de Yongpyong.

A China, então sob o governo Hu Jintao, liderou o início das Negociações das Seis Partes, em 2003, com a participação das Coreias, dos Estados Unidos, do Japão e da Rússia. Em 2005, foi emitida a primeira declaração conjunta oficial que reafirmou as declarações e acordos da década de 1990. A prioridade da Coreia do Norte continuou a mesma: chegar ao Acordo de Paz e conseguir ajuda energética e humanitária (SCOBELL, 2005).

Simultaneamente, a Coreia do Sul mantinha a política de aproximação com o Norte. Em 2004, foram criados o complexo industrial de Kaesong e o complexo turístico do monte Kungangsan, projetados em 2000 e controlados pela empresa Hyundai.

Em 2006, entretanto, o Tesouro dos Estados Unidos pressionou bancos asiáticos a congelarem ativos norte-coreanos. Como resposta, a Coreia do Norte fez o seu primeiro teste nuclear. A China intercedeu novamente, desta vez, para pressionar os norte-coreanos a voltar à mesa de negociações, o que ocorreu em 2007. Daí resultou um novo acordo para desnuclearizar a península. Os norte-coreanos congelaram seu programa nuclear e explodiram a torre de arrefecimento de Yongpyong, inviabilizando a produção de plutônio. Em troca, os Estados Unidos suspenderam parte dos embargos aos norte-coreanos (BAJORIA; XU, 2013; MANYIN, 2014).

Lee Myung-Bak foi eleito em 2008 em um contexto de crise econômica. Seu governo representou uma inflexão na relação com o Norte. Sua política de “engajamento proativo” implicava não fazer concessões e “punir” o norte (SNYDER, 2009). Foi também lançado o plano econômico 747, com o objetivo de retomar o crescimento econômico. O objetivo era estabelecer uma taxa de crescimento de 7% ao ano, uma renda per capita de US\$ 40.000 ao ano e levar a Coreia do Sul ao posto de sétima economia do planeta. Isso seria realizado através do corte de impostos para incentivar a indústria, de privatizações, como do Banco de Desenvolvimento da Coreia, e de planos para fortalecer setores menos competitivos como o setor médico-farmacêutico e o setor de turismo (CUNICO, 2008). Em termos de política externa, o governo Lee deu prioridade para o estabelecimento de acordos bilaterais de livre comércio, tal como com a Indonésia, Austrália e Iraque.

Em 2010, houve o afundamento da corveta Cheonan. O governo sul-coreano prontamente acusou os norte-coreanos, embora até hoje a causa não seja consenso entre as principais potências regionais.⁸⁴ No mesmo ano, os Estados Unidos e a Coreia do Sul realizaram os exercícios militares Cobra Gold⁸⁵ e Ulchi-Freedom Guardian⁸⁶.

A perda de popularidade de Lee, refletida na derrota nas eleições locais para o partido opositor, forçou-o a adotar nova política com relação ao Norte. Surgiram daí os “Três passos para a reunificação”, que eram a desnuclearização da Península, a criação de uma comunidade econômica e o estabelecimento de uma comunidade da nação coreana. Para atingir este fim, Lee anunciou que era necessário criar um imposto para financiar a reunificação. Tal manobra política pode ser interpretada como um desincentivo ao apoio doméstico à unificação (BAE, 2013).

A morte de Kim Jong-Il, ao final de 2011, trouxe a Coreia do Norte novamente ao centro da cena securitária regional, pois temia-se que o processo de transição acabasse conduzindo a um possível colapso, o que não ocorreu. Com a ascensão de seu filho Kim Jong-Un teve início uma série de reformas com o objetivo de movimentar a economia do país e de recuperar o poder do partido com relação às forças armadas.

⁸⁴ Investigações conduzidas por Coreia do Sul e Estados Unidos concluíram que a causa do afundamento foi o disparo de um torpedo norte-coreano. Já investigações conduzidas pela Rússia apontaram uma mina submarina como a causa.

⁸⁵ Realizado anualmente, reúne forças armadas de Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão, Indonésia, Tailândia e Singapura. O tipo de simulação é variável. Em 2010, no entanto, o exercício consistia na invasão de uma Península (ASIA TIMES, 2010)

⁸⁶ Exercício realizado desde 1976, reúne forças armadas de Estados Unidos e Coreia do Sul e consiste em simular a defesa da Coreia do Sul perante um ataque norte-coreano. Em 2010, tornou-se o maior exercício militar da história com a presença de meio milhão de soldados.

Em dezembro de 2012, o lançamento de um satélite norte-coreano foi condenado por países ocidentais e pela China. Em fevereiro de 2013, a Coreia do Norte realizou um teste nuclear que acirrou as tensões e levou China e Estados Unidos a buscar uma solução conjunta com relação à Coreia do Norte. De forma avessa às ações do governo estadunidense, bombardeiros do Comando Estadunidense do Pacífico (PACOM) sobrevoaram o território norte-coreano, intensificando as tensões, de modo que a Coreia do Norte anunciou o cancelamento unilateral do armistício de 1953.

No cenário interno norte-coreano existem várias disputas, especialmente entre as alas que apoiam o processo de modernização e as que se opõem ao processo. No final de 2013, o tio de Kim Jong-Un, Jang Song-Thaek foi expurgado. Acredita-se que Jang era o principal intermediário para a atração de investimentos chineses, bem como para a venda de recursos naturais e terras a preços muito baixos. Apesar do aparente enfraquecimento da posição chinesa, constata-se que o bom desempenho da economia norte-coreana em 2014 deve-se ainda em grande parte aos investimentos chineses (LANKOV, 2014). Em meio a esse cenário turbulento, em 2014, o desaparecimento de Kim Jong-Un da mídia do país por cerca de um mês fez surgir rumores sobre um golpe de estado. Apesar disso, a visita de uma importante figura militar norte-coreana à Coreia do Sul indica que o projeto de reaproximação levado a cabo por Kim conta com o endosso das forças armadas.

O que importa salientar é que mesmo diante desse cenário de instabilidade, se um processo de reforma for implementado, isso pode alterar a correlação de forças na região. Nesse sentido, o quadro político e econômico interno da Coreia do Norte incide diretamente sobre a polarização da região. Não é injustificadamente que a China vem pressionando o regime de norte-coreano a aceitar a criação de mais Zonas Econômicas Especiais no país, bem como procura dissuadir o vizinho a utilizar o *brinkmanship* como mecanismo de política externa. Claramente, as respostas sobre a consolidação do processo de reforma econômica ainda são muito incipientes, mas a simples possibilidade enseja uma janela de oportunidade para que a China consiga diminuir as tensões nessa região (nordeste chinês), onde, hoje, estão alocadas a maior parte das tropas chinesas (AVNI, 2013; MARTINS et al., 2014).

Na Coreia do Sul, apesar da perda de popularidade experienciada por Lee Myung-Bak, seu partido conseguiu eleger sua candidata, Park Geun-Hye, filha do ex-presidente Park Chung-Hee. Park buscou ampliar as relações da Coreia do Sul com a China e adotou uma postura de acirramento com relação ao Japão. Nesse contexto, deve-se considerar que a crescente capacidade das empresas sul-coreanas na área de alta tecnologia pode inserir o país como competidor do Japão, inclusive pelo mercado chinês.

A Coreia do Sul, embora possua uma aliança histórico-estratégica com os Estados Unidos vem buscando ampliar sua autonomia política. Nesse processo, os chaebols exercem grande função, pois é proveniente de parte desses setores o apoio que legitima o perfil de inserção internacional que o país vem adotando nas relações no Leste Asiático. Tal qual na Coreia do Norte, ainda são incertos os resultados desse processo. O dilema, inclusive, está evidente no contexto atual, no qual a Coreia do Sul resiste a aceitar a implantação de um escudo antimíssil estadunidense em seu território. A China pressiona para que a Coreia do Sul não aceite a proposta dos EUA, sob a alegação de que isso traria mais instabilidade à região. Por outro lado, a presença da Coreia do Norte favorece a retórica dos EUA e dos setores mais conservadores internos em defesa da instalação do escudo.

No que tange às relações com o resto da região, houve uma ampliação da política sul-coreana de cooperação para a produção de equipamentos militares, como a Indonésia. Por outro lado, a Coreia do Sul mantém a aliança com os Estados Unidos. Recentemente, o país acertou que participará do projeto F-35. Os estadunidenses ainda mantêm tropas no país, apesar da resistência de boa parte da população sul-coreana.

Historicamente, ambas as Coreias buscaram ampliar sua margem de manobra nas relações internacionais. A Coreia do Norte baseou-se no Juche para atuar entre União Soviética e China. A Coreia do Sul, apesar da presença de tropas estadunidenses em seu território, tem mantido um consenso nacional, independente do partido no poder, da necessidade de perseguir um projeto nacional autônomo.

Apesar de frequentemente a Coreia do Norte ser “perseguida” pelos noticiários internacionais, o momento das relações intercoreanas não é de acirramento, embora uma reunificação, ao que tudo indica, esteja cada vez mais distante. Especialmente, pois o balanço regional não favorece nem o conflito e nem a reunificação. O conflito traria consequências inestimáveis, como demonstrou a Guerra da Coreia (1950–1953). A reunificação parece distante, pois não há consenso entre as Coreias nem entre as grandes potências acerca desse processo. Como na Primeira Guerra da Coreia, a Península Coreana poderá provocar o confronto entre China e Estados Unidos e, por essa razão, é parte de um jogo maior, que poderá envolver Taiwan, o Mar do Leste da China e o Mar do Sul da China. O que reforça a hipótese de o sistema interestatal asiático esteja operando em regime de vasos comunicantes, ou seja, onde uma alteração em uma região tem potencial de provocar mudanças em outra (MARTINS, 2014). Ou seja, não se pode avaliar a conjuntura asiática sem estabelecer uma visão panorâmica do continente. Nesse sentido, o Mar do Sul da China assume papel extremamente relevante, especialmente por sua condição geoestratégica.

3.3 O sudeste asiático: A ASEAN e o Mar do Sul da China

Para este breve estudo acerca do Sudeste Asiático, optou-se por dar maior atenção à ASEAN enquanto bloco, visto que, dos seus membros, apenas a Indonésia tem potencial de capacidade de influência regional. A ASEAN como bloco poderia ter voz ativa em uma configuração de governança regional. As disputas territoriais no Mar do Sul da China, cujos contendores são a China e os países da ASEAN, representam foco de tensão e teste para a própria capacidade da ASEAN de mediar os conflitos regionais.

O Sudeste Asiático constituiu parte fundamental do processo de descolonização ocorrido no período pós-Segunda Guerra Mundial. Após o final da Segunda Guerra Mundial, as potências coloniais tentaram retomar a relação centro-periferia, mas tiveram de enfrentar fortalecidos movimentos de independência. Desse modo, entre o final da Guerra e a década de 1950, todos os países da região declararam independência. Estes novos Estados enfrentavam o desafio de construir um novo aparato estatal ao mesmo tempo em que buscavam resistir às pressões do período da Guerra Fria.

Cabe ressaltar que a Ásia logo se tornou parte fundamental da Guerra Fria. Uma série de conflitos e embates armados ainda durante a década de 1950 opunham diretamente capitalistas e comunistas. Os três principais exemplos foram a Guerra da Coreia (1950–1953), a Primeira Guerra da Indochina (1946–1954) e as crises do estreito de Taiwan (1954 e 1958).

Como forma de organizar os seus aliados na região contra os países comunistas e em resposta à divisão do Vietnã após a Primeira Guerra da Indochina, os Estados Unidos promoveram, em 1954, a criação da OTASE, uma réplica da OTAN para o Sudeste Asiático. A organização não vingou enquanto estabilizador regional e o modelo de cooperação securitária predominante foi o que Calder (2012, p. 36) chamou de “sistema do cubo-e-raios”. Neste sistema, Washington centralizava e intermediava diretamente as relações entre os seus aliados, concluindo com eles tratados-alianças bilaterais ou trilaterais.

Como forma de resistir às pressões e garantir autonomia e margem de manobra, os países do Sudeste Asiático se engajaram em diferentes movimentos em escala regional e global. Ainda em 1955, foi realizada a Conferência Afro-Asiática de Bandung, na Indonésia, que reuniu 29 países e territórios dos dois continentes. A Conferência consagrou o apoio aos movimentos de libertação nacional e a adesão aos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, lançados em um acordo entre China e Índia no ano anterior (FINAL, 1955; AGREEMENT, 1954). Em 1961, ocorreria a Conferência de Belgrado e o lançamento do Movimento dos Não

Alinhados (MNA), decorrente em grande parte da Conferência de Bandung e com a maior parte dos países presentes naquela ocasião (VISENTINI, 2012).

No âmbito regional, surgiram tentativas autônomas de integração. Dois exemplos foram a Associação do Sudeste Asiático (ASA), surgida em 1961 e composta por Malásia, Filipinas e Tailândia; a MAFILINDO, em 1963, composta por Malásia, Filipinas e Indonésia; e o Conselho da Ásia e Pacífico (APC, na sigla em inglês). Todas essas organizações tiveram pouco tempo de existência (VISENTINI, 2012).

A MAFILINDO deixou de existir cerca de um mês depois de seu lançamento, com a proclamação da Federação Malaia e o início da política de “confrontação” lançada pela Indonésia em resposta. Para Sukarno e grande parte dos indonésios, que pretendiam unificar Bornéu e afastar qualquer interferência estrangeira na região, a Malásia era uma espécie de “cavalo-de-Tróia” do imperialismo na região. Isto porque a Federação fora concluída através de um acordo com os britânicos para a cessão das regiões de Sabah (Bornéu do Norte) e Sarawak, na ilha de Bornéu, e Singapura (REINO UNIDO et al., 1970). Além disso, os britânicos puderam manter bases e efetivos militares na Malásia (REINO UNIDO et al., 1970).

Em virtude de sua política anti-imperialista, Sukarno se aproximou dos comunistas, o que acirrou as tensões com o Exército (JONES, 2002). Em agosto de 1965, Sukarno proclamou a criação de um eixo Jacarta–Hanoi–Phnom Penh–Pequim–Pyongyang para combater as forças colonialistas, neocolonialistas e imperialistas (Nekolim) (MOZINGO, 1967). Pouco depois, jovens oficiais deram um golpe preventivo e assassinaram generais que supostamente tentariam derrubar o Presidente, no chamado Movimento 30 de Setembro. Como resposta, o Exército, liderado pelo Gen. Suharto, creditou ao Partido Comunista Indonésio (PKI) grande papel no golpe e promoveu o massacre de centenas de milhares de membros do PKI em um curtíssimo período de tempo (JONES, 2002; WEINSTEIN, 2007).

Com a eliminação do PKI, Sukarno ficou sem qualquer suporte político e foi derrubado, dando lugar a Suharto. Suharto alinhou-se ao lado capitalista e iniciou negociações com a Malásia (JONES, 2002). O conflito seria terminado durante o ano de 1966. Na mesma época, a Federação Malaia decidiu-se pela expulsão de Singapura, cuja população era composta em sua grande maioria por chineses e descendentes de chineses (JONES, 2002).

Simultaneamente, intensificava-se o conflito na Indochina e, da mesma forma, o envolvimento estadunidense. Em 1965, além do aumento substancial no envio de tropas, os Estados Unidos passaram a realizar bombardeios aéreos contra o Vietnã do Norte (VISENTINI et al., 2013a). As forças norte-vietnamitas passaram a atuar a partir do Laos e do

Camboja. Assim, o temor de que o conflito transbordasse, somado ao apoio chinês aos movimentos comunistas nos países do Sudeste Asiático, motivaram Indonésia, Tailândia, Malásia, Singapura e Filipinas a assinar a Declaração de Bangkok, que criou a ASEAN em 1967 (ASEAN, 1967).

Após uma década de participação intensiva estadunidense, a Guerra do Vietnã terminara formalmente empatada, mas na prática a vitória foi do Vietnã do Norte, que veio a estender seu controle sobre todo o país em 1975, pouco após a retirada das tropas dos Estados Unidos. Após a aproximação sino-americana, os chineses deixaram de apoiar os comunistas do Vietnã, que continuavam aliados dos soviéticos (STUART-FOX, 2003; VISENTINI et al., 2013a). Prova disso, foi a tomada das ilhas Paracel pelos chineses e o choque armado decorrente entre China e Vietnã em 1974. Desse modo, a nova República Socialista do Vietnã era vista como uma extensão do poder soviético no Sudeste Asiático (KISSINGER, 2011; STUART-FOX, 2003). Por outro lado, para o Vietnã, a China, agora próxima dos Estados Unidos, pensava apenas em seus próprios interesses e não era um parceiro confiável (STUART-FOX, 2003).

Em 1975, no Camboja, o antigo rei Norodom Sihanouk, então Presidente, foi derrubado pelo Partido Comunista do Kampuchea (PCK), liderado por Pol Pot. O governo do PCK baseava-se em dois pilares: um país organizado em comunas rurais, o que significava a destruição das cidades, e o ódio contra etnias não cambojanas, particularmente os vietnamitas. O governo do PCK foi marcado pela brutalidade. Entre 1975 e 1979, 750 mil pessoas (20% da população) morreram e outros 30% da população fugiram do país (VISENTINI et al., 2013a). A perseguição aos vietnamitas e as provocações ao largo da fronteira motivaram a invasão do Vietnã em 1978. Em 1979, o Khmer Vermelho foi derrubado e fugiu para a fronteira com a Tailândia.

O Khmer Vermelho era apoiado pela China, que logo após a sua queda, atacou a fronteira vietnamita, buscando “aplicar uma lição” (KISSINGER, 2011; VISENTINI et al., 2013a). A ação chinesa pode ser explicada da seguinte forma: do ponto de vista geopolítico, a URSS assinara um Tratado de Amizade e Cooperação com o Vietnã, que previa que caso um deles fosse atacado, ambos se consultariam para “remover tal ameaça” (TREATY, 1978). É possível depreender que os líderes chineses perceberam uma ameaça em duas frentes. Além disso, a China aproximava-se dos Estados Unidos e do Japão, que seriam fontes de tecnologia e investimentos para as quatro modernizações então empreendidas pela China.

Do ponto de vista tático, a guerra fora um fracasso para os chineses: cerca de 50 mil baixas. Estrategicamente, os resultados foram controversos. Por um lado, a União

Soviética não interveio no conflito, apesar do Tratado com o Vietnã, o que era uma prova do limite do poderio soviético (KISSINGER, 2011). Por outro, as forças vietnamitas permaneceram no Camboja até 1992, quando houve a retirada total.

Com a Guerra do Vietnã (1965–1975), a economia dos EUA havia entrado em crise. As respostas, como a Doutrina Guam e a quebra do Padrão-Ouro-Dólar, fomentaram a reinserção regional do Japão enquanto líder do processo de desenvolvimento econômico. Isso impactou diretamente os países do Sudeste Asiático e mais diretamente os membros da ASEAN (ARRIGHI, 1998). Em que pese o fato de que da primeira geração de tigres, apenas Singapura era do bloco, todos os demais países se inseriram no sistema de subcontratação de múltiplas camadas liderado pelo Japão. Nesse contexto, a ASEAN contribuiu para coordenar os países da região, inicialmente do ponto de vista político-estratégico, e posteriormente assumindo traços econômicos.

Como afirmado anteriormente, o milagre dos países do leste asiático começou pelo Japão. Assim, quando passou a promover a expansão da sua “rede de subcontratação em múltiplas camadas”, o país integrou-se à região. Era necessário, entretanto, apagar a imagem da Segunda Guerra Mundial e posicionar-se como um líder regional.

Para tanto, o país lançou a Doutrina Fukuda, a partir da qual buscava pautar as relações com os vizinhos do Sudeste Asiático através de um entendimento *heart-to-heart*, isto é, baseado no compartilhamento de valores comuns que facilitariam o diálogo e o gerenciamento dos problemas (SUDO, 2001). Em outros termos, o Japão abraçava o *ASEAN Way* (“modo da ASEAN”) como meio de diplomacia regional.

Sem a possibilidade de ser um fiador de segurança, coube ao Japão utilizar os meios de pagamento. Além de irradiar capitais e tecnologia, liderou a criação do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB, sigla em inglês) e ampliou largamente o programa de Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (ODA, sigla em inglês).

Com o final da Guerra Fria, a ASEAN aprofundou o processo de redirecionamento para as questões econômicas. O imperativo de segurança do período anterior havia deixado de existir, o que permitira a expansão do bloco e a inclusão de membros comunistas, como o Camboja e o Vietnã. Apesar disso, ainda existiam desafios com relação à segurança regional, como a questão coreana e do Mar do Sul da China. Por essa razão, os países do bloco, apoiados pelas principais potências da região, como o Japão e a China, engendraram a criação do Fórum Regional da ASEAN (ARF, sigla em inglês).

Iniciou-se simultaneamente, uma nova expansão do bloco, com o ingresso do Vietnã, em 1995; do Laos e de Mianmar, em 1997; e do Camboja, em 1999. Esta expansão

fortaleceu tanto o bloco quanto seus membros. Em que pese o enorme contraste entre os países do bloco, que vão desde as diferenças de regimes político-sociais e econômicos até os alinhamentos estratégicos de cada um com relação às potências, a ASEAN foi capaz de manter a coesão entre seus membros a respeito de diversas questões e serviu como ponto de partida para mecanismos de governança regional que abrangem potências regionais e extrarregionais.

Isto se confirmou em 1997, quando a Crise Asiática atingiu diretamente o desempenho econômico dos países da região. A crise iniciou-se com uma intensa fuga de dólares da Tailândia, da Indonésia e das Filipinas. Com o alto grau de interdependência econômica regional, os efeitos da crise foram sentidos no Japão, na Coreia do Sul e nos países da ASEAN. A tímida atuação do Fundo Monetário Internacional e das potências ocidentais para socorrer os asiáticos convenceu estes países de que deveriam cooperar para buscar soluções próprias. Nesse sentido, a crise ofereceu uma oportunidade. Diante de uma região cada vez mais integrada economicamente, mas com poucas instituições políticas multilaterais, a Crise colocou a ASEAN no centro das iniciativas de integração regional. Segundo a análise de Visentini (2012), a ASEAN se tornou a alternativa na qual os países do Sudeste Asiático, unidos, se apoiam para atuar de forma autônoma perante a pressão das potências.

Após a malfadada iniciativa japonesa de criar um Fundo Monetário Asiático, ainda em 1997, foi exatamente no cerne da ASEAN que surgiu a principal medida para combater a crise. A Iniciativa de Chiang Mai, em 1999, foi a concretização da iniciativa japonesa, mas através de uma rede de acordos bilaterais de *swaps* cambiais.⁸⁷ No mesmo ano, durante um encontro da ASEAN, ocorreu a primeira reunião trilateral de cúpula entre China, Japão e Coreia do Sul.

Do final dos anos 1990 em diante, houve uma tendência de aprofundamento dos laços entre a China e o Sudeste Asiático. A resposta chinesa à Crise Asiática de 1997 — no qual a China não desvalorizou sua moeda e ainda ofereceu ajuda financeira aos países afetados — e sua participação no estabelecimento da Iniciativa de Chiang Mai (2000) foram sinais que garantiram maior confiança com relação à China. Em 2002, China e ASEAN acordaram a criação de uma área de livre comércio, que entrou em vigor em 2010.

O governo Hu Jintao (2003) aprofundou a política de boa vizinhança, a partir da noção do “mundo harmonioso” e da “ascensão pacífica” da China. Em 2003, a China aderiu

⁸⁷ Pelos acordos de *swap* cambial, um membro com problemas de liquidez internacional (reserva externa, especialmente em dólar), pode trocar moeda do seu país por uma moeda externa sob a condição de readquirir moeda doméstica em uma data pré-estabelecida (SUSSANGKARN, 2010).

ao Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN (TAC). As relações econômicas entre a China e os países da ASEAN foi incrementada aumentando a importância das relações regionais.

Às relações econômicas, soma-se uma herança política e social comum, na figura do confucionismo e do sistema tributário, que não obstante os novos contextos econômicos e de relações internacionais em que estão inseridos a China e o Sudeste Asiático, não podem ser negligenciados, e está presente nos movimentos de “Afirmação da Ásia” e “Asianização da Ásia” (FUNABASHI, 1993; HUNTINGTON, 1997; KANG, 2010; KHANNA, 2008; PINTO, 2000). Apesar disso, a presença estadunidense na região e as disputas territoriais no Mar do Sul da China mostram que há grandes obstáculos para o sucesso das relações China-ASEAN.

As disputas territoriais no Mar do Sul da China são atualmente o principal motivo de discórdia entre a China e seus vizinhos do Sudeste Asiático. Os países — China (e Taiwan, enquanto República da China), Vietnã, Filipinas, Malásia, Brunei e Indonésia — têm demandas territoriais diferentes com relação a partes das ilhas Spratly (Nansha) e Paracelso (Xisha) e Scarborough Shoal (ilha Huangyan).⁸⁸

A região possui grandes reservas de recursos energéticos na região: pelo menos 7,7 bilhões de barris de petróleo e 190 trilhões de pés cúbicos de gás natural (GHOSH, 2014). Também está em jogo, especialmente para a China, o controle sobre as Linhas Marítimas de Comunicação, também conhecidas como SEALOCs ou SLOCS⁸⁹, o que poderia garantir a sua segurança econômica e energética contra o risco de um “estrangulamento”, isto é, o bloqueio do Mar do Sul da China e de seus estreitos (FRAVEL, 2011; LI, 2012).

A China teve dois embates com o Vietnã relacionados à posse de ilhas nos arquipélagos das Paracelso (1974) e das Spratly (1988) e a tomada do recife Mischief (1995–96) contra as Filipinas. O papel da ASEAN na disputa tende a ser favorecido pelos próprios países-membros, enquanto a China prefere negociar bilateralmente. Apesar disso, a China passou a participar de iniciativas multilaterais, especialmente a partir dos anos 2000. Em 2002, aderiu à Declaração sobre a Conduta das Partes do Mar do Sul da China, que pretendia mediar as disputas naquela região e (ASEAN; CHINA, 2002), entre 2004 e 2005, concluiu acordos com Vietnã e Filipinas a respeito de pesquisa sísmica, prospecção de

⁸⁸ A China, por exemplo, baseia sua reivindicação na Linha de Nove Traços, a partir da Ilha de Hainan e baseada na posse das ilhas Spratly e Paracelso — o que seria cerca de 90% da área do Mar do Sul da China, da mesma forma que Taiwan (República da China). As ilhas Paracelso são inteiramente reivindicadas por China e Vietnã. As ilhas Spratly são inteiramente reivindicadas por China (e Taiwan) e Vietnã, e em parte por Brunei, Filipinas e Malásia. Já Scarborough Shoal é reivindicado por China (e Taiwan) e Filipinas (O’ROURKE, 2014). Há uma polêmica sobre a inclusão ou não de um território indonésio na linha de nove traços.

⁸⁹ *Sea Lines of Communication* ou, em português, Linhas Marítimas de Comunicação.

petróleo e patrulhas conjuntas. Desde então, há um debate em torno da criação de um código de conduta da ASEAN (STOREY, 2008).

A partir de 2007, ressurgiram tensões com os embates entre marinhas e guardas costeiras contra barcos de pesca e plataformas petrolíferas, principalmente opondo a China contra Vietnã e Filipinas. Mais recentemente, em 2014, o envio de plataformas petrolíferas chinesas à área em disputa com o Vietnã causou uma crise entre os dois países. Após negociações, a China retirou as plataformas e os dois países concordaram em evitar ações provocativas nas áreas em disputa (BO, 2014; THAYER, 2014a).

Todos os contendores, com exceção de Brunei, já ocupam ao menos alguma das ilhas em disputa. As tensões entre a China e os demais contendores têm oscilado. Os países têm recorrido a formas diferentes de resolução do conflito, como reivindicações a órgãos arbitrais internacionais.⁹⁰ A China recorre ao expediente de construir infraestrutura sobre ilhas e bancos de areia submersos, transformando-os em ilhas “artificiais” (GHOSH, 2014). Houve também um grande incremento nos gastos militares na região. Embora a China tenha a maior marinha regional entre os contendores, todos os demais países envolvidos na disputa têm buscado organizar forças militares de dissuasão crível (IISS, 2014; RIBAR, 2015).

Visto que esta é uma questão pendente entre a China e os países do Sudeste Asiático, potências externas podem utilizá-la para arregimentar os países da ASEAN contra a China. Um exemplo foi quando em julho de 2010, a então Secretária de Estado estadunidense Hillary Clinton utilizou a reunião do ARF para afirmar o interesse dos Estados Unidos nas negociações com relação às disputas territoriais no Mar do Sul da China (EUA, 2010). Do mesmo modo, Japão e Estados Unidos buscaram aprofundar sua cooperação securitária com as Filipinas. Tal movimento também sugere uma ligação entre os cenários do Mar do Sul da China e do Mar do Leste da China.

O contexto das disputas no Mar do Sul da China é um teste à coesão e à proposta de conteúdo político entronizada na ASEAN — o *ASEAN Way*. Foi justamente o papel da organização que protegeu os incipientes processos de construção nacional de seus membros, garantindo-lhes margem de manobra internacional e, posteriormente, vertebrou e possibilitou a criação dos principais mecanismos de governança regional na Ásia até hoje (REIS, 2013). No entanto, diante da contradição entre as rivalidades fomentadas pelas disputas territoriais e o aprofundamento das relações econômicas, torna-se cada vez mais difícil harmonizar os

⁹⁰ Em 2009, Vietnã e Malásia submeteram reivindicação conjunta à Comissão para os Limites da Plataforma Continental, da ONU. Em 2013, as Filipinas enviaram requisição formal ao Tribunal Arbitral sob a Convenção da ONU para o Direito do Mar, recebendo o apoio vietnamita ao final de 2014 (THAYER, 2014).

interesses dos membros do bloco. A característica ambiguidade estratégica dos países da ASEAN e do próprio bloco tornar-se-á cada vez mais difícil de manter à medida em que as pressões das maiores potências — China e Estados Unidos — tendem a aumentar.

Nesse sentido, está em jogo o papel de liderança da Indonésia. A favor da Indonésia pesam seus recursos de poder — população, território e economia. Contra o país, entretanto, pesa o fato de que terá dificuldades em mediar possíveis conflitos envolvendo China e EUA, pois há o risco de que o antagonismo entre os dois países afete o comportamento dos países dentro do bloco da ASEAN. A decorrente redução da coesão da organização impõe dificuldades para a concretização da liderança indonésia.

3.4 Países em fase de inserção ou reinserção regional

Nesta seção, buscamos discutir o papel de três países que, não obstante sua tradicional atribuição de prioridade a outras regiões, tem recentemente ampliado sua participação nas questões do Leste Asiático: Austrália, Índia e Rússia. A Austrália historicamente se identificou como parte da “anglosfera” e envolveu-se pouco nas questões de sua própria região. Uma alteração nessa tendência iniciou-se na década de 1990 e ganhou força nos anos 2000. A Índia esteve envolvida com o Leste Asiático dos anos 1950, em virtude do movimento terceiro-mundista, até a Guerra Sino-indiana (1962). Com a política de abertura econômica (1991), veio a de “Olhar para o Leste” (1992), intensificada nos anos 2000. Já a Rússia, um ator tradicional da região, principalmente quando era União Soviética, reduziu sua presença regional com a desintegração da URSS. A partir do governo Putin (2000), o país buscou fortalecer suas relações com o Leste Asiático, potencial “válvula de escape” das constantes tensões com Europa e Estados Unidos.

3.4.1 Índia: um novo “olhar para o leste”

Após sua independência, a Índia buscou atuar como um líder da Ásia, por um viés anti-imperialista, não alinhado e de apoio à descolonização. Tal postura ficou clara pela organização da Conferência sobre Relações Asiáticas (1947) e da Conferência sobre a Indonésia (1949), pela coorganização da Conferência Afro-Asiática de Bandung (1955) e pela liderança na Conferência dos Não Alinhados de Belgrado (1961). Àquela época, Nehru tinha a sua própria ideia de pan-asianismo, que se pretendia bastante abrangente, embora sem uma delimitação clara (JAIN, 2013).

O neutralismo da Índia, a Guerra Sino-Indiana de 1962, as Guerras com o Paquistão (1965 e 1971), e o aprofundamento da Guerra Fria no Leste Asiático afetaram seriamente a credibilidade de atuação da Índia na região (GUPTA, 2011 — em FPRC, 2011). Além disso, em 1971, a Índia assinou um Tratado de Amizade com a União Soviética, o que manchou sua imagem de não alinhada e a afastou da maior parte países do Sudeste Asiático, com exceção do Vietnã (NAIDU, 2013; MALONE, 2011). Ao longo da Guerra Fria, apesar das eventuais relações bilaterais da Índia com países do Sudeste Asiático, como a Indonésia, o país se recusou a participar de todos os blocos regionais lançados na Ásia desde então. Para os indianos, a ASEAN nada mais era que um substituto da OTASE e, portanto, um símbolo da hegemonia estadunidense (JAIN, 2013).

O final da Guerra Fria e a queda da União Soviética afastaram da Índia um importante parceiro econômico e estratégico. Desde a década de 1980, o país já vinha se reaproximando de países da ASEAN, principalmente Indonésia e Malásia, tendo em vista a segurança do Índico e dos estreitos (NAIDU, 2013). A política de abertura e liberalização econômica, combinadas à ascensão econômica do Leste Asiático motivaram o lançamento da política de “olhar para o Leste” (*Look East Policy*), sob o governo de Narasimha Rao, em 1992. Para o então primeiro-ministro indiano, a região era “o trampolim para o nosso salto para o mercado global” (RAO, 1994⁹¹ apud JAIN, 2013). Por essa razão, além do incremento de relações econômicas, a Índia tornou-se parceira de diálogo da ASEAN e ingressou no Fórum Regional da ASEAN.

Essa inflexão da política externa indiana, entretanto, não teve os resultados esperados. Em parte, porque a política em si não fora formulada adequadamente, mas também porque as condições econômicas e políticas do país não eram atraentes aos potenciais parceiros do Sudeste Asiático (NAIDU, 2013). Além disso, entre 1997 e 1998, a crise asiática e os testes nucleares reduziram o ímpeto das relações Índia-ASEAN (MALONE, 2011).

Ao final da década de 1990, o então primeiro-ministro Atal Behari Vajpajee (1998–2004) criou o conceito de “vizinhança estendida”, que compreendia do Canal de Suez ao Mar do Sul da China, assemelhando-se, de certa forma, ao Pan-Asianismo de Nehru. Este conceito criou a base para a segunda fase da *Look East Policy*, lançada nos anos 2000. Enquanto na sua primeira fase, o foco esteve exclusivamente sobre a ASEAN, na segunda fase, houve uma ampliação do escopo geográfico, que passou a abranger também China,

⁹¹ RAO, P. V. Narasimha. *India and the Asia-Pacific: Forging a New Relationship*. Institute of Southeast Asian Studies. Singapore, 1994.

Coreia do Sul, Japão, Austrália e Nova Zelândia, que viriam a compor o ASEAN+6 e, posteriormente, a Cúpula do Leste Asiático (JAIN, 2013).

A atuação também se tornou mais abrangente, com a inclusão de questões políticas e securitárias além do livre comércio. Houve também uma ampliação da conectividade física aérea e terrestre entre a Índia e o Leste Asiático. Do ponto de vista econômico, a criação de Zonas Econômicas Especiais indianas em 2000 também favoreceu a atração de investimentos externos e as exportações (JAIN, 2013; MALONE, 2011; VISENTINI et al., 2013b).

Em 2002, ocorreu pela primeira vez o encontro de cúpula Índia-ASEAN, cuja declaração conjunta aventou a criação da Área de Comércio e Investimento Índia-ASEAN como objetivo conjunto de longo prazo (ASEAN, 2002 — online). Em 2010, passou a valer o Acordo de Livre Comércio de bens entre Índia e ASEAN. Enquanto a ASEAN negociava acordos de livre comércio com países asiáticos como China, Japão e Coreia do Sul, o primeiro-ministro Vajpajee ressaltou a importância de criar uma “Comunidade Econômica Asiática”, proposta que foi também apoiada por seu sucessor, Manmohan Singh. Japão, ASEAN, China, Índia e Coreia do Sul comporiam a sigla JACIK, isto é, as cinco forças que tornariam a Ásia o “centro de gravidade da economia global” (SINGH⁹², 2005 apud JAIN, 2013). Nesse sentido, o Leste Asiático seria um lugar de integração vital para a economia indiana, em contraposição à baixa integração da SAARC (JAIN, 2013).

A Índia considera-se pertencente ao Sul da Ásia, mas participa de organizações e iniciativas em outras regiões. Como a maior parte dos países asiáticos, tem adotado uma postura autonomista e balanceadora, buscando o diálogo e o estabelecimento de parcerias com todos os países que atuam na região (MALONE, 2011). Essa postura onidirecional está intimamente relacionada com a clássica política de não alinhamento da Índia, cujo objetivo é colocar o país em melhores condições para defender seus interesses externos de forma autônoma. As relações da Índia com os atores regionais devem levar o autonomismo da Índia em consideração.

3.4.1.1 Relações com a China

Desde a fundação da República Popular da China e a independência da Índia, as relações entre os dois países foram marcadas pelas oscilações. Em um primeiro momento,

⁹² SINGH, Natwar. Inaugural address on “Changing Security Dynamics in Eastern Asia”. Seventh Asian Security Conference. Institute for Defence Studies and Analyses, New Delhi, 27 de Janeiro de 2005.

ambos fomentaram um movimento anti-imperialista e de apoio à descolonização, que resultou no Movimento dos Não Alinhados. Com a escalada de tensões em torno da fronteira no Tibete e em Aksai Chin, ocorreu a Guerra Sino-Indiana de 1962, que terminou com vitória chinesa. Assim, de 1962 a 1976, as relações foram pautadas pela rivalidade estratégica⁹³, agravada pela aproximação entre Índia e União Soviética e a aliança entre China e Paquistão — com quem a Índia travara guerras em 1947, 1965 e 1970–71.

A partir de 1976, porém, Índia e China restabeleceram de forma integral as relações diplomáticas. Os dois países se reaproximaram, com o incremento gradual de visitas oficiais bilaterais e o início, durante os anos 1980, de negociações a respeito das disputas territoriais. Uma crise ocorreu quando do teste nuclear indiano de 1998. À época, uma comunicação do governo da Índia, apontando a China como alvo político do teste, foi vazada pelo governo estadunidense (MALONE, 2011).

Apesar disso, o governo chinês logo retomou as relações bilaterais com a Índia e abdicou de anunciar apoio ao Paquistão na Guerra de Kargil (1999), entre Índia e Paquistão (PANT, 2011). As relações comerciais entre Índia e China incrementaram-se enormemente a partir da década de 1980, subindo de US\$ 117 milhões em 1987, para US\$ 42 bilhões em 2007 (MALONE, 2011). Em 2009, o comércio bilateral superou o comércio entre Índia e Estados Unidos. Entre 2007 e 2008, os dois países realizaram o seu primeiro exercício militar e um exercício antiterrorismo (MALONE, 2011).

Há convergência entre Índia e China com relação ao terrorismo islâmico. Ambos os países adotam uma postura coordenada em nível global, simbolizada principalmente pelos BRICS e pelas pautas dos países em desenvolvimentos em fóruns internacionais relacionados a temas como comércio internacional e mudanças climáticas. China e Índia são parceiros complementares, dada a experiência industrial e capacidade de infraestrutura da primeira e a capacidade tecnológica e experiência em serviços da segunda. Os indianos também têm diálogos em defesa com altos oficiais chineses e realizam exercícios militares conjuntos com a China (MALONE, 2011).

Apesar disso, restam inúmeras tensões entre os dois países. A mais latente delas diz respeito às disputas territoriais, em que a Índia ainda reivindica Aksai Chin e a China

⁹³ De acordo com Malone (2011, p. 135) foi o primeiro teste nuclear chinês, em 1964, que motivou o desenvolvimento do programa nuclear indiano. Desde a década de 1960, a China, no contexto da Revolução Cultural, passou a apoiar movimentos insurgentes maoístas na Índia, como os Naxalitas, que atuam até hoje no Nordeste indiano. Após a reaproximação sino-estadunidense de 1971, formou-se um eixo EUA–China–Paquistão para se opor ao eixo URSS–Índia. Em 1974, a Índia fez seu primeiro teste nuclear e em 1976 anexou Sikkim, provocando protestos dos chineses. Em 1976, a China assinou um tratado de cooperação nuclear com o Paquistão, que passou a valer a partir de 1981 (MALONE, 2011).

reivindica Arunachal Pradesh. Desse modo, permanece a “Síndrome de 1962”, baseada na hipótese de ataque súbito chinês à Índia. Regionalmente, os dois países disputam a influência sobre vizinhos como Nepal e Mianmar e a crescente presença indiana no Sudeste Asiático é percebida pela China como uma forma de contrapor a sua própria atuação, da mesma forma que a presença chinesa no Índico passou a ser vista como um cercamento pela Índia (LIN, 2006). A China ainda mantém fortes relações com Paquistão no campo militar, fornecendo aviões, tecnologia nuclear e mísseis (PANT, 2011). O papel do Tibete nas relações bilaterais também não deve ser desprezado, pois, para parte do *establishment* indiano, sua posição como “estado-tampão” seria importante como forma de proteger a Índia, em que pese a posição oficial indiana ser de reconhecimento da soberania chinesa sobre este território (MALONE, 2011).

Em 2013, com a eleição de Narendra Modi para o cargo de Primeiro-Ministro, o BJP acabou com a hegemonia do Partido do Congresso. Diante dos problemas que enfrenta a economia indiana, Modi criou o *Make in India* (“Faça na Índia”), com o objetivo de atrair investimentos produtivos. Apesar de ser de um partido conservador — por vezes tido como chauvinista — Modi estabeleceu boas relações com Xi Jinping.

Em 2014, o presidente chinês Xi Jinping visitou a Índia. Os resultados da visita foram ameaçados por uma incursão de forças chinesas ao território indiano, o que foi tratado por alguns analistas como uma sabotagem (ARPI, 2014; MEYER, 2014). Ainda assim, houve resultados importantes. Acordaram-se grandes fluxos de investimento como em obras de infraestrutura e na criação de dois parques industriais na Índia (CHINA'S, 2014). Em 2015, como retribuição, Modi visitará a China (PANDA, 2015).

3.4.1.2 Relações com os EUA

Após uma conturbada relação durante a Guerra Fria, os Estados Unidos ampliaram enormemente suas relações econômicas com a Índia após sua liberalização econômica no começo dos anos 1990. A situação política, entretanto, continuou estremeçada. O quadro se alterou a partir da Guerra de Kargil (1999), em que os estadunidenses deixaram de se inclinar em apoio político aos paquistaneses no conflito contra os indianos (OGDEN, 2011).

A partir de então, as relações bilaterais melhoraram bastante, de modo que a Índia se tornou aliada fundamental dos Estados Unidos a partir da nova estratégia de contenção da

China de George W. Bush e na Guerra Contra o Terror. Entre 2005 e 2006, Estados Unidos e Índia firmaram acordos para a um programa nuclear civil indiano e para a cooperação espacial (MALONE, 2011).

Entre 2014 e 2015, o primeiro-ministro Narendra Modi e o presidente estadunidense Barack Obama trocaram visitas. Obama foi o primeiro presidente dos EUA a visitar a Índia duas vezes no exercício do cargo. Novos entendimentos na área nuclear civil foram alcançados e a Índia terá novos reatores construídos nos Estados Unidos (US; INDIA, 2015).

A Índia, entretanto, busca manter sua autonomia estratégica. Por essa razão, a declaração do então secretário de defesa estadunidense Leon Panetta, de que a Índia era a “peça de sustentação” da estratégia de balanceamento da China preocupou os indianos, que temiam ver-se implicados em uma estratégia que arriscava sua autonomia (NAIDU, 2013). Recentemente, notícia do jornal Times of India (US, 2015) afirmou que os Estados Unidos seguem pressionando a Índia para firmar três acordos de cooperação em defesa que atrelariam tática e operacionalmente a atuação militar indiana à estadunidense.⁹⁴ A resistência dos grupos políticos indianos demonstra o consenso em torno da necessidade de manter a margem de manobra internacional do país.

3.4.1.3 Relações com a Rússia

A Índia manteve um Tratado de Amizade e Cooperação com a União Soviética de 1971 ao final da Guerra Fria. Embora o enfraquecimento da Rússia e a abertura indiana tenham esfriado as relações na primeira metade da década de 1990, a partir de então os russos voltaram a ser importantes parceiros da Índia (SACHDEVA, 2011). Desde 2000, os dois países realizam uma reunião de cúpula anual (INDIA, 2012).

Os dois países estabeleceram parcerias para exploração conjunta e fornecimento de recursos energéticos, inclusive um programa nuclear civil. A Índia é um dos maiores compradores da indústria bélica russa, e Rússia e Índia também desenvolvem veículos militares e armamentos conjuntamente, tais como o caça de quinta geração Sukhoi/HAL FGFA e os mísseis cruzadores Brahmos (INDIA, 2014; SACHDEVA, 2011).

⁹⁴ Esses acordos são o Acordo de Apoio Logístico (Logistics Support Agreement — LSA), o Acordo Memorando de Comunicação, Interoperabilidade e Segurança (Communication Interoperability and Security Memorandum Agreement — CISMOA) e o Acordo de Intercâmbio Básico e Cooperação para a Cooperação Geoespacial (Basic Exchange and Cooperation Agreement for Geo-Spatial Cooperation — BECA).

Durante a 15ª cúpula russo-indiana, com visita do presidente russo Vladimir Putin à Índia, foram assinados 20 acordos relacionados a recursos energéticos, construção de reatores nucleares em caráter civil, cooperação em defesa e foi lançada uma ambiciosa meta comum de incremento das relações econômicas até 2020 — 30 bilhões de dólares em comércio e 15 bilhões em investimento (ZEENEWS, 2014).

3.4.1.4 Relações com outros países asiáticos

Os resultados econômicos da segunda fase da *Look East Policy* são bastante expressivos. O comércio da Índia com todos os países da região entre 2001 e 2009 foi incrementado em, no mínimo, três vezes, como no caso do Japão. No caso da China, por exemplo, o comércio bilateral cresceu catorze vezes. O papel do Leste Asiático no comércio externo indiano subiu, nesse período, de 14% para 20% (MALONE, 2011). A Índia finalizou acordos de Parceria ou Cooperação Econômica Abrangente com Singapura, Coreia do Sul, Malásia e Tailândia e tem outros acordos em negociação. As relações comerciais com a ASEAN atingiram US\$ 80 bilhões em 2012 e os fluxos bilaterais de investimento, US\$ 43 bilhões (NAIDU, 2013).

Do ponto de vista securitário, a cooperação securitária e de defesa da Índia com os países do Leste Asiático tem sido incrementadas desde a década de 1980. Desde então, a Índia criou uma rede de acordos de cooperação em defesa, que abrange diálogos, visitas bilaterais de alto nível e exercícios conjuntos. Os principais parceiros dos indianos são Singapura, Japão, Malásia, Indonésia e Vietnã (MALONE, 2011; NAIDU, 2013).

Em 2014, os indianos firmaram acordos para fornecimento de navios de guerra ao Vietnã e há possibilidade de venda do míssil Brahmos II⁹⁵ (MIGLANI, 2014; THAYER, 2014b). Em 2009, a Índia estabeleceu uma “Parceria Estratégica” com a Austrália e, em 2010, com a Coreia do Sul (MALONE, 2011). Nesse sentido, embora evite opor-se frontalmente a China, a Índia acaba cumprindo a função de contrapeso da China.

Com o Japão, o país firmou uma parceria global e estratégica em 2007 e passaram a realizar exercícios militares conjuntos. Em 2011, foi assinado um Acordo de Parceria Econômica Abrangente. Após o retorno de Abe Shinzo ao cargo de primeiro-ministro japonês (2012), a Índia foi elencada como peça fundamental do “diamante democrático securitário” do Leste Asiático que serviria para contrabalançar a China (ABE, 2012).

⁹⁵ Produzido em parceria com a Rússia.

3.4.1.5 A Índia e a ordem regional asiática

Para a Índia, o ideal é que a ASEAN lidere o processo e apoie o *ASEAN Way*, por duas razões: a primeira é que a Índia percebe-se um ator externo em busca de inserção no Leste Asiático e apoiar a ASEAN favorecerá o apoio dos seus membros a esse objetivo; a segunda é que se o protagonismo recair sobre a ASEAN, isto balanceará as maiores potências regionais, China e Estados Unidos (JAIN, 2011).

A realidade é que enquanto os Estados Unidos desejam um mundo unipolar e uma Ásia multipolar; a China deseja um mundo multipolar e uma Ásia multipolar; a Índia e a ASEAN gostariam de um mundo multipolar e uma Ásia multipolar. Nem a ASEAN, nem a Índia desejam se unir em uma aliança com os Estados Unidos contra a China (GUPTA, 2007, p. 377, tradução nossa).

Atualmente, a integração com o Leste Asiático cumpre para a Índia um papel maior que o de incrementar as oportunidades para sua economia. A crescente presença da China, dos Estados Unidos e possivelmente da Austrália e da Indonésia no Oceano Índico indica a ascensão de um novo ambiente regional: o Indo-Pacífico, que é mais abrangente que “Leste Asiático” e “Ásia-Pacífico”. De qualquer modo, a inserção da Índia no Leste Asiático foi bem sucedida, de modo que a Índia tornou-se um ator fundamental a ser levado em consideração nos cálculos estratégicos regionais.

A oscilação das relações sino-indianas tem como elemento central uma dicotomia entre a aproximação baseada na complementaridade econômica e nos objetivos comuns em nível global, e o entendimento da China como ameaça. A visão de ameaça tem origem na “síndrome de 1962” indiana, nas disputas territoriais e na competição econômica e energética (SAALMAN, 2011).

A longa tradição de não alinhamento da Índia combinada à atual fluidez das relações internacionais no Leste Asiático contribuiu para que a diplomacia indiana se tornasse onidirecional. A cooperação com os Estados Unidos não impede a Índia de desenvolver armamentos conjuntamente com a Rússia e se aproximar da China, enquanto fornece armamentos a países do Sudeste Asiático que disputam territórios com os chineses no Mar do Sul da China.

3.4.3 Rússia: O Leste Asiático como alternativa ao Ocidente

De acordo com Zhebit (2003a; 2003b), o principal debate da política externa russa após a Guerra Fria se dá entre o ocidentalismo e o orientalismo. Apesar do foco predominante para a Europa ao longo de sua história, o país nunca deixou de se envolver nos assuntos regionais, tanto na China e na Coreia, quanto no Sudeste Asiático. Reconhece-se, também, que durante a Guerra Fria, foi o imperativo da preparação militar permanente contra a OTAN no Leste Europeu e contra a China no Leste Asiático que esgotou a capacidade econômica e lançou a União Soviética, e depois a Rússia, numa grande crise a partir dos anos 1980.

Considera-se que com a partir do final da Guerra Fria, quatro situações impulsionaram, de forma incremental, a política externa russa para o Leste Asiático. A primeira remonta aos anos 1980, com as negociações para encerrar a Guerra Fria que distenderam as relações com os países da região, inclusive a China. A segunda foi após o final da Guerra Fria, quando a política unilateralista estadunidense, bem como as “promessas vazias” de auxílio ocidental, nos anos 1990 possibilitaram a ascensão de “pragmáticos” como Primakov aos principais postos do governo russo e uma aliança de ocasião com a China (KUHRT, 2008). A terceira situação foi a ascensão de Vladimir Putin à presidência (1999-2000), quando a Rússia voltou-se para a Ásia como uma forma de diversificar suas relações econômicas, políticas e energéticas. Por fim, a mais recente crise na Ucrânia (2014) e as sanções impostas por Estados Unidos e Europa colocaram a aproximação da Rússia com o Leste Asiático como um imperativo estratégico.

O final da Guerra Fria provocou uma reversão da política externa da então União Soviética para a Ásia, de modo que ela se aproximou de rivais e se afastou de aliados. Ainda nos anos 1980, se reaproximou da China, normalizando as relações em 1989. O país também se aproximou da Coreia do Sul, com a ampliação de relações comerciais e o reconhecimento diplomático mútuo, em 1991. Por outro lado, a União Soviética se afastou da Coreia do Norte, que, sem o suporte econômico do aliado, passou por séria crise nos anos 1990. O Vietnã também sentiu os impactos do fim do auxílio soviético e iniciou negociações para a retirada de suas tropas do Camboja.

Durante os anos 1990, os EUA configuraram-se como a única superpotência, diferenciando-se do período da diplomacia triangular de Nixon. Com a queda da URSS, os EUA passaram a se empenhar em dismantelar a tradicional zona de influência russa/soviética, por meio da estratégia de “participação e expansão” da OTAN (QI, 2013). Essa estratégia foi em parte bem sucedida, uma vez que culminou no desmanche da Iugoslávia. O

comportamento unilateralista dos Estados Unidos favoreceu a mudança da postura externa russa de cooperação com o Ocidente para uma de afastamento, na qual o Leste Asiático ganhava proeminência. Essa mudança foi mais visível a partir da ascensão de Evgueni Primakov ao cargo de Ministro de Relações Exteriores e, posteriormente, Primeiro-Ministro (PAUTASSO, 2014). Houve uma forte aproximação com relação à China, que resultou na criação dos Cinco de Xangai, em 1996, juntamente com países da Ásia Central. Primakov também lançou a ideia de um eixo “Rússia–China–Índia” como forma de balancear o poder americano (TSYGANKOV, 2013). Com o início do governo Bush filho nos Estados Unidos intensificou a política “unipolarista” do país e criou-se, em 2001, a Organização para a Cooperação de Xangai.

A atuação russa no Leste Asiático concentrou-se principalmente na China, país com o qual a Rússia também estabeleceu uma Parceria Estratégica em 1996. Apesar da ênfase conferida ao Japão durante o início do governo Ieltsin e em alguns momentos do governo Putin, e o ensaio de negociações a respeito das questões territoriais, estas não foram resolvidas (KUHRT, 2008). Não obstante a entrada da Rússia na ARF e na APEC em 1996 e 1997, respectivamente, foi somente a partir do governo Putin (2000) que se organizou uma política mais coerente para a região.

A partir dos anos 2000, a Rússia voltou a exercer papel político relevante na região. Talvez o retrato mais marcante, além da participação na ARF e na APEC, foi a inclusão nas Negociações das Seis Partes sobre a Península Coreana. Com Putin, a política externa russa para o Leste Asiático pretendia diversificar as relações externas da Rússia, consideradas muito voltadas para Europa e Estados Unidos e, dentre as relações asiáticas, reduzir a dependência com relação à China. A aproximação russa baseava-se na integração econômica, na exportação de recursos energéticos e na venda de armamentos e veículos militares (RANGSIMAPORN, 2009).

De acordo com Rangsimaporn (2009), entre 2000 a 2007, o comércio russo com a região⁹⁶ multiplicou-se em mais de seis vezes e sua participação no total pulou de menos de 10% para pouco mais de 15%. Ainda assim, China, Japão e Coreia do Sul ocuparam papel de destaque com relação à ASEAN. Grande parte do comércio russo com o Leste Asiático foi de hidrocarbonetos, como petróleo e gás natural (RANGSIMAPORN, 2009).

Apesar de constituírem originalmente relações econômicas, é sabido que o papel dos recursos energéticos transcende a economia, constituindo-se em artigo estratégico e

⁹⁶ Aqui compreendida como ASEAN, China, Taiwan, Japão e Coreia do Sul.

recurso de poder nas relações internacionais (OLIVEIRA, 2012). Não à toa, entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, a construção de oleodutos a partir do Oriente Russo fez parte de projetos mais amplos, ligados à própria inserção internacional do país. Como afirma Kuhrt, em seu livro sobre as relações da Rússia com China e Japão:

A energia agora é usada como um instrumento de estadismo e diplomacia, a assim chamada ‘arma da energia’: como um artigo jornalístico russo coloca, a rede de gasodutos russa representa o ‘equivalente material da nossa geopolítica’ uma vez que ela vai ‘não apenas para o Oriente, mas também para o Ocidente’ (KUHRT, 2008, p. 7, tradução nossa⁹⁷).

Durante a década de 2000, iniciaram-se os planos para a construção de um oleoduto para o Pacífico (East Siberian Pacific Route, ESPO). Os projetos concorrentes eram o chinês, que terminaria em Daqing (nordeste da China), e o japonês, com fim em Nakhodka, no extremo sudeste da Rússia. Enquanto o primeiro favoreceria o fornecimento à China, o outro teria potencial de levar petróleo russo ao Japão, à Coreia do Sul, a outros países asiáticos e aos Estados Unidos (KUHRT, 2008; YEP, 2014). A barganha dos russos levou os chineses, por sua vez, a aumentarem a importação do petróleo da Ásia Central, principalmente do Cazaquistão (RANGSIMAPORN, 2009). Ao final de 2014, a Rússia confirmou a expansão do oleoduto do Pacífico (ESPO) para o porto de Nakhodka, o que favorecerá o fornecimento de petróleo ao Japão (BLAGOV, 2015; LUFT, 2014).

A Rússia busca evitar a dependência excessiva com relação à China, diversificando suas relações com países asiáticos. Uma das formas de atingir esse objetivo, como já levantado, é ampliando o rol de consumidores dos seus recursos energéticos. Além da barganha com relação à construção do oleoduto para o Oceano Pacífico, o país negociou com a implantação de um gasoduto que tem como finalidade abastecer a Coreia do Sul e implicaria a concordância da Coreia do Norte. Com a Índia foram assinados acordos para exploração conjunta de petróleo e gás e serão fornecidos novos reatores nucleares, em caráter civil (INDIA..., 2014). As empresas russas também têm ampliado sua cooperação tecnológica sendo a parceria com o Vietnã a mais notável, incluindo acordos para extração conjunta de petróleo no Ártico e no Mar do Sul da China e o desenvolvimento de um programa nuclear civil vietnamita (GAZPROM, [2013]; KHAN; HALL, 2013; RUSSIA, 2015).

O fornecimento de materiais bélicos é outro modo pelo qual a Rússia aumenta sua presença no Leste Asiático. Nos anos 1990, a redução da demanda por armamentos pela Rússia, levou as empresas da indústria bélica russa a apostar nas exportações como forma de

⁹⁷ No original: “Energy is now used as an instrument of statecraft and diplomacy, the so-called ‘energy weapon’: as one Russian news article put it, the Russian oil pipeline networks represent the ‘material equivalent of our geopolitics’ as they go ‘not only to the East, but also to the West’”.

garantir sua sobrevivência. Nesse ramo, também, a China, surgiu como principal parceira dos russos, tendo adquirido 42% de todas as exportações da indústria bélica russa no período entre 1997 e 2007 (RANGSIMAPORN, 2009).

De modo a ampliar os mercados consumidores e reduzir a dependência para com a China, os russos passaram a vender equipamentos bélicos também para países da ASEAN, Entre estes se destacam a Indonésia e o Vietnã, ainda que também tenham sido concluídos contratos com Malásia, Mianmar e Tailândia (GORENBURG, 2011). Em 2013, segundo reportagem do veículo estatal RIA Novosti⁹⁸(2013) aproximadamente metade de todas as exportações de bens militares foi para a Ásia.

A crise ucraniana entre 2013 e 2014 resultou na utilização de sanções econômicas pelos Estados Unidos e pelos países europeus como forma de pressionar a Rússia. Ao mesmo tempo, ocorreu uma queda rápida nos preços do petróleo, que atingiu seriamente a economia russa. Os impactos à economia russa foram bastante severos, afetando o desempenho do PIB, desvalorizando o rublo e reduzindo as exportações. Nesse cenário, o Leste Asiático se tornou a válvula de escape política e econômica. Politicamente, a China é o aliado preferencial, devido aos interesses comuns de resistência à contenção estadunidense, em um momento em que a China reage ao pivô dos EUA para a Ásia.

O Leste Asiático, como principal motor do crescimento mundial, apresenta enorme capacidade de absorção dos recursos energéticos, e oportunidades para aumento substancial das relações de comércio e investimento — tanto de atração de investimentos como de internacionalização das empresas russas. A crescente importância atribuída ao Leste Asiático pelo governo russo foi demonstrada pela criação de uma Zona Econômica Especial voltada para nas províncias orientais do país (KECK, 2014). E, como o Leste Asiático tem visto um crescimento na demanda por bens militares, como armamentos, navios, tanques e aviões, a indústria bélica tem um grande mercado em potencial na região (IISS, 2014).

A complexa relação com a China é, não por acaso, elemento central da política externa russa para a região. Os chineses se tornaram os principais parceiros dos russos na Ásia. Ao mesmo tempo, a Rússia vê a China como um potencial rival pela Ásia Central e a crescente população de imigrantes chineses nas províncias orientais da Rússia atrai a desconfiança da população e do governo nativos, que desconfiaria de um suposto “expansionismo latente”, uma vez que parte do Oriente russo foi na verdade tomado da China ainda na era imperial (KUHRT, 2008; RANGSIMAPORN, 2009).

⁹⁸ As notícias do antigo RIA Novosti, encerrado em 2013, foram abrigados no veículo Sputnik News, também estatal.

Por outro lado, a ascensão da China apresenta à Rússia boas possibilidades de inserção econômica e estratégica. Primeiramente, por causa da insegurança econômica que o país tem em suas relações com o Ocidente. Em segundo lugar, devido ao projeto da Nova Rota da Seda, lançado pela China, que poderá favorecer a integração econômica de toda a Rússia — especialmente das províncias orientais — tanto com a Ásia quanto com a Europa (XINHUANET, 2014). Um dos projetos de desenvolvimento econômico do leste russo está baseado na construção da Ferrovia Transcoreana (MINAKIR, 2014; RANGSIMAPORN, 2009).

A Rússia surgiu como uma alternativa para diminuir dependência militar dos países do Sudeste Asiático com relação aos Estados Unidos. Por outro lado, a exportação de bens militares foi, durante a década de 1990 e em parte dos anos 2000, uma das únicas formas de financiar o desenvolvimento da tecnologia militar russa e garantir sua sobrevivência. Com a saturação dos mercados chinês e indiano, as indústrias necessitavam diversificar mercados. Nesse contexto, o Sudeste Asiático surge como uma alternativa.

A Rússia busca aproximar-se igualmente dos países da região, evitando depender de um único ator — o mais provável nesse caso seria a China (RANGSIMAPORN, 2009). Apesar dos momentos de aproximação nas últimas duas décadas, China e Rússia estão muito longe de serem aliados naturais. Suas relações bastante complexas. Durante a Guerra Fria, apesar de ambos serem comunistas, seus interesses nacionais transformaram os dois países de aliados em inimigos. Ainda hoje, a aproximação entre China e Rússia é permeada por muitas desconfianças. A Ásia Central é tradicionalmente uma área de influência russa. Mais recentemente, a atuação chinesa na região vem crescendo, dentro da lógica de conclusão do projeto chinês de Rota da Seda (SWANSTROM et al., 2007). O leste russo, largamente desabitado, é cada vez mais o lar de imigrantes chineses. Por outro lado, a Rússia continua mantendo relações muito próximas com a Índia, outro país que mantém relações ambíguas com a China, com quem desenvolve armamentos e veículos militares de forma conjunta.

Foram preocupações sobre dominância regional por uma única potência e a preferência por uma estrutura regional multipolar que informaram o pensamento russo sobre a segurança regional. A partir da perspectiva de alguns formuladores de políticas e analistas, um arranjo de segurança regional baseado no conceito de um Concerto de Potências, próximo daquele buscado na Europa do século XIX poderia responder melhor a essas preocupações (RANGSIMAPORN, 2009, tradução nossa⁹⁹).

⁹⁹ No original, “It was concerns over regional dominance by one particular power and the preference for a multipolar regional structure that ultimately informed Russian thinking regarding regional security. From the perspective of some policymakers and analysts, a regional security arrangement based on the concept of a Concert of Powers, akin to that pursued in nineteenth century Europe, would best address those concerns.”

Nesse sentido, a multipolaridade seria mais democrática que a uni- e a bipolaridade, embora mantivesse o caráter “plutocrático”. Essa configuração serviria para manter a Rússia entre os principais países da região. O país participa de organizações de segurança regional como o ARF e ingressou no TAC em 2004. Especificamente o ARF é visto como forma de balancear outros atores e de manter-se influente na região.

Como notou o Coronel Aleksandr Gurchikov do Estado Maior, ‘o ARF é um fenômeno único... o primeiro órgão intergovernamental asiático voltado para discutir formas de fortalecer a segurança regional’. [...] Moscou também concorda com o estilo de diplomacia da ASEAN e subsequentemente o estilo presente no ARF. Como notou uma autoridade do Ministério das Relações Exteriores, o estilo flexível de diplomacia da ASEAN, combinada com o importante papel de cultivar a confiança pessoal entre os mais altos líderes se tornou uma contribuição valiosa às atividades da ARF. Ele ainda afirmou que a ARF era uma ótima estrutura para a Região da Ásia-Pacífico, ‘sob transição da Guerra Fria para um mundo multipolar’, O estilo de consenso também foi visto por diplomatas e analistas russos como particularmente adequado à região. Eles enfatizaram que diferente da Europa, o Leste Asiático não tem uma identidade comum; logo um sistema rígido de segurança coletiva seria inapropriado. De acordo com ex-embaixador russo na China, Igor Rogachev, a ASEAN também serviu de modelo para a OCX (RANGSIMAPORN, 2009, p. 133, tradução nossa¹⁰⁰).

3.4.4 Austrália: Potência asiática ou aliada menor da “anglosfera”?

Um dos grandes dilemas da política asiática no século XXI diz respeito ao papel político da Austrália. Até o século XX, em que pese sua localização geográfica mais próxima da Ásia, o país alinhou-se prioritariamente à “anglosfera”, os Estados Unidos e o Reino Unido, com atuação regional limitada. Entretanto, diante da ascensão do Leste Asiático, especialmente da China, surgiram debates sobre qual o perfil de Estado e de política externa que o país deve adotar.

O primeiro debate diz respeito ao perfil de Estado. Historicamente, a Austrália fez parte da “anglosfera”, aliada ao Reino Unido e aos Estados Unidos. Os laços políticos, sociais e culturais entre esses países favoreceram a manutenção desse alinhamento. Deve-se destacar também que nos últimos 200 anos o mundo esteve sob a liderança de Reino Unido e Estados

¹⁰⁰No original: “As Colonel Aleksandr Gurchikov of the General Staff noted, ‘the ARF is a unique phenomenon . . . the first Asian intergovernmental body intended to discuss ways to strengthen regional security’. [...] Moscow also agreed with ASEAN’s style of diplomacy and subsequently the style set in the ARF. As one senior MID official noted, the flexible style of ASEAN diplomacy combined with the important role of cultivating personal trust among the highest-ranking leaders became a valuable contribution to ARF activity. He further asserted that the ARF was an optimum structure for the APR, ‘under transition from the Cold War to a multipolar world’.³³ The ARF’s consensus style was also seen by Russian diplomats and analysts as particularly suitable for the region. They stressed that unlike Europe, East Asia did not have a common identity; thus a rigid collective security system would be inappropriate.³⁴ According to former ambassador to China Igor Rogachev, ASEAN also served as a model for the SCO.”

Unidos, com impactos fundamentais para a Ásia e para a posição australiana. Mais do que isso, a Austrália tem como chefe de estado a Rainha da Inglaterra, Elizabeth II. A manutenção deste último ponto, entretanto, não goza de consenso na sociedade australiana. Em 1999, um referendo pela aprovação da República teve a vitória do “não” por pouco mais de 54% dos votos (AUSTRALIA..., 1999). Nesse contexto, a aproximação com a Ásia estaria ensejando uma posição mais autônoma por parte da Austrália, tornando-a um forte ator regional asiático.

Historicamente, de acordo com Firth (2004, p. 8), os dois principais partidos da Austrália mantiveram o consenso em torno da importância da aliança com os Estados Unidos para a segurança do país, consolidada através do tratado ANZUS, e dos acordos para cooperação em defesa e segurança, como na área de inteligência (VAUGHN, 2013). A diferença, entretanto, é que os Trabalhistas consideram que a área de segurança prioritária da Austrália é a Ásia. Já a Coalizão Liberal tradicionalmente julgam que o país deve priorizar seu papel como aliado dos Estados Unidos na manutenção da segurança internacional (FIRTH, 2004). Daqui em diante, chamaremos essas posições de “regionalista” e “globalista”, respectivamente.

Muitos na Austrália sempre lamentaram que seu país fosse vítima da “tirania da distância”, isto é, sua localização tornava-a distante dos principais centros do poder global. Atualmente, como reconhecido pelo próprio governo australiano (AUSTRÁLIA, 2009; 2012), o cenário está se alterando, com o “deslocamento do poder global do Ocidente para o Oriente”.

A partir da década de 1980, quando se iniciou um grande período de dominância do Partido Trabalhista, mudou-se o perfil de atuação com relação à Ásia. Durante o governo Hawke (1983–1991), o país se engajou em aumentar sua cooperação econômica regional, que culminou em importante papel na criação da APEC, em 1989. Já o governo Keating (1991–1997) foi mais longe e promoveu a ideia de uma Austrália multicultural e asiática (VAUGHN, 2013).

O governo do liberal John Howard, que durou entre 1996 e 2007, buscou retomar o perfil internacionalista e anglófilo da política externa australiana. Internamente, distanciou-se da ideia de Keating de uma Austrália multicultural e receptiva aos imigrantes. Além disso, o país foi um dos maiores apoiadores dos Estados Unidos, tendo invocado o Tratado ANZUS após os atentados de 11 de setembro de 2001. Por essa razão, o país apoiou a invasão do Afeganistão, iniciada no mesmo ano. Os ataques terroristas perpetrados por grupos islâmicos no Sudeste Asiático, em Bali, na Indonésia, em 2002 e 2005 e o ataque à bomba à embaixada

australiana em Jacarta aumentaram a legitimidade e o empenho do governo do país para ampliar seu apoio à Guerra ao Terror empreendida pelos EUA.

Mesmo Howard, com sua posição globalista e de oposição frontal à plataforma de Keating, não deixou de reconhecer que o país não deveria escolher entre sua história e sua geografia (BURKE, 2001). Isso significava, na prática, que a Austrália seria um bastião da “anglosfera” na Ásia.

Por outro lado, os indicadores econômicos apontam a aproximação da Austrália da região. Em 2009, a China se tornou sua principal parceira comercial (VAUGHN, 2012). Além disso, aumentou o número de imigrantes no país: de acordo com o último censo, realizado em 2011, eles constituem 26% da população. Entre estes, cresceu a parcela de asiáticos, especialmente chineses e indianos (AUSTRÁLIA, 2014b).

Em 2007, o Partido Trabalhista voltou ao poder com a eleição de Kevin Rudd para o cargo de primeiro-ministro. A posição de Rudd foi de que o *locus* principal da política externa australiana era a Ásia-Pacífico, mas a ascensão da China deveria ser vista como motivo de preocupação (HANSON, 2013; JENNINGS, 2013).

A ascensão de Julia Gillard à primeira-ministra significou uma alteração no curso da política externa australiana. O país mudou sua posição oficial com relação à ascensão da China e assumiu-se como um país asiático, como ficou demonstrado pela publicação do Livro Branco de 2012, sob o título “Austrália no Século Asiático”. Nesse documento, o governo australiano afirma que não apenas a ascensão da China é “bem-vinda” como a modernização militar chinesa é um processo “natural” (AUSTRÁLIA, 2012). Ao mesmo tempo, o país manteve-se próximo dos Estados Unidos. Em 2011, em discurso que praticamente marcou o início do pivô estadunidense para a Ásia, o presidente Barack Obama afirmou que o país manteria 2.500 marines na base de Darwin, no norte da Austrália (US, 2011).

Em 2013, o choque entre as alas de Gillard e Rudd no Partido Trabalhista resultou em novas eleições para a liderança do partido. Com a vitória, Rudd conseqüentemente retornou ao cargo de Primeiro-Ministro em junho, com o objetivo de disputar as eleições. Em setembro, entretanto, ele foi derrotado por Tony Abbott, que levou a Coalizão Nacional-Liberal de volta ao poder após seis anos.

A política externa de Abbott tem buscado combinar uma postura regionalista onidirecional, isto é, que tenta se relacionar com todos os países asiáticos, e uma postura de suporte aos Estados Unidos em nível global. Entretanto, Abbott sofre de um dilema: seguir as inclinações de política externa dele próprio e de seu partido, como fez ao declarar apoio à Ucrânia e ao combate ao Estado Islâmico (G20..., 2014); ou reconhecer o fato de que a

Austrália está cada vez mais próxima da Ásia e da economia chinesa. Tal dilema resulta em uma política externa vacilante e confusa (MATTHEWSON, 2014).

O início do governo de Abbott foi permeado por uma série de polêmicas, como ao afirmar que o Japão era o principal amigo da Austrália na Ásia — o que certamente provocou insatisfação em Pequim (DRYSDALE, 2014). As relações com a Indonésia permanecem delicadas, com tensões relacionadas à espionagem do presidente indonésio Susilo Bambang Yudhoyono, à proibição à entrada de refugiados indonésios e a incursões não autorizadas da Marinha australiana nas águas indonésias (ANTON, 2014).

Por razões geopolíticas e econômicas, as relações com a Indonésia ocupam papel de destaque para a Austrália. Tradicionalmente, as relações entre Austrália e Indonésia são complexas. A rivalidade em torno do Timor Leste intensificou-se com o apoio australiano à independência deste país em 1999. Desde então, as tensões nunca se dissolveram completamente, mas houve avanços, como a assinatura do Tratado de Lombok, em 2006, que promoveu o reconhecimento mútuo dos territórios dos dois países.

Abbott visitou os principais países da região. Sua primeira visita internacional foi à Jacarta, ainda em 2013. Neste ano, foi, entre outras capitais, a Pequim, Tóquio, Seul, Jacarta e Nova Délhi. Como afirmado anteriormente, há prioridade na diplomacia econômica, o que garantiu a assinatura de três tratados de livre comércio, com Coreia do Sul, Japão e China. Com a Índia, além da possibilidade de assinar um acordo de livre comércio, a Austrália firmou contrato para a venda de urânio (BISLEY, 2014).

O movimento em direção à Ásia explica-se pela importância da região para a economia australiana, o que confere prioridade à diplomacia econômica na atuação regional. Para exemplificar, juntos, China, Coreia do Sul e Japão absorvem mais da metade das exportações do país, que se concentram nas áreas de recursos minerais e energéticos (AUSTRALIA 2014a). Além disso, faz-se necessário garantir um ambiente estratégico estável em torno da Austrália.

Ao mesmo tempo em que fortalece as relações econômicas com a China, a Austrália visa aumentar o diálogo na área de defesa, com a indicação de que os países poderão manter intercâmbios entre as forças armadas e exercícios militares conjuntos (WEN; KENNY, 2014). Durante visita de Estado à Austrália, combinada com sua participação no G-20, o presidente chinês Xi Jinping falou ao parlamento australiano, e demonstrou relacionamento próximo com o primeiro-ministro australiano. Além disso, em dezembro, a Austrália sinalizou que ingressará no Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, criado recentemente pela China (CALLICK, 2014).

Para os Estados Unidos, a Austrália é fundamental no seu pivô para a Ásia. A localização geográfica favorece o estabelecimento de bases americanas de forma mais segura, pois estariam mais distantes do alcance dos mísseis chineses. Recentemente, a discussão em torno de uma maior participação australiana no sistema de defesa antimísseis balísticos organizado pelos EUA na região voltou à tona. Até então, a cooperação com os Estados Unidos estava limitada a prover alerta antecipado antimíssil (*Early Warning*) (HOLZER; TRUVER, 2014; VAUGHN, 2012). No entanto, os Estados Unidos chegaram a pressionar para poder lançar mísseis interceptadores a partir de navios australianos (SHERIDAN, 2014). Aceitar esta possibilidade, entretanto, iria contra o atual objetivo de garantir um ambiente estratégico mais favorável ao país. Em 2014, Austrália e Estados Unidos acordaram o aumento do número de tropas estadunidenses na base de Darwin (CROWE, 2014).

Considerando todos os pontos de vista expostos, percebe-se uma mudança no perfil da política externa australiana. Cria-se, cada vez mais, o consenso de que é a Ásia o principal espaço de atuação externa da Austrália. Ao mesmo tempo, os dois principais partidos, o Trabalhista e a Coalizão, atribuem papel fundamental à aliança com os Estados Unidos como forma de garantir a segurança nacional e balancear a ascensão da China. Essas duas observações não são contraditórias, pois ambos visam a manter o equilíbrio entre um ambiente regional estável para a Austrália e promover o maior aproveitamento possível das oportunidades econômicas oferecidas pelo Século do Pacífico.

3.5 Considerações parciais

Como analisado nas seções anteriores, os países do Leste Asiático não tem uma posição unânime e nem mesmo permanente com relação à ascensão da China. Muitos países são ao mesmo tempo parceiros e rivais da China. Embora se reconheça que as relações internacionais e o equilíbrio de poder são essencialmente dinâmicos, há uma alta volatilidade nas relações internacionais na região. As grandes potências, China e Estados Unidos, tem uma rivalidade regional na disputa pela aproximação com os países da região. Enquanto isso, países como Coreia do Sul, Índia, Austrália e os membros da ASEAN tem oscilado entre iniciativas estadunidenses e chinesas e muitas vezes participando em ambos os lados.

Esta oscilação não é um comportamento de ocasião, mas uma forma dos países da região garantirem autonomia e margem de manobra em sua atuação externa. A partir desta avaliação, considera-se que é bastante difícil afirmar que exista neste momento algum tipo de hegemonia regional no Leste Asiático. Como afirma Arrighi (1996, p. 28) a hegemonia é

resultado da combinação entre a coerção e o convencimento — cujas ferramentas incluiriam os meios de pagamento. Apesar das iniciativas econômicas chinesas como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e a Parceria Econômica Abrangente Regional (RCEP) levarem vantagem sobre as estadunidenses, como o TPP, é provável que os países da região prefiram a manutenção da presença militar estadunidense, como uma forma de balancear o poder chinês na região. Pelo que se analisou da posição dos demais países da região, nenhum deles — ainda que se inclua Japão, Filipinas ou Vietnã — parece disposto a se engajar em um conflito militar com a China, preferindo manter canais de diálogos abertos com Pequim. De qualquer modo, abordagens confrontacionistas por parte das potências tenderão a acirrar as tensões ao reduzir a margem de manobra dos estados regionais. Simultaneamente, diante da rivalidade estratégica sino-estadunidense, o ambiente regional torna-se propício à barganha diplomática. Caso China ou Estados Unidos pressionem excessivamente os demais atores regionais a seguirem suas diretivas, ambos correm o risco de minar sua influência regional.

4 INTERPRETAÇÕES, PROPOSIÇÕES E PERSPECTIVAS SOBRE OS IMPACTOS DA ASCENSÃO DA CHINA PARA O AMBIENTE REGIONAL DO LESTE ASIÁTICO

Este capítulo tem como objetivo analítico reunir os esforços empreendidos nos capítulos anteriores. Em outros termos, procura descrever e sistematizar o balanço realizado ao longo da pesquisa, combinando os elementos domésticos com aqueles derivados das mudanças do ambiente regional. A partir disso, procura-se inventariar as perspectivas ou possíveis perspectivas de polaridade — o equilíbrio de forças e número de polos de poder — e polarização — os padrões de amizade e inimizade — regionais.

A partir do exposto nos capítulos anteriores, verificou-se que existem dois indicadores a serem considerados: o processo de ascensão da China, que consiste no incremento relativo das suas capacidades de poder *vis-à-vis* os demais países da região; e a forma como os demais países do Leste Asiático se relacionarão com a China. Além dos indicadores levantados, lançou-se mão das principais análises e projeções já realizadas a respeito das consequências da ascensão da China para o Leste Asiático.

Nesse sentido, a tendência é que as transformações do ambiente regional venham a se basear na polarização entre a China — potência regional e global ascendente — e Estados Unidos — potência regional e global decadente. Há que se ponderar, entretanto, que as relações internacionais não são estáticas, de modo que qualquer das perspectivas apresentadas, caso venham a se consolidar, podem vir a se alterar posteriormente.

A ascensão de uma nova potência regional e a decadência do então hegêmona regional traz à tona o questionamento sobre como será a relação entre as duas potências. Por essa razão, o capítulo inicia-se com uma breve exposição do debate acadêmico sobre a transição de poder (ou de hegemonia) no sistema internacional.

Desse debate, algumas questões importam para o objetivo do trabalho. A primeira é constatar se há de fato uma mudança de poder dos Estados Unidos para a China; a segunda é como se dará essa transição, caso ocorra; e a terceira se refere aos impactos sistêmicos dessa alteração.

Assim, este trabalho considera as possíveis perspectivas para a região a partir da ascensão da China em três grupos: liderança ou hegemonia; escalada das tensões e conflito; e condomínio de potências. A razão para essa divisão está no fato de que cada um dos grupos tem uma premissa própria. No caso da liderança ou hegemonia, considera-se que um Estado estará acima dos demais em termos de poder e capacidade de manutenção da ordem regional,

sem que haja uma guerra central. No segundo grupo, que trata da escalada das tensões e conflito, coloca-se que diante da prolongada indefinição sobre o novo hegêmona regional e da falta de novas instituições que conciliem os interesses das principais potências, a tendência é a escalada das tensões e o aumento na probabilidade de conflitos armados diretos ou indiretos. Por fim, é possível que como forma de contornar ou regular a competição entre as potências do Leste Asiático, os países da região apelem para novas instituições de governança regional, que estabeleçam regras escritas ou tácitas sobre os limites da competição interestatal — um condomínio de potências.

4.1 Considerações teóricas sobre a transição de poder sistêmica

A ascensão da China e a decadência dos Estados Unidos trouxeram à tona o debate sobre a transição de poder no sistema internacional. Em outros termos, se faz necessário saber quais são as possibilidades de concertação e conflito e, em última instância, de guerra e paz, decorrentes das transformações na polaridade e na polarização. Há três questões em torno desse debate: Como os Estados se comportam diante da ascensão de uma nova potência e, portanto, diante de alterações na polaridade? Como a transição de polaridade (também chamada “transição sistêmica”) afeta a estabilidade do sistema? (Ou, no que nos concerne, é possível haver transição sistêmica sem guerra central?) Quais os tipos de polaridades mais estáveis ou instáveis, uma vez que se estabelece uma nova ordem?

Uma vez que estas questões estão inter-relacionadas, é natural que quando se busca tratar de uma delas, ocorra a proposição de respostas para as demais. Dentre as diversas correntes acadêmicas sobre o tema, destacaremos a Teoria da Estabilidade Hegemônica (TEH) e outros conceitos com premissas semelhantes; e o Realismo da Balança de Poder.

Para os defensores da TEH, como Kindleberger (1973), Gilpin (1981) e Keohane (1984), o sistema internacional depende da atuação de um hegêmona que seja capaz de organizar os demais Estados e fornecer serviços públicos globais, como instituições de governança, a manutenção da segurança e do sistema financeiro global. A decadência relativa do hegêmona, somada à ascensão de desafiantes levaria o sistema à competição inter-hegemônica e à instabilidade. Embora não se identifique como um defensor dessa proposição, Giovanni Arrighi tem um posicionamento parecido, ao considerar que os períodos de transição entre os chamados “ciclos sistêmicos de acumulação capitalista” (ciclos liderados por hegêmonas) são pautados pelo acirramento da competição interestatal e pelo caos

sistêmico (ARRIGHI, 1996; ARRIGHI et al., 1999). As ideias de Arrighi serão melhor desenvolvidas em um momento posterior.

Já John Mearsheimer (2001, 2014) propõe o realismo ofensivo, segundo o qual todos os estados buscam maximizar poder e se tornar hegemônicas. Assim, a ascensão de uma nova potência — desafiante — provocaria o balanceamento (contenção) por parte da potência estabelecida. Para este autor, quanto mais polos tem o sistema, mais instável ele é. Assim, embora tenha proposto que a unipolaridade (para ele, equivalente à hegemonia) global é apenas uma categoria teórica, a hegemonia regional dos Estados Unidos em sua região ofereceria o exemplo de que esse tipo de polaridade é o mais estável de todos (MEARSHEIMER, 2001, 2010).

Para outros acadêmicos, como Kenneth Waltz (1979, 1993), a tendência do sistema internacional é se tornar bipolar, pelo fato de que o Estado tende a ser balanceado pela associação dos Estados mais fracos. Por isso, a tendência é que o desequilíbrio de poder seria compensado por alianças balanceadoras, devolvendo o equilíbrio ao sistema, de modo que a bipolaridade seria mais estável e, portanto, preferível à unipolaridade.

Stephen Walt (1985), por sua vez, lançou o conceito de Balança de Ameaça (*balance of threat*), colocando em foco as intenções e percepções dos estados, em detrimento do simples balanço de capacidades. Ao contrário de Waltz, ele pondera que o Estado mais forte pode ser tanto balanceado quanto receber a adesão de outros Estados. Ainda assim, ele concorda com Waltz de que a bipolaridade é mais estável que a unipolaridade, ao afirmar que o predomínio do balanceamento torna o sistema mais estável que o do *bandwagoning*.¹⁰¹

Henry Kissinger reconheceu que um sistema multipolar balanceado, liderado pela maior potência — um *primus inter pares* — mais especificamente a “pentarquia”, pode cumprir com relativo sucesso o papel de manutenção da ordem no sistema internacional. Originalmente, o concerto europeu de 1815, vigente pela maior parte do século XIX, pode ser considerado pentárquico — com a liderança inglesa em uma hegemonia coletiva, da qual também participavam, Áustria, Prússia, Rússia e França. Ele próprio — enquanto Secretário de Estado dos Estados Unidos — contribuiu para a formação de uma pentarquia liderada pelos Estados Unidos e com a participação da Europa Ocidental, do Japão, da China e da União Soviética (KISSINGER, 1994; PARKER, 2014). Contudo, ele ressalva que a hegemonia coletiva só se torna estável havendo um equilíbrio entre legitimidade e poder.

¹⁰¹ De acordo com Walt (1985), isso se dá porque, enquanto o balanceamento desencoraja o comportamento agressivo por parte das potências, o *bandwagoning* premia as potências mais assertivas e potencialmente perigosas.

Sendo assim, quando os países do sistema tendem a focar-se mais em um dos elementos em detrimento do outro, aumenta a probabilidade de instabilidade (KISSINGER, 2014).

Nota-se, portanto, que além da disputa sobre qual é o tipo de polaridade mais estável (uni, bi e multipolar) há também o debate sobre como se dá a disputa entre as grandes potências. Naturalmente, a transformação da polaridade, com a ascensão ou decadência de potências, oferece um grande indicativo dos posicionamentos dos autores citados a respeito de como se dá a transição sistêmica.

4.2 Perspectivas para a evolução do ambiente regional

Como já pontuado anteriormente, um dos desafios deste capítulo é explorar possíveis decorrências da ascensão da China para o ambiente regional do Leste Asiático. A partir do que foi exposto e da produção acadêmica já existente a respeito do tema, dividem-se as perspectivas possíveis a partir de uma questão inicial: se a ascensão chinesa e a decadência estadunidense produzirão o acirramento ou a redução das tensões entre Pequim e Washington e do envolvimento crescente dos demais países da região nessas tensões.

No caso do acirramento, do ponto de vista conceitual, haveria duas perspectivas possíveis: a reedição de uma Guerra Fria, utilizando como base para a projeção o padrão sistêmico da rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética no pós-Segunda Guerra Mundial; ou a escalada das tensões para uma guerra central, que oponha frontalmente as duas principais potências da região, com o envolvimento dos demais países.

No caso da redução ou abrandamento das tensões, considera-se uma nova divisão: o surgimento da hegemonia da China ou de uma neo-hegemonia dos Estados Unidos, fruto da “vitória” de um deles na competição pacífica¹⁰² pela liderança regional; ou o surgimento de novas instituições de governança que acomodem um sistema regional multipolar.

A possibilidade de que o abrandamento das tensões aconteça mesmo com a manutenção de uma ordem bipolar é improvável. Isto porque a tendência é que, nas elites de China e EUA, exista a preponderância da visão de que há de fato uma rivalidade estratégica. As percepções de ameaça mútua tendem a ser predominantes. Por outro lado, se o sistema regional conta com mais polos, o comportamento de China e Estados Unidos se torna moderado. Isto porque dificilmente outros polos poderiam competir diretamente, seja com os

¹⁰² É importante destacar que por pacífico, considera-se a ausência de guerra central.

EUA, seja com a China — ao mesmo tempo em que possuiriam menor interesse na formação de dois blocos antagônicos que diminuiria sua capacidade de autonomia estratégica.

Se considerarmos a ocorrência de uma hegemonia da China ou dos Estados Unidos sobre a região, considera-se que isto implica não apenas a superioridade de um sobre o outro como a adesão ou aceitação dos demais, visto que a tendência é de que uma liderança puramente baseada na dominação ou “tirania” aumenta a instabilidade do sistema e ameaça a própria sustentabilidade da liderança (ARRIGHI, 1996; YAN, 2011).

Considerado o surgimento de novas instituições de governança, destacam-se duas alternativas de premissas semelhantes, mas operacionalizações completamente diferentes: a Ordem Securitária Consociacional, proposta por Acharya (2014), um sistema baseado na ausência de uma hegemonia ou hierarquia institucional, mas na interdependência econômica, política e securitária; e o concerto ou condomínio de potências, no qual China, Estados Unidos e possivelmente outras potências regionais firmariam um acordo (escrito ou tácito) sobre como estabelecer limites e mecanismos de governança que garantam o reconhecimento mútuo das suas posições de proeminência regional e garantam uma competição interestatal sem escalada de tensões.

Diante da competição entre China e Estados Unidos, uma das possibilidades que emerge é de que uma das duas potências consiga sobrepor-se à outra sem a ocorrência de uma guerra central, tornando-se hegemona regional no Leste Asiático. Considerado o papel de centralidade das economias do Leste Asiático para o desenvolvimento do capitalismo global, a tendência é que qualquer definição regional tenha impactos globais de grande magnitude.

4.2.1 Liderança/hegemonia

Cabe o esclarecimento de que se utiliza neste trabalho, o conceito de hegemonia formulado por Giovanni Arrighi (1996, 2005a, 2005b). Segundo o autor, hegemonia:

[...] refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governança sobre um sistema de nações soberanas. [...] Esse poder é algo maior e diferente da ‘dominação’ pura e simples. É o poder associado à dominação, ampliado pelo exercício da ‘liderança intelectual e moral’. [...] É uma reformulação da concepção de Maquiavel sobre o poder como uma combinação de consentimento e coerção. A coerção implica o uso da força ou uma ameaça de força digna de crédito; o consentimento implica a liderança moral. [...] A dominação será concebida como primordialmente fundamentada na coerção; a hegemonia, por sua vez, será entendida como o poder adicional que é conquistado por um grupo dominante, em virtude de colocar num plano ‘universal’ todas as questões que geram conflito. [...] Um Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o sistema

de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral. [...] Historicamente, os Estados que aproveitaram com êxito essa oportunidade fizeram-no reconstituindo o sistema mundial em bases novas e mais amplas, restabelecendo assim uma certa medida de cooperação interestatal. Em outras palavras, as hegemonias mundiais não ‘ascenderam’ e ‘declinaram’ num sistema mundial que se tenha expandido independentemente, com base numa estrutura invariável, definida desta ou daquela maneira. Ao contrário, o sistema mundial moderno se formou e se expandiu com base em recorrentes reestruturações fundamentais, lideradas e governadas por sucessivos Estados hegemônicos. (ARRIGHI, 1996, p. 27-31).

De certa forma, percebe-se uma similaridade com a forma pela qual Yan Xuetong (2011) expõe o conceito de hegemonia, a partir dos escritos do filósofo chinês clássico Xunzi. Segundo Xunzi, há três formas de exercício do poder: a autoridade humana, a hegemonia e a tirania. Desse modo, dialogando com o conceito “arrighiano” de hegemonia, temos que a autoridade humana baseia-se mais no consentimento; a tirania, na coerção; a hegemonia combinaria os dois elementos.

4.2.1.1 Liderança Chinesa

Nessa perspectiva, a ascensão atual da China tornaria o país o centro das relações internacionais asiáticas, garantindo que este país tenha proeminência sobre os demais, sem que qualquer outra potência possa lhe fazer frente. Mesmo o balanceamento ou a contenção estadunidense e de outras potências pouco poderiam fazer para evitar a consumação da liderança regional chinesa.

Há três principais argumentos que sustentam esta tese. O primeiro é que o papel econômico da China é cada vez mais forte e tenderá a aprofundar as relações com os demais países da região. Já outros autores citam a existência de uma herança político-social confuciana comum, remanescente do sistema tributário liderado pela China até 1911 (HUNTINGTON, 1997; KANG, 2003; KHANNA, 2008). Este segundo argumento é frequente associado à ideia de que uma China forte e que lidere a região será fundamental para a estabilidade e a prosperidade da Ásia (HUNTINGTON, 1997; KANG, 2003; KHANNA, 2008). Esse elemento seria corroborado pela atuação responsável da China no contexto regional, quase sempre buscando evitar maiores provocações e crises. Por fim, o próprio enfraquecimento relativo dos Estados Unidos e sua perda de capacidade de atuação regional colocariam a China como o país mais forte da região, o que acarretaria a aceitação da liderança chinesa como inevitável.

Cabe, inicialmente, descrever como os expoentes dessa corrente defendem seu ponto e fazer considerações a respeito dos seus posicionamentos. Em seu famoso — e não menos controverso — “O choque de civilizações”, Huntington analisa o sistema internacional pós-Guerra Fria sob a perspectiva de que a política internacional seria pautada pelos embates intercivilizacionais. Constata-se, no entanto, que, ao verificar-se o mapa civilizacional proposto pelo autor, as civilizações coincidem, *grosso modo*, com regiões — ou o que Buzan e Wæver vieram a chamar de “Complexos regionais de segurança” (BUZAN; WÆVER, 2003; HUNTINGTON, 1997).

No caso do Leste Asiático, com a ascensão econômica que caracterizou a região a partir, especialmente, dos anos 1970, as lideranças políticas passaram a se sentir mais capazes de repelir as tentativas externas de interferência nos sistemas políticos e sociais domésticos e, nesse sentido, os valores políticos e sociais comuns constituiriam um elemento de agregação. Como maior país da região, política, econômica e militarmente, em franca ascensão, e ao compartilhar de valores comuns ao restante da região, a China seria um líder natural. Nesse contexto, a China teria todas as condições para se tornar o “Estado-Núcleo” da “civilização sínica” (HUNTINGTON, 1997).

Central para esses autores é a percepção de que a liderança ou hegemonia regional da China não se refere unicamente ao estado chinês. Estabeleceu-se no Leste Asiático uma rede de “chineses de ultramar”: divididos entre *zhongguoren* (chineses nascidos na China — nesse caso, emigrantes) e os *huaren* (chineses étnicos nascidos fora da China) (HUNTINGTON, 1997; PINTO, 2000). Esses chineses, estabelecidos nos países da região, firmaram-se como parte das elites econômicas, colocando-se em posições importantes da rede de subcontratação japonesa no Leste Asiático (ARRIGHI, 1997; HUNTINGTON, 1997; PINTO, 2000).

No começo da década de 90, os chineses representavam um por cento da população das Filipinas, mas respondiam por 35 por cento das vendas das empresas de propriedade nacional. Na Indonésia, em meados da década de 80, os chineses eram de dois a três por cento da população, porém eram donos de cerca de 70 por cento do capital privado doméstico. Dezesete das 25 maiores empresas eram controladas por chineses, e consta que um conglomerado chinês respondia por cinco por cento do PNB da Indonésia. No início dos anos 90, os chineses formavam 10 por cento da população da Tailândia, mas eram donos de nove dos 10 maiores grupos empresariais e respondiam por 50 por cento do seu PNB. Os chineses são cerca de um terço da população da Malásia, porém dominam quase totalmente a economia do país. (HUNTINGTON, 1997, p. 212).

Quando houve a abertura da economia chinesa através das Zonas Econômicas Especiais, eles tomaram a frente do investimento estrangeiro, inaugurando a terceira fase da

expansão econômica do Leste Asiático, não apenas pela grande capacidade de investimento, como também pela maior proximidade cultural (ARRIGHI, 1997, 2007; HUNTINGTON, 1997; PINTO, 2000).¹⁰³ Segundo Arrighi:

Os chineses de ultramar [...] podiam atalhar a maior parte das regras, graças à familiaridade com os costumes locais, com os hábitos, a língua, à manipulação dos laços de parentesco e de comunidade — que eles fortaleceram mediante generosas doações a instituições locais e ao tratamento preferencial recebido dos oficiais do PCCh. Logo, enquanto as corporações estrangeiras continuavam reclamando sobre o ‘ambiente de investimentos’, os empreendedores chineses começaram a se mudar de Hong Kong para Guangdong quase tão depressa (e ainda mais massivamente) quanto eles se mudaram de Xangai para Hong Kong quarenta anos antes. (ARRIGHI, 2007, p. 352, tradução nossa).¹⁰⁴

Nos seus países de origem, a partir do poderio econômico e, em alguns casos, da própria proporção de chineses étnicos no conjunto da população, eles passaram a exercer influência política. Ao participarem de forma direta do processo de desenvolvimento econômico da China, lá também ganharam influência política (ARRIGHI, 1997; 2007).

Para Huntington (1997), embora a ascensão da China seja vista com alguma apreensão pelos demais países da região e haja uma tendência de contrabalanceamento direto por parte dos Estados Unidos, é mais provável que os primeiros venham a se acomodar à hegemonia chinesa, muito em virtude da cultura política predominante na região, na qual a hierarquia e a aliança com o mais forte são traços destacados. Embora não descarte a hipótese de balanceamento, ele afirma que: “[...] o mais provável [...] é que o passado da Ásia seja o futuro da Ásia.” (HUNTINGTON, 1997, p. 408).

Parag Khanna (2008), ex-assessor de relações internacionais do atual Presidente estadunidense, Barack Obama, também adere à visão de que a China é um hegêmona natural do Leste Asiático. Na sua visão, isso se dá em virtude de diversos fatores. A economia chinesa exerce uma força gravitacional, de modo que a China tornou-se a principal parceira comercial de todos os países da região. O perfil político-social dos países do Leste Asiático também os aproxima da China. A democracia ocidental não seria um modelo atraente, e sua imposição pelos Estados Unidos e pelos outros países ocidentais seria mal vista.

¹⁰³ Pondero que não se deve concentrar a explicação sobre a ascensão da China nos elementos culturais. Argumento, contudo, que não se pode desconsiderar a importância deste fator em certas questões políticas e econômicas regionais.

¹⁰⁴ No original: “The overseas Chinese, in contrast, could bypass most regulations, thanks to familiarity with local customs, habits, and language, to the manipulation of kinship and community ties—which they strengthened through generous donations to local institutions—and to the preferential treatment that they received from CCP officials. Thus, while foreign corporations kept complaining about the “investment climate,” Chinese entrepreneurs began moving from Hong Kong into Guangdong almost as fast as (and far more massively than) they had moved from Shanghai to Hong Kong forty years earlier”

Tudo isso tem provocado profundas alterações no posicionamento dos países da região. Os principais exemplos citados pelo autor são Cingapura e Austrália. Durante a Guerra Fria, a cidade-estado, cuja maior parte da população é composta por chineses étnicos, afastou-se da China continental, como a maior parte dos países do Sudeste Asiático. Até os laços culturais com a China passaram a ser minimizados. Após o início das reformas, houve uma forte aproximação econômica com Cingapura, provocando uma reversão do quadro: a visão de Cingapura como uma das quatro Chinas deixou de ser recusada para ser fomentada. Já no caso da Austrália e sua tradicional anglofilia, a aproximação com a China enquanto mantém uma aliança com os Estados Unidos provocou uma “esquizofrenia” na política externa (KHANNA, 2008).

Cabe destacar que nenhum desses autores considera a ausência de reações negativas à ascensão da China. O que todos colocam, de forma comum, é que nenhum ator regional, com exceção dos Estados Unidos, parece realmente interessado em contrapor-se à China. Mais do que isso, parece haver uma aceitação de que a ascensão da China é inevitável e até desejável, tendo em vista os grandes benefícios econômicos que trouxe para a região. Em outros termos,

A maior parte da população mundial se localiza em países asiáticos que estão familiarizados com o passado desigual da China — mas também mais aclimatados ao seu potencial futuro. Eles não apenas se resignaram quanto à inevitável ascensão da China, como também passaram a ver com bons olhos os benefícios que ela trará na forma de produtos mais baratos, mercados mais integrados e orgulho regional (KHANNA, 2008, p. 32, tradução nossa).¹⁰⁵

A favor dessa corrente conta o enorme poderio econômico chinês, capaz de centralizar boa parte do comércio regional e oferecer cada vez mais investimentos aos países da região — particularmente em infraestrutura, uma área crítica para os países do Sul e Sudeste Asiático. Há, por outro lado, a possibilidade de que a integração econômica exacerbe uma rivalidade com a China, devido à abertura de mercados de países cujas empresas sejam menos competitivas do que as chinesas.

A partir da mudança no perfil da política externa chinesa — “de manter o baixo perfil” para “buscar realizações” — os países da região tem aderido às iniciativas chinesas (YAN, 2014). Outro traço importante, apontado por Yan (2014), é que a China tenderá a priorizar países que apoiem seus interesses e iniciativas, ao contrário da tônica da política de

¹⁰⁵ No original: “Most of the world’s population lies in Asian countries that are acutely familiar with China’s uneven past—but also more acclimated to its future potential. They have not only resigned themselves to China’s inevitable rise, they have also come to welcome the benefits that it will bring in the form of cheaper goods, more integrated markets, and regional pride”.

baixo perfil. Este impulso poderá forçar os países da região a tomar posição, favorecendo o surgimento de uma rede de aliados chineses ou países que anuem à hegemonia chinesa, especialmente em um período de afastamento estadunidense do Leste Asiático.

A herança cultural comum por si só é um argumento frágil para explicar a adesão dos Estados do Leste Asiático à China. Desde a Guerra Fria, o comportamento de muitos desses países tem mostrado a priorização do interesse nacional. Por essa razão, há uma compreensão geral de que o ideal seria o balanceamento da China — em que pese que haja rejeição a políticas de contenção e que provoquem instabilidade regional.

4.2.2 Acirramento das tensões e escalada dos conflitos como fenômeno inevitável

Esta perspectiva considera que o acirramento das tensões entre China e Estados Unidos é inevitável. Há uma divisão: uma vertente considera que as tensões escalarão para um conflito regional — e potencialmente global. Outra parte dos autores considera a possibilidade de uma nova “Guerra Fria”, desta vez entre esses dois países.

O acirramento das tensões provocaria o aumento da pressão das potências rivais sobre os países do Leste Asiático. Nesse caso, a pressão de ambos os países acabaria por romper a ambiguidade estratégica predominante entre os atores regionais, forçando-os a optar por um dos lados, de modo que se formam blocos oponentes conforme a escalada das tensões.

Fazem-se necessárias algumas considerações sobre as razões que levariam a um aumento das tensões regionais a partir da ascensão da China. Primeiramente, trata-se do caso da ascensão da China como elemento de instabilidade; depois, pondera-se que a estratégia global dos Estados Unidos no período pós-Guerra Fria fracassou e que o país ainda não tem um plano claro para lidar com a ascensão de novos atores globais e com seu próprio declínio relativo. Disso resultou o ímpeto puro e simples de evitar a ascensão de novas potências regionais e globais. Por fim, afirmamos que embora nenhum dos demais países da região busque antagonizar China ou Estados Unidos, as relações econômicas ou estratégicas que possuem com cada um deles os torne suscetíveis às pressões das duas potências.

4.2.2.1 A ascensão da China como elemento de ameaça: teoria e prática

Existem diversos argumentos que procuram sustentar que a ascensão da China terá efeitos desestabilizadores no Leste Asiático e no sistema internacional de modo geral. Alguns autores atribuem a potencial instabilidade a um comportamento natural dos Estados

ou do sistema. Outros, por sua vez, afirmam que a China, conforme se torna mais poderosa, tende a adotar um comportamento mais assertivo e mesmo expansionista. Por fim, há quem afirme que a política explícita de balanceamento adotada pelos Estados Unidos pressiona os chineses a responder na mesma moeda.

O debate foi lançado ainda no início da década de 1990, na esteira do final da Guerra Fria. Aaron Friedberg (1994) escreveu que o fim da bipolaridade ocasionaria o desengajamento das forças estadunidenses ao redor do mundo. O resultado desse processo não seria a unipolaridade, mas a criação de subsistemas regionais sem hegêmonas definidos: uma “multi-multipolaridade” (FRIEDBERG, 1994, p. 6).

No caso da Ásia, o desengajamento estadunidense possibilitaria o surgimento de uma intensa competição entre as potências (China, Índia, Japão e Rússia) e os demais países. As diferenças culturais e de sistemas políticos, as disputas territoriais, as rivalidades históricas e a ausência de instituições multilaterais são fatores que tornariam a região “pronta para a rivalidade”¹⁰⁶, isto é, para o conflito. A integração econômica regional teria o potencial de fomentar as rivalidades, visto que haveria o desafio de conciliar os interesses de todos os países (FRIEDBERG, 1994).

O “retorno” dos Estados Unidos ao Leste Asiático, a partir do relatório Nye (EUA, 1995) e do reavivamento das alianças bilaterais do país na região acabaram lançando por terra a ideia da “multi-multipolaridade”, dando lugar à crença no “momento unipolar” e na busca pela primazia estadunidense (e.g. LIEBER; PRESS, 2006; POSEN, 2003; WOHLFORTH, 1999). A aposta na consolidação do momento unipolar, entretanto, não foi bem-sucedida. Isso se derivou da ascensão de novas potências, como a China, e da incapacidade da superpotência de manter uma hegemonia global — incorrendo no risco de “estiramento” (KENNEDY, 1989). Após a controversa Guerra ao Terror, os Estados Unidos não demonstraram ter qualquer tipo de estratégia para acomodar-se à ascensão de novas potências. Embora fosse esperado que o governo de Barack Obama pudesse oferecer um caminho para os Estados Unidos em um mundo multipolar, isso não ocorreu. Ainda pior, como postulado por Cepik e Martins (2014), diante da falta de definição sobre sua Grande Estratégia, sua Política Externa e de Segurança está sendo ditada por conceitos operacionais e por fatores táticos, como novos armamentos, colocando o fazer da guerra no comando da política.

¹⁰⁶ Traduzido do título original do artigo de Friedberg (1994), “Ripe for Rivalry”.

Assim, por falta de oponentes à altura, a visão ditada pelos grupos neoconservadores permaneceu predominante. Para os neoconservadores, o elemento central da política estadunidense continua sendo a manutenção do momento unipolar, à custa da contenção¹⁰⁷ de possíveis desafiantes à hegemonia estadunidense (KAGAN, 2012, 2014; PILLSBURY, 2014).

Desse modo, a ascensão de novas potências, como a China, não criaria desafios entre países de uma determinada região, mas ameaçariam a posição da maior potência do sistema internacional. Foi nesse contexto que surgiram diversos trabalhos afirmando que a ascensão da China traria consigo a rivalidade sino-estadunidense e, conseqüentemente, uma guerra central.

Para o realismo ofensivo, propugnado por John Mearsheimer (2001), o comportamento dos Estados é o de maximizar poder, com o objetivo de se tornar o mais poderoso do sistema. Para ele, só existem hegêmonas regionais, não globais, tendo em vista a impossibilidade de se dominar todo o sistema. Desse modo, tornar-se o Estado mais poderoso do sistema implica estabelecer uma hegemonia regional, eliminando qualquer tipo de ameaça direta ao seu território, ganhando liberdade de atuação no restante do globo. Assim, seu objetivo passa a ser impedir a ascensão de outros hegêmonas regionais.

Desta maneira, a partir dos seus postulados, Mearsheimer (2010, 2014) prevê que tanto os Estados Unidos se esforçarão para conter a ascensão chinesa, quanto a China, ao adquirir maiores capacidades, buscará se estabelecer como hegêmona regional e expulsar os Estados Unidos da Ásia. A competição entre um hegêmona em declínio relativo e um desafiante em ascensão desencadearia uma guerra central. Segundo o autor, não se trata das intenções da China ou dos Estados Unidos especificamente, pois esta competição é causada por um comportamento inerente à natureza dos Estados.

A posição dos demais estados da região, segundo o autor, será a de apoiar os Estados Unidos. Isso se deve ao fato de que a crescente capacidade de projeção de forças da China — neste caso, a sua Marinha — será vista com temor pelo restante do Leste Asiático. A adesão aos Estados Unidos seria uma forma de garantir o balanceamento do poder chinês e evitar a hegemonia regional (MEARSHEIMER, 2010, 2014).

Os posicionamentos mais recentes de Aaron Friedberg também vão nesse sentido. Ele afirma que as diferenças de interesses entre China e Estados Unidos são irreconciliáveis. Enquanto os chineses buscam estabelecer uma hegemonia regional, os estadunidenses têm

¹⁰⁷ Por contenção, utilizo o conceito original, cunhado por George Kennan, em 1947.

como objetivo axiomático evitar que qualquer potência hipoteticamente hostil — o que Friedberg considera verdadeiro no caso da China — domine qualquer uma das pontas da Eurásia. Logo, qualquer quadro regional formulado a partir de uma convivência pacífica entre China e Estados Unidos é impossível e quaisquer políticas de aproximação com a China tenderiam a fracassar (FRIEDBERG, 2012).

Friedberg é um dos principais nomes do *establishment* republicano de política externa e segurança nacional, tendo sido assessor do então vice-presidente Dick Cheney entre 2003 e 2005 e do candidato Mitt Romney nas eleições presidenciais de 2012. Desse modo, infere-se que suas opiniões a respeito da China tenham peso em uma futura presidência republicana (caso o partido vença em 2016) ou mesmo na atual legislatura do congresso estadunidense, dominada pelo partido.

Há também autores como Kagan (2012, 2014) e Pillsbury (2014) que repetidamente afirmam que os Estados Unidos devem buscar a manutenção do seu status enquanto única superpotência mundial e a contenção de desafiantes antidemocráticos e que não compactuam com a ordem liberal construída pelos Estados Unidos.

De fato, os principais propositores da inevitabilidade de um conflito entre China e Estados Unidos estão nas fileiras dos neoconservadores e/ou republicanos dos Estados Unidos. Não se pode ignorar, entretanto, que há também uma parcela de acadêmicos e políticos chineses que defende uma postura mais dura com relação aos Estados Unidos (KAPLAN, 2014; KISSINGER, 2011; SHAMBAUGH, 2013).

Uma das principais razões pelas quais o governo Hu Jintao acabou em crise, inclusive propiciando a ascensão de figuras como Bo Xilai, como descrito no primeiro capítulo, deveu-se à percepção de parte das forças armadas, dos grupos políticos e da população de que o governo chinês deveria ser mais assertivo na defesa dos interesses do país. Há também a acusação de que a China tenderá a ser um *bully*, utilizando seu maior poder para pressionar os demais estados da região, particularmente ao adotar posturas ameaçadoras em disputas territoriais e mesmo ocupar territórios em disputa. Essa corrente propõe que o aumento do poder chinês conduzirá, inevitavelmente, ao aumento da assertividade por parte da China. Seria um processo retroalimentado: quanto maior o poder, maior a inclinação a exercer o poder. Nesse sentido, os Estados Unidos, como superpotência responsável e mantenedora da ordem, deve conter a China (PANDA, 2014; PEI, 2012).

Se nos basearmos nas teorias de balanceamento, como as lançadas por Waltz (1979) e Walt (1985), é possível prever o antagonismo entre a potência decadente — Estados Unidos — e a potência ascendente — China. O próprio Walt tem se posicionado em

concordância com Mearsheimer e com os teóricos que prevêem a escalada para uma guerra central entre os dois países (e.g. WALT, 2013). Quanto ao comportamento dos demais países da região, esta questão não está clara. Chan (2010)—, por exemplo, argumenta que os países do Leste Asiático não estão balanceando a China, tampouco os Estados Unidos.

4.2.2.2 Como a rivalidade pode escalar para uma guerra sino-estadunidense?

Considera-se que há pelo menos cinco cenários possíveis para uma escalada das tensões para um conflito entre China e Estados Unidos. São eles: Coreias, Taiwan, Japão (Mar do Leste da China), Mar do Sul da China (Vietnã, Filipinas ou bloqueio naval da China) e Índia (diretamente, ou através do Paquistão). Nada impede que ocorram conflitos nesses cenários de forma simultânea — na verdade, isso é até provável — o que aumenta potencialmente os riscos de instabilidade regional. Além disso, embora se trabalhe principalmente com um confronto direto sino-estadunidense, não se pode descartar o confronto de um dos dois países contra *proxies*.

O primeiro é o da Península Coreana, no caso de um confronto armado entre as Coreias. Os acordos de defesa assinados por China e Estados Unidos forçariam ambos a lutar por Norte e Sul, respectivamente. Em que pese a constante ofensiva midiática e retórica do Ocidente — mais especificamente dos Estados Unidos — contra a Coreia do Norte, desde a última crise, em 2013, as tensões entre Norte e Sul tem sido apaziguadas. É também notória tanto a aproximação da Coreia do Sul com a China quanto os frequentes estranhamentos entre a China e a Coreia do Norte.

No caso de Taiwan, já aconteceram três crises: em 1954, 1958 e 1995-96. Nas duas primeiras, o uso da força por parte da China continental ocorreu em resposta à possibilidade de agressão por parte de Taiwan e dos Estados Unidos (invasão e ataque nuclear, respectivamente). A terceira crise girou em torno da ameaça de declaração de independência por parte do novo presidente eleito da ilha. Uma quarta crise poderia ter ocorrido nos anos 2000, durante o governo de Chen Shui-Bian, simpático à independência. Em resposta, em vez da crise, a China continental promulgou uma lei antissecessão, que prevê o pronto uso das forças armadas para retomar qualquer porção território chinês sobre a qual seja proclamada independência. Inegavelmente, esta medida trouxe maior previsibilidade sobre as ações continentais no estreito e, portanto, maior garantia de estabilidade.

Assim, fica claro que a probabilidade maior de uma guerra no estreito de Taiwan é no caso da declaração de independência por grupos políticos da ilha. Não se pode descartar

um conflito a partir de uma invasão continental unilateral, mas propõe-se que isso decorreria de uma intensa radicalização da política do continente para a ilha. Apesar de ter relações oficiais com o continente, os Estados Unidos mantêm relações extraoficiais com Taiwan, mantendo comércio, inclusive de armas. A grande questão é se os Estados Unidos teriam intenção e capacidade de se envolver numa guerra para impedir a unificação de Taiwan.

Já as relações com o Japão foram pautadas pela oscilação durante todo o período pós-Guerra Fria, atingindo o nível mais baixo entre 2012 e 2014. Nesse período, houve provocações de parte a parte como patrulhas militares nos territórios em disputa (ilhas Diaoyu/Senkaku) e a criação, pela China, de uma Zona de Identificação de Defesa Aérea. O histórico recente dá conta de que essa disputa é um instrumento perigoso, capaz de reverter qualquer tendência de aproximação entre os dois países. Os Estados Unidos já afirmaram em diversas oportunidades que as ilhas fazem parte do Tratado de Segurança com o Japão e que poderiam intervir a favor de Tóquio. Apesar disso, este pode ser apenas um elemento retórico, pois não se sabe com certeza se os Estados Unidos entrariam em um conflito ao lado do Japão pelas ilhas Diaoyu/Senkaku (MANYIN, 2013).

As relações da China com a Índia, como descritas no capítulo anterior, são bastante complexas. Não obstante as cada vez mais importantes relações econômicas e políticas em âmbito global, as disputas territoriais (Aksai Chan e Arunachal Pradesh) oferecem potenciais riscos de escalada para um conflito. A rivalidade em torno do Tibete causou o conflito de 1962, mas hoje a questão está adormecida, ao menos no nível dos estados. Ainda em 2014, como afirmado no capítulo anterior, ocorrem escaramuças eventuais quanto ao ingresso de tropas dos dois exércitos no território do outro país.

A rivalidade entre Índia e Paquistão também apresenta alguma possibilidade de envolvimento por parte da China. Pequim e Islamabad têm uma sólida cooperação na área de defesa, incluindo desenvolvimento e venda de armamentos. Isso, entretanto, não se traduziu em aliança. Considerado o último conflito indo-paquistanês, a Guerra de Kargil (1999), a China adotou uma postura neutra e tentou convencer os paquistaneses a retirar suas tropas — isto após apenas um ano de um teste nuclear indiano, supostamente direcionado à China (MALONE, 2011). Naturalmente, considerado o papel balanceador do Paquistão com relação à Índia, é razoável pensar que a China interviria em favor do primeiro sob determinadas condições, se houvesse um risco à existência do estado paquistanês, por exemplo.

Atualmente, o cenário com maior potencial de escalada de conflitos certamente é o do Mar do Sul da China. A região tem territórios (entre ilhas, recifes e bancos de areia) disputados por diversos países. O Mar do Sul da China também é parte fundamental das

Linhas Marítimas de Comunicação do Leste Asiático. Pelos estreitos ali presentes, passam grande parte dos recursos energéticos e de todo o comércio (importação e exportação) do Leste Asiático. Um bloqueio naval à China teria o potencial de forçar este país a entrar em guerra. Outro fator torna a competição territorial ainda mais acirrada: as enormes reservas de hidrocarbonetos. Como afirma Kaplan (2014), o Mar do Sul da China é o “caldeirão da Ásia”: o cenário com as tensões mais acirradas e o mais provável local para uma escalada de conflito na Ásia.

4.2.2.3 Quais as possibilidades de uma “Guerra Fria”?

O acirramento das tensões entre China e Estados Unidos traz à tona questionamentos sobre o surgimento de uma nova Guerra Fria. A partir do que foi debatido neste trabalho, esta hipótese não parece viável. A partir do modelo teórico da Guerra Fria, são destacadas algumas características daquele período e comparadas com o período atual, para melhor analisar o mérito da questão.

Primeiramente, a Guerra Fria foi basicamente um confronto entre dois Estados que representavam dois blocos estáveis e antagônicos, baseados em dois sistemas políticos, sociais e econômicos bastante diferentes e definidos como rivais. O equilíbrio nuclear foi a tônica do período, de modo que se criou um impasse militar. A competição, portanto, deu-se de outras formas, como a conquista de zonas de influência e a corrida armamentista.

Portanto, pode-se definir a Guerra Fria como um embate entre Estados Unidos e União Soviética, entre seus respectivos blocos de aliados e entre capitalismo e socialismo. No caso dos Estados Unidos e da China de hoje, há diferenças entre os sistemas políticos, sociais e econômicos dos dois países, mas não se pode dizer que operam atualmente em dois blocos. Ambos convivem no mesmo sistema econômico e financeiro internacional. A possibilidade de alteração desse quadro dependeria do surgimento de um sistema econômico e financeiro baseado no yuan (renminbi) e sua coexistência com o sistema baseado no dólar. Além disso, suas interações culturais¹⁰⁸ e sociais são mais substantivas do que jamais foram entre União Soviética e Estados Unidos.

Os padrões de aliança da Guerra Fria eram estáveis, com poucas variações. A mais importante delas foi justamente a reaproximação sino-estadunidense. O perfil atual de polarização atual do Leste Asiático é diferente: os países da região adotam alinhamentos

¹⁰⁸ Basta verificar, por exemplo, que há cerca de cem Institutos Confúcio, patrocinados por uma fundação filiada ao Ministério da Educação da China, em pleno território estadunidense (HANBAN, 2015).

seletivos com relação a China e Estados Unidos e, eventualmente, às demais potências, com o objetivo de manter sua margem de manobra político-diplomática. Não se descarta, no entanto, que o aumento da pressão de China e Estados Unidos sobre os países da região para se aproximarem ou distanciarem de uma potência ou da outra possam forçar a criação de grupos de aliança regional.

Tanto Estados Unidos como União Soviética eram países emergentes na primeira metade do século XX. O resultado da Segunda Guerra Mundial — sem ignorar o terrível saldo em perdas humanas e materiais — alçou os dois países ao posto de maiores potências do sistema internacional. Nisso, portanto, difere-se a relação de poder entre soviéticos e estadunidenses da relação de poder entre chineses e estadunidenses. Na segunda, há uma potência hegemônica em decadência e uma potência em ascensão.

Mearsheimer (2014) adiciona o fato de que o centro de gravidade da Guerra Fria localizava-se no continente europeu. Em outros termos, havia uma enorme faixa de terra (mais o Oceano Atlântico) que separava, na prática, Estados Unidos e União Soviética. No caso da rivalidade sino-estadunidense, como afirmado anteriormente, há uma série de pontos em que o embate direto é factível.

Entretanto, o traço mais fundamental da Guerra Fria tenha sido o impasse nuclear. De acordo com Richard Betts (1986), a superioridade estadunidense frente aos soviéticos no número de armas nucleares jamais garantiu invulnerabilidade. Também nunca houve a garantia de que um primeiro ataque que desarmasse o inimigo poderia ser bem-sucedido. Dada a capacidade destrutiva destas armas, surgiu a expressão Mútua Destruição Assegurada (MAD, por sua sigla em inglês) para definir o impasse nuclear.

O aprimoramento de sistemas antimísseis e a possibilidade de destruir o arsenal nuclear de outra potência com um ataque preemptivo inauguraram o debate em torno da primazia nuclear. Por essa lógica, um Estado teria a capacidade de inutilizar os arsenais nucleares dos demais em um primeiro ataque, sem que os mísseis tenham sido sequer lançados, impedindo um segundo ataque retaliatório (LIEBER; PRESS, 2006). Para se contrapor à perspectiva da primazia nuclear, os demais Estados precisam garantir suas capacidades de segundo ataque. De acordo com Ávila, Martins e Cepik (2008) somente seriam polos do sistema internacional aqueles Estados capazes de empreender o segundo ataque nuclear. Por consequência, se um Estado detém primazia nuclear, logo o sistema é unipolar.

O ponto principal do debate é que, como propunham Betts (1986) e Waltz (1990), o impasse nuclear, na figura da MAD, garantiu a paz entre as principais potências. Caso uma

das potências tenha primazia nuclear, a tendência é que tenha incentivos para adotar políticas unilaterais e forçar sua vontade sobre outros Estados por meio da força. Além da instabilidade sistêmica que este cenário poderia produzir, pode haver uma intensa corrida armamentista em que ou se busca a primazia nuclear ou se pretende evitá-la.

O conceito operacional da Batalha Aeronaval¹⁰⁹, debatido no capítulo anterior, replica a lógica da primazia, mas através de um conceito operacional que procura provocar “cegueira”¹¹⁰ estratégica no inimigo. Esta “cegueira” impossibilitaria a resistência e a retaliação, garantindo assim vitória rápida. Esse conceito operacional, contudo, apresenta grande potencial desestabilizador, pois, em vez de forçar o adversário a desistir da luta, poderia forçar medidas extremas de retaliação, como ataques nucleares, mesmo que a capacidade de guiagem dos mísseis tenha sido afetada. Se esta estratégia for de fato direcionada à China, como argumentam alguns especialistas, é provável que a busca pela primazia nuclear — ou pela destruição das armas em terra ou pela destruição das capacidades de Comando e Controle — transforme uma Guerra Fria em uma guerra central.

4.2.3 Equilíbrio de poder e mecanismos de governança

Nesta seção, agrupamos as perspectivas que surgem como decorrência da coexistência de duas condições: a manutenção de um equilíbrio regional de poder multipolar, seguida pela criação de mecanismos de governança, em vez da escalada para uma guerra central. Isto representaria mais do que apenas uma “coexistência pacífica” em uma possível Guerra Fria. Neste caso, haveria apenas um arranjo no qual os dois principais blocos regionais apenas resolveriam elementos de tensão contingencialmente. O quadro proposto é de uma “coparticipação pacífica”, por meio da administração conjunta das questões regionais — e possivelmente globais.

Esta abordagem parte da premissa de que a tendência é de que nenhuma potência regional conseguirá se sobrepor às demais. A partir do equilíbrio bipolar ou multipolar, haveria uma reciprocidade cada vez maior entre os interesses econômicos dos estados do Leste Asiático e a constatação comum de que a manutenção da paz e da estabilidade traz mais benefícios que os resultados de uma possível guerra ou, colocado de outra forma, que os custos da concertação fossem inferiores aos da ocorrência de uma guerra. Desse modo, os

¹⁰⁹ Este conceito lida com a ideia de um “ataque em profundidade com o objetivo de “romper” o sistema de Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (C4ISR); destruir os sistemas de antiacesso e negação de área e derrotar as armas e formações empregadas. (US, 2013).

¹¹⁰ Devido à perda das capacidades de C4ISR.

atores regionais seriam incentivados à concertação e à criação de mecanismos de governança capazes de acomodar a multipolaridade.

Há duas variantes desse pensamento. A primeira é a liderada por Amitav Acharya, para quem a ASEAN, coesa, será capaz de atuar como moderador e pivô em torno da qual poderá se estabelecer a ordem regional, onde a economia e as instituições promoverão o diálogo e a coadministração de um ambiente regional sem hegemonias. Outra vertente, entretanto, considera a existência de uma hierarquia de poder regional, em que a liderança seria exercida por um condomínio de potências (ACHARYA, 2014; SHAMBAUGH, 2005).

4.2.3.1 Ordem Securitária Consociacional

A Ordem Securitária Consociacional é baseada na teoria consociacional, originalmente aplicada para a política doméstica para fortalecer as estruturas de governo em países com diferentes grupos étnicos e culturais. Normalmente o conceito é associado a políticas de *power-sharing* — compartilhamento do poder político entre diferentes grupos. Nas palavras de seu formulador, Amitav Acharya¹¹¹, é “[...] uma relação de acomodação mútua entre grupos desiguais e culturalmente diversos que preserva a autonomia relativa de cada grupo.” (ACHARYA, 2014, p. 159, tradução nossa¹¹²). Ela se diferencia da hegemonia e do condomínio de potências na medida em que propõe a ausência de hierarquia institucional entre os Estados da região. Diferencia-se também, de uma comunidade pelo fato de não considerar compartilhamento ou cessão de soberania a instituições supranacionais.

A pergunta lançada por Acharya (2014) é: “como as Ordens Securitárias Consociacionais engendram estabilidade?”¹¹³. Segundo o autor, há quatro condições, que se reforçam mutuamente: interdependência, equilíbrio, instituições sobre liderança compartilhada (não hierárquica) e moderação autoimposta no comportamento das elites das potências.

Por interdependência, o autor entende não apenas aquelas associadas às relações econômicas, mas à compreensão comum que a estabilidade regional interessa a todas as partes e ajudaria a dirimir o papel das diferenças culturais, parte fundamental do contexto do Leste Asiático. Já o equilíbrio tem a ver com a existência de múltiplas balanças de poder

¹¹¹ Acharya é um dos pesquisadores mais influentes na área de estudos asiáticos e colabora constantemente com a ASEAN.

¹¹² No original, “[...] a relationship of mutual accommodation among unequal and culturally diverse groups that preserves each group’s relative autonomy and prevents the hegemony of any particular group/s”.

¹¹³ No original, “How do CSOs engender stability?”

simultâneas. A criação de instituições de segurança cooperativa — não coletiva, que implicariam alianças — contribuiria para a construção de confiança mútua. Isso se explicaria pelo fato de que os países mais fracos tendem a não querer se comprometer com arranjos regionais rígidos ou voltados contra um país ou grupo de países, visto que isto enfraqueceria ainda mais sua posição. A permanência desses arranjos, para Acharya, tenderia a ocorrer pela percepção dos países mais fortes de que é mais vantajoso negociar de igual para igual com os países mais fracos do que correr o risco de romper com o arranjo institucional, o que criaria instabilidade (ACHARYA, 2014, p. 159).

A ascensão desse tipo de ordem estaria relacionada à uma mudança de paradigma nas relações internacionais da Ásia. Durante boa parte da Guerra Fria, os estados da região eram na sua maioria autoritários e tiveram seu comportamento pautado pelo nacionalismo econômico e pelas relações securitárias bilaterais — com Estados Unidos ou União Soviética. Já no início do século XXI, nota-se, na visão de Acharya, uma tendência à democratização, acompanhada pelo aumento da interdependência econômica — que vai além do comércio, para englobar a internacionalização do processo produtivo — e do diálogo multilateral. A tendência à democratização contribuiria para reduzir a legitimidade da China como único líder/hegêmona regional (ACHARYA, 2014).

A China, por sua vez, sempre preferiu negociar quaisquer tipos de disputa bilateralmente, em detrimento das vias multilaterais. Apesar disso, ela apoia a ASEAN e endossa os fóruns criados a partir dessa organização. A atitude da China se dá por duas razões: a primeira é que ela legitima os esforços da China para demonstrar que sua ascensão é pacífica; a segunda é que, dada a disputa de poder com os Estados Unidos, é importante não adotar posturas que afastem e empurrem os países da ASEAN para um hipotético bloco liderado por aquele país.

Para Acharya, a ordem pode ser definida pela ausência de guerra central, não necessariamente de conflitos de pequena escala. Como destaca o autor:

[...] nenhuma teoria de relações internacionais, mesmo as mais otimistas, defendem que as relações entre as nações estão livres de crises. Por exemplo, o conceito de comunidades de segurança, que postula a “imponderabilidade” da guerra entre um grupo de Estados, afirma apenas que os conflitos podem ser resolvidos de forma pacífica, e não que são inteiramente evitáveis. (ACHARYA, 2009, p. 247, tradução nossa¹¹⁴).

¹¹⁴ No original: “[...] no theory of international relations, including the most optimistic ones, claims that relations between or among nations could be free of crisis. For example, the concept of security communities, which posits the “unthinkability” of war among a group of states, only goes as far as to suggest that conflicts of interest among nations can be resolved peacefully, rather than be entirely avoided.”

Do ponto de vista do autor, sua proposição não está ligada à ausência da diferença de poder entre os Estados da região. O que ele propõe é o surgimento de instituições na qual os atores participem em nível de igualdade. Por trás disso, está a constatação de que há um equilíbrio de poder entre as potências, que possibilita a barganha pelos países menos poderosos. Dessa forma, nenhuma outra potência poderia liderar o surgimento de instituições capazes de suplantarem a ASEAN e as que se estruturam em torno dela.

Isso, no entanto, pode ser desafiado pelas duas iniciativas regionais recentemente alçadas à posição de carros-chefes da estratégia regional chinesa: o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e a Conferência para a Interação e Medidas de Construção de Confiança na Ásia. Se forem bem-sucedidas poderão provar que uma nova ordem institucional regional não depende diretamente da ASEAN.

O arcabouço conceitual criado por Acharya também tem outros problemas. Seu conceito se baseia na transposição de um conceito de política doméstica para a política internacional, limitação admitida pelo próprio autor. Além disso, há uma confiança excessiva no poder das instituições e da interdependência econômica como mantenedora da ordem. O fato de que há uma disputa entre potências pode dar maior margem de manobra aos países mais fracos, mas não impede que haja pressões econômicas ou militares por parte delas.

Nessa análise há uma tendência a engrandecer o papel da ASEAN e de seus membros enquanto minimizam o papel da ascensão chinesa e do papel hegemônico dos Estados Unidos, bem como de uma suposta hierarquia, na qual outras potências apareceriam em um segundo escalão. Nesse contexto, o processo de ascensão mais importante é o do Leste Asiático como um todo, não apenas da China. Mais do que isso, o papel da ASEAN seria o de instituição-pivô da ordem regional, capaz de reunir as potências em torno de si.

Entretanto, uma ordem como essa, na qual as potências atuariam institucionalmente no mesmo patamar, negociando com os países mais fracos de igual para igual dependeria de uma premissa: o papel da ASEAN enquanto elo capaz de unir e fortalecer os países menores e colocá-los no mesmo patamar das potências.

4.2.3.2 Condomínio de potências/hegemonia coletiva

Parte do debate sobre as consequências da ascensão da China para o Leste Asiático tem se centrado sobre o problema de evitar a escalada das tensões sino-estadunidense por meio da criação de mecanismos de governança: um condomínio de potências. Nenhum

dos autores nega os problemas inerentes ao relacionamento bilateral. Seu argumento, no entanto, é de que o acirramento das tensões e a escalada para um conflito não são inevitáveis.

Henry Kissinger (2011), pondera sobre as possibilidades decorrentes da ascensão da China, trazendo como paralelo histórico o Memorando Crowe, escrito pelo então Ministro de Relações Exteriores do Reino Unido, Eyre Crowe, em 1907. Para Crowe, não importava quais eram as intenções da Alemanha, o fato de ela estar em ascensão e construir meios militares capazes de desafiá-la obrigavam London a concluir que o pior cenário era o que viria a ocorrer. De outra forma:

[J]á em 1907 não havia mais qualquer espaço para a diplomacia; a questão se tornara saber quem recuaria em uma crise, e sempre que essa condição não era observada, a guerra era quase inevitável. Levou sete anos para chegar ao ponto de uma guerra mundial. (KISSINGER, 2011, p. 498).

A hipótese de Kissinger não é a de que uma guerra entre China e Estados Unidos é inevitável. Pelo contrário, considerar uma guerra inevitável gera uma profecia com potencial autorrealizável (KISSINGER, 2011). Afirma o ex-secretário de estado dos Estados Unidos da América:

Se as premissas desses pontos de vista [do Memorando Crowe] fossem aplicadas de ambos os lados — e precisaria de apenas um para isso ser inevitável —, China e Estados Unidos poderiam facilmente recair [em uma] escalada de tensões. [...] A China tentaria empurrar os Estados Unidos para o mais longe de suas fronteiras que fosse capaz, limitar a esfera de ação do poderio naval americano e reduzir o peso dos Estados Unidos na diplomacia internacional. Os Estados Unidos tentariam organizar os inúmeros vizinhos da China para contrabalançar a dominância chinesa. Ambos os lados enfatizariam suas diferenças ideológicas. A interação seria ainda mais complicada pelo fato de os conceitos de dissuasão e guerra preemptiva não serem simétricos entre os dois lados. Os Estados Unidos enfatizam mais o poderio militar esmagador; a China, o impacto psicológico decisivo. Mais cedo ou mais tarde, um lado ou outro cometeria um erro de cálculo. (KISSINGER, 2011, p. 500).

Na visão do professor chinês Yan Xuetong (2013), da Universidade Qinghua, não se pode negar que China e Estados Unidos são competidores estratégicos, portanto, é inútil imaginar que as relações bilaterais serão baseadas na confiança mútua. Há algo muito mais substancial: a compreensão de que os dois compartilham uma série de interesses comuns e complementares nos níveis regional e global (YAN, 2013, 2014). Dessa forma, a competição estratégica entre China e Estados Unidos não necessariamente os obriga a buscar o aniquilamento do outro. Pelo contrário, entende que a cooperação entre os dois países é possível e a competição pode ser regulada. (YAN; QI, 2012).

É natural que qualquer política, seja de China, seja de Estados Unidos, que tenha por objetivo reduzir a capacidade de atuação do outro no Leste Asiático incorre no risco de acirrar as tensões. Reconhece-se, portanto, que os Estados Unidos não podem abdicar de sua posição no Leste Asiático, seja por uma razão estratégica de balancear a China, seja por um imperativo econômico, no sentido que um novo “ciclo sistêmico de acumulação” tende a surgir naquela região (ARRIGHI, 1996, 2007).

Nesse contexto, cabe a pergunta: a queda relativa dos Estados Unidos é causada pela ascensão da China ou por problemas internos? Para Kissinger (2011) e Brzezinski (2012) a competitividade internacional estadunidense é um problema estadunidense. Logo, combater a ascensão da China não resolverá o problema. Em outros termos: se os Estados Unidos não tiverem um projeto próprio de desenvolvimento — ou uma Grande Estratégia — combater a ascensão de candidatos a rivais hegemônicos não devolverá o país à posição de liderança no sistema internacional.

Como alternativa, Kissinger sugere que haja a criação de uma “Comunidade Pacífica”. A “Comunidade” teria como alicerce um “condomínio de potências”, contando com a participação dos demais países da região, como a Índia, o Japão, a Austrália, a Indonésia, o Vietnã e a Coreia do Sul. Este seria o molde político-estratégico dentro do qual seriam formuladas outras instituições e acordos para a governança das questões regionais.

Outro ex-secretário de estado estadunidense, Zbigniew Brzezinski vai na mesma linha de Kissinger ao propor que China e Estados Unidos formulem uma “Carta do Pacífico”, nos mesmos moldes da “Carta do Atlântico” (1941), de Franklin Roosevelt e Winston Churchill. Não seria uma aliança, mas o estabelecimento de uma série de compromissos comuns com a estabilidade regional e global. Segundo Brzezinski (2014), isso se mostraria possível pelos crescentes interesses econômicos chineses ao redor do globo.

Assim sendo, diante da inevitável rivalidade estratégica sino-estadunidense, a solução seria adotar mecanismos formais ou informais de governança que incluam os demais atores regionais de acordo com sua influência. Colocado de outra forma, a polaridade não se resumiria à bipolaridade, mas seria multidimensional. China e Estados Unidos seriam as grandes potências, mas um rol de potências regionais, como Índia, Japão, Austrália, Coreia do Sul, Indonésia — bem como a ASEAN, caso consiga manter-se coesa e com voz perante os países mais fortes — teriam capacidade de moderar o comportamento de chineses e estadunidenses. Ainda assim, haveria pelo menos três planos: o das grandes potências (China e Estados Unidos); o das potências regionais (Índia, Japão, Austrália, Coreia do Sul, Indonésia — ASEAN); e os demais países.

A hierarquia institucional é justamente o ponto da discórdia entre estes autores e os defensores de concertações anárquicas, como Amitav Acharya (2014): embora o sistema internacional tenha um caráter anárquico, em virtude da ausência de uma autoridade central, existe diferença real de poder entre os Estados. Acharya concorda com que há diferença de poder entre os Estados, mas acredita que o equilíbrio de poder, fomentado pelo papel da ASEAN, levará as potências a um comportamento de automoderação que permitirá uma igualdade institucional entre todos os atores.

O tipo de governança defendido por Kissinger e Brzezinski — e de forma velada por Yan — pode ser comparado a uma geometria institucional que ocorreu no século XIX. Naquele período, após a queda da França, o Congresso de Viena resultou na formação do Concerto Europeu em uma “pentarquia”, composta por Reino Unido (país mais poderoso e elemento balanceador), Rússia, Prússia, Áustria e França. Segundo Kissinger (2014), o que garantia a estabilidade do sistema era que esses cinco países compartilhavam a mesma noção de legitimidade e de balança de poder. Nas palavras de Adam Watson (2002, p. 240-241), aquela foi uma “hegemonia coletiva”, exercida de modo difuso, pois era baseado no diálogo, no consentimento e/ou na aceitação das medidas adotadas por parte das potências.

Ao conceito da “hegemonia coletiva” pode ser associadas uma série de ideias correlacionadas. A primeira diz respeito ao tipo de liderança exercido pelas potências, em que se destaca a ideia da “Autoridade Humana”, de Yan Xuetong, com implicações para a relação entre polaridade e instituições. A segunda trata da “harmonia”, conteúdo filosófico centrado na mediação, que se tornou elemento-chave da plataforma política do Leste Asiático durante os anos 2000 e pode ser considerada uma nova fase da “afirmação asiática” ou “asianização da Ásia” (FUNABASHI, 1993; HUNTINGTON, 1997; SON, 2012). A terceira refere-se ao papel da *ASEAN Way* (“modo da ASEAN”) enquanto forma de execução da diplomacia regional, em contraposição ao modo ocidental, consolidado no sistema ONU e na integração europeia.

4.2.3.2.1 A “autoridade humana”: o exemplo e a adesão como as formas mais poderosas de liderança

A partir do filósofo Xunzi¹¹⁵, Yan Xuetong examina cenários em que a China venha a ser a principal potência do sistema internacional. Segundo Yan, o país tem duas

¹¹⁵ Xunzi (313 a.C.-238 a.C.) viveu na China na época dos Estados Guerreiros (475 a.C.-221 a.C.), caracterizado pela intensificação dos conflitos entre os estados situados da China antiga.

opções: repetir a hegemonia de estilo estadunidense, assentada sobre elementos de consentimento e coerção — dialogando com o conceito de hegemonia de Giovanni Arrighi (1996) — ou criando um novo tipo de sistema internacional, no qual lideraria por valores de aplicação universal, por meio do exemplo e da adesão dos demais países. Este último modelo seria a “autoridade humana” (YAN, 2011).

Na visão de Xunzi, o sistema internacional é determinado pelas relações entre as grandes potências e, em última instância, pela natureza dessas potências. Por natureza de um Estado, compreende-se o modo como ele exerce liderança no sistema internacional. Há três tipos de natureza: a “tirania”, a “hegemonia” e a “autoridade humana” (YAN, 2011, p. 71). A “tirania” é simplesmente o exercício da superioridade militar sobre os demais estados e a imposição dos valores e normas que julgue que os outros estados devam seguir. Aqueles que não seguem as diretrizes do estado “tirano” são punidos. (YAN, 2011a, p. 71, 89–90; YAN, 2011b, p. 241). Já a hegemonia é o exercício da superioridade através de incentivos aos estados que adotam os valores e as normas propostos pelo hegêmona. Neste tipo, predominam os “padrões duplos”: os valores e as normas são aplicados de forma diferente para os aliados e para os demais países. Para consolidar sua liderança, o hegêmona deve provar a seus aliados que é confiável e que tem condições de oferecer proteção estratégica, bem como prover bens públicos e meios de pagamento (YAN, 2011a, p. 71, 88–89; YAN, 2011b, p. 241).

A “autoridade humana” é a liderança pelo exemplo e pela adesão (também expressa pela imitação). Considera-se que pode ser atingida apenas pelo exercício de políticas pautadas pela moralidade, ou percebidas como tal pelos demais atores. Por essa razão, a “autoridade humana” só pode ser exercida a partir de valores tidos como universais e que, portanto, são aceitos de modo espontâneo pelos demais estados. As normas associadas a esse tipo de liderança são pautadas pelos “padrões duplos reversos”. Há, desse modo, o reconhecimento de uma hierarquia entre os Estados: os mais fortes devem assumir responsabilidades maiores que os mais fracos, ainda que estes aceitem cumprir regulações discriminatórias (YAN 2011a, p. 71, 86–88, 220; YAN, 2011b, p. 241).

A maneira como um estado exerce sua superioridade ou liderança sobre o sistema afeta o seu poder político, podendo fortalecê-lo ou enfraquecê-lo. Logo, o caráter da política externa adotada por essa potência tem influência sobre a sua posição no sistema e sobre a própria configuração do sistema. Já o caráter da política externa seria dado pela ideologia do mandatário e de seus ministros. Consequentemente, para exercer a “autoridade humana”, o rei deve ser competente e escolher ministros igualmente capazes.

Se tomarmos estabilidade como a manutenção da paz no sistema, a forma mais estável de poder seria a autoridade humana, pois seria uma liderança aceita espontaneamente. A hegemonia manteria a estabilidade nas relações do hegemona com seus aliados, contudo, seria instável no que tange às relações com os demais países. Já a tirania é a forma mais instável, pois cerca o Estado de inimigos. Em síntese, “[...] a autoridade humana conquista pessoas, a hegemonia conquista aliados, a tirania conquista territórios.” (YAN, 2011a, p. 71, 73).

A partir de sua pergunta inicial, sobre a atitude da China quando atingir o status de país mais poderoso do sistema, Yan pondera que o objetivo da estratégia chinesa “não deve ser apenas reduzir a diferença de poder para os Estados Unidos, mas também oferecer um modelo melhor de sociedade do que o dos Estados Unidos” e, desse modo, receber a adesão dos demais países do sistema aos seus valores (YAN, 2011a, p. 65, 99).

O autor não cita a possibilidade de uma hegemonia coletiva. No entanto, quando propõe que deve haver um equilíbrio entre responsabilidades e direitos de acordo com o poder de cada Estado, diferenciando os grandes dos pequenos, ele deixa implícito que haverá um grupo de países com maiores responsabilidades do que os demais. Da mesma forma, a “autoridade humana” seria inconsistente com o exercício unilateral de poder e com a busca por primazias de poder.

Embora os tipos de liderança debatidos por Yan Xuetong pareçam ser descritos de forma pura, pondera-se que é necessário entender o exercício da liderança como uma dualidade. Por dualidade entendemos a existência de dois extremos opostos que coexistem obrigatoriamente. Desta feita, como afirma Arrighi, consentimento e coerção são indissociáveis do exercício da liderança. A possibilidade de apoiar-se mais no consentimento do que na coerção torna a liderança mais estável, mas mesmo na “Autoridade Humana” o elemento da coerção (ou dissuasão) continua presente. O diferencial é sua adoção sob critérios pautados pela moralidade e aceitos pela maior parcela possível dos atores.

4.2.3.2.2 A “harmonia”: Governanças regional e global

Embora a noção de “autoridade humana” tenha aparecido no debate de relações internacionais há pouco tempo, pode-se constatar que discursos políticos no Leste Asiático já continham conceitos relacionados, como o da “harmonia” e o do *ASEAN Way*.

Primeiramente, o resgate da cultura asiática é notado a partir do final da Guerra Fria, quando surgiu o fenômeno da “afirmação asiática”. Esse fenômeno está ligado à

percepção de que o modelo de desenvolvimento e os valores asiáticos eram superiores, o que permitia assumir uma postura mais assertiva quanto às pressões ocidentais (HUNTINGTON, 1997, p. 128-133).

Os primeiros discursos que refletiam essa “afirmação asiática” vieram de líderes da ASEAN como o ex-primeiro-ministro malaio Mahathir bin Mohamad e o Presidente cingapuriano Lee Kuan-Yew. Mahathir e Lee tinham em mente escapar às pressões ocidentais vinculadas ao “fim da história” e preservar os valores asiáticos. Isso explica o tom quase hostil de Mahathir ao afirmar de modo taxativo a chefes de Estado europeus que “Os valores asiáticos são universais, os valores europeus são europeus.” (ECONOMIST, THE, 1996¹¹⁶ apud HUNTINGTON, 1997, p. 134).

Já no século XXI, houve uma nova onda de discursos “asianistas”, desta vez na China e no Japão (SON, 2012). Diferentemente do início da década de 1990, pregou-se a “harmonia”: a mediação entre Ocidente e Oriente¹¹⁷, desenvolvimento e sustentabilidade, crescimento econômico e distribuição de renda, entre outras. De certa forma, ambas foram respostas às reformas liberalizantes realizadas nos dois países.

O então presidente chinês Hu Jintao (2003-2013) lançou os slogans “Sociedade Harmoniosa” e “Mundo Harmonioso”, que refletem a necessidade de administrar os problemas advindos da acelerada modernização interna, bem como responder aos desafios da ascensão chinesa. Internamente, trata-se da distribuição de renda e de direitos sociais, do aumento da inclusividade e da transparência dos processos políticos, da manutenção da estabilidade e da promoção do desenvolvimento sustentável. No campo externo, propunha o aprofundamento da cooperação e busca da resolução de controvérsias por meio do diálogo.

Hatoyama Yukio, então primeiro-ministro japonês (2009-2010), utilizou o conceito de “fraternidade” — *yu-ai*. O *yu-ai* cumpriria o papel de mediação entre liberdade e igualdade, indivíduo e coletivo, anarquia e tirania e, de forma implícita, Ocidente e Oriente (HATOYAMA, 2009). Ao propor medidas de bem-estar social e aumentar o papel dos políticos — diretamente suscetíveis à democracia — em relação à burocracia, marcou seu contraponto à era neoliberal do ex-primeiro-ministro Koizumi Junichiro. A principal iniciativa regional de Hatoyama foi a “Comunidade do Leste Asiático”, através da qual se realizaria a integração econômica e o aprofundamento da cooperação regional.

¹¹⁶ ECONOMIST, THE. London, March 9, 1996, p. 33.

¹¹⁷ No caso da China, nota-se um resgate da ideologia do *tiyong*, isto é, a utilização de meios ocidentais como forma de fortalecer a China e defender seus valores e sua sociedade.

Segundo Son (2012, p. 406), existem diferenças fundamentais entre o discurso ocidental e o discurso “harmonista”. O modelo ocidental é universalista, adota decisões por meio de disputas diretas, e propõe a resolução de questões através da legalidade (tratados e resoluções). Já o modelo harmonista é pluralista e eclético, busca decisões por consenso e atribui maior valor a normas e instituições informais. O modelo harmonista seria representado pelo *ASEAN Way*.

4.2.3.2.3 *ASEAN Way* como forma e conteúdo dos mecanismos de governança

O *ASEAN Way* compreende o conjunto de princípios e normas em que se baseia o funcionamento da Associação de Nações do Sudeste Asiático. Dentre os pontos que se destacam, estão a priorização do diálogo sobre as soluções, do consenso sobre as discordâncias e das declarações conjuntas sobre as resoluções (BEUKEL, 2008; GOH, 2003). Embora tais atributos possam ser vistos como fraqueza (MAZZA; SCHMITT, 2011), esses traços dão maior flexibilidade e coesão à organização.

A origem da *ASEAN* está intimamente relacionada ao surgimento do *ASEAN Way*, visto que os países da organização tinham de garantir por meio da coesão — entre países bastante diferentes — a manutenção de sua autonomia e a concretização de suas soberanias diante das grandes potências. A flexibilidade do processo decisório, portanto, fazia-se necessária.

Desde sua criação, a *ASEAN* deixou de ser o fator garantidor da coesão dos países da região para centralizar o próprio processo de integração regional asiático. Esse fenômeno teve início ainda em 1977, com a Doutrina Fukuda. A reaproximação do Japão com o Sudeste Asiático deu garantias políticas ao desenvolvimento da rede de subcontratação japonesa e o surgimento dos Tigres Asiáticos — que deu origem, por sua vez, à ascensão da China.

Após o final da Guerra Fria, foi lançado o Fórum Regional da *ASEAN*, que reuniu os países do bloco e outros atores regionais para debater diversas questões de cunho securitário, como as disputas no Mar do Sul da China e a Península Coreana. A Crise Asiática forneceu o impulso para a criação do *ASEAN+3*, com a participação de China, Coreia do Sul e Japão, e o lançamento da iniciativa de Chiang Mai (2000).

Nestes casos, percebe-se uma dicotomia. Por um lado, tanto na década de 1970, quanto nos anos 1990, as iniciativas de aproximação ou integração regional somente

ocorreram em virtude da existência da ASEAN. Por outro lado, sem a participação de potências regionais essas iniciativas também não teriam ocorrido.

Nos dias de hoje, com o papel cada vez mais central ocupado pelo Leste Asiático no sistema internacional e com a possibilidade de intensificação dos problemas securitários regionais, as organizações regionais precisam repensar sua atuação. O diplomata russo Vitaly Vorobiev (2012), por exemplo, sugeriu que fossem criados fóruns de diálogo entre organizações regionais, como OCX, OTAN e ASEAN. A forma dos fóruns seria dada pela *ASEAN Way*, considerada com a flexibilidade necessária para garantir o diálogo adequado. Este arranjo seria uma forma de garantir governança dentro de um sistema mundial multipolar.

Em que pese o fato de que este arranjo pudesse ser o ideal para acomodar as forças políticas no Leste Asiático, as possibilidades de que venha a se concretizar são bastante difíceis. Depende-se de mais do que uma configuração de bi-multipolaridade, como também do exercício da automoderação por partes das elites políticas, aceitando, desse modo, ordenar a competição interestatal em curso.

No caso de China e Japão, especificamente, a harmonia (ou fraternidade) surgem, como afirmado, em contexto de intensas transformações internas — aumento das desigualdades sociais — e externas — deslocamento definitivo do centro de poder para o Leste Asiático. Desta feita, suas políticas buscam responder a esses desafios. Mais do que isso, refletem um ímpeto integracionista das duas partes. Ambos são herdeiros políticos daqueles que defenderam, durante a Guerra Fria, a reaproximação entre China e Japão, e daqueles que assinaram a “cláusula anti-hegemônica”.¹¹⁸

Enquanto no governo, tanto Hu Jintao quanto Hatoyama Yukio buscaram promover a aproximação de China e Japão. A evolução da cooperação entre China, Coreia do Sul e Japão demonstra que havia possibilidades reais de que ocorresse uma consolidação institucional do equilíbrio de poder entre esses países. As crises bilaterais sino-japonesas ocorridas em 2012, no entanto, tornaram essa possibilidade mais difícil.

¹¹⁸ Por cláusula anti-hegemônica, considera aquela presente no Comunicado Conjunto de 1972, no Tratado Sino-Japonês de 1978 e posteriormente reafirmada, que afirmava o comprometimento dos dois países em não buscar hegemonia na Ásia e no Pacífico e evitar que qualquer outro país o fizesse.

4.3 Considerações parciais

Neste capítulo procurou-se discutir a importância da polaridade, da polarização e das possibilidades de concertação e de conflito no Leste Asiático. Em conjunto, esses três elementos constituem os principais condicionantes da atuação dos Estados naquele contexto regional.

Debateu-se que atualmente, não está em jogo somente qual o equilíbrio de forças remanescente, mas também a influência desse equilíbrio sobre a polarização regional. Colocado de outra forma, sugere-se que a resposta ao debate sobre se os demais países do Leste Asiático balancearão ou seguirão (realizarão *bandwagoning*) a China ou os Estados Unidos reside em grande parte nos resultados da manutenção ou modificação do equilíbrio regional de poder. Esse equilíbrio regional, por sua vez, é determinante fundamental da margem de manobra dos países do Leste Asiático. O que se configura, nesse ponto, é uma retroalimentação em que a situação regional condiciona a autonomia de política externa e vice versa. O resultado é uma dificuldade tanto na atuação desses Estados, quanto na análise dessas ações por parte dos estudiosos.

Do capítulo anterior, foram extraídas algumas considerações, que cabem ser retomadas aqui. A China tem atuado cada vez mais como motor do desenvolvimento do Leste Asiático, tanto do ponto de vista industrial, quanto como centro do comércio intrarregional. Atuando como força econômica da região, ela se fortalece enquanto força política, ampliando suas relações e seu poder de influência nos demais Estados. Por outro lado, os Estados Unidos, hegemona regional e global, buscam conter a ascensão de um competidor pela liderança regional.

São de nosso interesse as diversas teorias e visões debatidas dentro dos EUA acerca da ascensão chinesa e de como os Estados Unidos deverão se comportar. Pelo exposto e olhando para a situação atual do sistema internacional, percebe-se que a tarefa da contenção tem se mostrado hercúlea para os Estados Unidos. O país não tem conseguido fazer frente à crescente capacidade de investimento da China, que promete ser capaz de financiar sua própria iniciativa de integração regional, a Nova Rota da Seda, por meio do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e por acordos bilaterais que prevêm investimentos diretos do governo chinês nos demais países da região.

Mais do que isso, o hegemona global não conseguiu compartilhar ou transferir suas responsabilidades de mantenedor da ordem, como na crise da Ucrânia e na ameaça do Estado Islâmico. A isso, soma-se a falta de uma nova estratégia global perante a mudança de

polaridade do sistema internacional, que seja capaz de evitar o estiramento de poder dos EUA (CEPIK; MARTINS, 2014; KENNEDY, 1989). Como decorrência da falta dessa grande estratégia, a China tem se aproveitado do “lençol curto” da hegemonia estadunidense para expandir e fortalecer seus interesses regionais e globais (VISENTINI, 2011).

Enquanto isso, os demais países asiáticos também temem que a China utilize suas crescentes capacidades para impor seus interesses aos demais atores. Desse dilema, resulta uma ambiguidade estratégica, de modo que os países do Leste Asiático tendem a evitar a adoção de qualquer posição extrema, seja o balanceamento ou contenção, seja o *bandwagoning*, oscilando entre as duas de forma a garantir a autonomia estratégica. Constatase que mesmo aqueles que optaram por uma postura de enfrentamento à China como o Japão e as Filipinas têm cada vez mais se convencido da importância de manter canais abertos de diálogo com Pequim.

Todavia, a falta de uma grande estratégia por parte de Washington, abre lugar para o estabelecimento de ideias baseados principalmente em conceitos operacionais e até mesmo táticos, que em detrimento da diplomacia e da política, forçam os EUA a uma situação litigiosa com a China. Portanto, os cenários expostos neste capítulo foram uma tentativa de debater e prospectar possíveis configurações de polarização e polaridade regional, considerando as diversas variáveis de ordem externa e interna — de uma variedade de Estados — que configuram as relações de poder no Leste Asiático.

5 CONCLUSÃO

O objetivo central deste trabalho foi analisar as possíveis implicações da ascensão da China para o Leste Asiático. Como descrito ao longo dessa pesquisa, o processo de ascensão da China traz uma alteração na polaridade, ao menos em nível regional. Mais do que tradicionais indicadores de poder, como extensão territorial, população, economia e capacidades militares, a ascensão chinesa baseia-se em alterações fundamentais na operacionalização de sua política externa. A nova postura externa do país é ativa, no sentido de propor novos padrões de relacionamento regional, incluindo a criação e promoção de instituições econômicas e securitárias.

O novo contexto regional traz à tona as seguintes perguntas:

- a) Quais as perspectivas de polaridade e polarização regional possíveis?;
- b) O que condiciona a mudança de polaridade? e;
- c) Quais as possibilidades de concertação ou conflito?

A justificativa para essas perguntas reside no fato de que à ascensão da China correspondem reações dos demais atores regionais. Isso cria novos padrões de relacionamento regional e, conseqüentemente, de polarização regional. Constatou-se que o padrão básico de polarização regional é entre China e Estados Unidos, considerado o fato de que a ascensão da primeira constitui-se — independentemente de haver ou não um desejo chinês nesse sentido — em desafio à hegemonia estadunidense. Apesar de haver uma tendência da maior parte dos atores regionais em se alinhar com China e Estados Unidos, esses procuram garantir o máximo possível de autonomia estratégica e buscam evitar o acirramento das tensões entre as duas potências. Este ímpeto está presente mesmo em casos de países com maior tendência a um alinhamento estático. O Japão, por exemplo, tradicional aliado estadunidense, recorrentemente busca manter canais de diálogo com Pequim, independentemente das diretrizes dos EUA.

Além dos Estados Unidos e da China, há uma série de outras potências com atuação regional, como Índia, Japão, Coreia do Sul, Rússia, Austrália e Indonésia. Embora estas outras potências não tenham, neste momento, capacidades para competir pela hegemonia regional, são capazes de exercer autonomia estratégica e têm influência sobre os demais países da região. Nesse sentido, as capacidades relativas dos atores regionais podem atuar sobre o comportamento de China e Estados Unidos, influenciando as possibilidades de concertação ou conflito. Por outro lado, como estas duas potências têm capacidades de poder muito maiores, tenderão a pressionar os demais atores ao alinhamento com um dos polos.

A partir desses condicionantes gerais, propõem-se perspectivas regionais possíveis. Estas perspectivas foram construídas a partir de alguns indicadores: tipo de polaridade, padrões de polarização e possibilidades de concertação ou conflito.

A primeira perspectiva considerada foi o de uma hegemonia chinesa sem a ocorrência de uma guerra central. Esta perspectiva é constituída a partir do conceito “arrighiano” de hegemonia, baseado em elementos de consentimento e coerção. Por um lado, a adesão dos demais países à liderança chinesa é fundamentada na sua capacidade de articular a criação de novos mecanismos regionais de governança, na utilização de meios de pagamento e em valores político-culturais de aceitação comum. Por outro lado, o poderio militar chinês teria um duplo papel: afiançar a segurança regional e coagir os demais atores a aceitar a sua liderança. Tal perspectiva só seria possível caso nenhum outro ator, especialmente os Estados Unidos, pudesse ou quisesse fazer frente à hegemonia chinesa. Este perspectiva configura-se como pouco provável, visto que há um equilíbrio de poder regional e a tendência é de que nenhum ator regional aquiesça ao estabelecimento de uma hegemonia unipolar — seja pela China, seja pelos Estados Unidos.

Parece ainda menos provável que haja uma nova hegemonia estadunidense sem uma guerra central. A ocorrência dessa perspectiva poderia se assemelhar ao panorama regional do leste asiático na década de 1950. Àquela época, a maior parte dos países da região estava destruída pela Segunda Guerra Mundial e em fase de independência e reconstrução, portanto muito mais frágeis do que nos dias atuais. Além disso, tal perspectiva implica um colapso da China, que também se afigura como pouco provável.

A segunda possibilidade é o acirramento das tensões. Considera-se que a ocorrência dessa perspectiva se daria em uma bipolaridade, devido ao fato de que a rivalidade estratégica sino-estadunidense seria incontornável. A partir do crescente antagonismo entre os dois principais atores regionais, haveria o progressivo alinhamento dos demais a uma ou outra potência. Esse alinhamento derivaria de duas circunstâncias: o aumento das pressões de China e Estados Unidos sobre os demais países da região reduz sua autonomia estratégica ou influencia os demais países da região a aderir a uma das potências. Assim, tornam-se possíveis dois contextos decorrentes dessa perspectiva: uma guerra central, entre China e Estados Unidos, a partir de algum dos cenários potenciais de conflito regional; e uma Guerra Fria, pensada em termos assemelhados à da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética.

Há alguns cenários em que poderia haver uma confrontação central, isto é, entre China e Estados Unidos: na Península Coreana, no Mar do Leste da China (Japão), em

Taiwan, no Mar do Sul da China e na fronteira da China com a Índia. Nesses casos, considera-se que a escalada não ocorreria necessariamente entre China e Estados Unidos, mas entre a China e outros países envolvidos nos cenários descritos. Os Estados Unidos ingressariam em um conflito ao lado de um dos contendores contra a China. Desse modo, caso ocorra uma guerra, o mais provável é que um conflito central tenha um conflito local como ponto de partida. Entretanto, como afirma Kissinger (2011), se as elites de China e Estados Unidos considerarem que a rivalidade estratégica conduzirá inevitavelmente — mesmo que no longo prazo — a um conflito, há um sério risco de acirramento das tensões. Este acirramento bilateral poderá pressionar os demais atores a tomar lado nas disputas regionais, o que tornaria o ambiente regional potencialmente instável. Não se pode descartar, entretanto, a ocorrência de guerras locais que não se transformem em guerras centrais.

No contexto de um acirramento das tensões na bipolaridade, outra possibilidade é uma Guerra Fria entre China e Estados Unidos. Esta possibilidade tem como parâmetro de comparação a Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética. Considera-se que pelo menos três condições são necessárias para repetir aquele contexto histórico: 1) o impasse nuclear; 2) regras definidas de engajamento, que servem para evitar a guerra total; 3) a formação de blocos de alianças rivais. O último poderá ocorrer, por exemplo, caso o yuan se consolide como moeda internacional e crie sua própria área de influência econômica e financeira, competindo diretamente com a área do dólar, liderada pelos EUA.

O debate em torno do impasse nuclear entre China e Estados Unidos está em aberto. A possibilidade de primazia nuclear estadunidense — isto é, a possibilidade de acabar com a capacidade de segundo ataque retaliatório da China — poderá minar o impasse nuclear. Nesse caso, é possível que as elites políticas e militares dos Estados Unidos sintam-se incentivadas a adotar uma postura ofensiva com relação à China. Por outro lado, o surgimento de regras de engajamento estaria ligada à percepção de um impasse estratégico. Por fim, uma Guerra Fria dependeria da formação de blocos opostos entre aliados da China e dos Estados Unidos. Embora este fenômeno possa ocorrer, considera-se que é difícil que a polarização entre esses blocos seria desequilibrada, favorecendo o cerco estratégico à China.

A terceira possibilidade é a permanência de um equilíbrio regional de poder — bipolar ou multipolar — e a concertação através da criação de mecanismos de governança, possibilitando a administração conjunta do ambiente regional. Embora haja competições estratégicas, seriam estabelecidas formas para possibilitar a resolução de conflitos e controvérsias por meio da diplomacia. Esse arranjo seria fruto de um imperativo estratégico, visto que os malefícios da escalada das tensões seriam maiores que os desafios de uma

concertação. Haveria duas variantes: uma concertação anárquica e um condomínio de potências, organizado de forma hierárquica.

A proposição de Amitav Acharya (2014) é a “Ordem Securitária Consociacional”, segundo a qual, embora haja diferenças entre as capacidades dos atores regionais, as elites das potências poderiam moderar seu comportamento externo e anuir à participação em mecanismos de governança. (sem a liderança de uma ou mais potências). Entretanto, pondera-se que é pouco provável realizar algum tipo de concertação plenamente horizontal, sem hierarquias, pelo fato de que a tendência dos estados é defender seus interesses na medida de sua capacidade de atuação.

Já outros autores como Kissinger (2011), Brzezinski (2012, 2014) e Yan (2011) defendem que a saída possível é um condomínio de potências. Como o principal fator de instabilidade regional para estes autores reside nas rivalidades estratégicas entre as potências, especialmente China e Estados Unidos, a concertação deverá ocorrer primeiramente entre elas, tal como aconteceu no século XIX no Congresso de Viena.

Um ponto fundamental para a realização desta perspectiva seria a consonância entre os mecanismos de governança e o equilíbrio de poder. Desse modo, haveria um incentivo para a adesão à concertação regional, fundamental para a manutenção de um ambiente regional estável. Esta é a ideia subjacente ao conceito de “autoridade humana”, proposto por Yan (2011) — a partir do filósofo Xunzi — como a forma mais estável de liderança no sistema internacional.

Este contexto está diretamente ligado a uma perspectiva de equilíbrio regional, produzido não apenas pela ascensão da China, mas também do Leste Asiático como um todo. Desse modo, ao final da Guerra Fria, emergiu o fenômeno chamado de “afirmação asiática” ou “asianização da Ásia”, em que cresceu a percepção por asiáticos de que seus valores não eram inferiores aos ocidentais. Nos anos 2000, houve uma nova fase desse pensamento, com a conciliação entre Oriente e Ocidente. Em termos conceituais, o ex-presidente chinês Hu Jintao citava a harmonia, enquanto o ex-primeiro-ministro japonês Hatoyama Yukio referia-se à fraternidade. O objetivo era garantir um ambiente regional estável, por meio da concertação das potências — uma “comunidade do Leste Asiático”. A cúpula trilateral entre China, Coreia do Sul e Japão e os acordos de cooperação dela advindos são a expressão concreta dessa visão política.

Para garantir a operacionalização da concertação entre as potências, seria necessário adotar formas diplomáticas suficientemente flexíveis para permitir a manutenção de canais de diálogo entre as potências e os demais atores regionais. Uma das fontes de

inspiração seria a ASEAN Way, principalmente na flexibilidade na forma como se dá a concertação entre os atores.

Estes tipos de concertação — tanto a anárquica (modelo consociacional) quanto a hierárquica (condomínio de potências) — depende em grande parte da disposição das elites dos Estados envolvidos, particularmente das potências, em manter canais abertos de diálogo e aquiescer a um conjunto de princípios ou regras de atuação regional. A perspectiva de um condomínio de potências seria potencialmente mais sustentável, pois sua formulação poderia se adequar ao equilíbrio de poder regional.

De forma sucinta, devido à sua amplitude do trabalho, à fluidez diplomática que predomina na região e ao grande número de condicionantes necessário para a ocorrência de cada possibilidade para o contexto regional torna-se difícil oferecer previsões claras e definitivas sobre o que irá ocorrer no Leste Asiático. Há algumas considerações, entretanto.

O objetivo da China de ascender pacificamente pode ser atingido. Isso, entretanto, dependerá em parte do seu próprio comportamento externo. Caso mostre-se capaz de liderar a construção de uma nova ordem regional — ao que se credenciou ao criar o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII) e reavivar a Conferência para a Interação e Medidas de Construção de Confiança na Ásia (CICA) — terá boas chances de cumprir a tarefa. Se utilizar a força e abdicar do diálogo e dos meios de pagamento, a tendência será o contrário, a de atrair inimigos contra si.

Considera-se que diante do contexto regional, é pouco provável que os Estados Unidos recuperem a posição de proeminência regional que atingiram no final da Segunda Guerra Mundial. A falta de uma definição política sobre como se acomodar à mudança de polaridade faz com que os Estados Unidos recorram ao balanceamento e à contenção, o que tende a não funcionar. A contenção, por sua vez, poderá tornar o ambiente regional mais instável, através da pressão aos demais atores no Leste Asiático. Assim, a alternativa viável para a manutenção de liderança regional estadunidense é a concertação, que permita a participação regional de China e Estados Unidos de forma proeminente e mutuamente reconhecida.

O comportamento dos demais atores resta em aberto, embora considere-se que o Japão seja chave para as perspectivas de concertação e conflito regionais devidos à sua importância geopolítica e econômica. A Índia pode influenciar o contexto regional, mas não se sabe se terá intenções de moderar a região ou apenas utilizar sua barganha diplomática em benefício próprio. A Rússia vê aumentarem seus interesses no Leste Asiático e isso abrirá espaço para a expansão do seu papel político regional. O “Século Asiático” dá à Austrália a

oportunidade de se desvencilhar da Anglosfera e tornar-se um país verdadeiramente independente. A projeção internacional da Indonésia tende a depender da ASEAN e a capacidade de mediação da ASEAN tende a depender do papel da Indonésia como líder coesionador.

Por tudo o que foi descrito e analisado ao longo deste trabalho, resta a constatação de que o mais provável é o aumento da competição entre China e Estados Unidos e, conseqüentemente, dos impactos para os demais países da região. Por essa razão, tanto a liderança de apenas um país, seja ele a China ou os Estados Unidos, bem como a capacidade da ASEAN de se colocar em pé de igualdade com as potências da região, parecem menos prováveis. Em ordem crescente de concertação e decrescente de conflito, elencamos a Guerra Central, a Guerra Fria e o Condomínio de Potências como as perspectivas mais prováveis. A ocorrência de quaisquer destas possibilidades dependerá em grande medida da capacidade de China e Estados Unidos em administrar sua rivalidade estratégica.

Para o Brasil, importa saber quais as possibilidades de concertação e conflito entre China e Estados Unidos. Além de serem dois dos seus principais parceiros, a dinâmica entre ambos cada vez mais assume dimensões sistêmicas. Isso ocorre porque, conforme destaca Arrighi (1996, 2007) o centro da acumulação capitalista está se deslocando para o Leste Asiático. Assim, a região ganha importância fundamental para a definição da dinâmica econômica mundial e para o equilíbrio de poder global. É por essa razão que o Brasil tem passado a participar de iniciativas de governança construídas no âmbito do Leste Asiático, como o Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN — assinado pelo Brasil em 2011 — e, mais recentemente, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura.

Caso a ascensão da China se dê pacificamente, a tendência é de aprofundamento do seu papel como promotor de instituições regionais e globais, como os BRICS, cujo último grande desenvolvimento foi a criação do Novo Banco de Desenvolvimento. Assim sendo, o objetivo do Brasil de promover um mundo multipolar aproxima-o naturalmente da China. Além disso, a China poderia se tornar um parceiro econômico ainda mais importante para o Brasil devido à sua crescente capacidade de investimento e de cooperação tecnológica. Uma possibilidade debatida recentemente em meios acadêmicos foi o projeto “Transul”, uma proposta de cooperação econômica entre a UNASUL e os BRICS (ASSIS, 2015).

Por outro lado, não se pode ignorar a perspectiva de que a rivalidade estratégica conduza ao acirramento das tensões entre China e Estados Unidos e que um conflito local no Leste Asiático provoque uma guerra central entre essas duas potências. Caso isso ocorra, quais seriam os impactos para o Brasil? Haveria um impacto imediato no comércio externo

com ambos os países. Do ponto de vista estratégico, restaria em aberto qual o tipo de alinhamento que viria a ser adotado pelo Brasil. Embora Brasil e China tenham interesses em comum e tenham se aproximado nas últimas décadas, as relações com os Estados Unidos ocupam papel fundamental na política externa brasileira. No caso de uma guerra central entre China e Estados Unidos, não apenas o ambiente social brasileiro tende a favorecer o apoio do país aos Estados Unidos em vez da China, como a proximidade geográfica com os Estados Unidos dificultaria um apoio à China, em virtude de possíveis retaliações estadunidenses.

Colocam-se, portanto, alguns questionamentos sobre o caminho a ser seguido pelo Brasil. Naturalmente tal questionamento é difícil de responder e quaisquer colocações dificilmente passariam de palpites. Entretanto, a partir do que foi debatido neste trabalho, algumas problematizações podem ser feitas. A partir do exemplo do Leste Asiático, temos que a maior parte dos países, diante da rivalidade sino-estadunidense, adota uma postura ambígua, que por vezes se assemelha a uma barganha. Tal comportamento é particularmente notável no caso da Índia que, assim como o Brasil, faz parte dos BRICS. O Brasil tem um exemplo famoso de “barganha” em sua história: o Presidente Getúlio Vargas, à época, diante do conflito entre Estados Unidos e Alemanha, acabou optando pelo lado que sairia vencedor – os EUA. Porém, ainda mais importante que escolher o lado vencedor em um período de guerra é atuar de forma bem-sucedida em tempos de paz. Neste caso, o Brasil deve promover uma política externa e de segurança autônoma, multidirecional e vantajosa aos interesses nacionais. Desse modo, tem-se dois objetivos: extrair o máximo de vantagens do contexto internacional e garantir a autonomia estratégica do Brasil. Para tanto, torna-se necessário manter uma postura de equilíbrio entre as grandes potências que, da mesma forma que no Leste Asiático, tenderá a exigir cada vez mais clarividência e habilidade dos nossos tomadores de decisão. Sugere-se que este aspecto da conjuntura internacional será cada vez mais central para a Política Externa e de Segurança do Brasil.

Por essas razões, consideradas as perspectivas mais prováveis citadas anteriormente, afirmamos que uma Guerra Central seria o cenário com implicações menos vantajosas para o Brasil. Uma nova Guerra Fria poderia ser positiva para o Brasil, mas apenas se o país se colocar em posição de vantagem para negociar tanto com China quanto com Estados Unidos. Um Condomínio de Potências seria vantajoso caso o Brasil conseguisse se inserir como uma das principais potências de tal arranjo.

O presente trabalho não esgota, de forma alguma, todas as possibilidades de pesquisa no que concerne ao tema proposto. Em virtude da abrangência do tema, muitos pontos não puderam ser suficientemente abordados. Considera-se que futuros trabalhos

possam, por exemplo, aprofundar as análises sobre a Política Externa e de Segurança da China e sobre a posição dos atores regionais com relação ao Leste Asiático e à ascensão da China. Outra questão em aberto é a possibilidade de consolidação da China como centro de acumulação capitalista e a coexistência entre um sistema baseado no yuan (renminbi) e a manutenção de um sistema baseado no dólar. Da mesma forma, do ponto de vista militar, podem ser analisadas com maior detalhamento as possibilidades de conflito local no Leste Asiático, as possibilidades de escalada para uma guerra central, bem como os perfis de força e as doutrinas militares empregadas pelas forças armadas da região.

REFERÊNCIAS

- 1951: Macarthur Fired: Ridgway Takes Over. **BBC News**, London, 11 April, 1951. On This Day 1950-2005. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/april/11/newsid_3708000/3708197.stm>. Acesso em: 14 abr. 2015.
- ABE, Shinzo. Asia's Democratic Security Diamond. **Project Syndicate**, Prague, Dec. 27, 2012. Disponível em: <<http://www.project-syndicate.org/commentary/a-strategic-alliance-for-japan-and-india-by-shinzo-abe>>. Acesso em: 13 abr. 2015.
- ABE, Shinzo. Speech on the Second Round of Policies under the Growth Strategy by Prime Minister Shinzo Abe at Japan Akademia. **Kantei**, Tokio, May 17, 2013. Disponível em: <http://www.kantei.go.jp/foreign/96_abe/statement/201305/17speech_e.html>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- ACHARYA, Amitav. Conclusion: Living With China, but Loving It? In: TANG, Shiping; LI, Mingjiang; ACHARYA, Amitav. **Living with China**. New York: Palgrave MacMillan, 2009. p. 247-266.
- ACHARYA, Amitav. Power Shift or Paradigm Shift? China's Rise and Asia's Emerging Security Order. **International Studies Quarterly**, Tucson, v. 58, p. 158–173, 2014.
- ACHARYA, Amitav. Will Asia's Past Be Its Future? **International Security**, Cambridge, v. 28, n. 3, p. 149-164, Winter 2003.
- AGREEMENT (with Exchange of Notes) on Trade and Intercourse between Tibet Region of China and India Signed at Peking, on 29 April 1954. In: UNITED NATIONS. **Publications**. 1958. v. 299, p. 57-81. (Treaty series, n. 4307). Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20299/v299.pdf>>. Acesso em: 10 Abr 2015.
- AGREEMENT on Reconciliation, Nonaggression and Exchanges and Cooperation Between the South and the North. Dec. 13, 1991. Disponível em: <<http://2001-2009.state.gov/t/ac/rls/or/2004/31012.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2015.
- AKAMATSU, Kaname. A Historical Pattern of Economic Growth in Developing Countries. **The Developing Economies**, Chiba, v. 1, p. 3–25, Aug. 1962.
- AMIN, Samir. **Los Desafíos de la Mundialización**. México, DF: Siglo XXI, 1997.
- AMSDEN, Alice Hoffenberg. **Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization**. New York: Oxford University Press, 1992.
- AN, Baijie. Top-Level General Expelled for Graft. **China Daily USA**, Beijing, July 01, 2014. Disponível em: <http://usa.chinadaily.com.cn/china/2014-07/01/content_17627844.htm> Acesso em: 19 fev. 2015.

ARPI, Claude. Nehru's Pacifism had Nearly Cost us Tawang. **Indian Defence Review**, Nova Délhi, Nov. 25, 2014. Disponível em: <<http://www.indiandefencereview.com/spotlights/nehrus-pacifism-had-nearly-cost-us-tawang/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

ARRIGHI, Giovanni et al. **Chaos and Governance in the Modern World System**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. (Contradictions of modernity, 10).

ARRIGHI, Giovanni, **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. São Paulo: Vozes, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century**. London: Verso, 2007.

ARRIGHI, Giovanni. Hegemony Unraveling—I. **New Left Review**, London, n. 32, p. 23-80, Mar./Apr. 2005a.

ARRIGHI, Giovanni. Hegemony Unraveling—II. **New Left Review**, London, n. 33, p. 83-116, May/June 2005b.

ASEAN Declaration, The. Bangkok, 8 Aug.1967. Disponível em: <<http://www.asean.org/component/zoo/item/the-asean-declaration-bangkok-declaration>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

ASIA POLITICAL. **Perry-Castañeda Library Map Collection**. Austin: University of Texas Libraries, 2008. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/txu-oclc-247232986-asia_pol_2008.jpg>. Acesso em: 16 abr. 2015.

ASSIS, J. Carlos de. Projeto Transul: Articulação Brics-Unasul como Alavanca do Desenvolvimento Brasileiro. **Carta Maior**, São Paulo, 05 jan. 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1AUZzeT>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

ASSOCIAÇÃO DE NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO (ASEAN); CHINA. **Declaration on the Conduct of Parties in the South China Sea**. Phnom Penh, November 4, 2002. Disponível em: <<http://www.asean.org/asean/external-relations/china/item/declaration-on-the-conduct-of-parties-in-the-south-china-sea>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

AUSTRALIA Votes 'No' in the Republic Referendum. **ABC News**, Sydney, Nov. 1999. Disponível em: <<http://www.abc.net.au/archives/80days/stories/2012/01/19/3423918.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

AUSTRALIA, Department of Immigration and Border Control. **Migration to Australia's States and Territories 2012–13**. 2014. Disponível em: <<http://www.border.gov.au/ReportsandPublications/Documents/statistics/migration-australia-state-territories-2012-13.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

AUSTRALIA. Department of Foreign Affairs and Trade. **Trade at a Glance**. 2014. Disponível em: <<http://dfat.gov.au/about-us/publications/trade-investment/trade-at-a-glance/trade-at-a-glance-2014/Documents/trade-at-a-glance-2014.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

AUSTRALIA. Department of the Prime Minister and Cabinet. **Australia in the Asian Century**: White Paper. Oct. 2012. Disponível em: <http://www.murdoch.edu.au/ALTC-Fellowship/_document/Resources/australia-in-the-asian-century-white-paper.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2015.

AVILA, Fabrício Schiavo; MARTINS, José Miguel; CEPIK, Marco. Armas Estratégicas e Poder no Sistema Internacional: o Advento das Armas de Energia Direta e seu Impacto Potencial sobre a Guerra e a Distribuição Multipolar de Capacidades. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 49-83, abr. 2009. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/ny9mp8>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

BAJORIA, Jayshree; XU, Beina. **The Six Party Talks on North Korea's Nuclear Program**. New York: Council on Foreign Relations, 2013. Disponível em: <<http://www.cfr.org/proliferation/six-party-talks-north-koreas-nuclear-program/p13593>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

BETTS, Richard K. A Nuclear Golden Age? The Balance Before Parity. **International Security**, Cambridge, v. 11, N. 3, p. 3-32, Winter 1986.

BEUKEL, Erik. **ASEAN and ARF in East Asia's Security Architecture**: The Role of Norms and Powers. Copenhagen: Danish Institute of International Studies Report, 2008.

BISLEY, Nick. Australia's India Gambit, the Final Step in Wooing Asia's Key Players. In: THE CONVERSATION MEDIA. **The Conversation US**. Melbourne, 08 Sep. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1IWv5Jt>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

BLAGOV, Sergei. Russia walks thin line between Japan and China. **Asia Times Online**, Hong Kong, Apr. 13, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1OqaXmK>>. Acesso em: 02 fev 2015.

BLAKE, Matt. Duel by Water Cannon: Japanese and Taiwanese Coastguards Blast Each Other with Spray in Row over Disputed Islands. **Mail Online**, London, 25 Sept. 2012. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2208305/Senkaku-Islands-Japan-Taiwan-boats-attack-spray.html>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

BO Xilai Scandal: Key Players, **BBC News**: Asia, London, 22 Sep. 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-china-17752064>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

BO, Xiang. China, Vietnam Call Truce on Maritime Tensions. **Xinhua News**, Pequim, 27 Aug. 2014. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-08/27/c_133590814.htm>. Acesso em: 14 abr. 2015.

BO, Zhiyue. **China's Elite Politics**: Governance and Democratization. Singapura: World Scientific, 2010.

BRADSHER, Keith; RAMZY, Austin. Taiwan Leader Stresses Support for Hong Kong Protests. **The New York Times**, Nova York, 31 Oct. 2014. Disponível em: <<http://nyti.ms/1wMsD3x>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Facilitação Quantitativa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 out. 2010. Caderno Mundo. Disponível em: <<http://bit.ly/1Ery9OH>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRZEZINSKI, Zbigniew. Brzezinski: Why We Need a U.S.-China 'Pacific Charter' for Global Stability. Entrevistador: Nathan Gardels. **The Huffington Post: The World Post**, New York, 11 Oct. 2014. Disponível em; <<http://huff.to/1JCMkAr>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Strategic Vision: America and the Crisis of Global Power**. New York: Basic Books, 2012.

BURNS, K. China and Japan: Economic Partnership and Political Ends. In: KREPON, M.; GAGNE, C. (Ed.). **Economic Confidence-building and Regional Security**. Washington, DC: Henry L. Stimson Center, 2000. p. 27–58.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: the Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CALDER, Kent. Ligações Críticas e os Contornos do Regionalismo do Nordeste da Ásia. In: CALDER, Kent; FUKUYAMA, Francis (Org.). **Multilateralismo na Ásia Oriental: Perspectivas para a Estabilidade Regional**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012. p.31-61.

CALLICK, Rowan. Australia Will Join Asian Infrastructure Investment Bank. **The Australian**, Sydney, 08 Dec. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1HiQyqy>>. Acesso em: 01 fev. 2015.

CARSTEN, Paul; BLANCHARD, Ben. China to Establish \$40 billion Silk Road Infrastructure Fund. **Reuters**, London, 8 Nov. 2014. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2014/11/08/us-china-diplomacy-idUSKBN0ISOBQ20141108>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

CASALE, Giuseppe; ZHU, Changyou. **Labour Administration Reforms in China**. Geneva: International Labour Office, 2013.

CEPIK, Marco; MARTINS, José Miguel. Defesa Nacional Antimíssil dos EUA: A Lógica da Preempção e suas Implicações Internacionais. In: ARTURI, Carlos Schmidt (Org.). **Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/CEGOV, 2014. p. 14–47.

CHAN, Steve. An Odd Thing Happened on the Way to Balancing: East Asian States' Reactions to China's Rise. **International Studies Review**, Singapura, v. 12, n. 3, p. 387–412, Sep. 2010.

CHANNER, Hayley; DAVIES, Andrew; JENNINGS, Peter. Something New under the Rising Sun: Expanding Australia-Japan Defence Cooperation. **ASPI Policy Analysis**, Barton, n. 111, 3 June 2013. Disponível em: <<http://tinyurl.com/ow9hga2>>. Acesso: 13 abr. 2015.

CHEN, Dingding. China's 'Marshall Plan' Is Much More. **The Diplomat**, Tokio, 10 Nov. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/11/chinas-marshall-plan-is-much-more/?allpages=yes&print=yes>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

CHEN, Jason. Japan's Policies Towards Taiwan: Trends, Causes and Implications for the Future of Tokyo-Taipei Relations. **Stanford Journal of East Asian Affairs**, Stanford, v. 6, n. 1, p. 53-61, Winter 2006.

CHEN, Jian. **China's Road to the Korean War**. New York: Columbia University Press, 1996.

CHEN, Jian. **Mao's China & the Cold War**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001.

CHEN, Te-Ping; GALE, Alastair. China Warns On Proposed New Missile Defense System For Seoul. **The Wall Street Journal**, New York, 29 May 2014. Disponível em: <<http://on.wsj.com/1cnUMbK>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

CHINA. **Anti-Secession Law** (Adopted at the Third Session of the Tenth National People's Congress on March 14, 2005), March 14, 2005. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/2005lh/122724.htm>. Acesso em: 09 ago. 2015

CHINA. Constituição (2004). **Constitution of the People's Republic of China**. Austin, Constitute Project, 2015. Disponível em: http://www.constituteproject.org/constitution/China_2004.pdf. Acesso em 31 jul. 2015.

CHINA. Ministry of Foreign Affairs. New Asian Security Concept For New Progress in Security Cooperation: remarks by H. E. Xi Jinping, President of the People's Republic of China. In: SUMMIT OF THE CONFERENCE ON INTERACTION AND CONFIDENCE BUILDING MEASURES IN ASIA, 4th., 2014a, Shanghai. [**Proceedings...**]. Shanghai, 21 May 2014a. Disponível em: <<http://bit.ly/1h80IqV>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

CHINA. Ministry of Foreign Affairs. **The Central Conference on Work Relating to Foreign Affairs was Held in Beijing**. Beijing, 29 Nov. 2014b. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1215680.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2015.

CHINA'S Xi Jinping Signs Landmark Deals on India Visit. **BBC News**, London, 18 Sep. 2014. Asia. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-india-29249268>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

CHING, Frank. Give Deng's Proposal to Share Senkaku Resources a Chance. **The Japan Times**, Tóquio, 20 Sep. 2012. Opinion. Disponível em: <<http://bit.ly/1PBtq1d>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CLINTON, Hillary. America's Pacific Century. **Foreign Policy**, Washington, D.C., 11 Oct. 2011. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

COOX, Alvin D. **Tojo**. Rio de Janeiro: Renes, 1976. (História ilustrada da 2^a. Guerra Mundial: líderes, n. 15).

CROWE, David. US to Extend Darwin Marine Base as Tony Abbott Meets Barack Obama to Push G20 agenda. **The Australian**, Sydney, 13 June 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1FNk78P>>. Acesso em: 01 fev. 2015.

CUMINGS, Bruce. **Dominion from Sea to Sea: Pacific Ascendancy and American Power**. London: Yale University Press, 2007.

CUMINGS, Bruce. **The Korean War**. New York: Modern Library, 2010.

DAMAS, Roberto Dumas. **Economia Chinesa: Transformações, Rumos e Necessidade de Rebalanceamento do Modelo Econômico da China**. São Paulo: Saint Paul, 2014.

DECLARAÇÃO Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau. Pequim, 13 abr. 1987. Disponível em: <http://bo.io.gov.mo/bo/i/88/23/dc/pt/default.asp>. Acesso em: 09 ago. 2015.

DENG, Yong. **China and Japan in the Asia-Pacific Regional Economic Cooperation: Indigenous Major Powers and International Regime Formation**. 1995. Dissertation (Ph.D. in Political Science) — Faculty of the Department of Political Science, University of Arizona, Ann Arbor, 1995. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10150/187231>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

DENUCLEARIZATION and the Two Koreas. In: UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Office of the Historian. **Milestones: 1993-2000**. Washington, 2013 Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1993-2000/two-koreas>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

DITTMER, Lowell. **Liu Shaoqi and Chinese Cultural Revolution**. New York: M. E. Sharpe, 1998.

DRYSDALE, Peter. Abbott Pivots from Enragement to Engagement of Asia. **East Asia Forum**, Canberra, 31 March 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1FDlny6>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

DUCHÂTEL, Mathieu. The Impact of the Sunflower Movement on Cross-Strait Relations. In: ANNUAL CONFERENCE ON “THE TAIWAN ISSUE IN CHINA-EUROPE RELATIONS”, 11th., 2014, Shanghai. [**Works presented...**]. Xangai: [s.n.], 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/k3scp4z>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

ELLIS, Curtis. The Plan Behind the TransPacific Partnership to Destroy National Sovereignty. **Huffington Post**, New York, 27 abr. 2014. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/curtis-ellis/the-plan-behind-the-trans_b_4849605.html>. Acesso em: 15 fev. 2015.

FEFFER, John. Who Killed Hatoyama’s Career? **Foreign Policy In Focus**, Washington, 02 Jun. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/1aHM4UF>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

FEWSMITH, Joseph. **China since Tiananmen**. 2nd. ed. New York: Cambridge University Press, 2008.

FINAL Communiqué of the Asian-African Conference of Bandung. April 24, 1955. Disponível em: <http://franke.uchicago.edu/Final_Communique_Bandung_1955.pdf>. Acesso em: 19 Fev. 2015.

FIRTH, Stewart. **Australia in International Politics: an Introduction to Australian Foreign Policy**. 2nd. ed. Crows Nest: Allen & Unwin, 2005.

FRANKE, Herbert; TRAUZETTEL, Rolf. **El Imperio Chino**. Madrid: Siglo XXI, 1973. (Historia Universal Siglo XXI, 19).

FRAVEL, Taylor M. China’s Strategy in the South China Sea. **Contemporary Southeast Asia**, Baltimore, v. 33, n. 3, p. 292–319, 2011.

FRIEDBERG, Aaron L. Ripe for Rivalry: Prospects for Peace in a Multipolar Asia. **International Security**, Cambridge, v. 18, n. 3, p. 5-33, Winter 1993-1994. Disponível em: <<http://bit.ly/1CGNmWn>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

FRIEDMAN, George. **The Next 100 Years: A Forecast for the 21st Century**. New York: Anchor, 2009.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? **The National Interest**, Washington D.C., n. 16, p. 3-18, Summer 1989.

FULL Text of Hu Jintao's Report at 17th Party Congress. **Xinhua News**, Beijing, 24 Oct. 2007. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2007-10/24/content_6938749.htm>. Último acesso em: 15 abr. 2015.

FUNABASHI, Yoichi. The Asianization of Asia. **Foreign Affairs**, New York, p. 75-85, Nov./Dec. 1993.

G20: Tony Abbott, Shinzo Abe and Barack Obama Discuss Ukraine, Islamic State at Rare Trilateral Meeting. **ABC News**, Sydney, 16 Nov. 2014. Disponível em: <<http://www.abc.net.au/news/2014-11-16/australia-japan-united-states-trilateral-talks-g20/5894988>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

GAO, Wenqian. **Zhou Enlai The Last Perfect Revolutionary: A Biography**. New York: Public Affairs, 2007.

GAZPROM. **Gazprom: Production: Projects: Fields: Vietnam**. [2013]. Disponível em: <<http://www.gazprom.com/about/production/projects/deposits/vietnam>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

GHOSH, P. K. Artificial Islands in the South China Sea. **The Diplomat**, Tokio, 23 Sept. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/09/artificialislandsinthesouthchinasea/>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GODEMENT, François. **Xi Jinping's China**. London: European Council on Foreign Relations, 2013. (Essay, 85).

GODWIN, Paul H. B. **Development of the Chinese Armed Forces**. Alabama: Air University Press, Maxwell Air Force Base, 1988.

GOH, Gillian. The "ASEAN Way": Non-Intervention and ASEAN's Role in Conflict Management. **Stanford Journal of East Asian Affairs**, Stanford, v. 3, n. 1, p. 113-118, Spring 2003. Disponível em: <<http://web.stanford.edu/group/sjeaa/journal3/geasia1.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

GORENBURG, Dmitry. Russian Arms Sales to Southeast Asia Are on the Rise. In: WORD PRESS. **Russian Military Reform**: blog. Nov. 15, 2011. Disponível em: <<http://wp.me/pBenm-fe>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

GRANT, Charles. **India's Response to China's Rise**. London: Centre for European Reform, Aug. 2010. (Policy Brief).

GUPTA, Ranjit. India's 'Look East' policy. In: SINHA, Atish; MOHTA, Madhup (orgs.). **Indian Foreign Policy: Challenges and Opportunities**. Nova Delhi: Academic Foundation, 2007. p. 351-381.

GUPTA, Ranjit. Response to Questionnaire on India's 'Look East' Policy. **FPRC Journal**, New Delhi, n. 8, p. 11-17, 2011.

GUSS. Location of Kinmen, Matsu and Wuciou, Based on MainlandChina.png by Alan Mark. In: WIKIMEDIA FOUNDATION. **Wikipedia**. San Francisco, Oct. 22, 2007. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_islands_of_Taiwan#/media/File:Kinmen,Matsu,Wuciou.png>. Acesso em: 15 abr. 2015.

HANBAN. **About Confucius Institute/Classroom**. [2015]. Disponível em: <http://english.hanban.org/node_10971.htm>. Acesso em: 15 abr. 2015.

HANE, Mikiso; PEREZ, Louis G. **Modern Japan: A Historical Survey**. 4th. ed. Boulder, CO: Westview, 2009.

HANSON, Fergus. Kevin Rudd's China Legacy. In: ROGGEVEEN, Sam (Ed.). **The Interpreter**. Sydney, 16 March 2012. Disponível em: <<http://www.lowyinterpreter.org/post/2012/03/16/Kevin-Rudds-China-legacy.aspx?COLLCC=3403043697&>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

HASHIMOTO, Naofumi. The US "Pivot" to the Asia-Pacific and US Middle East Policy: Towards an Integrated Approach. In: MIDDLE EAST INSTITUTE. [Site]. Washington, DC, Mar. 15, 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/1DWqpp5>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

HATOYAMA, Yukio. Watashi no Seiji Tetsugaku [My Political Philosophy]. **Voice**, Tokio, p. 132-141, Sept. 2009.

HEATH, Timothy. China's Big Diplomacy Shift. **The Diplomat**, Tokio, 22 Dec. 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/12/chinasbigdiplomacyshift>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

HOLZER, Robert; TRUVER, Scott. Aegis, Missile Defense and the US Pivot. **The Diplomat**, Tokio, 30 Jul. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1IF8g06>>. Acesso em: 01 fev. 2015.

HOSHI, Takeo; KASHYAP, Anil. Why Did Japan Stop Growing? **NIRA Reports**, Tokio, Jan. 21, 2011. Disponível em: <http://www.nira.or.jp/pdf/1002english_report.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.

HOTTA, Eri. **Pan-Asianism and Japan's War 1931-1945**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

HU Jintao Calls for Building Harmonious World. **Xinhua News**, Beijing, 15 Oct. 2007. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2007-10/15/content_6884160.htm>. Acesso em: 15 abr. 2015.

HU Jintao Proposes Scientific Outlook on Development for Tackling China's Immediate Woes, Challenges. **Xinhua News**, Beijing, 15 Oct. 2007. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2007-10/15/content_6883135.htm>. Último acesso em: 15 abr. 2015.

HUANG, Yinjiazi. Commentary: AIIB Propels Sustainable Development in Asia. **Xinhua News**, Beijing, Nov. 08, 2014. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/indepth/2014-11/08/c_1337744448.htm>. Acesso em: 14 abr. 2015.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HYUNG-A, Kim. **Korea's Rapid Development under Park Chung Hee**. London: Routledge, 2004.

IKENBERRY, John G. America and East Asia. In: ANNUAL CONVENTION OF THE JAPAN ASSOCIATION FOR ASIAN STUDIES, Commemorative International Symposium, 2003. [**Proceedings...**]. Tokio: JAAS, 8 Nov. 2003. p. 13-23. Disponível em: <<http://www.jaas.or.jp/pdf/50-2/13-23.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

INDIA, Russia to Explore Oil and Gas; Aim for \$30 bn Trade. **ZEE NEWS**, Noida, Thursday, Dec. 11, 2014. Disponível em: <<http://tinyurl.com/indrugastrade>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

INDIA. Ministry of External Affairs. 13th India-Russia Annual Summit In: INDIA-RUSSIA ANNUAL SUMMIT, 13th., 15 dez. 2012, New Delhi. [**Articles...**]. 2012. Disponível em: <<http://mea.gov.in/in-focus-article.htm?20970/13th+IndiaRussia+ Annual+Summit>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

INDIA. Ministry of External Affairs. **India-Russia Relations**. Jan. 2014. Disponível em: <http://mea.gov.in/Portal/CountryQuickLink/597_Russia_January_2014.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES-IISS. **The Military Balance 2014**. London, 2014.

ITOH, Mayumi. **The Hatoyama Dynasty: The Political Leadership Through the Generations**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2003.

JAIN, Rajendra K. From Idealism to Pragmatism: India and Asian Regional Integration. **Japanese Journal of Political Science**, Tokio, v. 12, n. 2, p. 213–231, Aug. 2011.

JAPAN, China to Launch Yen-Yuan Direct Trading. **The Wall Street Journal**, New York, May 29, 2012. Disponível em: <http://www.wsj.com/articles/SB10001424052702303807404577433202157_886844>. Acesso em: 15 abr. 2015.

JAPAN. Ministry of Foreign Affairs. **Japan-China Relations**. Tokio, July 16, 2015. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/index.html>>. Último acesso: 31 jul. 2015.

JENNINGS, Peter. The Sun Never Sets on the Anglosphere. **The Strategist**, Sydney, Jul. 16, 2013. Disponível em: <<http://www.aspistrategist.org.au/the-sun-never-sets-on-the-anglosphere/>>. Acesso em: 28 jan. 2015.

JOINT Communiqué of the Government of Japan and the Government of the People's Republic of China. Beijing, Sept. 29, 1972. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint72.html>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

JOINT Communiqué of the United States of America and the People's Republic of China. Shanghai, Feb. 27, 1972. Disponível em: <http://www.taiwandocuments.org/communique01.htm>. Acesso em: 02 ago. 2015.

JOINT Communiqué on the Establishment of Diplomatic Relations between the United States of America and the People's Republic of China. Beijing, Jan. 1, 1979. Disponível em: <http://www.taiwandocuments.org/communique02.htm>. Acesso em: 02 ago. 2015.

JOINT Declaration of the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and the Government of the People's Republic of China on the Question of Hong Kong.: done in Beijing, 19 December 1984. Beijing, 1984. Disponível em: <http://www.legislation.gov.hk/blis_ind.nsf/CurEngOrd/034B10AF5D3058DB482575EE000EDB9F?OpenDocument>. Acesso em: 31 jul. 2015.

JOINT Declaration on the Enhancement of Trilateral Comprehensive Cooperative Partnership. Beijing, 13 May 2012. Disponível em: <[http://file.tcs-asia.org/file_manager/files/tcs/1.%20Basic%20Documents/1.%20English/\(2012.05.13\)Joint%20Declaration%20on%20the%20Enhancement%20of%20Trilateral%20Comprehensive%20Cooperative%20Partnership.pdf](http://file.tcs-asia.org/file_manager/files/tcs/1.%20Basic%20Documents/1.%20English/(2012.05.13)Joint%20Declaration%20on%20the%20Enhancement%20of%20Trilateral%20Comprehensive%20Cooperative%20Partnership.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

JONES, Matthew. **Conflict and Confrontation in South East Asia 1961–1965**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

KAGAN, Robert. Superpowers Don't Get to Retire. **New Republic**: Foreign Policy, Washington, D.C., May 26, 2014. Disponível em: <<http://www.newrepublic.com/article/117859/allure-normalcy-what-america-still-owes-world>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

KAGAN, Robert. Why the World Needs America? **The Wall Street Journal**, New York, Feb. 11, 2012. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/SB10001424052970203646004577213262856669448>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

KAN, Shirley (Coord.). et al. **China-U.S. Aircraft Collision Incident of April 2001: Assessments and Policy Implications**. Washington, DC: Congressional Research Service, Oct. 10, 2001. (CRS Report, RL 30946). Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/row/RL30946.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

KAN, Shirley A. **Taiwan**: Major U.S. Arms Sales Since 1990. Washington, DC: Congressional Research Service, Aug. 29, 2014. (CRS Report, RL30597). Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/weapons/RL30597.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

KANG, David C. Getting Asia Wrong: The Need for New Analytical Frameworks. **International Security**, Cambridge, v. 27, n. 4, p. 57-85, Spring 2003. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/4137604>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

KANG, David. **Crony Capitalism: Corruption and Development in South Korea and the Philippines**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

KANG, David. **East Asia Before the West: Five Centuries of Trade and Tribute**. New York: Columbia University Press, 2010.

KAPLAN, Robert D. **Asia's Cauldron: The South China Sea and the End of a Stable Pacific**. Nova York: Random House, 2014.

KASTNER, Jens. Taiwan Pours Cement on Maritime Dispute. **Asia Times Online**, Hong Kong, Aug.10, 2012. Disponível em: <<http://www.atimes.com/atimes/China/NH10Ad01.html>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

KATSUMATA, Hiro. **ASEAN's Cooperative Security Enterprise: Norms and Interests in the ASEAN Regional Forum**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2009.

KAWAI, Masahiro; TAKAGI, Shinji. **Why Was Japan Hit So Hard by the Global Financial Crisis?** Tokio: Asian Development Bank Institute, Oct. 2009. (ADBI Working Paper Series, 153). Disponível em: <<http://www.adbi.org/files/2009.10.05.wp153.japan.gfc.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

KECK, Zachary. Russia Accelerates Asia Pivot. **The Diplomat**, Tokio, Apr.18, 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/04/russiaacceleratesasiapivot/>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

KECK, Zachary. With Bo Xilai on Trial, China Adopts Chongqing Model. **The Diplomat**, Tokio, August 21, 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/1GCQjyy>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Princeton: Princeton University, 1984.

KHAN, Vu Trong; HALL, Simon. Russia, Vietnam Sign 17 Deals During Putin's Visit. **The Wall Street Journal**, New York, Nov. 13, 2013. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/SB10001424052702304644104579193433370762464>>. Acesso em: 8 fev. 2015.

KHANNA, Parag. **The Second World: Empires and Influence in the New Global Order**. New York: Random House, 2008.

KILLALEA, Debra. Trans-Pacific Partnership Agreement: Secret Deal Means Bad News for Consumers, Choice Warn. **News.com.au**, Sydney, 24 Oct. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1FEjBNe>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

KINDLEBERGER, Charles. **The World in Depression, 1929-1939**. Berkeley: University of California Press, 1973.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. New York: Simon & Schuster, 1994.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KISSINGER, Henry. **World Order**. New York: Penguin Press, 2014.

KITASHIRO, Kakutaro et al. Economic Reform, Rising Nationalism, and Japan's Changing Role in the World. In: TRILATERAL COMMISSION. **Challenges to Trilateral Cooperation**: The Trilateral Commission Tokyo Plenary Meeting 2006. Tokyo: Trilateral Commission, 2006. p. 31-48.

KONISHI, Weston S. **Japan's Historic 2009 Elections**: Implications for U.S. Interests. Congressional Research Service. Washington, DC: Congressional Research Service, 8 Sep. 2009. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/row/R40758.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

KONISHI, Weston. **From Rhetoric to Reality**: Foreign-Policy Making under the Democratic Party of Japan. [S.l.]: The Institute for Foreign Policy Analysis, Washington D.C., Apr. 2012. Disponível em: <<http://www.ifpa.org/pdf/fromRhetoricToReality.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

KREPINEVICH, Andrew F. **Why AirSea Battle?** Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2010.

KREPINEVICH, Andrew F.; WATTS, Barry; WORK, Robert. **Meeting the Anti-Access and Area-Denial Challenge**. Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2003.

KUHRT, Natasha. **Russian Policy towards China and Japan**: The El'tsin and Putin periods. London: Routledge, 2008.

KURASHIGE, Nanae; FUNAKOSHI, Takashi. Ex-Prime Minister Fukuda Meets Secretly with Chinese President Xi. **The Asahi Shimbun**, Tokio, Aug. 03, 2014. Disponível em: <http://ajw.asahi.com/article/behind_news/politics/AJ201408030018>. Acesso em: 19 fev. 2015.

LAM, Willy. The Maoist Revival and the Conservative Turn in Chinese Politics. **China Perspectives**, Hong Kong, n. 2, p. 5-15, 2012. Disponível em: <<http://chinaperspectives.revues.org/5851>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

LANKOV, Andrei. Reforming North Korea. **Al Jazeera**, Doha, Nov.30, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1coxO4o>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

LEONARD, Mark. **China 3.0**. London: European Council on Foreign Relations, 2013.

LI, Cheng. 2013. A Biographical and Factional Analysis of the Post-2012 Politburo. **China Leadership Monitor**, Stanford, n. 41, June 2013. Disponível em: <<http://media.hoover.org/sites/default/files/documents/CLM41CL.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

LI, Jerry. The Legal Status of Three Sino-US Joint Communiqué's. **Chinese Journal of International Law**, Beijing, v. 5, n. 3, p. 617-645, 2006.

LIEBER, Keir; PRESS, Daryl. The End of MAD? The Nuclear Dimension of U.S. Primacy. **International Security**, Cambridge, v. 30, n. 4, p. 7-44, Spring 2006.

LIFF, Adam; ERICKSON, Andrew. Demystifying China's Defence Spending: Les Mysterious in the Aggregate. **The China Quarterly**, London, v. 2016, p. 805-830, 2013.

LIN, Christina. **Militarisation of China's Energy Security Policy: Defence Cooperation and WMD Proliferation Along its String of Pearls in the Indian Ocean.** Berlin: Institut für Strategie- Politik- Sicherheits- und Wirtschaftsberatung (ISPSW), 2006.

LIN, Justin Yifu. **Lessons of China's Transition From a Planned Economy to a Market Economy.** Warsaw: Leon Koźmiński Academy of Entrepreneurship and Management, 17 Dec. 2004. (Distinguished Lecture Series, 6).

LIU, Shaoqi. **How to Be a Good Communist (1939).** New York: Asia for Educators, Columbia University, [1939]. Disponível em: <http://afe.easia.columbia.edu/ps/china/liu_shaoqi_good_communist.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2015.

LO, Carlos Wing-hung. **China's Legal Awakening: Legal Theory and Criminal Justice in Deng's Era.** Hong Kong: Hong Kong University Press, 1995.

LORD, Winston. **Taiwan Policy Review: Statement before the Senate Foreign Relations Committee, 27 set. 1994.** Disponível em: <http://www.disam.dsca.mil/pubs/Vol%2017_2/Lord.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

LUFT, Gal. Can America Stop Russia's Energy "Pivot" to Asia? **The National Interest**, Washington, D.C., May 13, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1yoDqph>>. Acesso em: 7 fev. 2015.

LUO, Chris. Ma Yingjeou Says 'One Country, Two Systems' Not Relevant to Taiwan. **South China Morning Post**, Hong Kong, June 22, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1H0DzRc>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

MA Reaffirms '1992 Consensus' and '3 Nos'. **The China Post**, Taipei, Monday, Aug. 29, 2011. Disponível em: <<http://www.chinapost.com.tw/print/314938.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

MA Ying-jeou: 'One Country, One System'. **Al Jazeera**, Doha, Sep. 29, 2014. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/programmes/talktojazeera/2014/09/ma-ying-jeou-an-inexplicable-fear-201492613134516309.html>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

MAKOTO, Iokibe (Ed.). et al. **Japanese Diplomacy in the 1950s: From Isolation to Integration.** New York: Taylor & Francis, 2002.

MALONE, David. **Does the Elephant Dance?: Contemporary Indian Foreign Policy.** Oxford: Oxford University Press, 2011.

MANNING, Robert A. **Shinzo Abe's ASEAN Tour Stresses Regional Tension.** Washington, D.C.: Atlantic Council, Jan. 2013. Disponível em: <http://www.acus.org/new_atlanticist/shinzo-abes-asean-tour-stresses-regional-tension>. Acesso em: 15 abr. 2015.

MANYIN, Mark E. **Senkaku (Diaoyu/Diaoyutai) Islands Dispute: U.S. Treaty Obligations.** Washington, D.C.: Congressional Research Service, Jan. 22, 2013. Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/row/R42761.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MANYIN, Mark E.; NIKITIN, Mary Beth D. **Foreign Assistance to North Korea**. Washington, DC: Congressional Research Service, Apr. 2, 2014. Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/row/R40095.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MAO, Zedong. **On the People's Democratic Dictatorship (June 30, 1949)**. In: _____. **Selected Works of Mao Tse-tung: V. IV — The Third Revolutionary Civil War Period**. Peking: Foreign Language Press, 2004. p. 411-424. Disponível em: <<http://bit.ly/1EuDZ1J>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MARTINS, J. M. Q.; FEDDERSEN, G. H.; REIS, J. A. S.; LANZARINI, V. Nova Conjuntura na Ásia: da Comunidade do Leste Asiático à Competição Estratégica. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 5, n. 24, p. 4-16, 2014.

MARTINS, José Miguel Quedi (Ed.). **Relações Internacionais Contemporâneas 2012/2: Estudos de Caso em Política Externa e de Segurança**. Porto Alegre: ISAPE, 2013.

MATSUDA, Yasuhiro. PRC-Taiwan Relations under Chen Shui-bian's Government: Continuity and Change between the First and Second Terms. In: BROOKINGS-FICS CONFERENCE "TAIPEI-WASHINGTON-BEIJING RELATIONS AFTER THE PRESIDENTIAL ELECTION", 2004, Taipei. [Anais...]. Revised Aug. 31. Taipei: Brookings-FICS, 2004. p. 1-16. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/fp/Cnaps/events/matsuda20040523.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MATTHEWSON, Paula. Abbott's Tough Talking Comes Undone at the G20. **The Drum**, Sydney, Nov.16, 2014. Disponível em: <<http://ab.co/1zuIR1S>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

MAZZA, Michael; SCHMITT, Gary. Weakness of the ASEAN Way. **The Diplomat**, Tokio, June 21, 2011. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2011/06/weakness-of-the-asean-way/>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

MCBRIDE, James; XU, Beina. **Abenomics and the Japanese Economy**. New York: Council on Foreign Relations, March 10, 2015. Disponível em: <<http://www.cfr.org/japan/abenomicsjapaneseeconomy/p30383>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

MEARSHEIMER, John J. Can China Rise Peacefully? **The National Interest**, Washington D.C., Oct. 25, 2014. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/commentary/can-china-rise-peacefully-10204>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

MEARSHEIMER, John J. The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia. **The Chinese Journal of International Politics**, Beijing, v. 3, p. 381-396, 2010.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

MEYER, Henry; PISMENNAYA, Evgenia. Western Sanctions Force Russia to Aid China's Rise; Beijing May Acquire Advanced Weapons. **The Japan Times**, Tokio, Oct.19, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1zapaLE>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

MEZZETTI, Fernando. **De Mao a Deng: a Transformação da China**. Brasília: Ed. UnB, 2000.

MIGLANI, Sanjeev. India to Supply Vietnam with Naval Vessels amid China Disputes. **Reuters India**, New Delhi, Oct.28, 2014. Disponível em: <<http://reut.rs/1CHRHs9>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

MINAKIR, Pavel. Russia's Economic Policy in East Asia. In: AKAHA, Tsuneo; VASSILIEVA, Anna (Ed.). **Russia and East Asia: Informal and Gradual Integration**. Oxon: Routledge, 2014. p. 55-88

MORRIS, Terry S. et al. Securing Operational Access: Evolving the Air-Sea Battle Concept. **The National Interest**, Washington, D.C., Feb.11, 2015. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/feature/securing-operational-access-evolving-the-air-sea-battle-12219>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

MORRISON, Wayne. **China's Economic Rise: History, Trends, Challenges, and Implications for the United States**. Washington, DC: Congressional Research Service, Oct. 9, 2014. (CRS Report, RL33534). Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/RL33534.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MOZINGO, David. **Chinese Policy Toward Indonesia: 1949-1967**. Cingapura: Equinox, 2007.

MULVENON, James. The Bo Xilai Affair and the PLA. **China Leadership Monitor**, Stanford, n. 38, August 6, 2012. Disponível em: <<http://media.hoover.org/sites/default/files/documents/CLM38JM.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MYERS, Ramon H.; LIN, Hsiao-ting. **Breaking with the Past: The Kuomintang Central Reform Committee on Taiwan**. Stanford: Hoover Institution Press, 2007.

NAIDU, G. V. C. India and East Asia: The Look East Policy. **Perceptions**, Ankara, v. 18, n. 1, p. 53-74, Spring 2013. Disponível em: <http://sam.gov.tr/wp-content/uploads/2013/06/GVC_Naidu.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.

O'ROURKE, Ronald. **Maritime Territorial and Exclusive Economic Zone (EEZ) Disputes Involving China: Issues for Congress**. Washington, DC: Congressional Research Service, Dec. 24, 2014.

OGDEN, Chris. International 'Aspirations' of a Rising Power. In: SCOTT, David. **Handbook of India's International Relations**. London: Routledge, 2011. p. 3-13.

OHASHI, Hideo. The Impact of China's Rise on Sino-Japanese Economic Relations. In: RYOSEI, K.; JISI, W. **Rise of China and a Changing East Asian Order**. Tokyo: Japan Center for International Exchange, 2004. p. 175-193.

OKITA, Saburo. Japan's Economy and the Korean War. **Far Eastern Survey**, Vancouver, v. 20, n. 14, p. 141, July 25, 1951.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: Os Desafios da Geopolítica do Petróleo e o Papel do Centro de Decisão Energética**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OZAWA, Ichiro. **Blueprint for a New Japan: the Rethinking of a Nation**. Tóquio: Kodansha International, 1994.

PAGE, Jeremy; WEI, Lingling. Bo Xilai's Ties to Army Alarmed Beijing. **The Wall Street Journal**, New York, May 17, 2012. Disponível em: <<http://on.wsj.com/1CC64PY>>. Acesso em: 11 mar 2015.

PAINE, Sarah C. M. **The Wars for Asia, 1911–1949**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

PANDA, Ankit. Narendra Modi Will Visit China in May. **The Diplomat**, Tokio, February 02, 2015. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2015/02/narendramodiwillvisitchinainmay/>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

PANDA, Ankit. The Costs of Victory Without Honor for China. **The Diplomat**, Tokio, June 10, 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/06/the-costs-of-victory-without-honor-for-china/>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

PANT, Harsh V. India's Relations with China. In: SCOTT, David. **Handbook of India's International Relations**. London: Routledge, 2011. p. 233-251.

PARK, Madison. Why China's Air Zone Incensed Japan, U.S. **CNN**, New York, Nov. 27, 2013. Disponível em: <<http://cnn.it/1O7v6vG>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

PARKER, Geoffrey. **Western Geopolitical Thought in the Twentieth Century**. London: Routledge, 2014. (Political geography, n. 11).

PAUTASSO, Diego. A Economia Continental Chinesa e seu Efeito Gravitacional. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 45-56, nov. 2011. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rsp/article/download/31754/20268>>. Último acesso em: 14 abr. 2015.

PAUTASSO, Diego. Da Política de Contenção à Reemergência: A Rússia volta ao tabuleiro. **Austral**, Porto Alegre, v.3, n.6, jul./dez. 2014, p. 73-94. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/download/51284/33167>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

PEI, Minxin. The Bullies of Beijing: China's Image Problem. **The Diplomat**, Tokio, Dec. 15 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/1CI27In>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

PERRY, William J. **Review of United States Policy Toward North Korea: Findings and Recommendations: Report to the U.S. President and the Secretary of State**. Washington, DC, Oct. 12, 1999.

PIKE, Francis. **Empires at War: A Short History of Modern Asia Since World War II**. New York: I.b. Tauris, 2010.

PIKE, John. **First Taiwan Strait Crisis**. Alexandria: Global Security.org, 05 jul. 2011. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy_matsu.htm>. Acesso em: 02 ago. 2015.

PIKE, John. **MGM-1 Matador**. Alexandria: Global Security.org, 24 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/wmd/systems/matador.htm>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

PIKE, John. **Second Taiwan Strait Crisis**. Alexandria: Global Security.org, 05 jul. 2011. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy_matsu-2.htm>. Acesso em: 02 ago. 2015.

PILLING, David. Japan's Economy and the Koizumi Myth. **Financial Times**, London, Oct.17, 2007. Disponível em: <<http://on.ft.com/1DXmLeB>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

PILLSBURY, Michael. **The Hundred-Year Marathon: China's Secret Strategy to Replace America as the Global Superpower**. New York: Henry Holt and Company, 2015.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. **A China e o Sudeste Asiático**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. **Taiwan: um Futuro Formoso para a Ilha?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

POSEN, Barry R. Command of the Commons: the Military Foundation of US Hegemony. **International Security**, Cambridge, v. 28, n. 1, p. 5-46, 2003.

QI, Jianguo. An Unprecedented Great Changing Situation: Understanding and Thoughts on the Global Strategic Situation and Our Country's National Security Environment. In: BELLACQUA, James A.; HARTNETT, Daniel M. **Article by LTG Qi Jianguo on International Security Affairs**. Alexandria: Center for Naval Analysis, 2013. Disponível em: <<http://www.cna.org/sites/default/files/research/DQR-2013-U-004445-Final.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

RANGSIMAPORN, Paradorn. **Russia as an Aspiring Great Power in East Asia: Perceptions and Policies from Yeltsin to Putin**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

RANIS, Gustav. **Taiwan in the 21st Century**. Oxen: Routledge, 2007.

RATNAM, Gopal; REYNOLDS, Isabel. U.S. to Add Missile Defenses in Japan for N. Korean Threat. **Bloomberg Business**, New York, Apr. 06, 2014. Disponível em: <<http://bloom.bg/1FOobWx>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

REIS, João Arthur da Silva. ASEAN Way: O Conteúdo Ético da Integração Asiática. **Revista Perspectiva**, Porto Alegre, v. 9, p. 41-56, 2013.

RIA NOVOSTI. Asia-Pacific Region Takes Lions Share of Russian Arms Sales. **The Moscow Times**. Moscou, Nov. 04, 2013 Disponível em: <<http://www.themoscowtimes.com/business/article/asia-pacific-region-takes-lions-share-of-russian-arms-sales/488937.html>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

RIBAR, Matthew. Explaining Southeast Asia's Force Buildup: Balancing Alone Does Not Explain the Build-up of Conventional Military Assets in Southeast Asia. **The Diplomat**, Tokio, Jan.14, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1DXkCzH>>. Acesso em: 2 fev. 15.

ROBERTS, J. A. G. **História da China**. Lisboa: Texto e Grafia, 2012.

ROSE, Caroline; JUNKO, Tomaru; WESTE, John. **Japanese Diplomacy in the 1950s**. London: Routledge, 2008.

RUSSIA and Vietnam to Jointly Develop Energy in Arctic, Siberia. **RT**, Moscow, Nov 26, 2014. Disponível em: <<http://rt.com/business/208935-russia-vietnam-oil-gas/>>. Acesso em: 8 fev. 2015.

SAALMAN, Lora. Between ‘China Threat Theory’ and ‘Chindia’: Chinese Responses to India’s Military Modernization. **The Chinese Journal of International Politics**, Beijing, v. 4, n. 1, p. 87-114, 2011.

SACHDEVA, Gulshan. India’s Relations with Russia. In: SCOTT, David. **Handbook of India's International Relations**. London: Routledge, 2011. p. inicial-final.

SCOBELL, Andrew. **North Korea's Strategic Intentions**. Carlisle Barracks, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, July 2005.

SHAMBAUGH, David. **China Goes Global: the Partial Power**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SHAMBAUGH, David. **Power Shift: China and Asia's New Dynamics**. Berkeley: University of California Press, 2005.

SHAMBAUGH, David. The Coming Chinese Crackup. **The Wall Street Journal**, New York, Mar. 6, 2015. The Saturday Essay. Disponível em: <<http://on.wsj.com/1Nqhe25>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

SHARMA, Shalendra D. Why China Survived the Asian Financial Crisis?. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 22, n. 2 (86), Apr./June 2002.

SHERIDAN, Greg. US Plan to Fire from Australian Ships. **The Australian**, Sydney, Aug. 9, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1O7dmR8>>. Acesso em: 1 fev. 2015.

SILK ROAD MAP. **Travel China Guide**. 2015. Disponível em: <<http://www.travelchinaguide.com/images/map/silkroad/scenery.gif>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

SNYDER, Scott. Lee Myung-bak’s Foreign Policy: A 250-Day Assessment. **Korea Journal of Defense Analyses**, Seoul, v. 21, n. 1, p. 85-102, March 2009.

SON, Key-Young. Harmony, the Supremacy of Human Agency and East Asia’s Mega-Discourses for Governance. **The Chinese Journal of International Politics**, Pequim, v. 5, p. 395–423, 2012.

SOUTH-North Joint Communiqué. Pyongyang, Seoul, July 4, 1972. Disponível em: <http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/KR%20KP_720704_The%20July%2004%20South-North%20Joint%20Communiqué.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2015.

SPENCE, Jonathan D. **The Search for Modern China**. New York: W. W. Norton & Company, 1990.

STEINBOCK, Dan. Guandong and Chongqing: Two Sides of the Same Coin. **China-US Focus**, Hong Kong, Dec.11, 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/guanqingcoins>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

STIGLITZ, Joseph E. Asia's Multilateralism. **Project Syndicate**, Prague, Apr. 13, 2015. Disponível em: <<http://www.project-syndicate.org/commentary/china-aiib-us-opposition-by-joseph-e--stiglitz-2015-04>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

STOREY, Ian. Conflict in the South China Sea: China's Relations with Vietnam and the Philippines. **Japan Focus**, Tokio, Abr.30, 2008. Disponível em: <<http://www.japanfocus.org/-Ian-Storey/2734>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

STRAIT EXCHANGE FOUNDATION-SEF; ASSOCIATION FOR RELATIONS ACROSS THE TAIWAN STRAIT-ARAC. **Cross-Strait Economic Cooperation Framework Agreement**. June 29, 2010. Disponível em: <<http://www.ecfa.org.tw/EcfaAttachment/ECFADoc/ECFA.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

STUART-FOX, Martin. **A Short History of China and Southeast Asia: Tribute, Trade and Influence**. Crows Nest: Allen & Unwin, 2003.

SUMMIT Declaration. Tokyo, 22 May 2011. Disponível em: <[http://file.tcs-asia.org/file_manager/files/tcs/1.%20Basic%20Documents/1.%20English/\(2011.05.22\)Summit%20Declaration.pdf](http://file.tcs-asia.org/file_manager/files/tcs/1.%20Basic%20Documents/1.%20English/(2011.05.22)Summit%20Declaration.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

SUSSANGKARN, Chalongphob. Chiang Mai Initiative Multilateralization: Origin, Development, and Outlook. **Asian Economic Policy Review**, Tokio, v. 6, n. 2, p. 203-220, 2011. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1748-3131.2011.01196.x/abstract>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

SWANSTROM, Niklas; NORLING, Nicklas; LI, Zhang. China. In: STARR, S. Frederick (Org.). **The New Silk Roads: Transport and Trade in Greater Central Asia**. Washington, DC: John Hopkins University - SAIS, 2007. p. 383-422.

TAIWAN'S Enjoying Advantages as Offshore Chinese Yuan Hub: Official. **The China Post**, Taipei, March 29, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1NvGnLv>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

TAYLOR, Rob. U.S. and Australia to Cooperate on Asian Missile-Defense Plans. **The Wall Street Journal**, New York, June 13, 2014. Disponível em: <<http://www.wsj.com/articles/usandaustraliatocooperateonasianmissiledefenseplans1402651672>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

TELLIS, Ashley J. **Balancing Without Containment: An American Strategy for Managing China**. Washington, DC: Carnegie Endowment for International Peace, 2014. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/files/balancing_without_containment.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.

THAYER, Carl. India and Vietnam Advance Their Strategic Partnership. **The Diplomat**, Tokio, Dec. 11, 2014(b). Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/12/indiaandvietnamadvance-theirstrategicpartnership/>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

THAYER, Carl. Vietnam, China and the Oil Rig Crisis: Who Blinked?. **The Diplomat**, Tokio, Aug. 4, 2014(a). Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/08/vietnamchinaandtheoilrigcrisiswhoblinded/>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

TIEZZI, Shannon. Xi Aims His Anti-Corruption Campaign at the PLA. **The Diplomat**, Tokio, July 02, 2014. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2014/07/xi-aims-his-anti-corruption-campaign-at-the-pla>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

TREATY of Friendship and Cooperation signed by the Soviet Union and the Socialist Republic of Vietnam in Moscow Nov. 4. **Executive Intelligence Review**, New York City, v. 5, n. 48, pp. 32-33. Disponível em: http://www.larouchepub.com/eiw/public/1978/eirv05n48-19781212/eirv05n48-19781212_032-the_ussr_vietnam_treaty.pdf. Acesso em: 09 ago. 2015.

TREATY of Peace and Friendship between Japan and the People's Republic of China. Beijing, Aug. 12, 1978. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/treaty78.html>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

TSYGANKOV, Andrei P. **Russia's Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2013.

UCHIYAMA, Yu. **Koizumi and Japanese politics: Reform Strategies and Leadership Style**. Oxen: Routledge, 2010.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. **A Política Externa do Japão no Final do Século XX: O Que Faltou?** São Paulo: Annablume, 2003.

UNITED KINGDOM OF THE GREAT BRITAIN-UK et al. Agreement relating to Malaysia (with annexes, including the Constitutions of the States of Sabah, Sarawak and Singapore, the Malaysia Immigration Bill and the Agreement between the Governments of the Federation of Malaya and Singapore on common market and financial arrangements). Signed at London on 9 July 1963. In: UNITED NATIONS. **Publications**. 1970. v. 750. (Treaty series, n. 10760). Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20750/volume-750-i-10760-english.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

UNITED NATIONS. League of Nations. General Treaty for Renunciation of War as an Instrument of National Policy [Kellog-Briand Pact]: Signed at Paris, August 27, 1928. In: UNITED NATIONS. **Publications**. 1929. v. 94, n.1, 2, 3 and 4, p. 57-64. (Treaty series, n. 2137). Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/LON/Volume%2094/v94.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

UNITED STATES OF AMERICA-US et al. Conference on the Limitation of Armament: Treaty Between the United States of America, the British Empire, France, Italy, and Japan, Signed at Washington, Feb. 6, 1922. In: PAPERS Relating to the Foreign Relations of the United States. 1922. v. 1, p. 247-266. (Treaty series, n. 671). Disponível em: <http://www.ibiblio.org/pha/pre-war/1922/nav_lim.html>. Acesso: 14 abr. 2015.

UNITED STATES OF AMERICA-US. Congress. **Taiwan Relations Act**: Public Law 96-8, 96th Congress. Washington, DC, Jan. 1, 1979. Disponível em: <<http://www.ait.org.tw/en/taiwan-relations-act.html>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

UNITED STATES OF AMERICA-US. Department of Defense. **Air-Sea Battle**: Service Collaboration to Address Anti-Access & Area Denial Challenges. Washington, DC, May 2013.

UNITED STATES OF AMERICA-US. Department of Defense. **Joint Operational Access Concept**. 2012. Disponível em: <http://www.defense.gov/pubs/pdfs/JOAC_Jan%202012_Signed.pdf> Acesso em: 31 jul. 2015.

UNITED STATES OF AMERICA-US. Department of Defense. Office of International Security Affairs. **United States Security Strategy for the East Asia Pacific Region**. 27 Feb. 1995. Disponível em: <<http://www.ioc.u-tokyo.ac.jp/~worldjpn/documents/texts/JPUS/19950227.O1E.html>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

UNITED STATES OF AMERICA-US. State Department. Deputy Secretary of State Robert B. Zoellick. **Whither China**: from Membership to Responsibility?: Remarks to National Committee on U.S.-China Relations. New York, Sep. 21, 2005. Disponível em: <<http://2001-2009.state.gov/s/d/former/zoellick/rem/53682.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

UNITED STATES OF AMERICA-US. State Department. **Remarks Made by the Hon**: Dean Acheson, Secretary of State before the National Press Club. Washington, DC, Jan. 12, 1950. Disponível em: <http://www.foia.cia.gov/sites/default/files/document_conversions/44/1950-01-12.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2015.

UNITED STATES OF AMERICA-US. State Department. Secretary of State Hillary Rodham Clinton. **Remarks at Press Availability**. Hanoi, July 23, 2010. Disponível em: <http://www.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2010/07/145095.htm>. Acesso em: 31 jul. 2015.

UNITED STATES OF AMERICA-US. The "Six Assurances To Taiwan". Washington, DC, July 1982. Disponível em: <http://www.taiwandocuments.org/assurances.htm>. Acesso em 02 ago. 2015.

UNITED STATES OF AMERICA-US. The White House. Office of the Press Secretary; INDIA. **U.S.-India Joint Statement साँझा प्रयास - सबका विकास**: “Shared Effort; Progress for All”. January 25, 2015. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2015/01/25/us-india-joint-statement-shared-effort-progress-all>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

UNITED STATES OF AMERICA-US. The White House. Office of the Press Secretary. **Remarks By President Obama to the Australian Parliament**. Canberra, 17 Nov. 2011. Disponível em: <<http://1.usa.gov/1gYI7HS>>. Acesso em: 31 maio 2013.

UNITED States-China Joint Communiqué on United States Arms Sales to Taiwan. August 17, 1982. Disponível em: <<http://www.taiwandocuments.org/communiqué03.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

UNITED States-China Joint Communiqué on United States Arms Sales to Taiwan. August 17, 1982. Disponível em: <<http://www.taiwandocuments.org/communiqué03.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

US pushes India to Ink Contentious Defence Pacts. **The Times of India**, Mumbai, Feb. 27, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1O7axQ8>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

VAN TOL, Jan et al. **AirSea Battle: A Point-of-Departure Operational Concept**. Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, May 18, 2010. Disponível em: <<http://csbaonline.org/publications/2010/05/airsea-battle-concept/>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

VAUGHN, Bruce. **Australia and the U.S. Rebalancing to Asia Strategy**. Washington, DC: Congressional Research Service, Oct. 26, 2012. (CRS Report for Congress R42822). Disponível em: <<https://www.hsdl.org/?view&did=726853>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

VAUGHN, Bruce. **Australia: Background and U.S. Relations**. Washington, D.C.: Congressional Research Service, Aug. 15, 2013. (CRS Report for Congress RL33010). Disponível em: <<https://www.hsdl.org/?view&did=744342>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações Diplomáticas da Ásia**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VISENTINI, Paulo G. F. (Org.) et al. **BRICS: As Potências Emergentes**. Petrópolis: Vozes, 2013b.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes et al. **Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, Experiências e Impacto Internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013a.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A Novíssima China e o Sistema Internacional. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 131-141, nov. 2011.

VISENTINI, Paulo; PEREIRA, Analucia D. **História Mundial Contemporânea (1776-1991): Manual do Candidato**. Brasília: FUNAG, 2010.

VISENTINI, Paulo; RODRIGUES, Gabriela. **O Dragão Chinês e os Tigres Asiáticos: Desenvolvimento e Diplomacia na Ásia Oriental Contemporânea**. São Paulo: Novo Século, 2000.

VN, Sreeja. Japan to Enter Indian Defense Market: Growing Indo-Japan Cooperation Worries Regional Giant China. **International Business Times**, New York, May 30, 2013. Disponível em: <<http://www.ibtimes.com/japan-enter-indian-defense-market-growing-indo-japan-cooperation-worries-regional-giant-china>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

VOGEL, Ezra F. **Deng Xiaoping and the Transformation of China**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

VOGEL, Ezra F.; YUAN, Ming; TANAKA, Akihiko. **The Golden Age of U.S.-China-Japan Triangle: 1972-1989**. Harvard: Harvard University Asia Center, 2002.

VOROBIEV, Vitaly. An Aggregate of Converging Interests. **Russia in Global Affairs**, Moscou, Dec. 27, 2012. Disponível em: <<http://eng.globalaffairs.ru/number/An-Aggregate-of-Converging-Interests-15819>>. Acesso em: 7 abr. 2013.

WALLACH, Lori; TUCKER, Todd. Public Interest Analysis of Leaked Trans-Pacific Partnership (TPP) Investment Text. **Public Citizen**, Washington D.C., Wed., June 13, 2012. Disponível em: <<https://www.citizen.org/documents/Leaked-TPP-Investment-Analysis.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

WALT, Stephen M. Alliance Formation and the Balance of World Power. **International Security**, Cambridge, v. 9, n. 4, p. 3–43, Spring 1985.

WALT, Stephen M. How Long Will China Tolerate America's Role in Asia?. **Foreign Policy**, Washington, D.C., Dec.2, 2013. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2013/12/02/how-long-will-china-tolerate-americas-role-in-asia/>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

WALTZ, Kenneth. The Emerging Structure of International Politics. **International Security**, Cambridge, v. 18, n. 2, p. 44-79, Fall 1993.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Reading, MA: Addison-Webley, 1979.

WASSERSTROM, Jeffrey. Taiwan's Sunflower Protests: A Q&A with Shelley Rigger. **Dissent Magazine**, New York, Apr.11, 2014. Disponível em: <http://www.dissentmagazine.org/online_articles/taiwans-sunflower-protests-a-qa-with-shelley-rigger>. Acesso em: 15 abr. 2015.

WEE, Sui Lee; DUNCAN, Maxium. Anti-Japan Protests Erupt in China over Islands Row. **Reuters**, Cidade, Sep.15, 2012. Disponível em: <<http://reut.rs/1OslTAf>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

WEINSTEIN, Franklin B. The Indonesian Elite's View of the World and the Foreign Policy of Development. **Indonesia**, Ithaca, n. 12, p. 97–131, Oct. 1971. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3350661>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

WEN Jiabao Era Leaves Promises to Keep. **South China Morning Post**, Hong Kong, Mar.6, 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/1H0UyTd>>. Acesso em: 8 Mar. 2015.

WEN, Philip; KENNY, Mark. Chinese Troops Could Train in Australia. **The Sydney Morning Herald**, Sydney, Apr.13, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1Osljm0>>. Acesso em: 1 fev. 2015

WIKILEAKS. **Secret TPP Treaty**: Advanced Intellectual Property Chapter for All 12 Nations with Negotiating Positions. 13 nov. 2013. Disponível em: <<https://wikileaks.org/tpp/static/pdf/Wikileaks-secret-TPP-treaty-IP-chapter.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

WITH eye on China, Japan to Provide Patrol Boats to Philippines. **The Asahi Shimbun**, Tokio, May 23, 2013. Disponível em: <http://ajw.asahi.com/article/behind_news/politics/AJ201305230042>. Acesso em: 11 abr. 2015.

WOHLFORTH, William C. The Stability of a Unipolar World. **International Security**, Cambridge, v. 24, n. 1, p. 5-41, 1999.

WOMACK, Brantly. The 1980 County-Level Elections in China: Experiment in Democratic Modernization. **Asian Survey**, Oakland, v. 22, n. 3, p. 261-277, Mar. 1982.

WONG, Seanon. Economic Statecraft Across the Strait: Business Influence In Taiwan's Mainland Policy. **Asian Perspective**, Boulder, v. 29, n. 2, 2005, p. 41-72.

- WORLD BANK. **Global Economic Prospects**. Jan. 2015. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects/data?variable=NYGDPMKTPKDZ®ion=EAP>>. Acesso em: 13 abr. 2015.
- WORLD BANK. Urban Population (% of total). In: _____. **The World Bank Data: Urban Development**. 2015. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SP.URB.TOTL.IN.ZS>>. Acesso em: 13 abr. 2015.
- XI, Jinping. Diplomacy with Neighboring Countries Characterized by Friendship, Sincerity, Reciprocity and Inclusiveness. 24 de outubro de 2013. In: XI, Jinping. **The Governance of China**. Beijing: Foreign Language Press, 2014. p. 325-329
- XIA, Yafeng. China's Elite Politics and Sino-American Rapprochement: January 1969-February 1972. **Journal of Cold War Studies**, Cambridge, v. 8, n. 4, p. 3–28, Fall 2006.
- XINHUA NEWS. New Silk Way. **Xinhua News**, Beijing, 2015. Disponível em: <<http://www.xinhuanet.com/world/newsilkway/index.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- XINHUANET. China's Initiatives on Building Silk Road Economic Belt and 21st-century Maritime Silk Road. **Xinhua News**, Beijing, [2014]. Disponível em: <<http://www.xinhuanet.com/english/special/silkroad/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- YAN, Xuetong. From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement. **The Chinese Journal of International Politics**, Beijing, v. 7, n. 2, p. 153-184, Summer 2014.
- YAN, Xuetong. International Leadership and Norm Evolution. **The Chinese Journal of International Politics**, Beijing, v. 4, n. 3, p. 233-264, 2011.
- YAN, Xuetong. Let's Not Be Friends. **Foreign Policy**, Washington, D.C., June 06, 2013. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2013/06/06/lets-not-be-friends>>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- YAN, Xuetong; QI, Haixia. Football Game Rather Than Boxing Match: China–US Intensifying Rivalry Does not Amount to Cold War. **The Chinese Journal of International Politics**, Beijing, v. 5, p. 105–127, 2012.
- YANG, Guangbin. Xi's Got the Power to Guide the CCP to 2049. **East Asia Forum**, Canberra, March 10, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1PDwoCs>>. Acesso em: 10 mar. 2015
- YEP, Eric. Russia to Pump Up Oil Exports to Asia. **The Wall Street Journal**, New York, Dec. 4, 2014. Disponível em: <<http://on.wsj.com/1Nyx39B>>. Acesso em: 7 fev. 2015.
- YOSHIDA, Reiji. Low Voter Turnout Mars Abe's Claim of Election Triumph. **The Japan Times**, Tokio, Dec.17, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1ykfeUS>>. Acesso em: 19 fev. 2015.
- YU, Wanli. Breaking the Cycle?: Sino-US Relations under George W. Bush Administration. In: IIDA, Masafumi (Ed.). **China's Shift: Global Strategy of the Rising Power**. Tokyo: The National Institute for Defense Studies, 2009. chap. 4, p. 81-98. (NIDS Joint research series, n. 3).

ZENG, Douglas Zihua. **How Do Special Economic Zones and Industrial Clusters Drive China's Rapid Development?** Washington, DC: The World Bank, Mar. 2011. (Policy research working paper, n. 5583).

ZHEBIT, Alexander (Coord.). **Quo vadis: A Ordem Mundial Perspectiva II.** Rio de Janeiro: [s.n.], 2003a.

ZHEBIT, Alexander. A Rússia na Ordem Mundial: com o Ocidente, com o Oriente ou um Pólo Autônomo em um Mundo Multipolar? **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, v. 46, n. 1, p. 153-181, jan./jun. 2003b. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292003000100008>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

ZHENG, Bijian. China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status. **Foreign Affairs**, New York, v. 84, n. 5, p. 18-24, Sep./Oct. 2005a. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20031702>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

ZHENG, Bijian. **China's Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997-2005.** Washington, D.C.: Brookings, 2005b.

ZHOU, Shanding. **Changes in the Official Ideology in Contemporary China.** 2011. (Griffith Asia Institute Regional outlook paper, n. 29). Disponível em: <http://www.griffith.edu.au/__data/assets/pdf_file/0011/333749/Zhou-Regional-Outlook-Paper-29.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2015.

ZOU, Keyuan. Governing the Taiwan Issue in Accordance with Law: An Essay on China's Anti-Secession Law. **Chinese Journal of International Law**, Beijing, v. 4, n. 2, p. 455-463, 2005.